



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

Eder Fernando dos Santos

SOCIOLOGIA, DESENVOLVIMENTO E REVOLUÇÃO NACIONAL: o
impacto do obscurecimento de Guerreiro Ramos na sociologia brasileira

Marília

2024

Eder Fernando dos Santos

SOCIOLOGIA, DESENVOLVIMENTO E REVOLUÇÃO NACIONAL: o impacto do
obscurecimento de Guerreiro Ramos na sociologia brasileira

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Área de Concentração: Ciências Sociais
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Augusto Totti

Marília

2024

S237s Santos, Eder Fernando dos
Sociologia, desenvolvimento e revolução nacional : o
impacto do obscurecimento de Guerreiro Ramos na sociologia
brasileira / Eder Fernando dos Santos. -- Marília, 2024
203 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Marcelo Augusto Totti

1. Guerreiro Ramos. 2. Sociologia brasileira. 3. Pensamento
Social brasileiro. 4. Florestan Fernandes. 5. Desenvolvimento
nacional. I. Título.

Eder Fernando dos Santos

SOCIOLOGIA, DESENVOLVIMENTO E REVOLUÇÃO NACIONAL: o impacto do
obscurecimento de Guerreiro Ramos na sociologia brasileira

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como requisito
parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Área de concentração: Ciências Sociais
Linha de pesquisa: Pensamento social,
Educação e políticas públicas

Banca Examinadora

Prof. Dr. Marcelo Augusto Totti
UNESP – Câmpus de Marília
Orientador

Prof. Dr. Anderson Deo
UNESP – Câmpus de Marília

Prof. Dr. Francisco Luiz Corsi
UNESP – Câmpus de Marília

Prof. Dr. Ariston Azevedo
UFRGS

Prof.^a Dra. Maria José de Rezende
UEL

Marília, 23 de agosto de 2024.

Àqueles que, apesar de todas as adversidades, sempre acreditaram que eu seria capaz de atingir meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha mãe Maria e aos meus irmãos Francisco Carlos e Claudio, meu muito obrigado por todo apoio e confiança em minhas decisões.

À minha companheira, amiga e mãe do nosso amor materializado em forma de Francisco, obrigado pela paciência, compreensão, conversas, conselhos, discussões, carinho, e principalmente por ter entrado em minha vida; obrigado por fazer parte dessa história, Gabriella.

Ao meu filho Luís Francisco, que chegou em meio a esse processo de doutoramento; com você venho aprendendo todos os dias o significado da palavra pai.

À minha amiga e professora Dra Marta Leandro da Mata, agradeço o imenso apoio e incentivo para a finalização desta fase, obrigado de coração!

Aos meus familiares, os sanguíneos e aos que foram agregados por parte de minha esposa, Tucão (Vô), Sant (Vó), Taciana, Samara, Rafael, Maurício, Marcelo e Murilo; é sempre aconchegante tê-los por perto.

Ao meu amigo Carlos, pelas conversas e reflexões durante essas idas e vindas.

Aos meus amigos da UNESP para a vida, em especial Luciano e Francine, meu obrigado.

A todos que fazem parte do quadro de funcionários da FFC, obrigado.

Ao meu orientador Marcelo Augusto Totti, obrigado por todos esses anos de aprendizado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“A melhor maneira de fazer ciência é a partir da vida, ou ainda, a partir da necessidade de responder aos desafios da realidade.”

Guerreiro Ramos (1995, p. 105)

“O lumpen-proletariado chega à Universidade de São Paulo. Todavia, não era o lumpen-proletariado que chegava lá; era eu, o filho de uma ex-lavadeira [...]”

Florestan Fernandes (1994, p.127-128)

“As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”

Engels; Marx (2007. p.72)

RESUMO

Em um contexto em que o debate sobre o desenvolvimento nacional foi fundamental para pensar, questionar e apontar possíveis rumos para o futuro do Brasil, autores como Costa Pinto e Florestan Fernandes sobressaíram como os principais intelectuais envolvidos nesse debate. Entretanto, questiona-se aqui a figura de outro intelectual, Guerreiro Ramos, que também se propôs a pensar a realidade brasileira, arregaçando as mangas e indo à luta com sua sociologia em mangas de camisa, como ele próprio afirmou. Todavia, Guerreiro Ramos não obteve o mesmo reconhecimento que os dois primeiros sociólogos citados, sendo esquecido nas academias. Ramos travou importantes debates sobre o ensino de sociologia, com Florestan Fernandes e sobre a questão do negro com Costa Pinto; além disso, se debruçou sobre o tema do desenvolvimento nacional, bem como se propôs a pensar a revolução brasileira. Escreveu diversas obras que poderiam ser encaradas como diretrizes para a organização do país, mas atualmente são despercebidas, esquecidas no interior das universidades. Vez ou outra, surgem sociólogos tentando reinventar Guerreiro Ramos; estamos longe disso. Neste trabalho, discorreremos sobre alguns dos principais pontos abordados por Guerreiro Ramos, entretanto através da perspectiva marxista. Desse modo, a pesquisa apresentada objetivou compreender a figuração do obscurecimento de Guerreiro Ramos dentro das ciências sociais, procurando umnexo que explique tal obscurecimento. Por intermédio da dialética marxista, analisaram-se livros, artigos, documentos, dissertações e teses a fim de entender o sentido do obscurecimento de Guerreiro Ramos nas ciências sociais. Esse método permitiu identificar uma das razões, que são muitas. Dessarte, focaremos a atenção na principal razão, que, no caso, se resume ao grupo do Estado, um grupo de oposição política e ideológica que esteve presente na criação da Universidade de São Paulo (USP). Esse grupo sempre objetivou conservar os interesses da elite paulista, elaborando estratégias para que a USP se tornasse uma referência da elite intelectual, assim retomando as rédeas do poder político e alcançando a hegemonia intelectual do país. Desse modo, o obscurecimento de Guerreiro Ramos, também estaria ligado à hegemonia uspiana.

Palavras-chave: Guerreiro Ramos; desenvolvimento nacional; sociologia brasileira; obscurecimento; revolução nacional.

ABSTRACT

In a context in which the debate on national development was fundamental for thinking, questioning and pointing out possible directions for Brazil's future, authors such as Costa Pinto and Florestan Fernandes stood out as the main intellectuals involved in this debate. However, the figure of another intellectual is questioned here, that of Guerreiro Ramos, who also proposed to think about the Brazilian reality, rolling up his sleeves and going to fight with his sociology in his shirt sleeves, as he himself stated. However, Guerreiro Ramos did not receive the same recognition as the first two sociologists mentioned, being forgotten in the academies. Ramos held important debates on the teaching of sociology, with Florestan Fernandes and on the issue of black people with Costa Pinto, in addition, he focused on national development, as well as proposing to think about the Brazilian revolution. He wrote several works that could be seen as guidelines for the organization of the country, but are currently unnoticed, forgotten within universities. Every now and then, sociologists appear trying to reinvent Guerreiro Ramos, we are far from that. In this work we discuss some of the main points addressed by Guerreiro Ramos, however from a Marxist perspective. Thus, the research presented aimed to understand the figuration of Guerreiro Ramos' obscurity within the social sciences, seeking a link that explains such obscurity. Through Marxist dialectics, books, articles, documents, dissertations and theses were analyzed in order to connect and give meaning to Guerreiro Ramos' obscurity in the social sciences. This method allowed us to identify one of the reasons, as there are many. Thus, we will focus on the main reason, which, in this case, is summarized by the State group, a political and ideological opposition group that was present in the creation of the University of São Paulo (USP). This group always aimed to preserve the interests of the São Paulo elite, developing strategies so that USP would become a reference for the intellectual elite, thus retaking the reins of political power and achieving intellectual hegemony in the country. Thus, the obscurity of Guerreiro Ramos would also be linked to USP's hegemony.

Keywords: Guerreiro Ramos; national development; Brazilian sociology; obscurity; national revolution.

RESUMEN

En un contexto en el que el debate sobre el desarrollo nacional era fundamental para pensar, cuestionar y señalar posibles rumbos para el futuro de Brasil, autores como Costa Pinto y Florestan Fernandes se destacaron como los principales intelectuales involucrados en ese debate. Sin embargo, aquí se cuestiona la figura de otro intelectual, el de Guerreiro Ramos, quien también se propuso pensar la realidad brasileña, arremangándose y yendo a pelear con su sociología en mangas de camisa, como él mismo afirmó. Sin embargo, Guerreiro Ramos no recibió el mismo reconocimiento que los dos primeros sociólogos mencionados, quedando olvidado en las academias. Ramos sostuvo importantes debates sobre la enseñanza de la sociología, con Florestan Fernandes y sobre la cuestión de los negros con Costa Pinto, además, se centró en el desarrollo nacional, además de proponer pensar en la revolución brasileña. Escribió varias obras que podrían verse como lineamientos para la organización del país, pero que actualmente pasan desapercibidas, olvidadas dentro de las universidades. De vez en cuando aparecen sociólogos intentando reinventar a Guerreiro Ramos, estamos lejos de eso. En este trabajo discutimos algunos de los principales puntos abordados por Guerreiro Ramos, pero desde una perspectiva marxista. De esta manera, la investigación presentada tuvo como objetivo comprender la figuración del oscurecimiento de Guerreiro Ramos dentro de las ciencias sociales, buscando un nexo que explique tal oscurecimiento. A través de la dialéctica marxista, se analizaron libros, artículos, documentos, disertaciones y tesis con el fin de conectar y dar sentido a la ofuscación de Guerreiro Ramos en las ciencias sociales. Este método permitió identificar una de las razones, ya que hay muchas. Por lo tanto, nos centraremos en el motivo principal, que, en este caso, se reduce al grupo Estado, grupo de oposición política e ideológica que estuvo presente en la creación de la Universidad de São Paulo (USP). Este grupo siempre tuvo como objetivo preservar los intereses de la élite paulista, desarrollando estrategias para que la USP se convirtiera en un referente para la élite intelectual, retomando así las riendas del poder político y logrando la hegemonía intelectual en el país. De esta manera, la ofuscación de Guerreiro Ramos también estaría vinculada a la hegemonía uspiana.

Palabras clave: Guerreiro Ramos; desarrollo nacional; sociología brasileña; oscurecimiento; revolución nacional.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPUH	Associação Nacional de História
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
DASP	Departamento de Administração do Serviço Público
EBAP	Escola Brasileira de Administração Pública
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política
IBESP	Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério de Educação e Cultura
ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista-Política Operária
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SBS	Sociedade Brasileira de Sociologia
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo

Sumário

1 INTRODUÇÃO	13
2 GUERREIRO RAMOS: TRAJETO	24
2.1 Do debate acerca da sociologia ao desfecho da atualidade.....	26
3 DO ISEB AO PROBLEMA NACIONAL	51
3.1 A sociologia em prol do problema nacional	60
4 DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO: UM POSSÍVEL DIÁLOGO ENTRE COSTA PINTO, FLORESTAN FERNANDES E GUERREIRO RAMOS	76
4.1 Costa pinto e suas contribuições acerca do desenvolvimento.....	78
4.1.1 O germe da estratificação social brasileira e o conceito de marginalidade estrutural para Costa Pinto	81
4.2 Florestan Fernandes, desenvolvimento/subdesenvolvimento e o capitalismo dependente.....	93
4.3 O desenvolvimento em Guerreiro Ramos.....	116
4.3.1 Aproximações	122
5 GUERREIRO: ENTRE O DESENVOLVIMENTO (NACIONALISMO) OU A REVOLUÇÃO (ORGANIZAÇÃO)?.....	126
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS.....	142
ANEXO A – PROPOSTAS DE GUERREIRO RAMOS.....	151
ANEXO B – PLANOS DE AULA	153
ANEXO C - 7 ACUSAÇÕES APONTADAS POR LUIZ EDUARDO MOTTA.....	198
ANEXO D – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO BRASIL SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE.....	204

1 INTRODUÇÃO

Em um contexto em que o debate acerca da sociologia e do desenvolvimento brasileiro estava inflamado por vários intelectuais de perspectivas teóricas distintas, a compreensão da estratificação social no país e na América Latina, bem como as relações econômicas e políticas, e também a própria discussão sobre a revolução brasileira ganharam destaque nas décadas de 1950 a 1970. Inúmeros pensadores se debruçaram para entender e desvendar os efeitos do capitalismo e o processo de industrialização, do acesso das classes trabalhadoras à inclusão no sistema, a relação de dependência econômica, a questão do negro, a educação brasileira dentre outros temas de grande envergadura, ou seja, processos que estão intrinsecamente ligados ao desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, estudos como o de Costa Pinto, Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, dentre outros intelectuais, apontaram a necessidade de analisar de maneira minuciosa o assunto acerca do desenvolvimento para dar respostas e tentar proporcionar soluções para nosso país, justamente por ser um momento de consolidação do capitalismo no Brasil, como sugeriu Souza (2015). Desse modo, esses dois autores passam a ser pilares de apoio para atingirmos o nosso objetivo em relação a Guerreiro Ramos. A justificativa para a utilização desses dois autores é que ambos participaram de debates diretos com Guerreiro Ramos; ainda reforçaremos a pertinência de utilizá-los em nossos objetivos específicos.

Ao retomar a temática do desenvolvimento em Guerreiro Ramos, é relevante destacar que ele foi um defensor expressivo, nos anos 1950, das ideias de desenvolvimento, urbanização e industrialização. No entanto, em uma entrevista concedida a Lúcia Lippi de Oliveira em 1981, publicada posteriormente no livro *A Sociologia do Guerreiro*, Ramos faz uma autocrítica significativa sobre essa crença, tanto dele quanto de outros estudiosos, que viam no desenvolvimento e, sobretudo, na industrialização, a principal solução para os problemas do país. Ele mesmo afirmou que o Brasil não encontrou uma saída dentro da história moderna e que, naquele período, o país estaria completamente capturado por uma história de fracasso. Segundo ele, o maior fiasco já registrado é o da sociedade industrial, que se revelou um grande fracasso. Essa sociedade destruiu os elementos permanentes da ciência humana, devastou a natureza, e, mesmo assim, ainda estamos presos a essa

mentalidade moderna de desenvolvimento. Ele argumentou que o modelo de civilização industrial, que outrora serviu como espelho para o qual deveríamos nos voltar, já se esgotou. Não havia mais possibilidade de seguirmos por esse caminho, pois vivemos na era dos limites, sendo necessário reorganizar e redesenhar a vida pessoal e social dentro da categoria do princípio dos limites, tanto para salvar a natureza quanto para preservar a integridade psíquica do ser humano. Segundo ele, o ser humano, em todos os lugares, encontra-se desintegrado, pois a sociedade industrial agravou a perplexidade e o sofrimento de homens, mulheres e crianças. Essa ideia central de sua crítica à modernidade industrial evidenciou a urgência de repensar os fundamentos que orientam o desenvolvimento e o bem-estar social.

Partindo dessa constatação de que o desenvolvimento nacional produziu efeitos significativos nas perspectivas socioculturais do Brasil, seja na distribuição e nos acessos de grupos marginalizados, seja na criação de soluções para sanar os problemas de uma nação em desenvolvimento, é importante lembrar que Guerreiro Ramos é autor um tanto quanto esquecido nas ciências sociais, e, em relação a esse esquecimento, tivemos o cuidado de analisar uma coletânea de depoimentos organizada por Bianor Cavalcanti; Yann Duzert; Eduardo Marques (2014), e nela, algo nos chamou a atenção. Essa organização colheu alguns depoimentos de pessoas que fizeram parte do núcleo de Guerreiro Ramos, amigos, professores, colegas de trabalho, alunos de orientadores que, por sua vez, foram orientados por Guerreiro. E, um desses depoimentos conecta-se com a hipótese que iremos especificar.

O depoimento do professor Ariston Azevedo¹, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), refere-se às diferentes perspectivas e interpretações em relação aos seguidores de Guerreiro Ramos. No depoimento, ele menciona o termo "viúvas do Guerreiro", uma expressão pejorativa que algumas pessoas utilizam. Ariston relatou ter ouvido essa conotação desfavorável em diversos eventos acadêmicos no Brasil. Ele ressaltou que Guerreiro Ramos era uma figura que despertava tanto amor quanto ódio entre as pessoas, identificando três gerações distintas de leitores de Guerreiro Ramos.

¹ Embora o professor Ariston não tenha conhecido Guerreiro Ramos pessoalmente, o professor estudou com outras figuras que foram alunos de Guerreiro Ramos, como José Francisco Salm, Francisco Gabriel Heidemann e João Benjamim da Cruz Jr., também teve contato com Ubiratan Simões Rezende que foi orientado no Doutorado pelo sociólogo baiano.

A primeira geração inclui aqueles que tiveram contato com suas ideias nos anos 1950 e 1960, e muitos deles foram influenciados pelas controvérsias pessoais do autor com outros intelectuais. A segunda geração é composta por estudantes brasileiros que o conheceram nos Estados Unidos, geralmente distantes das intrigas pessoais de Guerreiro Ramos. Por fim, a terceira geração, à qual o entrevistado pertence, não teve contato direto com Guerreiro Ramos, mas possui uma compreensão mais informada de sua obra sociológica.

Ele ainda observou uma dicotomia na recepção da obra de Guerreiro Ramos entre diferentes disciplinas acadêmicas. Enquanto sociólogos e cientistas políticos estão mais familiarizados com suas obras dos anos 1950 e 1960, estudiosos da administração tendem a conhecer mais sua contribuição para a teoria das organizações. Ele argumentou que sua geração está tentando superar essa dicotomia, especialmente na administração, e considera sua tese de doutorado como um esforço pessoal nesse sentido, tentando integrar diferentes aspectos da trajetória intelectual de Guerreiro Ramos.

Atualmente acrescentamos uma quarta geração de leitores que fazem uma leitura de Guerreiro dentro da perspectiva denominada de decolonialidade, que não é o foco do nosso debate. Desse modo, é importante que os cientistas sociais percorram esses caminhos para um entendimento mais amplo sobre esse curioso intelectual brasileiro, e é exatamente esse caminho que vamos percorrer.

Assim, nosso problema de pesquisa está diretamente ligado ao fato descrito por Ariston na coletânea citada, de que Guerreiro muitas vezes é colocado como uma figura intelectual renegada, marginalizada, sendo por vezes motivo de chacota ou descrédito por parte de alguns cientistas sociais, e acreditamos que isso contribui para um obscurecimento desse intelectual. Desse modo, o nosso objeto se traduz na seguinte pergunta: A natureza teórico-política das propostas de Guerreiro Ramos no segundo congresso latino-americano de sociologia que ocorreu no estado do Rio de Janeiro, São Paulo, no ano de 1953 e as razões de seu rechaçamento produziram consequências irreversíveis para a obra e para o intelectual Guerreiro Ramos vindo a resultar em seu obscurecimento?

A nossa resposta para essa pergunta, se dá a partir do que se viu no II Congresso Latino-americano de sociologia, que ocorreu nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, no ano de 1953. Nesse congresso Ramos atuou como presidente

da comissão de Estrutura Nacionais e Regionais e, nessa ocasião, apresentou algumas propostas² para os congressistas ali presentes. Vejamos:

1^a- as soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos; 2^a- a organização do ensino da sociologia nos países latino-americanos deve obedecer ao propósito fundamental de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, equipando-os de instrumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam; 3^a- no exercício de atividades de aconselhamento, os sociólogos latino-americanos não devem perder de vista as disponibilidades da renda nacional de seus países, necessárias para suportar os encargos decorrentes das medidas propostas; 4^a- no estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimentos em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais; 5^a- o trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais; 6^a- é francamente desaconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter pré-letrado. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, os sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos; 7^a- na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, dos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico e com o nível cultural genérico de suas populações. (Ramos, 1995, p.105-106).

Essas propostas, segundo Bariani (2006), não eram apenas propostas e sim um projeto de como “encarar a sociologia e o país” (2006, p.152). No entanto, essas propostas são derrotadas por um total de 22 votos contra 9 a favor. Portanto, é a partir desse episódio que irá se configurar a contenda entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos. Também é curioso notar que, na verdade, essa contenda não teve

² Essas propostas podem ser conferidas no Anexo A.

um local específico; as trocas de farpas e acusações ocorreram por intermédio das diversas produções textuais de ambos.

Desse modo, levantamos a **hipótese** de que o obscurecimento de Guerreiro Ramos nas ciências sociais é consequência dos desdobramentos pós-votação que ocorreu no interior do II Congresso Latino-Americano de Sociologia, já que ali estavam presentes muitos membros da chamada Escola de Sociologia Paulista, como Fernando de Azevedo, um dos expoentes da fundação da USP. Mas o que a USP tem a ver com esses desdobramentos?

A USP foi encomendada por um seletivo grupo autointitulado "Grupo do Estado", e uma das principais figuras desse grupo era Júlio de Mesquita Filho, um liberal e herdeiro do jornal O Estado de São Paulo. A problemática referente a Júlio de Mesquita Filho está no seu apoio ao cientificismo evolucionista, sua integração com os eugenistas e a garantia dos interesses da elite paulista na manutenção da ordem política. Ou seja, havia um grande interesse político e ideológico por trás da criação da USP. Nesse contexto, Fernando de Azevedo foi procurado por Júlio de Mesquita Filho e incumbido de escrever o projeto USP. Além disso, Fernando de Azevedo se tornou titular da cadeira de Sociologia II da USP e teve Florestan Fernandes como seu orientando.

É exatamente nesses laços lógicos que sustentamos nossa hipótese, pois o que foi reproduzido após a votação ocorrida no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, e que ficou conhecido como o famoso debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, nada mais é do que a defesa ou a perpetuação da hegemonia uspiana, seja em termos ideológicos, políticos ou de um padrão científico nas ciências sociais, como defendeu Florestan Fernandes. Ainda, entendemos que as contribuições de Guerreiro Ramos e sua perspectiva crítica em relação aos estudos sobre a realidade brasileira, bem como os seus caminhos para chegar à questão da revolução nacional, são essenciais para o enriquecimento da bibliografia teórica e metodológica das ciências sociais, contribuindo na compreensão e na produção de mais conhecimento científico na área dos estudos sobre o pensamento social brasileiro e nas ciências sociais de modo geral. Portanto, para efetivar nossa hipótese, será necessário apresentar as contribuições e as perspectivas dos intelectuais Costa Pinto e Florestan Fernandes, acerca do desenvolvimento e subdesenvolvimento nacional, justamente por esses autores estarem diretamente ligados ao período de controvérsias intelectuais das décadas citadas anteriormente, bem como desvendar

quem são os 22 participantes do II Congresso latino-americano de sociologia que votaram contra as propostas de Guerreiro Ramos.

Desse modo, a **tese** a ser defendida é a de que Guerreiro Ramos foi obscurecido na sociologia devido às questões ideológicas que teriam como pano de fundo a hegemonia uspiana travestida de um padrão científico impetrado de certa maneira por Florestan Fernandes. Frisamos que não é nosso objetivo colocar Florestan Fernandes contra a parede, pois o consideramos um dos principais intelectuais brasileiros, com um vasto arcabouço teórico e que, mesmo após seu falecimento, continua a ser um grande referencial nas ciências sociais de forma geral. Nesse sentido, acreditamos que o ocorrido com Guerreiro Ramos foi um trabalho orientado/orquestrado por aqueles que pensaram o projeto USP, tendo Florestan Fernandes apenas como uma peça fundamental para efetivar os objetivos de um determinado grupo com seus interesses políticos e ideológicos. Frisamos que a exposição sobre a hegemonia paulista se apresentará de forma mais clara e sucinta em nossas considerações finais.

O **objetivo geral** deste trabalho é mostrar que Guerreiro Ramos é obscurecido de fato e a maneira mais sucinta de expressar a nossa tese é evidenciando que ele é pouco trabalhado nos cursos de ciências sociais que são oferecidos pelas cinco principais universidades públicas do estado paulista. Nesse sentido, o estado de São Paulo se torna referência em nossa pesquisa justamente pelo desfecho que foi tratado em dois artigos escritos por Jackson (2007); (2017) sobre o pioneirismo³ da escola paulista de sociologia e por colocarem São Paulo e Rio de Janeiro como o centro de referência no país nas discussões acerca do pensamento social, ou seja, assumindo São Paulo como uma hegemonia no Brasil, ditando referências para as principais revistas científicas do país. Por isso, a importância de analisarmos as cinco principais universidades públicas do estado de São Paulo.

Como **objetivos específicos**, pretendemos: a) analisar a visão de Costa Pinto acerca da sociologia do desenvolvimento e os conceitos de estratificação social e marginalidade estrutural por ele trabalhados; b) analisar os conceitos de classes sociais e o subdesenvolvimento no Brasil por intermédio de Florestan Fernandes; c) investigar a perspectiva de Guerreiro Ramos no que se refere à organização da

³ Sugerimos a leitura do artigo que está disponível na página da revista tempo social da USP e intitulado como *Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969)*.

sociedade tendo a sociologia como ferramenta para tal efetivação; d) por intermédio da análise textual, pretendemos aproximar o pensamento de Costa Pinto, Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos acerca do desenvolvimento nacional e; e) analisar a trajetória de Guerreiro Ramos dentro do nacionalismo até o momento em que ele se posiciona a favor da revolução nacional, ou seja, compreender de que modo ocorreu essa movimentação em Guerreiro Ramos.

Justificativa e desenvolvimento: Trabalhar a questão do desenvolvimento sob a perspectiva de Alberto Guerreiro Ramos é fundamental por diversas razões que refletem a singularidade de sua abordagem sociológica e teórica. Guerreiro Ramos não apenas desempenhou papéis significativos em órgãos públicos mas também contribuiu substancialmente para a teoria sociológica e para a compreensão da dinâmica organizacional, especialmente no contexto brasileiro. Apresentaremos algumas justificativas cruciais para a importância de abordar o desenvolvimento organizacional em consonância com as ideias de Guerreiro Ramos.

Guerreiro Ramos enfatizou a importância de uma sociologia nacional que esteja intimamente ligada à realidade específica de uma coletividade. Ao aplicar seus princípios ao desenvolvimento organizacional, é possível contextualizar as práticas organizacionais de maneira mais alinhada com a cultura, história e características do Brasil, evitando abordagens genéricas que podem não se adequar à complexidade local.

A visão de Guerreiro Ramos destaca a necessidade de a sociologia estar acessível aos leigos medianamente instruídos e ser relevante para a comunidade. No contexto do desenvolvimento, isso implica criar estratégias e práticas que sejam compreensíveis e envolventes para todos os membros da organização, promovendo a participação ativa e o senso de pertencimento.

O conceito de "redução sociológica" proposto por Guerreiro Ramos defende a apropriação criativa de teorias estrangeiras, levando em conta os contextos históricos locais. Isso implica adaptar metodologias de desenvolvimento organizacional de maneira flexível, considerando as particularidades do ambiente brasileiro, resultando em soluções mais eficazes e alinhadas às necessidades locais.

Guerreiro Ramos não só desafiou a predominância da razão instrumental mas também buscou um equilíbrio entre a razão instrumental e substantiva nas organizações. No desenvolvimento organizacional, essa abordagem pode contribuir

para a criação de ambientes que valorizem não apenas a eficiência operacional mas também aspectos éticos, sociais e humanos.

As obras de Guerreiro Ramos abordam a polaridade fundamental entre a nação e a anti-nação, uma luta que permeia a vida brasileira. Ao integrar essa perspectiva no desenvolvimento organizacional, é possível compreender as tensões e contradições internas nas organizações, promovendo uma abordagem mais holística e adaptada ao contexto nacional. Ainda, para justificar o uso dos autores Costa Pinto e Florestan Fernandes, salientamos que Costa Pinto teve uma discussão com Guerreiro Ramos do ponto de vista das relações raciais e Florestan teve uma discussão com Guerreiro Ramos acerca do ensino de sociologia. Assim, a tese torna-se original e inédita já que não há estudos dentro das ciências sociais que abordem a questão do obscurecimento de Guerreiro Ramos nas ciências sociais e os meandros que tornam esse fenômeno possível de ser confirmado. De modo geral, iremos buscar as nuances de como o Guerreiro aos poucos foi obscurecido nas ciências sociais. Por outro lado, entendemos que esse obscurecimento não apagou de vez a memória produzida por Guerreiro Ramos, pois temos acompanhado algumas releituras sobre o autor e percebemos várias tentativas de desobscurecer Guerreiro. Nesse sentido, conversamos pessoalmente com Bariani sobre as produções acadêmicas mais recentes que tratam sobre Guerreiro Ramos, e ele nos relatou sua impressão de que estão fazendo um *self-service* de Guerreiro Ramos, em que cada um senta-se à mesa e consome aquilo que lhe convém sobre seus escritos. Para ele, isso é perigoso, pois o efeito colateral desse *self-service* é a reinvenção de um outro Guerreiro Ramos que nada tem a ver com quem foi e o que pensava Guerreiro Ramos de fato.

Em suma, a importância de trabalhar a questão do desenvolvimento em Guerreiro Ramos reside na capacidade de contextualizar, adaptar e promover práticas que estejam intrinsecamente ligadas à realidade brasileira, e é isso que estamos propondo em nosso trabalho.

Portanto, o tema de nosso trabalho refere-se ao processo que constitui o obscurecimento do intelectual Guerreiro Ramos nas ciências sociais, visto a partir da situação acadêmica que o coloca como uma figura sem tanto prestígio nas ciências sociais. Desse modo, investigaremos a formação de uma sociedade específica (a acadêmica) e verificar como seus padrões estruturais afetam o comportamento de agentes sociais opostos nesse sistema. Procuramos oferecer uma melhor compreensão de como as dinâmicas estruturais impactam o comportamento e as

interações dentro de uma sociedade, no caso de Guerreiro, a sociedade acadêmica. Assim, podemos enfatizar como as posições extremas desse sistema social afetam os indivíduos e grupos que nele transitam. As forças fundamentais que perpetuam a desigualdade ou o obscurecimento podem ser identificadas examinando estas interações. Além disso, é possível determinar como os agentes sociais reagem e se adaptam a essas condições.

O **método** adotado para a nossa pesquisa é o método da dialética marxista, que é um fator importante para a reconstrução interpretativa do nosso objeto em sua concreticidade, permitindo assim o alcance da interpretação dialética na sociologia. Nesse sentido, utilizaremos quatro passos para alcançar nosso objetivo. O primeiro está atrelado ao que se tem de concreto ou de totalidade concreta em relação a Guerreiro Ramos para podermos caminhar para desvendar as determinações essenciais. Nesse sentido, o que temos de concreto é o obscurecimento de Guerreiro nas universidades públicas paulistas. O segundo passo é a questão da aparência e da essência, ou seja, muitas críticas a Guerreiro Ramos vão dizer que, ao propor uma análise fenomenológica, ele na verdade fica na aparência dos fenômenos sociais estudados. O terceiro é a questão do passado e do presente, ou seja, os questionamentos que o próprio Guerreiro Ramos faz na análise da situação do negro, da condição da escravidão, da abolição etc., também suscitam uma contrariedade imensa. Ele vai questionar o que é a obra do Gilberto Freire sobre a questão do negro e o que é a obra do Florestan sobre a questão do negro. Segundo Ramos, para eles, o negro é um não Brasil, ou seja, eles não partem da vivência do negro vida. Eles partem de teorias eurocêntricas para chegar a essa explicação. Aí tem um embate acerca da história, acerca do processo histórico brasileiro. E o quarto e último passo é a questão do singular e do universal, ou seja, de que forma a questão das singularidades que Guerreiro Ramos considera fundamental na formulação do objeto, ou seja, o contexto, e como é que se coloca esse embate em torno dos planos universais.

Com referência ao aspecto metodológico, buscamos em Cardoso (2003), a importância metodológica do conceito de totalidade que reside não apenas na necessidade de reter e explicar situações sociais globais, mas também em transformar a abordagem totalizadora em uma perspectiva interpretativa essencial para a análise dos fenômenos sociais. Essa perspectiva pressupõe a existência de "conexões orgânicas" que elucidam tanto o inter-relacionamento entre as

determinações que formam as totalidades quanto o próprio processo de sua constituição. Em síntese, a análise dialética na sociologia, ao adotar uma perspectiva totalizadora, busca descobrir as determinações essenciais que explicam a formação dos padrões de interação social, suas condições e efeitos.

Desse modo, nosso trabalho apresenta uma característica lógico-sistemática, apoiando-se na história (livros, artigos, dissertações e teses) para remontar o processo histórico referente ao caso de Guerreiro Ramos. Assim, no capítulo seguinte à introdução, a problemática da tese já aparece de forma consolidada, de modo que o início de nosso trabalho, na verdade, será o fechamento. Partiremos do ensino de sociologia e do debate entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, pois consideramos esse episódio como um marco para conectar os desdobramentos em relação à imagem de Guerreiro Ramos dentro das ciências sociais. Neste capítulo, trouxemos aquilo que consideramos uma totalidade concreta que é o obscurecimento de Guerreiro Ramos dentro das universidades públicas do estado de São Paulo que ofertam cursos de ciências sociais. Analisamos os planos de ensino de disciplinas que são fundamentais para a construção do conhecimento no campo do pensamento social brasileiro e da sociologia brasileira. Com essa análise, conseguimos determinar com precisão se, de fato, Guerreiro Ramos é lembrado nessas universidades.

Em nosso capítulo 3, procuramos descrever o embate político e ideológico referente ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e aos intelectuais que fizeram parte desse grupo, em especial Guerreiro Ramos. Ao longo dessa discussão, é perceptível que no centro desse debate já estava enraizado um entrave político e ideológico por parte de alguns intelectuais que proferiram severas críticas ao grupo do ISEB. É um capítulo de caráter demonstrativo; por isso, o leitor pode ao longo da leitura ligar pontos com a discussão realizada no capítulo 2, justamente pelo fato de trazermos novamente a sociologia no corpo deste capítulo. Entretanto, é extremamente importante o leitor não perder de vista que a questão sociológica para Guerreiro Ramos é fundamental, e por isso, a sociologia aparecerá constantemente em todos os capítulos.

O capítulo 4 também possui um caráter demonstrativo, e nele descrevemos os pensamentos de dois autores considerados pilares nas ciências sociais, juntamente com as contribuições de Guerreiro Ramos. Os dois autores são Luiz de Aguiar Costa Pinto e Florestan Fernandes. Retomamos a discussão sobre o desenvolvimento nacional nas décadas de 1950, 1960 e 1970, referenciando conceitos como

marginalidade estrutural, estratificação social e subdesenvolvimento. Tanto Costa Pinto quanto Florestan Fernandes se envolveram em debates com Guerreiro Ramos. Nosso intuito neste capítulo é mostrar que os três autores têm pensamentos muito próximos, apesar de toda a roupagem ideológica confeccionada para cada um dos três intelectuais. Assim, questionamos por que Guerreiro Ramos não foi inserido no rol dos pilares da sociologia brasileira como os dois primeiros.

No capítulo 5, descrevemos os caminhos de Guerreiro Ramos entre o nacionalismo e a ideia de revolução brasileira. Traçamos os principais pontos que levam Guerreiro Ramos a uma sociologia crítica e militante e, por fim, em nossas considerações finais, ligamos os pontos ao relacionar a questão da hegemonia uspiana para a problemática sobre o porquê de Guerreiro Ramos ter sido obscurecido nas ciências sociais. Assim, desejamos a todos uma ótima leitura.

2 GUERREIRO RAMOS: Trajeto

O sociólogo baiano Alberto Guerreiro Ramos foi uma figura proeminente nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil. Nascido em 13 de setembro de 1915, em Santo Amaro da Purificação (BA), inicialmente se envolveu com o integralismo na juventude e publicou poesias e estudos literários. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1939, onde se formou em Ciências Sociais e Direito.

Durante nosso estudo sobre a vida e trajetória de Guerreiro Ramos, pudemos analisar como suas interações com diversas instituições moldaram sua jornada intelectual e sua inserção na sociedade brasileira do século XX. Apesar de sua inicial aversão ao engajamento institucional, Guerreiro Ramos esteve ligado a várias instituições, que tiveram impacto significativo em seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Iniciando sua formação acadêmica na então Universidade do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Guerreiro Ramos cursou Ciências Sociais e Direito, graduando-se em 1942 e 1943, respectivamente. Logo após sua formação, ele se viu diante do desafio de conectar o conhecimento teórico adquirido na academia com a realidade social brasileira. Essa busca por uma compreensão mais profunda o levou a uma profunda crise existencial, especialmente após enfrentar rejeição em sua busca por uma carreira universitária. Para se sustentar, Guerreiro Ramos começou a lecionar no Departamento Nacional da Criança, no Rio de Janeiro, por recomendação de Santiago Dantas. Posteriormente, ele conseguiu um emprego no Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), onde foi aceito inicialmente de forma interina em 1943 e, mais tarde, em 1945, após aprovação em concurso público. Sua atuação no DASP foi marcada por análises de projetos de organização em diferentes áreas, como segurança pública, sistema penitenciário e agricultura, além de participação na seleção de pessoal. Sua tese sobre a organização racional do trabalho lhe rendeu reconhecimento e efetivação como técnico em administração. Com a posse de Getúlio Vargas em 1951, Guerreiro Ramos se afastou do DASP para integrar a equipe da Assessoria da Casa Civil do Presidente. Simultaneamente, com a criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas em 1952, tornou-se professor, mantendo uma relação estreita com essa instituição por muitos anos.

Além disso, Guerreiro Ramos se envolveu em diversas instituições políticas e acadêmicas, como o Grupo de Itatiaia, o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)⁴. Essas experiências institucionais foram cruciais para seu desenvolvimento intelectual e político, desafiando-o a confrontar questões sociais prementes e a posicionar-se diante delas. Embora Guerreiro Ramos tenha mantido certa distância da academia brasileira durante sua vida no Brasil, sua carreira acadêmica floresceu no exílio nos Estados Unidos. Sua participação em diferentes instituições e sua constante reflexão sobre as relações entre teoria e prática o tornaram uma figura seminal no pensamento social brasileiro, cujo legado continua a ser explorado e debatido até os dias atuais.

Guerreiro Ramos criticou consistentemente a tendência da sociologia brasileira de adotar acriticamente ideias estrangeiras. Sua contribuição mais notável foi o conceito de "redução sociológica", uma abordagem que preconiza a apropriação criativa de teorias estrangeiras, considerando os contextos históricos locais. Além disso, no campo da teoria da administração, desenvolveu uma abordagem que buscava equilibrar a razão instrumental e substantiva nas organizações humanas, desafiando a predominância da razão instrumental. A obra de Guerreiro Ramos reflete uma análise profunda das relações raciais, teoria sociológica e política nacionalista, deixando um legado no pensamento social brasileiro. Bariani (2008) fez um ótimo trabalho sobre a trajetória de Guerreiro Ramos e frisou que:

A participação de Guerreiro Ramos em certas instituições, se não determinou cabalmente os rumos de sua trajetória, fez com que se defrontasse com exigências em termos de vivência, formulação conseqüente das questões sociais prementes e aparelhamento teórico conceitual para abordá-las, tornando imperativa a tomada de decisões no que diz respeito à postulação de temas e problemas, opções teórico-conceituais, ambiente e postura intelectual, instrumentalização do conhecimento, experiência social e implicações político-pragmáticas do saber, sobretudo, na interiorização da relação teoria-prática quando da assunção de uma práxis – momento constitutivo da inserção social coletiva. Todavia, se o autor como sujeito intelectual não pode ser tomado como espécie de 'superconsciência' social, sua existência e estatuto de integração impõem-lhe o estabelecimento de relações teórico-rationais na interpretação das circunstâncias e assunção de papéis sociais (Bariani, 2008, p.19-20).

⁴ O texto de Nelson Werneck Sodré (1977) intitulado *História do Iseb*, retrata muito bem a relação de Guerreiro Ramos com os grupos que participou.

2.1 Do debate acerca da sociologia ao desfecho da atualidade

Aproveitamos a lógica proposta no trabalho do professor Luiz Eduardo Motta (2000), que abordou, em seu texto, críticas internas na sociologia, dividindo-as em três momentos. O primeiro momento é liderado por Florestan Fernandes, centrando-se no debate sobre o padrão científico na sociologia. Enquanto Guerreiro Ramos defendeu uma sociologia como projeto, comprometida com a realidade nacional e antitética às influências estrangeiras, Florestan acreditava na sociologia como ciência universalista e neutra, não determinada pelo contexto político-cultural nacional. Isso evidencia uma dicotomia entre uma posição fenomenológica e uma perspectiva positivista dentro da sociologia.

O segundo momento crítico analisado no texto rejeita tanto as ideologias populistas e nacionalistas quanto a fragilidade dos esquemas teóricos do ISEB sobre a realidade brasileira. Este período é destacado pela sua relevância no campo acadêmico, impulsionando estudos e reflexões alternativas sobre a ideologia nacional-popular e o ISEB durante as décadas de 1980 e 1990. Buscou-se, assim, recuperar a contribuição do ISEB para as Ciências Sociais e associar seu pensamento e ideologias nacionalistas.

O terceiro momento crítico descrito no trabalho de Motta (2000) se diferencia dos anteriores por sua natureza velada, sutil e não explícita, embora bem-organizada. Este momento é representado pelo trabalho de Sérgio Miceli (1989) sobre o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil. Miceli, de certa forma, retoma a visão crítica de Florestan Fernandes sobre o padrão de produção científica, ao estabelecer como paradigma o modelo de pesquisa científica criado na USP, em contraste com o que era feito no Rio de Janeiro, especialmente no ISEB. Ele contrapõe um modelo caracterizado pela "ausência de rigor científico", "diletante", bacharelesco e sujeito à influência governamental a um modelo considerado "rigoroso", "profissional" e desvinculado dos setores governamentais, embora tenha apoio da elite empresarial paulistana.

Esses pontos críticos elencados por Motta (2000) incidem diretamente sobre a sociologia, sobre o ISEB e sobretudo ao pensamento de Guerreiro Ramos. Desse modo, construímos os capítulos e subcapítulos seguintes baseados nessa sequência lógica, ou melhor, nesses momentos críticos apontados pelo professor Motta.

Desse modo, iniciamos pelo momento referente ao debate sociológico, o embate entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes, que constitui uma das contribuições notáveis para as ciências sociais e para o pensamento social brasileiro. Realizado por meio de apresentações em congressos e algumas publicações, esse confronto explorou questões essenciais relacionadas ao modelo científico adequado na sociologia. Enquanto Guerreiro Ramos advogava por uma abordagem sociológica como um empreendimento, enraizada na realidade nacional e em oposição às influências estrangeiras, Florestan Fernandes concebia a sociologia como uma ciência universalista e neutra, não condicionada pelo contexto político e cultural do país. Por outro lado, para Totti (2022), Guerreiro Ramos, ao abordar as questões sociológicas com base nas estruturas nacionais e regionais dos países latino-americanos, propõe uma sociologia de caráter particularista. Ele não negava as determinações universais da ciência, mas entendia que elas deveriam ser adaptadas à realidade nacional e regional, promovendo uma sociologia voltada para a redenção nacional. Ao adotar essa posição, Totti concordou com o termo utilizado por Caio Navarro de Toledo, de que Guerreiro Ramos desenvolveu uma sociologia com uma perspectiva engajada.

Ainda, para Totti (2022), a contenda entre ambos estava longe de ser resolvida e relacionava-se aos parâmetros que a sociologia, enquanto ciência, deveria seguir: adotar modelos metodológicos de caráter universal, aplicáveis a diferentes estruturas sociais, ou um modelo de caráter nacional que atendesse às necessidades específicas de determinada estrutura social nacional e regional. Esse era o grande dilema. Florestan Fernandes não descartava a necessidade de os estudos sociológicos focarem na realidade nacional, pois grande parte de sua obra foi direcionada para a análise das estruturas sociais da realidade brasileira, mas ressaltava que a ciência tinha procedimentos metodológicos de caráter universal, e a sociologia brasileira não deveria ser diferente.

A contenda promoveu as mais variadas reflexões e significações sobre a natureza e o propósito da disciplina de sociologia na realidade brasileira, deixando um impacto substancial no avanço das Ciências Sociais no país.

Florestan Fernandes⁵, nascido em 1920 e falecido em 1995, enfrentou uma infância marcada pela pobreza, sendo filho de uma lavadeira e vivendo em condições financeiras modestas. Desde cedo, teve de trabalhar, desempenhando uma variedade de empregos, como engraxate, biscateiro e garçom. Seus estudos foram interrompidos após concluir apenas os três primeiros anos do ensino primário, mas, em 1930, completou o curso de madureza.

Sua trajetória mudou quando, trabalhando como garçom, conheceu alunos e professores da Escola Livre de Sociologia e Política, que frequentavam o estabelecimento. Seu interesse pela leitura, especialmente nas bibliotecas públicas, impressionou esses acadêmicos, que o encorajaram a tentar ingressar na Universidade de São Paulo (USP). Apesar dos desafios dos testes de admissão, Florestan conseguiu entrar no curso de Ciências Sociais em 1941.

Na Universidade de São Paulo (USP), teve a chance de aprender com professores importantes, como Roger Bastide. Em 1964, assumiu a cadeira de sociologia que Bastide ocupava anteriormente. Mas, em 1969, o AI-5 o demitiu compulsoriamente. Em 1970, aceitou um convite para ser professor titular na Universidade de Toronto, do Canadá. Apesar de desejar retornar ao Brasil em 1973, Florestan foi proibido de ministrar aulas e acabou coordenando o projeto da coleção grandes cientistas da Editora Ática e deu aulas na Pontifícia Universidade Católica (PUC) durante esse período de impedimento. Sua vida e carreira refletem um percurso marcado por desafios, determinação e contribuições significativas para o campo da sociologia. No contexto brasileiro, Florestan Fernandes aplicou essa abordagem de uma maneira única, explorou a relação entre opostos aparentes, como arcaísmo e modernidade, riqueza e pobreza, centro e periferia, mostrando como esses elementos opostos estavam interligados na totalidade do sistema social brasileiro. Essa interconexão servia como uma estratégia de reprodução do sistema como um todo.

Segundo Bariani (2008), a contenda entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos foi um momento em que dois sociólogos brasileiros proeminentes expuseram seus pensamentos e ideais com grande acuidade. Durante o debate, evitaram lançar argumentos de cunho moral ou acusatório, embora Guerreiro Ramos tenha sido incisivo em algumas de suas colocações chegando a chamar Florestan de bovarismo⁶.

⁵ Referência extraída da bionota escrita por Elide rugai Bastos presente no site da SBS.

⁶ Acusação presente no prefácio da segunda edição da *Redução sociológica*.

Com o tempo, ficou evidente que a disputa não se limitava a dois sociólogos em ascensão intelectual, mas representava distintas formas de institucionalização das ciências sociais (em São Paulo e no Rio de Janeiro), de socialização e formação intelectual (teórica, política e ideológica) e concepção de ciência sociológica. Além disso, refletiu diferentes concepções sobre a sociologia, o papel do sociólogo, interpretações da sociedade brasileira, visões de mundo e projetos para as ciências sociais e, em última análise, para o Brasil.

A polêmica iniciou durante o II Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo em 1953. Guerreiro Ramos presidiu a Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais e apresentou algumas propostas que desencadearam o debate. As recomendações foram rejeitadas no congresso, com a votação resultando em 22 votos contra 9. No entanto, o assunto gerou repercussão e as críticas às propostas logo surgiram, algumas vezes de forma obtusa. Guerreiro Ramos reagiu mediante artigos publicados no Diário de Notícias, do Rio de Janeiro, e recebeu apoio de alguns, incluindo Nelson Werneck Sodré, seu futuro colega no IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros).

Ora, mas por que a negativa da votação repercutiu tanto no meio acadêmico? Segundo Bariani (2008), “basicamente porque não eram simples menções e sim um ‘projeto’, um modo de encarar a sociologia e o país” (Bariani, 2008, p. 149).

Guerreiro, não contente com o resultado, publicou em 1954 a *Cartilha do aprendiz de sociólogo*, reeditado em 1957. Nessa obra, em que buscou estabelecer um diálogo direto com Florestan Fernandes e seus seguidores sobre questões metodológicas e a introdução da sociologia, Guerreiro Ramos argumentava a favor de cada item ali defendido. Iniciou sua proposta criticando a prática de transplantar literalmente medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos e o uso excessivo e, muitas vezes abusivo, do arsenal teórico, especialmente conceitual, elaborado nos países dominantes. Segundo Ramos (1995), a sociologia brasileira, ao fazer uso indiscriminado desse arsenal teórico, arriscava se tornar uma “sociologia consular” e “enlatada”.

De acordo com Guerreiro Ramos (1995), a realidade nacional era única em sua especificidade, resultante do desenvolvimento histórico-social específico que gerava seus próprios desafios e, portanto, exigia uma abordagem teórica adequada para compreendê-la, mesmo reconhecendo que a sociologia, como ciência, seja uma só.

Nesse sentido, os sociólogos teriam de tomar muito cuidado para não reproduzir uma alienação em relação às teorias transplantadas.

Bariani (2008) frisou que, a respeito do futuro da sociologia como ciência, Guerreiro Ramos estava preocupado com a viabilidade das pesquisas nas condições econômico-sociais do Brasil. Ele argumentava que era essencial adequar as pesquisas às disponibilidades da renda nacional, aos recursos econômicos e de pessoal técnico e ao nível cultural geral da população. Na falta de pleno desenvolvimento, era necessário alinhar as possibilidades de investigação à capacidade de investimento, levando em consideração a disposição cultural e as prioridades de investigação. Destacava-se a formulação de interpretações abrangentes dos aspectos globais e parciais das estruturas nacionais e regionais, o que contribuiria significativamente para o conhecimento da estrutura social e permitiria a implementação de políticas planejadas que impulsionariam o processo de industrialização e desenvolvimento. Guerreiro Ramos enfatizava que a melhoria das condições de vida das populações estava diretamente ligada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais.

Dada a prioridade, há um claro repúdio aos estudos sobre "minudências da vida social", ou seja, estudos predominantemente empiristas, à semelhança da sociologia estadunidense e suas investigações de caso, que se concentram em pequenos grupos e comunidades - um exemplo seria a obra de Emílio Willems, "Cunha: Tradição e Transição em uma Cultura Rural do Brasil" (1947).

Shiota (2010) descreve que, no que tange à crítica da especialização, da institucionalização da disciplina e dos métodos científicos, Guerreiro Ramos se alinha mais ao posicionamento crítico de Caio Prado Jr. em relação a Emílio Willems do que à defesa inicial que fez desse autor e da sociologia oriunda da escola de Chicago. Ele se torna um crítico contundente das pesquisas empíricas sobre os detalhes da vida social, argumentando que elas impedem a formulação de uma teoria geral, a menos que sejam guiadas por uma ideia-força e um compromisso com a transformação social, como posteriormente sua adesão ao nacionalismo. Guerreiro Ramos critica a sociologia de Chicago, os trabalhos elaborados sob esse método e os usos dos conceitos de "assimilação" e "aculturação", presentes nos trabalhos dos intelectuais da chamada escola de sociologia paulista., argumentando que não oferecem caminhos para as transformações históricas nem para a superação dos obstáculos e dilemas da sociedade brasileira.

Em contrapartida, os estudos que se dedicam à compreensão da nação e que delineiam possíveis direções para o desenvolvimento deveriam ser valorizados, seja por meio de explicações de natureza geral e sintética, como as elaboradas por Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Caio Prado Jr., seja com obras que iluminam aspectos parciais relevantes da realidade brasileira, como "Geografia da Fome" de Josué de Castro e "A Vida Privada e a Organização Política Nacional" de Nestor Duarte. De acordo com Shiota (2010),

Autores como Oliveira Viana e Alberto Torres tiveram presença marcante na formulação da sociologia nacional de Guerreiro Ramos, porém, as soluções presentes nos escritos dele, nas décadas de 1950 e 1960, sobre o Brasil, distanciam sua proposta daqueles intérpretes (Shiota, 2010, p. 85).

No entanto, as pesquisas sobre "minudências" poderiam, implicitamente, perpetuar estilos de comportamento pré-letrados, promovendo o isolamento e a ignorância, em vez de entender os mecanismos de integração das populações marginalizadas na sociedade brasileira, como indígenas e afro-americanos. Isso seria prejudicial não apenas por utilizar recursos escassos que poderiam ser direcionados para pesquisas mais relevantes para a nação, mas também por focar indiretamente essas populações como problemas ou desvios. Guerreiro Ramos, conforme apontado por Rago (1992), atualizou o pensamento daqueles autores em relação ao seu contexto histórico e às possibilidades de desenvolvimento independente que ele via no processo de industrialização do Brasil.

Em 1954, o *I Congresso Brasileiro de Sociologia* foi um marco histórico para a disciplina. Durante o evento, houve intensos debates sobre a inclusão obrigatória da sociologia no currículo das escolas secundárias. Florestan Fernandes se destacou nesse congresso, representando a Universidade de São Paulo, com uma apresentação sobre a questão da educação brasileira defendendo a introdução da sociologia no ensino médio. Na sua intervenção, Florestan abordou a importância da sociologia no currículo escolar do ensino médio. Segundo Florestan,

[...]que as oportunidades docentes concedidas aos licenciados em ciências sociais são demasiado restritas. A ampliação do sistema de matérias do ensino secundário permitiria garantir uma absorção regular ou permanente dos licenciados nesse setor e garantiria as secções de Ciências Sociais das faculdades de filosofia uma certa equivalência com as demais secções, no que concerne à motivação

material dos alunos, que procuram essas faculdades porque pretendem dedicar-se ao magistério secundário e normal. Tais interesses são naturalmente legítimos. Nas condições brasileiras, é quase impossível estimular o progresso das pesquisas sem que se criem perspectivas de aproveitamento real de mão de obra especializada. Contudo, a questão nem merecia ser discutida, se somente pudesse ser encarada à luz dos interesses profissionais dos sociólogos, por mais nobres e louváveis que fossem os seus fundamentos ou os efeitos que deles poderiam advir (Fernandes, 1977, p.105).

Nesse contexto, a introdução da disciplina no ensino secundário daquela época teria diversos impactos positivos. Primeiramente, ela promoveria o crescimento interno da sociologia ao aumentar a demanda por profissionais nessa área e ajustar os conteúdos ensinados em sala de aula. Além disso, para os jovens estudantes do ensino médio, a sociologia aumentaria a eficiência e a harmonia nas atividades, proporcionando uma compreensão mais profunda das relações entre meios e fins em diferentes setores da vida social.

Para Totti (2022), no debate que se estendeu ao primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia, Florestan Fernandes defendeu a reintrodução da sociologia no currículo escolar secundário e argumentou que apenas as técnicas sociológicas poderiam atender às demandas sociais, fornecendo instrumentos científicos avançados para resolver problemas sociais e educacionais. Fernandes posicionou o sociólogo como um intelectual manheimiano, responsável por orientar mudanças culturais. Em um congresso internacional de relações internacionais, ele enfatizou a importância da sociologia na resolução de conflitos internacionais, atribuindo à disciplina uma função crucial e quase religiosa.

Segundo Santos (2017), para que a implementação da sociologia no ensino médio fosse efetiva, seria necessário delimitar os temas universais das Ciências Sociais, concentrando-se nos problemas específicos do Brasil. Esse esforço teria grande importância para os sociólogos interessados na introdução da sociologia nas escolas de ensino médio.

Segundo Bariani,

A questão do ensino de sociologia como disciplina na instrução geral da população (ensino secundário) também foi assunto premente do debate, como reivindicação, refletia sobretudo uma preocupação muito presente na época: a sociologia era encarada como uma espécie de conscientização social e/ou de modernização de mentalidade – Fernando de Azevedo, Costa Pinto, Antonio Cândido,

Emílio Willems, Oracy Nogueira e outros também se ocuparam da matéria (Bariani, 2008, p. 151-152).

Durante o primeiro congresso, surgiram diversas propostas valiosas. No entanto, Florestan Fernandes (1977) optou por destacar apenas algumas que, em sua visão, eram pertinentes e relevantes para a transformação em curso na sociedade brasileira. Uma das propostas destacadas por Florestan foi a apresentada por Emílio Willems, que enfatizava a função geral do ensino das ciências sociais em um sistema educacional abrangente. Willems destacou as condições da vida política nas sociedades democráticas como um ponto crucial. Dessa forma, o treinamento educacional se alinharia a um olhar crítico baseado no conhecimento histórico-sociológico do contexto brasileiro.

Sob a perspectiva de Guerreiro Ramos (1953), o ensino da sociologia na escola transcende a mera vulgarização de informações. Constitui-se, antes, como um veículo propulsor para disseminar uma consciência crítica acerca dos dilemas nacionais e fomentar uma emancipação cultural em relação ao colonialismo. Este se configura como uma batalha adicional no combate aos males da transplantação, agora dirigido ao cotidiano, ao senso comum e à percepção que os não-especialistas, em particular a emergente "população", têm da realidade brasileira. Para Ramos,

Os países descobertos e colonizados, como o Brasil, estão sujeitos a esta deformação cultural. São extensamente, pseudomorfoses, no sentido que seus aparatos institucionais, recortados à imagem e semelhança dos de países de grande prestígio cultural, não resultaram da evolução propriamente dita, da elaboração interna do processo de crescimento orgânico destes países, mas de transplantações (Ramos, 1995, p.114).

Segundo Santos (2017), Guerreiro Ramos atribuiu um valor fundamental à sociologia brasileira, argumentando que todo o processo sociológico deveria ser real e concreto, compreendido como um conjunto de leis destinadas a enriquecer o trabalho sociológico com valores reais. Ele sustentava que, no contexto dos países da América Latina, nenhuma instituição evoluiu organicamente, mas foi transplantada de outras culturas dominantes que imperaram sobre esses territórios em determinados períodos, incluindo a sociologia no Brasil. Ainda, a sociologia no âmbito escolar, se revestiria de um propósito libertário e conscientizador, configurando-se como um saber destinado a suprimir a ingenuidade alienada.

Totti complementou que,

Guerreiro Ramos, apesar de considerar importante a divulgação dos estudos sociológicos na escola secundária, questiona as condições de oferecimento dessa disciplina diante da realidade brasileira. Na visão do sociólogo baiano ocorria uma alienação da sociologia brasileira frente à realidade nacional, tanto na formação como na metodologia e os manuais estariam atrelados aos pressupostos teóricos estrangeiros, o que levou Guerreiro Ramos a classificar a sociologia brasileira como uma sociologia enlatada (Totti, 2022, p.119).

Retornando a Guerreiro, essa pseudomorfose, significado atribuído pelo autor, denota a profunda influência histórica, caracterizada pela intervenção de uma cultura consolidada e desenvolvida sobre outra em processo de formação, exemplificada pela ação de Portugal sobre o Brasil. Wanderley Guilherme dos Santos (1978) trabalhou bem essa questão, detalhando a influência dos portugueses sobre o Brasil, revelando a complexidade das dinâmicas culturais e históricas que moldaram a sociedade brasileira.

Florestan Fernandes, em 1958, publicou um artigo na Revista Brasileira de Estudos Políticos, intitulado "O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros". Neste artigo, Fernandes critica alguns aspectos da comunicação de Guerreiro Ramos no II Congresso Latino-Americano de Sociologia. O foco da crítica é voltado para a natureza do trabalho científico e suas associações, que, segundo o professor, seria:

[...] considerar impositivas as obrigações do sociólogo em relação ao sistema de interesses e de valores da nação a que deve lealdade, e, ao mesmo tempo, negligenciar as obrigações dele, relacionadas com o sistema de normas e de valores do saber científico (Fernandes, 1977, p. 68).

De acordo com Bariani (2008), na visão de Florestan Fernandes, o cientista só poderia contribuir com a comunidade se aderisse rigorosamente aos princípios do conhecimento científico; caso contrário, poderia criar uma "pseudociência". Assim, a sugestão de Guerreiro Ramos de evitar estudos detalhados seria vista como uma imposição ideológica que não leva em conta as exigências do trabalho científico. Em um país tão diverso quanto o Brasil, a maneira mais confiável de compreender a estrutura social nacional e regional seria por meio de estudos detalhados, pois somente a partir desses estudos, realizados com rigor científico, seria possível

generalizar os resultados. Ignorar esses estudos seria descartar todo o progresso alcançado pelos avanços empíricos e indutivos na pesquisa sociológica desde o seu primórdio no Brasil.

Para Florestan (1977), o paradigma da pesquisa científica não deve ser determinado pelo estágio de desenvolvimento da estrutura social, mas sim pelos critérios de explicação científica na sociologia. As demandas não devem ser orientadas pelos recursos disponíveis ou pelo nível cultural genérico das populações. Mesmo diante das adversidades enfrentadas na realização de pesquisas científicas em um país como o Brasil, é essencial considerar os padrões mais rigorosos. Para tanto, uma estratégia adequada deve ser formulada, levando em conta:

- 1) a seleção de problemas relevantes para a análise sociológica, quase sempre perturbada pelo impacto de influências extracientíficas;
- 2) a capacidade de promover a necessária adequação de noções e categorias abstratas, construídas pelos sociólogos através da observação e da interpretação de fenômenos similares em países que reproduzem, de forma mais completa, o mesmo tipo de ordem social (Fernandes, 1977, p. 70).

Totti (2022) reitera que Florestan Fernandes definiu as instâncias empírico-indutivas como aquelas que reproduzem fatos ou fenômenos sociais, argumentando que a realidade não é captada imediatamente, mas requer uma descrição e explicação científica, que se manifesta em totalidades. Esses procedimentos são universais, e as ciências da observação não são fundamentais para as ciências sociais. Fernandes defendeu que a sociologia deveria basear-se em dados empíricos, utilizando dados estatísticos como fundamentos metodológicos.

Durante o I Congresso Brasileiro de Sociologia, Florestan Fernandes (1955) expressou sua dúvida sobre a possibilidade de a sociologia ser ensinada regularmente nas escolas. Ele demonstrou que, para tornar este empreendimento bem-sucedido do sistema educacional brasileiro da época, seriam necessárias mudanças substanciais. No entanto, quando realizado corretamente, o ensino de sociologia pode preparar as novas gerações para lidar com questões sociais, econômicas, políticas e administrativas. Isso contribuirá para uma futura aplicação ampla no país. Guerreiro Ramos também expressou ceticismo, dizendo que a sociedade brasileira não estava preparada para o ensino de sociologia ideal. Ramos argumentou que a sociologia brasileira estava desconectada da realidade do país e se concentrava em questões

estrangeiras. Ele também destacou a falta de professores qualificados para lecionar a disciplina. Florestan Fernandes rebateu, argumentando que uma formulação precisa dos problemas sociais não garantiria uma compreensão racional da realidade brasileira. Guerreiro Ramos defendeu sua posição, destacando-se como um pragmático em contraposição aos acadêmicos presentes no congresso.

As farpas entre esses dois sociólogos não pararam nos debates do *II Congresso Latino-Americano* de sociologia nem no *I Congresso Brasileiro de Sociologia*, segundo Bariani:

Não obstante os comentaristas aterem-se – quando abordam a polêmica – somente ao episódio das teses de Guerreiro Ramos e a crítica de Florestan Fernandes em “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”, seguiram-se outros rounds, embora as referências – explícitas por parte de Guerreiro e veladas de Florestan – por vezes, não sejam imediatamente identificáveis (Bariani, 2008, p. 155-156).

Ao revisitar “A redução sociológica” em 1965, Guerreiro Ramos acrescenta um novo prefácio, no qual se defende das críticas de Florestan Fernandes em “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”. Ele argumentou que o professor paulista:

1) confunde a ciência sociológica em hábito com a ciência sociológica em ato. O autor não ultrapassou a área informacional da sociologia. Por isso, o trabalho em pauta reflete uma ideologia de professor de sociologia, antes que atitude científica de caráter sociológico diante da realidade; 2) a crítica em apreço ilustra como algo mais do que a informação e a erudição, é necessário para habilitar ao estudioso a fazer uso sociológico dos conhecimentos sociológicos ou, em outras palavras, para a prática da redução sociológica; 3) pressupõe a referida crítica falsa noção das relações entre teoria e prática no domínio do trabalho científico, e assim tende a hipostasiar a disciplina sociológica, tornando-a um conhecimento superprivilegiado (Ramos, 1996, p. 16).

As principais ideias de Guerreiro em *A redução sociológica* e *A cartilha do aprendiz de sociólogo* são bem definidas por Nogueira. Segundo Nogueira (2016), a noção de “*redução sociológica*”, concebida como uma abordagem crítica destinada a assimilar a produção sociológica estrangeira, aliada a uma atitude parentética visando transcender os condicionamentos circunstanciais para expressar-se de maneira livre e autônoma, moldou o *modus operandi* de Guerreiro Ramos. Para ele, a sociologia era mais do que uma disciplina acadêmica; era uma ciência prática que amalgamou

ciência e política, caracterizando-se como uma sociologia da ação militante. Essa fusão entre teoria e prática o conduziu a se tornar uma figura pública engajada em grandes causas nacionais, mas sobretudo um cientista social que acreditava numa perspectiva de revolução brasileira.

Em sua crítica ao artigo de Florestan, Guerreiro Ramos (1996) o caracteriza como um "manifesto ideológico de um professor de sociologia no Brasil", apontando duas características principais dessa ideologia: o "provincianismo" e o "bovarismo". O "provincianismo" refere-se à busca por preservar a integridade do trabalho sociológico, afastando-o de influências filosóficas e transformando-o em uma disciplina conservadora. Segundo Guerreiro Ramos, essa atitude refletiu um "isolamento sociológico" que serve aos interesses burocráticos, resultante da institucionalização precoce do ensino da sociologia. Por outro lado, o "bovarismo" implica acentuar a separação entre os sociólogos e o público leigo, transformando a sociologia em uma forma de proselitismo elitista. Guerreiro Ramos defendeu que a sociologia deveria se desvincular desse caráter elitista e se tornar uma forma de consciência social mais ampla e acessível, essencial para superar os desafios que impedem o desenvolvimento.

Em "Sociedade de classes e subdesenvolvimento", Florestan Fernandes (2009) retoma suas críticas a Guerreiro Ramos. Florestan argumentou que o equívoco central nas considerações de Ramos residia na própria concepção de sociologia, em que defendeu uma ligação estrita com uma sociedade específica e uma especificidade histórico-social irreduzível. O sociólogo paulista acreditava que essa posição transformava o sociólogo em ideólogo, levando-o a ignorar os requisitos da explicação científica e a criar falsos problemas e explicações mistificadoras. Enfatizando que, embora a sociologia seja influenciada pela cultura em que se desenvolve, ainda é possível desenvolver métodos e técnicas de uso universal, Fernandes defende uma visão mais ampla da sociologia, ao mesmo tempo em que critica as posições de Guerreiro Ramos.

Guerreiro (1996) não parou e acrescentou que o texto de Florestan Fernandes, "O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros", apresenta uma aura de esoterismo, mas, ao chegar ao seu desfecho, o autor nos oferece páginas que nos levam a acreditar que o renomado sociólogo paulista estava em meio a um processo de autocrítica. Declarou Ramos:

(A sociologia..., p. 39). Quem conhece os escritos do professor paulista se dará conta de que essa frase é, nele, indicativa de uma revolução interior. O Sr. Florestan Fernandes já escreve sobre a sociologia militante. Temos a esperança de que se torne, em breve, um sociólogo militante. Só então se eliminará sua resistência à redução sociológica (Ramos, 1996, p.29).

Essa menção é referente ao texto "*A sociologia como afirmação*", originalmente publicado na Revista Brasileira de Ciências Sociais no ano de 1962 e foi reeditado em "*A sociologia numa era de revolução social*", no mesmo ano.

Para Bariani (2008), o professor Guerreiro Ramos percebeu o "acento mannheimiano que adquire a produção do sociólogo paulista, a ponto de vaticinar um desfecho militante à sociologia deste. Ironicamente, é Guerreiro Ramos quem primeiro vislumbrou o sociólogo e militante que Florestan Fernandes viria a se tornar." (Bariani, 2008, p. 158).

Nesse sentido, para alguns professores que se propuseram a analisar essa contenda, como Arruda (1989), Ortiz (1990), Oliveira, L. (1995), Cohn (1995) e Vianna, L. (1997), Bariani (2008) frisou que, na perspectiva dos analistas que, em geral, se concentraram no primeiro embate, a controvérsia entre os dois sociólogos é interpretada como uma série de oposições: ISEB versus USP, São Paulo versus Rio de Janeiro, 'sociologia carioca' versus 'sociologia paulista', mertonianos versus mannheimianos, entre outros. Todas essas divisões têm certo grau de plausibilidade e especulação, contribuindo para a compreensão do fervor intelectual da época e das trajetórias dos autores. No entanto, dada a amplitude da discussão entre eles e a singularidade de suas posições, é um erro tanto reduzi-los a meros participantes quanto elevá-los à posição de personificações desses debates.

Sempre controverso, Guerreiro Ramos buscava ancorar incansavelmente a sociologia na realidade brasileira, visando torná-la um conhecimento genuinamente comprometido com o país e suas peculiaridades. Ele via a importância de evitar a simples importação de conceitos e teorias, pois isso resultaria em um conhecimento desconectado de seu objeto, desvinculado das relações sociais específicas de uma sociedade particular.

De acordo com Santos (2017), Guerreiro Ramos rejeitava a ideia de um método universal para a pesquisa, argumentando que esta deveria ser adaptada às particularidades históricas e recursos de cada nação. Ele observava que cada país tinha suas próprias peculiaridades nos métodos de investigação sociológica. No

entanto, na América Latina, ele criticava a adoção ortodoxa de métodos de países mais desenvolvidos, sem considerar o contexto local, como se fossem dogmas intocáveis. Para Ramos, isso era ilógico, destacando que os métodos de pesquisa frequentemente surgiam organicamente da motivação dos próprios estudiosos, e não de manuais pré-estabelecidos.

Embora enfatizasse a importância de utilizar as grandes obras universais da sociologia, Ramos não advogou por uma abordagem desorganizada da pesquisa. Ele reconhecia a necessidade de rigor metodológico, incentivando os sociólogos a desenvolverem seus próprios métodos, dada a natureza complexa e dinâmica das ciências sociais.

Bariani complementa que,

Cumpria efetivar uma sociologia compromissada com o país em sua realidade nacional e, logo, com as necessidades de transformação desta, daí suas tarefas como instrumento de conscientização e intervenção no sentido do desenvolvimento (e da industrialização), bem como a integração de populações marginalizadas na vida nacional: “indígenas” e “afro-americanas”. A pesquisa sociológica – para Guerreiro Ramos – deveria se coadunar com tal realidade também no sentido de se adequar às possibilidades (de recursos técnicos, humanos e mesmo de certo “nível cultural genérico”); métodos, objetivos (e objetos) teriam de estar sintonizados com a interpretação e aplicação desse saber (de modo integral, totalizante) como autoconsciência e autodeterminação da nação – daí a prioridade aos estudos gerais e evitar os de caso. A sociologia deveria relegar seu caráter “profissional”, “esotérico” e postarse ao alcance da população (dos ‘leigos’), reunir numa práxis ampliada uma forma de explicação racional e efetivamente transformadora, conseqüente com os valores e aspirações nacionais. Assim, o ensino escolar de sociologia, a despeito desta ainda não ter se depurado da alienação em relação à realidade do país e ainda não possuir profissionais capazes, seria uma forma de tornar acessível esse saber ao senso comum, tornar-se efetivamente um “saber de salvação” (Bariani, 2008, p.159-160).

Para Florestan Fernandes, podemos verificar que o compromisso com a nação não era prioritário em relação à dedicação à ciência. Ele defendia que a sociologia deveria ser, antes de tudo, uma disciplina científica e, apenas secundariamente, nacional. Entretanto, para Totti (2022), o compromisso com relação à nação seja distinto, a questão era como fazê-lo. Florestan salientou que a ciência e o rigor metodológico são fundamentais para a resolução dos problemas nacionais, mas Guerreiro vai pensar sob outra perspectiva.

Fernandes enfatizava a importância de um rigor científico máximo no trabalho sociológico, argumentando que, apenas dessa forma, seria possível uma intervenção racional nos problemas sociais. Ele via a sociologia como uma ciência universal, baseada na indução, que buscava generalizações a partir de estudos específicos e aproveitava conceitos abstratos elaborados em sociedades mais avançadas para pensar sobre realidades sociais menos desenvolvidas nesse aspecto.

Nessa perspectiva, a sociologia era considerada uma disciplina especializada, distante do senso comum, e o ensino escolar da disciplina tinha como objetivo principal a capacitação dos alunos em técnicas racionais, preparando suas mentes para o progresso social. Fernandes não via o ensino da sociologia como uma forma de conscientização dos problemas sociais do país, pois acreditava que uma abordagem científica adequada não garantiria uma consciência social plena.

Totti (2022) acrescentou que segundo Florestan, outro fator relevante é o papel da sociologia como uma ciência aplicada, nos moldes manheimianos, encarada como capaz de intervir na sociedade através de instrumentos teóricos. Florestan Fernandes mobilizou a cadeira de Sociologia da Universidade de São Paulo, juntamente com assistentes e colaboradores, para travar uma batalha na sociedade civil contra os ideais privatistas de Carlos Lacerda e da Igreja Católica. Foram realizados debates e palestras com setores da elite paulista ligados ao jornal "O Estado de São Paulo" e movimentos sociais, incluindo conferências com setores operários e líderes sindicais, promovendo uma aproximação da universidade com o povo. Florestan acreditava que a educação popular era essencial para reduzir as desigualdades sociais no Brasil e que um Estado educador só seria efetivo em um contexto democrático. Ele via, na educação e na campanha, um meio de promover a cidadania civil e política, fundamental para as mudanças sociais necessárias. Para ele, uma sociedade mais democrática e equitativa exigia reformas abrangentes, incluindo nelas a educação, desenvolvendo suas teses de "revolução dentro da ordem" e "contra a ordem", conforme concluiu Totti.

Por outro lado, para Bariani (2008), duas visões sociológicas distintas se confrontavam: uma buscava ser um conhecimento que promovesse a autoconsciência e a autodeterminação social, visando ao desenvolvimento e à autonomia nacional (Guerreiro Ramos), enquanto a outra buscava universalizar-se em método e procedimentos, mantendo os padrões de excelência do trabalho científico e não necessariamente aplicando seus resultados diretamente em ações políticas (Florestan

Fernandes). Os dois sociólogos se opunham em relação ao objetivo de construir um capitalismo autônomo e nacional (Guerreiro Ramos) *versus* enfatizar a generalização e o aprofundamento da ordem social competitiva como elementos determinantes das possibilidades e limites da modernidade (Florestan Fernandes).

Segundo Santos,

podemos identificar em Fernandes a alegação do conhecimento numa ótica naturalista de modo positivo, ao passo que procurava validar a sociologia como uma ciência baseada na experiência, ou seja, empírica e de caráter indutivo, a qual, com uso adequado de métodos podiam verificar e apreender com objetividade, que, para ele, seu objetivo era sinônimo de produzir conhecimento. Encontramos também elementos aperfeiçoados do funcionalismo, característico da corrente clássica francesa ao historicismo de Mannheim, da mesma maneira que focalizou numa análise dos enigmas da transformação social. Pontos que, segundo Ramos (1995) são impossíveis de alcançar, justamente por não fazer uma análise concreta da realidade em que o país vivia (Santos, 2017, p.59).

Florestan Fernandes representava uma visão oriunda do centro nacional mais desenvolvido do capitalismo, marcada pela modernização burguesa e pelo desejo de romper com uma grave herança histórica. Inicialmente, ele acreditava na criação de uma ordem social competitiva e na organicidade da sociedade para promover democracia e desenvolvimento. Com o tempo, passou a incorporar intervenção social, preocupando-se com o papel do país na estrutura global. Via a ciência como caminho para a maturidade e a sociologia como um fruto promissor dessa busca, apesar de ainda em desenvolvimento.

A sociedade civil, inicialmente vista como um campo de atuação moderno e racional, foi repentinamente confrontada com resquícios do passado autoritário e irracional à medida que a burguesia se mostrava conivente com tais retrocessos. A partir dos anos 1970, surge um clamor por revolução, buscando erradicar a miséria que afligia os menos privilegiados. Nesse contexto, a ciência, incluindo a sociologia, passou a ser vista como uma ferramenta manipulada pelas elites para perpetuar uma ilusão de progresso e democracia social, frustrando as esperanças daqueles que almejavam uma mudança genuína.

Por outra ótica, Guerreiro Ramos (2016) desvelou uma visão encharcada de fervor em relação a seu espaço existencial, percebendo-o não apenas como um local de existência, mas como a nascente de um porvir auspicioso, onde brotavam aspirações, por vezes tingidas de romantismo, em face de um mundo cético.

Sobrevivia a um passado impregnado pela opressão colonial, que ele ousava transformar em alicerce para uma nova ordem social, erigindo um futuro que pudesse ser almejado com orgulho. Embora a dinâmica global se mostrasse opressiva, vislumbrava um enclave reservado para uma autenticidade genuinamente brasileira. Nessa narrativa, a sociologia emergia como a consciência e a fé nessa identidade singular, prometendo, muito além da simples modernidade, a redenção e a realização das esperanças do povo, guiadas pela *intelligentsia* e amparadas pelo Estado. Contudo, frente à não concretização dessa promessa, desabrocharam a melancolia e o desencanto perante a modernidade, particularmente a partir da década de 1970.

De certa forma, os autores pintaram um contraste, embora não exagerado, entre São Paulo e o Rio de Janeiro, com suas diferentes atmosferas e formas, tanto econômicas quanto culturais e políticas, bem como em sua institucionalização e estabelecimento universitário, acadêmico e intelectual. São dois "microcosmos" que, cada um à sua maneira, enfrentaram os desafios da construção da sociologia brasileira e elaboraram soluções distintas para implementar e operacionalizar esse conhecimento.

Além disso, para Bariani (2008) essa controvérsia foi protagonizada por dois sociólogos, oriundos de famílias humildes, criados por mães batalhadoras e sem a presença paterna, que perseguiram seus objetivos, superaram a desigualdade de oportunidades e alcançaram reconhecimento na universidade, no magistério e na esfera pública. São dois pioneiros da sociologia acadêmica, que seguiram caminhos diferentes, com suas vidas se entrelaçando de maneira peculiar: Guerreiro Ramos, do intenso envolvimento político à distância (ou mesmo indiferença) expressa por uma sociologia institucional, e Florestan Fernandes, da academia sociológica à defesa ideológica do movimento revolucionário popular.

Ambos eram eruditos, intelectuais públicos, dotados de um brilho incomum. Embora fossem oponentes e talvez complementares, se não paradigmáticos, eram certamente significativamente únicos. Eram dois weberianos e mannheimianos particulares, ecléticos na aparência e desprovidos de preconceitos, exilados, engajados e até mesmo eleitos deputados. Eram dois inconformistas, radicais à sua maneira. A sociologia, para eles, transcendia o status de disciplina acadêmica; dedicaram suas vidas a ela, mas ambos os projetos "fracassaram": não alcançaram a autonomia, a revolução, a paixão ou a sociologia nacional que almejavam. Em vez disso, o que sucedeu foi a tecnologia de controle social, uma profissionalização do

saber que se inseriu na universidade e nas instituições, mas sem atingir o objetivo de intervenção racional e rebeldia política, nem de se tornar a forma predominante de autoconsciência social.

Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes representaram um momento "heroico" da sociologia brasileira, ascendendo socialmente em uma época de oportunidades limitadas, mas promissoras, em meio à consolidação da classe trabalhadora e conflitos sociais.

Florestan Fernandes, orgulhoso de suas origens plebeias, ascendeu à classe média e manteve um vínculo com as classes subalternas, embora seu engajamento fosse muitas vezes ético devido à tensão entre ciência e militância. Resistiu à cooptação pela classe dominante, mas sua ascensão social lhe causava certo desconforto, levando-o a radicalizar algumas posições à esquerda. Seu revolucionarismo refletia tanto solidariedade aos oprimidos quanto revolta contra seu destino amado pela classe dominante. Por outro lado, Guerreiro Ramos, rejeitado pela Universidade brasileira e politicamente incompreendido, buscava aceitação. Seu nacionalismo refletia a busca por integração e autonomia, encarnando os ideais da classe média em busca de segurança e independência.

Se trouxermos as reflexões que esse debate proporcionou para a nossa realidade, principalmente a realidade do estado paulista em relação ao ensino de sociologia, tanto no que tange à universidade pública, bem como o ensino de sociologia no ensino médio público, podemos afirmar sem muito esforço que houve falha, mas também acerto. Ao sugerirmos a realidade do estado paulista, pensamos, primeiramente sob a perspectiva apontada por Jackson e Barbosa (2017), que o estado de São Paulo é palco do maior centro de produção acadêmica do país, projeto iniciado com a criação da USP lá em 1934, e também o pioneiro na institucionalização da sociologia no Brasil, como sugeriu Brasil Júnior (2012), além de ser o estado natal de Florestan, antagonista de Guerreiro no debate.

Dada a importância desse debate para a ciências sociais e em especial à sociologia brasileira, Jackson; Barbosa (2017) argumentam que no cenário intelectual brasileiro, a "sociologia da sociologia" não se delinea como uma área consolidada e formalmente reconhecida, porém é viável segmentá-la mediante a delimitação de seu escopo, a formação disciplinar de seus praticantes e sua abordagem analítica. Entretanto, cada um desses aspectos está sujeito a interpretações controversas. Em relação ao escopo, sua definição pode ser estabelecida com base no processo inicial

de institucionalização das ciências sociais nas universidades brasileiras, abarcando suas etapas e dimensões fundamentais - universidades, faculdades, escolas, centros e institutos de pesquisa, grupos, personalidades/trajetórias, obras, disputas/polêmicas, padrões de profissionalização e relações com disciplinas correlatas. Não obstante, é preciso reconhecer que tal critério tem sido objeto de questionamentos desde as primeiras reflexões disciplinares, notadamente por autores como Guerreiro Ramos na década de 1950 e Wanderley Guilherme dos Santos na década seguinte, os quais argumentaram que tal abordagem tende a excluir autores e obras do pensamento social e político brasileiro anteriores à institucionalização universitária, e agora na atualidade, há a exclusão do próprio Guerreiro Ramos.

Dessa forma, percebemos a necessidade de analisar os planos de ensino das cinco universidades públicas no estado de São Paulo que ofertam o curso de ciências sociais, sendo a Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Inicialmente procuramos identificar quais das cinco universidades trazem como referência os dois autores que travaram o debate acerca do ensino de sociologia. Assim, delimitamos nossa análise aos planos de ensino das disciplinas, sociologia brasileira e pensamento social brasileiro, ou alguma disciplina similar a essas duas. Os planos de ensino estão disponíveis no anexo B.

Nos referenciais uspianos, analisamos os planos de ensino das seguintes disciplinas: Pensamento e política no Brasil, Instituições políticas brasileiras em perspectiva comparada e Sociedade e cidadania no pensamento brasileiro, sendo todos eles para o ano de 2024. Frisamos que essas são as disciplinas que mais se aproximam do pensamento social brasileiro e da sociologia brasileira. Desse modo, podemos conferir apenas o nome de Florestan Fernandes com o livro *Revolução burguesa no Brasil* em apenas uma das três disciplinas ofertadas pela instituição. No que diz respeito à UNICAMP, foram analisados três planos de ensino, dois para o ano de 2024 e um, datado para o ano de 2022. Apenas um professor incluiu *Introdução crítica à sociologia brasileira* de Guerreiro; os outros dois professores incluíram somente o sociólogo paulista com os textos *Revolução burguesa no Brasil*, *O que é revolução*, *A integração do negro na sociedade de classes*, *Dependência e classes sociais na América Latina*, *Mudanças sociais no Brasil* e *Circuito Fechado*. Em relação à UFSCar, quando fizemos o pedido dos planos de ensino das disciplinas Sociologia

brasileira e História social do Brasil para a coordenadora do curso, ela apresentou um plano de uma professora que estava de licença, no qual não encontramos Guerreiro Ramos nas referências. No entanto, nos foi passado o contato de outro professor, e, ao entrarmos em contato com esse outro professor da disciplina história social do Brasil, ele nos afirmou que iria incluir Guerreiro Ramos na bibliografia da disciplina já para o ano letivo de 2024. No plano que nos enviou já constava três textos do Guerreiro Ramos, conforme ele havia comentado. Os textos são: *O problema do negro na sociologia brasileira*, *Negro Sou* e *Patologia social do branco brasileiro*, constando também algumas obras do Florestan Fernandes. O professor da disciplina Sociologia brasileira nos enviou o plano de 2023 com referência à *Introdução crítica a sociologia brasileira* de Guerreiro Ramos e mais duas obras de Florestan, *A integração do negro na sociedade brasileira* e *A revolução burguesa no Brasil*. Quanto aos planos de ensino da UNIFESP, conseguimos apenas o plano do ano de 2021 da disciplina Pensamento político e social brasileiro e não encontramos nem Florestan e nem Guerreiro Ramos em suas referências. Já nos referenciais bibliográficos dos planos de ensino da UNESP, tanto para o campus de Araraquara-SP quanto para o campus de Marília-SP, aparecem os dois autores.

Para exemplificar nossa análise de forma mais concreta, elaboramos uma tabela em que as colunas estão divididas por universidades, disciplinas e referências aos autores.

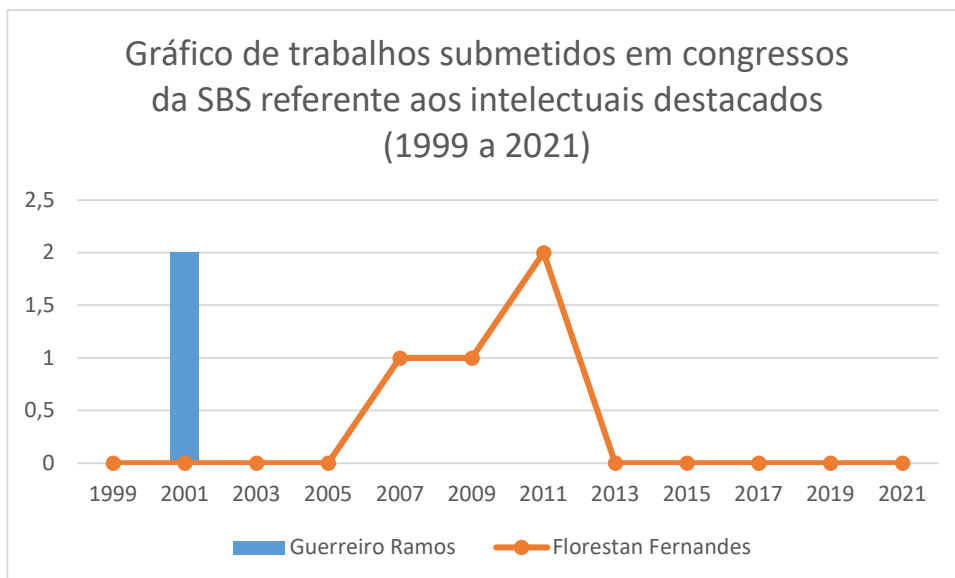
1- Tabela planos de ensino

Universidades	Disciplinas	Referências de Guerreiro Ramos	Referências de Florestan Fernandes
USP	Pensamento e política no Brasil		
	Instituições políticas brasileiras em perspectiva comparada		
	Sociedade e cidadania no pensamento brasileiro		A revolução burguesa no Brasil.
UNICAMP	Pensamento social brasileiro		A revolução burguesa no Brasil; A integração do negro na sociedade de classes; Circuito fechado; Capitalismo dependente e classes

			sociais na América Latina; O que é revolução; A ditadura em questão.
	Pensamento social do Brasil – Diurno		A integração do negro na sociedade de classes; A revolução burguesa no Brasil; Circuito Fechado.
	Pensamento social do Brasil – Noturno	Introdução crítica à sociologia brasileira.	A integração do negro na sociedade de classes; Mudanças sociais no Brasil; A revolução burguesa no Brasil.
UFSCar	História social do Brasil	Introdução crítica à sociologia brasileira; Negro sou; O problema do negro na sociedade brasileira.	Branco e negro em São Paulo; Coleção grandes cientistas sociais.
	Sociologia brasileira	Introdução crítica à sociologia brasileira.	A integração do negro na sociedade de classes; A revolução burguesa no Brasil.
UNIFESP	Pensamento político e social brasileiro		
UNESP - Araraquara	Sociologia brasileira		A sociologia no Brasil.
	Pensamento político no Brasil	A redução sociológica.	A sociologia no Brasil.
	Formação e desenvolvimento da sociedade brasileira		A integração do negro na sociedade de classes; A revolução burguesa.
UNESP - Marília	História do pensamento social brasileiro	A redução sociológica.	A etnologia e a sociologia no Brasil; A revolução burguesa no Brasil.

Vale lembrar ainda que demos preferência para os planos de ensino mais recentes; além disso, muitas dessas disciplinas acabam sendo ofertadas como disciplinas optativas em algumas dessas universidades.

Analizamos também o site da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) a fim de encontrarmos trabalhos que foram submetidos nos congressos e que traziam esses dois autores em voga. Os congressos organizados pela SBS ocorrem de dois em dois anos. Desse modo, iniciamos a análise pelo congresso do ano de 1999 até o ano de 2021, totalizando 12 eventos de grande envergadura para a sociologia brasileira. Demonstraremos os resultados através do gráfico abaixo.



Fonte: Sociedade brasileira de sociologia (SBS).

Tais análises reiteram a concepção de esquecimento acerca do sociólogo baiano em disciplinas e em eventos de extrema importância para a construção da história e os trajetos sobre a constituição da sociologia em território nacional, bem como a construção crítica dessa temática para os futuros sociólogos brasileiros.

Em relação à sociologia no ensino médio, já se passaram quase 70 anos desde o referido debate sobre a inclusão da sociologia no ensino secundário e, atualmente, vivenciamos novamente o descaso com a disciplina. Segundo Mendonça; Vallate (2023), as novas adaptações curriculares de disciplinas sem muito sentido para o processo de ensino e aprendizagem, como as do projeto Inova, impactam mais uma vez o ensino da sociologia nas escolas. Dessa maneira, o número de aulas de sociologia, filosofia e artes são reduzidas cada vez mais, como afirmam Mendonça; Vallate,

A BNCC para o ensino médio, alinhada à Lei Federal n. 13.415/2017, apresenta como disciplinas obrigatórias Português e Matemática, reduzindo às demais a um status diferenciado frente às obrigatórias, que poderão vir a compor os itinerários formativos, previstos a partir do segundo ano do ensino médio, ocupando o espaço dessas disciplinas, que terão de se articular em novas composições no currículo. No que se refere a Sociologia, não é a primeira vez que sofre golpe, que se materializa num retrocesso frente às OCN. Numa perspectiva de enfrentar os desafios e buscar garantir espaço para conteúdo tão importante ao jovem, faz-se necessário uma análise das possibilidades de trabalho no novo currículo (Mendonça; Vallate, 2023, p.5).

Como resultado, a inclusão de mais aulas de sociologia no currículo do ensino médio não apenas melhora a aprendizagem da matéria em si mas também fornece uma perspectiva analítica fundamental para uma compreensão mais profunda da dinâmica da instituição escolar em suas várias facetas sociais. A escola é uma instituição importante no sistema social e reflete e absorve várias manifestações da sociedade em que está inserida. Serve como um microcosmo onde as pessoas passam grande parte de suas vidas, procurando soluções para uma variedade de dilemas sociais, desde os mais pragmáticos até os mais abstratos, conforme relataram as autoras.

A correlação entre a escola e os resultados de avaliação em esferas mais abrangentes é de importância crucial. Neste caso, os indicadores derivados de distintos sistemas de avaliação como o da Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Ministério de Educação e Cultura (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) delineiam uma situação preocupante quanto à qualidade do ensino no Brasil, fornecendo dados concretos sobre os processos de ensino e aprendizagem no sistema educacional. Contudo, esses dados, embora elucidativos, apenas atestam a realidade atual, carecendo de uma análise abrangente que contextualize os resultados alcançados em relação aos objetivos preconizados pelo sistema educacional. Não precisamos fazer entrevistas com supervisores, gestores, professores e alunos para atestar que esses resultados são facilmente manipulados, pois o autor deste trabalho também é professor na rede pública do estado de São Paulo e conhece muito bem os meandros da educação paulista. Dados como o índice de analfabetismo e índice de frequência escolar são tranquilamente adaptados para atingir a “meta”, que, ao final, é recompensada com uma bonificação para os funcionários de cada unidade escolar que atingiu sua meta na educação paulista.

Para uma compreensão genuína dessa problemática, Mészáros (2005) apontou que é imperativo abordar tanto a crise social mais ampla inerente à sociedade capitalista quanto as inúmeras facetas dos dilemas internos da escola. Essas questões estruturais, frequentemente arraigadas, permeiam as condições de trabalho dos profissionais da educação, a configuração da profissão docente, a gestão institucional, as questões pedagógicas e outros aspectos, acarretando um esvaziamento da função da escola, relegando o conhecimento a uma esfera distante da vida cotidiana dos estudantes e da própria instituição.

Os conflitos entre os objetivos educacionais mais amplos e a falta de adesão a esses objetivos por parte dos trabalhadores escolares são uma constante. Isso gera uma dissonância entre o ato de ensinar e o ato de aprender, elementos indissociáveis do processo pedagógico.

Embora os estudantes reconheçam a importância da escola como um espaço de convívio social, muitas vezes a dimensão do aprendizado é negligenciada ou comprometida. Os professores, como mediadores entre o conhecimento científico e os alunos, frequentemente se veem incapazes de instaurar mudanças significativas na formação dos estudantes devido ao desalinhamento de motivações e objetivos entre as partes envolvidas, culminando em um conflito constante nas relações interpessoais, inclusive no âmbito pedagógico.

Não pretendemos nos alongar em relação a essa esfera da política educacional. Entretanto, a sociologia no estado de São Paulo vem sofrendo o que denominamos de 'diáspora da sociologia' em meio ao sistema educacional redigido pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e com apoio na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em nível nacional. Por sua vez, o estado paulista segue uma diretriz autônoma e que se pauta no modelo de competências do guru pedagógico estadunidense Doug Lemov. Com tantos profissionais capacitados dentro de nosso país, a saída encontrada pelo estado paulista foi se pautar no livro desse guru, intitulado *Aula nota 10*. Desse modo, o que resta para a sociologia é sua dissolução no currículo educacional paulista. Nesse sentido, é válido ressaltar a preocupação que Guerreiro Ramos teve ao questionar ferrenhamente o transplante de métodos de outros países para o nosso. Esses métodos não se encaixam na realidade do Brasil, e, na atual conjuntura, o modelo em voga adotado pelo estado tem prejudicado o ensino de sociologia no ensino médio.

Dessa forma, segundo as análises dos planos de ensino que ora foram realizados, o que vemos na universidade pública do estado paulista é a promoção do obscurecimento das obras relacionadas ao Guerreiro Ramos, acendendo uma luz de alerta em nível nacional, uma vez que o padrão uspiano é adotado por vários estados brasileiros, como destacou Jackson (2004) sobre o padrão científico presente nas revistas científicas espalhadas pelo Brasil.

Já no que se refere ao ensino básico, vemos o esvaziamento da disciplina no currículo paulista. Portanto, há uma urgência em retomar não só o que foi debatido

em relação à disciplina de sociologia, como também o obscurecimento de Guerreiro Ramos nas ciências sociais.

3 DO ISEB AO PROBLEMA NACIONAL

Neste capítulo analisaremos as principais ideias de Guerreiro Ramos acerca do problema nacional relacionado à sociologia, bem como as críticas que foram elencadas aos intelectuais isebianos. E nesse sentido, daremos o pontapé inicial discorrendo brevemente acerca das críticas.

Segundo Motta (2000), as principais críticas ao ISEB partiram de Caio Navarro de Toledo, Carlos Guilherme Mota e Maria Sylvia Carvalho Franco na década de 1970.

Bariani (2008) relatou que o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado em 1955 durante um período político incerto sob o governo interino de Café Filho, sendo extinto em 13 de abril de 1964, por decreto outorgado por Ranieri Mazzili. No início, o ISEB dispunha de uma ampla diversidade ideológica em seus conselhos, com figuras proeminentes como Anísio Teixeira, Roberto Campos, Gilberto Freyre, entre outros. Seu diretor era Roland Corbisier e contava com especialistas em diversas áreas como Álvaro Vieira Pinto (Filosofia), Cândido Mendes (História), Ewaldo Correia Lima (Economia), Hélio Jaguaribe (Ciência Política) e Alberto Guerreiro Ramos (Sociologia), que influenciaram significativamente a trajetória do ISEB, junto com remanescentes do IBESP, como o próprio Nelson Werneck Sodré.

Ao longo de sua existência, o ISEB passou por mudanças de personalidades e posicionamentos políticos, levando comentaristas a identificar possíveis fases em sua trajetória. Daniel Pécaut (1990) identificou três etapas: 1) desde o início (1955) até a crise em torno do livro de Hélio Jaguaribe e o afastamento de Guerreiro Ramos em 1958; 2) deste evento até as disputas na eleição presidencial de 1960 entre Jânio Quadros e Mal. Teixeira Lott; e 3) da configuração esquerdista até o fechamento em 1964. Caio Navarro de Toledo (1982) também definiu três fases, caracterizadas por posições ideológicas ecléticas, nacional-desenvolvimentistas e a defesa das Reformas de Base. Octávio Ianni (1985) identificou duas fases, uma mais neo bismarckiana e nacional-desenvolvimentista até o ano de 1958, e outra mais heterogênea ou contraditória até o ano do golpe militar em 1964. Helio Jaguaribe (2005) percebeu três momentos: uma fase teorizante e problematizante, a segunda fase, pontuada como militante sob a direção de Roland Corbisier, e a terceira fase de

radicalização em direção a um "socialismo populista". Jorge Miglioli (2005) dividiu a história do ISEB em duas fases, até 1958 e depois desse ano até 1964.

Para Motta (2000), há uma crítica recorrente em relação às obras dos autores associados ao ISEB, que geralmente apontam para uma suposta falta de rigor no uso de conceitos marxistas. E essa falta de rigor pode resultar em uma compreensão inadequada da realidade sociopolítica e econômica. Essa análise recomenda que o uso impreciso ou inadequado dos conceitos marxistas pode comprometer a capacidade dos autores isebianos de interpretar adequadamente a realidade em questão, desembocando numa teoria fragilizada, que dificultaria o processo de uma consciência revolucionária das classes subalternas.

Nesse sentido, Weffort (1978) mencionou a acusação ao ISEB discutindo a natureza do reformismo nacionalista, destacando sua relação com o populismo e sua emergência a partir do segundo governo de Getúlio Vargas. No texto, ele argumentou que o reformismo nacionalista, embora também espontaneísta, foi mais elaborado do que denominou de populismo. Enquanto o populismo é visto como uma expressão específica da ascensão das massas e sua incorporação ao regime político é vista como manipulação, o nacionalismo é descrito como uma expressão mais abrangente que emerge diretamente no nível do Estado. O nacionalismo é associado a grupos políticos, tecnocráticos e militares que estão envolvidos no aparato estatal ou têm vínculos diretos com ele. Esses grupos procuraram definir uma estratégia para o Estado diante dos desafios criados ou enfrentados pelo desenvolvimento industrial e urbano do país. O populismo nacionalista, ao contrário de outras ideologias, não fomentou a formação de partidos políticos e se direcionou de forma difusa às massas populares, sem se vincular a uma classe específica, mas sempre apelando ao "povo" de maneira geral. Em síntese, o nacionalismo não se limita a uma simples forma de legitimação do Estado com características pequeno-burguesas. Em vez disso, ele representa uma expressão do Estado dentro do contexto do sistema capitalista brasileiro, refletindo tanto a "democracia do povo" quanto o poder burguês. Este conceito não se refere diretamente aos governos de Vargas, Kubitschek, Goulart ou outros, mas à realidade estatal dentro do contexto mais amplo da sociedade brasileira.

Desse modo, tanto para Caio Navarro quanto para Maria Sylvia Carvalho Franco e Carlos Guilherme Mota, Motta (2000) afirma que os intelectuais associados ao ISEB, especialmente os pioneiros, são criticados por distorcerem a realidade, ocultando contradições fundamentais através do uso de conceitos e noções

desprovidos de embasamento científico e epistemológico. Essa crítica aponta para a presença de impressionismo e ideologia nas abordagens desses intelectuais, sendo a ideologia entendida aqui em seu sentido pejorativo, como uma oposição à "verdade científica" ou "revolucionária". Por outro lado, lembramos o que o professor José Paulo Netto comentou sobre o método e a idealização teórica em Marx, uma vez que estamos embasados pelo método do materialismo histórico e dialético; ele diz o seguinte,

É importante observar que, considerando o conjunto da sua obra, Marx poucas vezes se deteve explicitamente sobre a questão do método. Não é casual, de fato, que Marx nunca tenha publicado um texto especificamente dedicado ao método de pesquisa tomado em si mesmo, como algo autônomo em relação à teoria ou à própria investigação: a orientação essencial do pensamento de Marx era de natureza ontológica e não epistemológica (Lukács, 1979): por isso, o seu interesse não incidia sobre um abstrato "como conhecer", mas sobre "como conhecer um objeto real e determinado" - Lenin, aliás, sustentava, em 1920, que o espírito do legado de Marx consistia na "análise concreta de uma situação concreta". O mesmo Lenin, uns poucos anos antes, já compreendia que a Marx não interessava elaborar uma ciência da lógica (como o fizera Hegel): importava-lhe a lógica de um objeto determinado - descobrir esta lógica consiste em reproduzir idealmente (teoricamente) a estrutura e a dinâmica deste objeto (Netto, 2011, p.27-28).

Assim, podemos citar como exemplo o processo de fundação de uma sociologia nacional, projeto cuja relevância, segundo Guerreiro Ramos (1960), se manifestava quando as motivações dessa disciplina tornam-se concretas, relacionadas à auto-organização de nossa coletividade nacional. Tal direcionamento nos parece não coadunar com a referida crítica a uma oposição com a revolução, tampouco com a verdade científica. Como leigos, buscamos respostas para os problemas que enfrentamos nos estudos sociológicos, e acreditamos que a verdadeira qualidade dessa ciência está em sua acessibilidade aos leigos medianamente instruídos. Para Ramos (1960), a sociologia deveria evitar a hermeticidade, sendo acessível ao maior número possível de pessoas. Tanto no passado como na atualidade, nós, sociólogos, começamos a encontrar tarefas concretas de sentido comunitário, fundamentando assim uma atividade fundadora na disciplina. O livro *O Problema Nacional do Brasil* em questão, bem como outras tantas obras, é prova de que Guerreiro buscou reproduzir a estrutura e a dinâmica de seus objetos, seja sobre a questão do negro, sobre a sociologia ou a revolução nacional, ele o fez teoricamente,

abordando temas relevantes de uma sociedade em transição. Não podemos reduzi-lo dentro das ciências sociais, muito pelo contrário, temos de resgatá-lo e dar continuidade a seus pensamentos.

Retomando as críticas, para Bariani (2008), o livro de Caio Navarro de Toledo (1982) oferece uma análise crítica da produção intelectual do ISEB, argumentando que carecia de rigor teórico, confundindo ciência com ideologia. Toledo sugeriu que o instituto adotava uma postura não democrática, ao tutelar as classes dominadas em favor de uma suposta burguesia nacional, resultando em um projeto de desenvolvimento equivocado. Anos mais tarde, o mesmo Toledo (1986, 1998) caracterizou o ISEB como um "aparelho ideológico de Estado", identificando um "marxismo indigenista" nas formulações dos autores, e, em um texto subsequente (Toledo, 2005), ele reconheceu o comprometimento do ISEB com causas progressistas e democráticas, apesar dos equívocos políticos e ideológicos.

Maria Sylvia de Carvalho Franco (1978), em parceria com Marilena Chauí, emitiu uma crítica mais incisiva à postura dos intelectuais do ISEB, alegando que estes sustentavam uma 'consciência burguesa em sua autojustificação'. Esta postura se manifestava na ênfase e na razão instrumental, abordando aspectos técnicos, científicos e políticos, bem como na concepção da história como um processo natural em direção à emergência de uma classe redentora. Franco também aponta para a idealização de uma totalidade harmoniosa unificada pelo bem comum, permeada pelo progresso e pela justiça. A autora sugere que esta abordagem resultou em 'miragens' cristalizadas na linguagem científica ou filosófica, que transformaram o senso comum em conhecimento através de definições simplistas e não comprovadas. Além disso, Franco argumenta que houve uma dissimulação da autoridade sob o disfarce de revolução social, juntamente com projeções salvacionistas que apelam para o obscuro sentimento das massas e para o misterioso sentido do destino.

Por outro lado, Renato Ortiz (1994) trouxe uma perspectiva crítica ao caráter oficial e instrumental atribuído ao ISEB, destacando o contexto social como um elemento problemático nas análises anteriores. Ele questionou o descompasso entre a realidade e a crítica nas análises de Caio Navarro de Toledo, apontando que os conceitos são articulados em nível político enquanto a crítica é predominantemente filosófica. Ortiz argumentou que a atualidade do pensamento do ISEB reside no fato de não ser uma mera "fábrica de ideologia" do governo Kubitschek, uma vez que os ideais do Estado desenvolvimentista divergiram do rumo tomado pelo Estado

brasileiro. Sobre as críticas de Maria Sylvia de Carvalho Franco aos escritos isebianos, Ortiz discordou, sugerindo que esses escritos tinham sido hegemonicamente difundidos na esquerda brasileira, o que demanda uma compreensão mais profunda sobre as ilusões do período Kubitschek e sua correspondência com a realidade.

Bolívar Lamounier (1978) também critica a abordagem das análises que negligenciam o contexto e propõem uma inversão ideológica simplista, em que tudo relacionado à categoria "nação" é considerado ideologia, enquanto o que diz respeito às classes é considerado verdade. Ele sugere que isso levaria a uma mera substituição de termos, onde "povo", "nação" e "desenvolvimento nacional" seriam substituídos por "burguesia" ou "mistificação burguesa". Lamounier argumenta que o ISEB falhou em desenvolver uma teoria satisfatória da organização e representação política, sugerindo que o nacional-desenvolvimentismo se traduziu politicamente em um populismo implícito.

Além disso, ele destacou uma inversão de posições, enxergando virtudes nos argumentos dos isebianos e uma ideologização por parte dos críticos. Enquanto os isebianos identificavam a superorganização dos setores conservadores e propunham uma ampla aliança entre os setores progressistas e o Poder Executivo, os críticos acusavam o ISEB de obscurecer os problemas da organização política autônoma da classe operária. Lamounier argumentou que essa opinião dos críticos refletiu uma incapacidade de compreender as alianças políticas necessárias na prática política, levando-os a deslegitimar a atuação do ISEB ao propor uma busca por um terreno de aliança política.

Já Octávio Ianni (1985) analisou o modelo de desenvolvimento capitalista proposto pelo ISEB, destacando sua fase inicial, denominada "ideologia do desenvolvimentismo", influenciada principalmente pelo pensamento de Hélio Jaguaribe. Neste contexto, identificou-se uma abordagem dualista da sociedade brasileira, advogando por um "Estado funcional" orientado pelo desenvolvimento e liderado por "elites esclarecidas e deliberantes", sobretudo empresariais e intelectuais. A análise negligencia o papel das classes sociais, exceto a burguesia empresarial, e defende a necessidade de um Estado autoritário para implementar o projeto, caracterizando-o como uma forma de modernização conservadora visando impulsionar o ciclo da revolução burguesa no país.

Daniel Pécaut (1990), em uma análise minuciosa da relação intricada entre o ISEB e o Estado, reconheceu a mutabilidade ao longo do tempo e a necessidade

premente de discernir os matizes políticos em várias etapas da trajetória do instituto. Pécaut dissecou habilmente o papel do primeiro ISEB, que, ao prolongar a tradição inaugurada em 1930, via os intelectuais se posicionarem como arautos da modernização, alinhando-se, provisoriamente, com outras elites modernizadoras, como os militares e tecnocratas. No entanto, Pécaut ressaltou a notória guinada à esquerda ao término desse ciclo. Num esforço meticuloso de contextualização, o autor convocou a memória dos críticos para recordar que a ideologia nacional proposta pelos isebianos ecoava o fervor nacionalista que permeava a opinião pública da época, enquadrando suas posições nas fissuras que dividiam tanto as elites quanto as classes médias no Brasil. À medida que as tensões políticas se acirraram, Pécaut argumentou que os isebianos se alinhavam cada vez mais à esquerda, solidarizando-se com as forças progressistas durante o governo Goulart. Essa trajetória, conforme Pécaut, foi crucial para compreender a amplitude dos temas da ruptura e da racionalidade, pontos muitas vezes menosprezados pelos críticos contemporâneos.

Pelo lado dos críticos, Carlos Guilherme Mota (1980) lançou luz sobre o que descreveu como um "nacionalismo ingênuo" e uma produção ideológica, vista como anticientífica, que teria servido às justificações juscelinistas. No entanto, essa análise é fortemente contestada por Nelson Werneck Sodré (1978), especialmente em rela o   interpreta o de Caio Navarro de Toledo. Sodré acusa Mota de ser um "travesti impune", um "servil da rea o", que, apesar de se apresentar como opositor dela, na verdade não combate a rea o e seus valores, mas sim a oposi o   rea o e aqueles que a compõem. Ele retrata Mota como um representante do "rebotalho" universitário do pós-1964, caracterizado pelo "carreirismo" e pela prote o mútua sob o abrigo do poder, exemplificado pela suposta "máfia docente" em São Paulo.

Na linha desenvolvimentista, Bresser-Pereira (2004) reivindicou a herança intelectual do ISEB, identificando lacunas no pensamento isebianos, destacando-se a sobrevaloriza o da capacidade do setor moderno da economia em absorver a mão-de-obra marginalizada, a subestima o das estratégias imperialistas na imposi o de políticas econômicas. Também aponta a falta de considera o pela eleva o do padrão de vida e da capacidade empreendedora dos setores excluídos do desenvolvimento. Além disso, destaca a ausência de consciência nacional das elites e a necessidade de crescimento financeiro autossustentável para evitar a dependência econômica e inviabiliza o do projeto nacional.

A fim de refutar as acusações dos críticos, Motta (2000) elaborou uma análise com os principais pontos dessas críticas; no total são sete acusações que podem ser consultadas no Anexo C. Ademais, o sentido que as acusações remetem é a de que os críticos dos intelectuais isebianos argumentam que estes são responsáveis por ocultar a luta de classes ao distorcerem conceitos, muitos dos quais derivados da teoria marxista. Isso resultaria em uma diminuição da consciência revolucionária da classe trabalhadora, que teria sido influenciada pela ideologia nacional-populista promovida pelo próprio ISEB. Assim, propuseram que as obras do ISEB fossem excluídas do circuito acadêmico das ciências sociais e do pensamento social, devido à sua suposta inconsistência teórica e política.

Motta (2000) conclui sua observação afirmando que a análise do discurso intelectual nos permite decifrar os matizes valorativos e as perspectivas paradigmáticas congruentes com o contexto histórico em que se inscrevem. Os discursos, como inspiração do pensamento, não só revelam a posição de enunciação, mas também almejam responder às inquições do mundo tangível, refletindo, assim, as contingências concretas que lhes dão substância. Nesse emaranhado, os embates de natureza teórica e política delineiam o lócus dos intelectuais em seu âmbito de atuação.

As críticas direcionadas ao ISEB não apenas encarnam uma peleja pela outorga de legitimação científica e institucional mas igualmente se inscrevem na contenda pela apropriação lícita do arcabouço conceitual marxista na explanação da formação e desenvolvimento da realidade brasileira. Dessa sorte, entre os isebianos e seus detratores "à esquerda", avultou uma disputa pela classificação confiável do mundo fenomênico, delineada, como observado por Bourdieu (1990), por uma luta pela imposição da visão legítima do mundo.

Essas contestações ao cânone teórico-epistemológico isebiano, em última instância, configuram uma querela pela interpretação "correta" da organização social brasileira, lastreada no manejo "apropriado" dos postulados marxistas. Enquanto os detentores do poder pós-64 se lançam em uma cruzada persecutória contra os isebianos pelo suposto "excesso de marxismo", os críticos marxistas arremessam acusações de um emprego "insuficiente" ou mesmo de sua ausência na construção da teia explicativa marxista, redundando em um suposto desvio político-ideológico desses intelectuais ante à conjuração de uma hegemonia proletária.

A detecção de uma depreciação intelectual frente às produções não alinhadas ao cânone teórico marxista, elevado à condição de ortodoxia irrefutável, delineava-se de maneira pronunciada. Para os críticos antiisebianos, o marxismo se metamorfoseava em uma espécie de balança normativa, pela qual os trabalhos eram submetidos a um apuramento rigoroso, sob a égide dos parâmetros estabelecidos por esses críticos, que concebiam sua perspectiva marxista como a interpretação indiscutível da obra de Karl Marx. Contudo, ao adotar uma abordagem metricamente marxista para categorizar o valor intrínseco dos trabalhos, não apenas a teoria marxista mas também a imaginação intelectual sofria um empobrecimento incontestado. Tal postura intelectual, caracterizada pela sua estreiteza dogmática, raramente se prestava a acolher outras perspectivas, mesmo aquelas provenientes do próprio corpus marxista.

Entretanto, Laclau (1979) desafiou as análises críticas prevalecentes sobre o populismo e o nacionalismo, especialmente aquelas de Weffort, Ianni e Germani. Ao contrário desses estudiosos, Laclau se posicionou contra uma redução dos conceitos de populismo e nacionalismo a uma perspectiva exclusivamente classista. Ele reconheceu que a ideologia nacional-populista poderia incitar uma consciência crítica e revolucionária entre os setores subjugados pelo capitalismo. Para Laclau, o nacionalismo não deveria ser categorizado estritamente como uma ideologia feudal, burguesa ou proletária. O argentino argumenta que o nacionalismo, por si só, não carrega uma conotação classista. Essa associação ocorre apenas quando combinada com outros elementos. Por exemplo, na Alemanha de Bismarck, o nacionalismo estava ligado à manutenção de uma hierarquia autoritária tradicional. Já na França, a burguesia pôde usar o nacionalismo para promover a centralização do Estado-Nação e mitigar os conflitos de classe. Por fim, movimentos comunistas puderam denunciar a aliança entre nacionalismo e capitalismo, articulando o socialismo com o nacionalismo em uma narrativa ideológica coesa, como visto no caso de Mao na China, acrescentou o autor.

Para Bariani (2011), Guerreiro Ramos compreende o nacionalismo como a epítome da identidade brasileira. Nesse contexto, ele transcende as limitações de uma concepção estática da "realidade brasileira", percebendo-a como um fenômeno dinâmico, relacional e intrinsecamente histórico, ou anti-imperialista como sugere Totti (2022), alertando para os perigos da simplificação, sustentando que uma

abordagem formalista correria o risco de obscurecer a riqueza e complexidade dessa realidade. Inspirado pela perspectiva de Marcel Mauss, Ramos enxergava o Brasil como um todo intrincado, onde cada elemento contribui para uma tessitura intrincada de relações, exibindo-se tanto em sua totalidade quanto em suas partes componentes, cuja escala varia, mas sua essência permanece invariavelmente envolta em dinamismo.

Segundo Motta (2000), a crítica direcionada ao ISEB, por seu ecletismo ou pela tentativa de amalgamar conceitos marxistas com outras correntes teóricas não marxistas, não se circunscrevia exclusivamente ao âmbito desse instituto. A troca entre o marxismo com a Teologia da Libertação durante as décadas de 1970 e 1980 foi um exemplo de como essa corrente teórica transpôs fronteiras políticas e epistemológicas. No domínio teórico, o marxismo ocidental se beneficiou consideravelmente com a convergência de vários intelectuais desse campo com outras perspectivas teóricas não marxistas. Lukács, da Escola de Frankfurt, e Della Volpe aproximaram-se da sociologia de Max Weber; Gramsci estabeleceu diálogo com o historicismo de Benedetto Croce e o realismo político de Maquiavel e dos elitistas italianos; Althusser se envolveu no estruturalismo francês; Sartre dialogou com a fenomenologia de Husserl e Heidegger, a Escola de Frankfurt e o marxismo estruturalista com a psicanálise de Freud; e mais recentemente, o marxismo se aproximou do individualismo metodológico da "*Public Choice*" por meio dos trabalhos de Adam Przeworski, John Elster e John Roelmer.

Se é incontestável que as obras do ISEB estejam datadas, também seria temerário subestimar a continuidade de relevância das críticas marxistas dirigidas ao ISEB durante os anos 1970, especialmente considerando que alguns dos conceitos defendidos por esses críticos, como o modo-de-produção, perderam a centralidade nos debates acadêmicos desde meados dos anos 1980, complementou Motta (2000).

A obsolescência de um conceito científico não implica sumariamente a rejeição completa da obra de um autor ou de uma corrente de pensamento. A substituição de um conceito científico por outro é uma característica intrínseca ao desenvolvimento do conhecimento científico, como observado por Max Weber (1974), que afirmou que esse é o destino ao qual a ciência está sujeita. Portanto, a obra científica está sujeita a ser superada, e os praticantes da ciência devem aceitar essa realidade com serenidade. Assim como a obra do ISEB, consideramos que as críticas antiisebianas

pertencem a um contexto intelectual do passado que não se mantém relevante no presente, o que nos permite hoje fazer uma avaliação mais precisa e menos preconceituosa sobre a contribuição e o papel do ISEB no campo das Ciências Sociais no Brasil.

3.1 A sociologia em prol do problema nacional

Guerreiro Ramos (1960) acreditava que a sociologia em decadência é aquela que se torna um assunto para iniciados. A melhor teoria sociológica contemporânea estaria sendo desenvolvida nos países em que os fatores intelectuais se tornaram verdadeiros fatores de produção, e essa teoria manter-se-ia implícita nos trabalhos de organização social desses povos. Como Guerreiro, acreditamos que a sociologia deve consistir em trabalhos de organização social da coletividade, sendo essa a essência da concepção científica inspiradora de seus trabalhos, por mais que alguns autores durante a década 1970 tentassem fazer um movimento crítico sobre o ISEB, como apresentado no subcapítulo anterior.

Destarte, nossos esforços estarão concentrados na polaridade fundamental que definia o momento da vida brasileira e que Guerreiro Ramos intitulou de "*O Problema Nacional do Brasil*", consciente de sua inserção na tradição de sociologia militante no país. Esclarecemos que os textos abordam condições sociais, ideologias, a problemática da realidade brasileira, estrutura da sociedade brasileira, controle ideológico da programação econômica, princípios do povo brasileiro e do trabalhador brasileiro, industrialização e desenvolvimento. Acerca da industrialização, que é compreendida por muitos teóricos como um fator de extrema importância na evolução de um país, é válido ressaltar que, em *Introdução crítica à sociologia brasileira*, Guerreiro (1995) pontuou que a industrialização não é apenas uma transformação tecnológica, mas também uma categoria sociológica crucial. Reconhecemos a necessidade de esclarecer essa perspectiva, destacando que os conceitos sociológicos não surgem espontaneamente, mas são derivados de uma análise crítica das situações históricas. Nesse sentido, acrescentamos ainda a perspectiva de Koselleck em relação aos conceitos:

Do ponto de vista historiográfico, a especialização na história dos conceitos teve não pouca influência sobre as investigações conduzidas pela história social. Ela começou como crítica à tradução descontextualizada de expressões cronologicamente relacionadas ao campo semântico constitucional, em seguida, essa especialização pretendeu uma crítica à história das ideias, compreendida como um conjunto de grandezas constantes, capazes de se articular em diferentes formas históricas sem qualquer alteração essencial. Ambos os impulsos conduziram a uma delimitação metodológica mais precisa, pois, ao longo da investigação da história de um conceito, tornou-se possível investigar também o espaço da experiência e o horizonte de expectativa associados a um determinado período, ao mesmo tempo em que se investiga também a função política e social desse mesmo conceito (Koselleck, 2006, p.104).

Ou seja, é importante compreender todo o caminho e a função política que está por trás dos conceitos que permeiam as ideias de Guerreiro Ramos.

Dessa forma, contrariando uma abordagem ingênua, Guerreiro (1960) propôs uma sociologia dinâmica que nomeie as forças e tendências presentes na realidade nacional brasileira. Destacou a importância de seguir o exemplo de Max Weber e Fernando Tönnies na estilização científica, a fim de desenvolver conceitos que expressam as realidades específicas da industrialização. A título de exemplo, o professor Bráulio Matos fez um comparativo entre Guerreiro e Florestan para acentuar as influências desses dois autores no campo da sociologia,

Há aspectos muito mais permanentes unindo e afastando esses dois autores. Basta notar algumas semelhanças significativas, como: (a) ambos são homens radicais que assumiram posturas independentes em relação às esquerdas hegemônicas no País; (b) ambos tiveram uma formação intelectual vasta e foram muito influenciados por autores como Mannheim e Weber; (c) ambos dedicaram à negritude trabalhos importantes e investidos de interesse militante (Matos, 1997, p. 163).

É sempre interessante deixarmos claras as diferenças e similaridades entre esses dois intelectuais de grande envergadura para as ciências sociais de modo geral. Também, deixamos claro que a ênfase na questão da industrialização é justamente por ser uma temática de grande relevância no pensamento de Guerreiro Ramos. Destarte, acerca da industrialização, enfatizamos que não é apenas um processo econômico, mas um processo civilizatório, fundamental para o desenvolvimento nacional da mesma forma, como diria Singer (2003), que uma interpretação do desenvolvimento envolve a criação de novas formas de produção e a implementação de novas estruturas de produção, com o objetivo de promover um crescimento

econômico contínuo e sustentável. Esse processo deve ser capaz de preservar o meio ambiente e garantir que os benefícios do crescimento sejam distribuídos de forma justa para aqueles que estão à margem da produção social e do aproveitamento de seus resultados.

Para Guerreiro Ramos (1995), compreender a essência da industrialização é fundamental para evitar abordagens fragmentadas e equívocos em relação a questões específicas, como os problemas no campo, que requerem transformações tecnológicas para efetivas melhorias nas condições de vida rural. Nesse sentido, a abordagem sobre a questão da fixação do homem do campo precisaria ser reavaliada. O deslocamento da população rural para os centros urbanos não ocorre por vontade própria, mas devido à falta de integração econômica na estrutura regional. Esse fenômeno foi resultado inevitável da industrialização e não deve ser considerado prejudicial, pois a urbanização é associada a níveis mais elevados de vida e desenvolvimento industrial. A compreensão equivocada desse processo leva a propostas inadequadas para lidar com os problemas do campo, como a ideia de que a melhoria das condições de vida rural pode ser alcançada apenas por meio de medidas diretas, ignorando a necessidade de transformações tecnológicas.

A industrialização é conceituada como uma forma de relação entre a sociedade e a natureza, e, nesse sentido, se faz necessário lembrar as palavras de Marx para a definição de trabalho,

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (Marx, 2013, p. 255).

Esse processo representa uma libertação do homem dos determinismos cósmicos, possibilitando o domínio sobre a natureza através da substituição das forças humanas por forças mecânicas. A industrialização é reconhecida como um processo civilizatório que resulta em verdadeiras mutações históricas.

Ainda sobre a industrialização, Guerreiro Ramos (1995) recomendou aos sociólogos latino-americanos a adoção de novas diretrizes de pensamento sociológico, ressaltando a importância de compreender a industrialização como um fenômeno que gera mudanças significativas na sociedade e não apenas como um meio para alcançar critérios de países desenvolvidos. A falta de assimilação dessas novas perspectivas pode levar a abordagens limitadas e a uma incapacidade de orientar efetivamente a mudança social de maneira positiva. Os critérios sociológicos são relativos e dependentes da fase de desenvolvimento, não constituindo normas independentes. O autor expressou a convicção de que a falta de clareza e a falta de perspectiva crítica serão evidentes no trabalho sociológico brasileiro acrescentando que a necessidade de a sociologia ser uma ciência histórica, capaz de descobrir as leis específicas de cada fase de desenvolvimento econômico e social. Em relação a essa falta de assimilação em compreender a industrialização como categoria sociológica, Matos (1997), em certa ocasião, mencionou o desfecho da fatídica contenda que envolveu Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos:

Ademais, destacando as teses sustentadas por Florestan naquela ocasião, Cohn disse também que os anos 50 podem ter sido realmente o momento da sociologia como afirmação (Fernandes, 1962), mas agora, decorridos trinta e tantos anos, devemos enfrentar um desafio intelectual novo, o momento da sociologia como interrogação (Matos, 1997, p. 150).

Gabriel Cohn (2023) destacou um importante movimento da sociologia dizendo que a pergunta central era a seguinte: se a Sociologia realmente pode ser considerada uma ciência, como ela pode definir sua identidade diante dos desafios atuais? Será que existe apenas uma Sociologia ou várias? Um estudante de Florestan Fernandes, naquela ocasião, reinterpretou o conceito de "Sociologia como afirmação" para "Sociologia como interrogação" diante dos novos desafios e incertezas que se apresentavam. Essa mudança de foco reflete diferentes perspectivas, lançando dúvidas sobre a abordagem tradicionalmente comprometida com a razão e o método. Hoje, passados 35 anos, a menção aos "novos tempos" pode parecer decepcionante, mas combinar uma postura afirmativa com uma atitude interrogativa pode levar a uma compreensão mais profunda desse problema, que, no final das contas, é uma questão sociológica legítima. Não há ironia nisso; é simplesmente uma maneira de destacar que a referência aos "novos tempos" requer análise e acompanhamento ao longo do

tempo, e por isso a recomendação de Guerreiro Ramos aos sociólogos latino-americanos é assertiva. Precisamos compreender toda a movimentação social e histórica para que possamos fazer uma análise coerente em relação à realidade nacional, para que não faltem clareza nem perspectiva crítica.

Ainda, ao analisarmos a preocupação de Guerreiro Ramos na década de 1950 em relação ao labor sociológico mais as evidências trazidas nessas duas citações anteriores, percebemos aonde Guerreiro Ramos queria chegar, ou seja, não bastava somente reconhecer a sociologia ou afirmá-la, a sociologia precisaria ser praticada, sair do plano teórico e ir para o plano material atingindo a práxis sociológica. Para nós, ela adotaria o sentido da práxis em Marx, segundo Vazquez (2011),

Com Marx, o problema da práxis como atividade humana transformadora da natureza e da sociedade para o primeiro plano. A filosofia se torna consciência, fundamento teórico e seu instrumento. A relação entre teoria e práxis é para Marx teórica e prática; prática, na medida em que a teoria, como guia da ação, molda a atividade do homem, particularmente a atividade revolucionária; teórica, na medida em que esta relação é consciente (Vázquez, 2011, p. 111).

Nesse sentido, a recomendação de Guerreiro é considerada por nós como oportuna, pois focaliza um tema central na sociologia latino-americana em que se acentua a importância de a disciplina desvincular-se de critérios estrangeiros e refletir as normas inseridas na realidade latino-americana, especialmente em relação à industrialização, com ênfase na compreensão de que a industrialização é essencial para entender a dinâmica real do processo civilizatório nos países subdesenvolvidos. Portanto, nos parece que essas preocupações apontadas por Guerreiro e que aparecem nos comentários de Matos (1997) e Cohn (2023), de certo modo, fizeram todo o sentido com o passar dos tempos; atualmente a sociologia brasileira vem enfrentando diversos problemas, em âmbito tanto acadêmico quanto escolar.

Prosseguindo, para Ramos (1960), o sociólogo latino-americano é instado a perceber a industrialização como a categoria básica de caráter dinâmico a ser explorada. Essa abordagem possibilita compreender que a melhoria das condições de vida na América Latina está diretamente ligada à industrialização (cabe aqui a definição de práxis citada anteriormente), e soluções adotadas em outros contextos, como nos Estados Unidos, não devem ser simplesmente reproduzidas. Critica-se a tendência da sociologia estadunidense de absolutizar o presente e não reconhecer a

natureza fugaz e dialética dos processos sociais. Nesse sentido, podemos aproximar o pensamento de Guerreiro Ramos ao de Mariátegui (1991), visto que o peruano afirma que o problema indígena se entrelaça de forma inextricável com a questão da terra. As condições de ignorância, atraso e penúria enfrentadas pelos povos indígenas são meramente a manifestação superficial de sua sujeição. É o latifúndio feudal que perpetua a exploração desenfreada e a dominação absoluta dessas populações pela classe proprietária. Historicamente, a resistência dos índios contra os latifundiários sempre teve como cerne a defesa de suas terras contra a usurpação e o despojo. Surge, portanto, uma reivindicação instintiva e inerente aos indígenas: a luta pela posse da terra. Cabe a nós, portanto, conferir uma natureza organizada, sistemática e inequívoca a essa demanda, pois é nosso dever ativo torná-la uma realidade concreta. Obviamente, a questão de Mariátegui é estritamente ligada aos povos indígenas e a terra, mas podemos trocar as palavras indígenas por brasileiros e latifúndio feudal por latifúndio agrário e classes dominantes provenientes da industrialização que surgiram no período pós-colonial, que teremos pensamentos muito próximos entre ambos.

Segundo o sociólogo baiano (1960), o Brasil não poderia se dar ao luxo de adotar tendências paralisantes e precisaria saltar para uma fase de desenvolvimento superior. Dessa forma, as ciências sociais não conseguiriam abordar completamente os aspectos do problema nacional no Brasil, especialmente no que diz respeito aos valores e à ontologia da existência histórica. Este estudo propõe uma reflexão aberta sobre as diversas virtualidades do processo brasileiro, destacando a necessidade de uma opção radical para o destino da comunidade. Dada a nossa condição de sociólogo, fundamentamos as considerações sobre axiologia e ontologia em um exame sociológico prévio. Nesse sentido, tomamos por base a definição de ontologia nas palavras do professor Ricardo Antunes:

Trabalho, educação e formação humana são dimensões do ser social muito, muito aproximadas. E tratá-las no plano ontológico e no plano epistemológico nos obriga a fazer uma primeira indicação, ainda que muito sintética. Quando falamos no plano ontológico, naturalmente a nossa referência aqui é marxiana e também lukacsiana. Esta é uma dimensão que remete à concretude do ser. Então, o trabalho na ontologia do ser social, ou numa dimensão ontológica, que é aquela dimensão estruturante que o trabalho tem na conformação do ser social, seja em sua gênese, no salto do ser pré-humano para o ser humano, seja na processualidade do mundo, na história concreta, seja no vir-a-ser, na medida em que o trabalho tem um papel por certo

também transformador. o trabalho é central na vida do ser social por múltiplas razões. Primeiro, o homem se constituiu como ser humano social porque, diferentemente do animal, ele pergunta. Eu tenho que suprir a minha fome. E como eu vou suprir essa minha fome? Caçando, pescando, coletando? O animal não pergunta. O animal supre a sua fome, claro, instintiva e biologicamente, por sua natureza biológica. O ser social não. O homem pergunta, o ser social, homem ou mulher, ele pergunta. Como é que posso fazer determinada coisa? Por isso é que o Marx tem aquela passagem seminal n'O Capital, que é absolutamente vital, qual seja: "o que diferencia o arquiteto da abelha, é que o arquiteto já tem pré-ideado na sua consciência o prédio que ele quer construir, o produto que ele quer imprimir, em uma forma concreta e material". A abelha não. A colméia é a mesma há milênios, já os prédios são diferentes. É verdade, que os prédios pós-modernos caem, muitas vezes são mal produzidos, arquitetados e projetados. A colméia em geral só cai quando ela é atacada. Mas, é evidente que nós estamos tratando aqui da dimensão fundante do ser social. Então, primeiro, não há trabalho para o ser humano sem o ato consciente de perguntar: produzir o quê e para quem? Segundo, o trabalho não é um ato individual, mas sim um ato coletivo. De tal modo que é no trabalho que o ser encontra os seus laços de sociabilidade mais profundos. E este trabalho, se é um trabalho dotado de uma dimensão humana ou social, como dizia Marx, ele é um trabalho criativo e emancipador (Antunes, 2011, p. 202-203).

Essas concepções marxistas expostas por Antunes são de grande valia para nós que pretendemos nos aproximar do pensamento de Guerreiro Ramos a partir de uma leitura marxista. Para isso, é importante compreendermos um fator de grande envergadura para Guerreiro Ramos que é a questão do poder, devendo ser abordado para além de moldes jurídico-formais, sendo considerado dinâmico e sujeito a fatores históricos variáveis. Segundo Max Weber (1999), o poder é a oportunidade de impor a vontade em ações comuns, mesmo contra resistências. Essa vontade, contudo, é condicionada pelas possibilidades sociais e fundamentada em valores comunitários. O poder é um elemento inseparável de toda sociedade, manifestando-se em relações de subordinação e superordenação.

Na vida socialmente organizada, o poder é uma realidade comum, tanto em sociedades não letradas quanto em sociedades históricas. No contexto nacional, o poder pode ser identificado como o conjunto de grupos e indivíduos dirigentes que desempenham papel ativo na organização do país, concentrando poder econômico-social, militar e funções administrativas. Na análise da variação histórica do substrato do poder nacional na sociedade brasileira, é crucial examinar seus suportes concretos em diferentes períodos. Para Guerreiro (1960), as seguintes questões se desdobram

em: Como tem variado historicamente o substrato do poder nacional no Brasil? Quais são os novos termos deste poder na atualidade brasileira? Quais objetivos os atuais detentores do poder nacional devem buscar, considerando as particularidades históricas do Brasil e do mundo?

Para responder a primeira pergunta sobre a variação histórica do substrato do poder nacional, é necessário observar as características peculiares do poder em um país predominantemente agrário. Em um passado recente, as condições econômicas e demográficas no Brasil não permitiam a existência plena de um poder nacional, dada a ausência da categoria de nação como uma experiência comunitária real. A independência proclamada em 1822 representou uma mudança de grau em relação à situação colonial, mas não alterou fundamentalmente a natureza da situação histórica. Florestan (1972) em relação aos países latino-americanos sublinhou em seu livro *Capitalismo dependente e classe sociais na América Latina* que,

À semelhança de outras nações das Américas, as nações latino-americanas são produtos da "expansão da civilização ocidental", isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático... Esse colonialismo teve seu início com a "Conquista" espanhola e portuguesa e adquiriu uma forma mais complexa após a emancipação nacional daqueles países. A razão dessa persistência é a evolução do capitalismo e a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas. Antes de mais nada, o capitalismo transformou-se, através da história, segundo uma velocidade demasiado acelerada para as potencialidades históricas dos países latino-americanos. Quando uma determinada forma de organização capitalista da economia e da sociedade era absorvida, isso ocorria em consequência de uma mudança da natureza do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos, e novos padrões de dominação externa emergiram inexoravelmente. Por outro lado, uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados. Em consequência, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida. A integração nacional, como fonte de transformações revolucionárias e de desenvolvimento econômico, sociocultural e político, tornou-se impossível. Os interesses particularistas das camadas privilegiadas, em todas as situações, podiam ser tratados facilmente como "os interesses supremos da Nação", estabelecendo uma conexão estrutural interna para as piores manipulações do exterior (Fernandes. 1972, p. 11-12).

Nesse sentido, o poder permaneceu nas mãos dos proprietários de terras, constituindo um sistema de unidades de produção desarticulado. Costa Pinto (1980) pontuou muito bem esse período em seu ensaio sobre “*As classes sociais no Brasil*”:

A sociedade brasileira, como é sabido nasceu e viveu a maior parte de sua história fundada numa economia agrícola, estabelecida e dirigida com objetivos predominantemente comerciais; o latifúndio monocultor, a exploração extrativa, a agricultura extensiva, a grande unidade produtora sempre foi, apesar das diferentes formas contingentes que assumiu e das diversas configurações regionais que apresentou, a instituição básica do sistema econômico. A “fazenda” não era, portanto, a propriedade de tipo camponês, trabalhada pelo lavrador e por sua família, produzindo principalmente para o próprio consumo; ao contrário, a produção para o mercado, especialmente o internacional, é o traço essencial de sua caracterização como tipo de empresa (Costa Pinto, 1980, p. 217).

Após a independência em 1822, o Brasil manteve uma estrutura de poder que priorizava os interesses dos fazendeiros, visando explorar o território e mantê-lo como parte de uma economia dominada por potências estrangeiras. Esse período viu uma classe dominante agir de forma oportunista para proteger seus interesses, enquanto o país permanecia essencialmente agrícola.

A classe dominante, desde a chegada de D. João VI em 1808 até a década de 1920, desempenhou um papel importante na história do Brasil, aproveitando as oportunidades históricas para defender seus interesses e os do país. Apesar de algumas falhas e mediocridades, a trajetória dessa classe coincidia com a tendência geral do processo histórico em que estava envolvida.

Essa classe dominante contribuiu significativamente para preservar a unidade territorial do Brasil e integrar as diversas facções internas do país. Mesmo durante a Primeira República, após o período de 1889-1894, os fazendeiros conseguiram retomar sua posição dirigente e exercê-la até 1930. Sobre o domínio dos fazendeiros durante a primeira república, Leal (1978) relatou que,

Há ainda as despesas eleitorais. A maioria do eleitorado brasileiro reside e vota nos municípios do interior. E no interior o elemento rural predomina sobre o urbano. Esse elemento rural, como já notamos, é paupérrimo. São, pois, os fazendeiros e chefes locais quem custeiam as despesas do alistamento e da eleição. Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido. Documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos, e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e

comparecimento. Como os próprios chefes locais são em regra somente "remediados", o suprimento de dinheiro para essas despesas apresenta certas particularidades que, para melhor ordem da exposição, deixamos para examinar mais adiante. O velho processo do bico de pena reduzia muito as despesas eleitorais. Os novos códigos, ampliando o corpo eleitoral e reclamando a presença efetiva dos votantes, aumentam os gastos. É, portanto, perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente. Esse panorama já se apresenta, aliás, com alguns indícios de modificação, segundo pode ser observado nas eleições realizadas em 1945 e 1947. No seio do próprio eleitorado rural verificaram-se "traições" dos empregados aos fazendeiros (Leal, 1978, p. 35-36).

Conclui-se, portanto, que essa posição de classe dirigente foi sobretudo garantida por meio do voto de cabresto.

Guerreiro (1960) destacou que, durante o período em que os fazendeiros exerciam o mandonismo, o Brasil era essencialmente um país sem um povo unificado. Isso foi observado por vários estudiosos ao longo da história, incluindo figuras como Louis Couty, Silvio Romero e Alberto Torres. Certamente, os escritos de Louis Couty não passavam de uma perspectiva eurocêntrica e carregada de darwinismo social. Nesse sentido, Stahl (2016) descreveu,

Com suas formulações sobre o povo, ou sua ausência, Couty sedimentava aspectos do cientificismo na imagem do Brasil como possuidor de uma população atrasada – que precisava ser melhorada pela ação da imigração do branco –, de um povo improvável de ser representante do ideal de civilização que as elites buscavam. Sílvio Romero confirmava o diagnóstico de Couty ao aceitar que “que pouco, bem pouco, temos feito como nação culta” (Stahl, 2016, p.227-228).

Silvio Romero (1881) também não fica atrás das ideias de Couty, alegando que “Ainda a pouco um esperançoso escritor estrangeiro, aliás, nosso amigo, escreveu isto: ‘a situação funcional da população brasileira pode ser expressa em uma só palavra: o Brasil não tem povo!’ É duro; mas é verdade” (Romero, 1881, p. 293).

O pensamento de Torres em relação à situação da sociedade brasileira da virada do século XIX para o XX, dizia respeito à falta de organização e de coesão nacional, que seriam os principais obstáculos a serem superados para o progresso do país. “Em termos gerais, sua interpretação do Brasil retratava o país caótico e

desorganizado, mas com possibilidades de se deixar conduzir por alguns homens eficientes” (Rezende, 2000, p. 36).

A falta de um mercado interno, um sistema nacional de transporte e comunicações e grandes áreas desabitadas contribuíram para essa ausência de unidade populacional.

A unidade política era mantida através de compromissos entre os líderes locais, mas o país não se constituía como uma nação verdadeira, já que uma nação depende historicamente de um povo unificado, como o caso descrito por Mariátegui. O Brasil, nessas condições, era definido pela complementaridade, integrando-se economicamente ao sistema internacional como fornecedor de produtos primários e, socialmente, era dominado por oligarquias de proprietários de terras, refletindo a alienação em suas relações de produção.

No entanto, a formação de um mercado nacional mudou essa dinâmica, conferindo um sentido mais centrípeto à vida brasileira. Isso implicou uma transformação qualitativa da infraestrutura econômica e uma alteração nos padrões de convivência das classes sociais. Essa mudança é considerada significativa e apontou para uma transformação nos termos do poder nacional, com implicações profundas na estrutura da sociedade brasileira.

Assim, ressaltando uma mudança significativa no substrato do poder no Brasil, os antigos detentores do poder, os proprietários de terras, perderam sua posição dominante para novos titulares, como a população trabalhadora e uma burguesia empreendedora cujos interesses estavam ligados ao consumo interno. Estes, agora, constituem a maior força política do Brasil, representando um novo substrato de poder. Para Costa Pinto (1980),

Esta ascensão de novas classes dirigentes, produto inevitável do sentido em que a economia nacional se desenvolveu, importou, algumas vezes, em conflitos de posição, de prestígio e de poder destas classes contra as antigas classes dirigentes agrárias, lutas que preenchem a evolução política do período republicano. Entretanto, o processo não foi, em todos os casos, de antagonismo aberto, tendo havido, muitas vezes, acomodações e ajustamentos entre esses grupos, especialmente entre os interesses mercantis e os agrários. Na prática, isto foi facilitado pelo caráter comercial que sempre teve a exploração agrícola extensiva no Brasil, que produzia para exportar; em segundo lugar, no plano político e ideológico, tudo indica que essas acomodações encontraram terreno objetivo para se estabelecer, na medida em que, mais recentemente, a presença e a atuação política do proletariado industrial e da pequena e média burguesia urbana

passaram a se manifestar com maior intensidade, ameaçando as posições estabelecidas e dirigentes, como tais, independentemente do tipo agrário, mercantil ou industrial, das bases econômicas em que se sustentam (Costa Pinto, 1980, p. 244).

A formação de um mercado interno trouxe mudanças profundas na estrutura política e social do país. Apesar de alterações na forma de governo, como a transição de um sistema presidencialista para uma espécie de parlamentarismo, o verdadeiro poder se deslocou para órgãos que representavam a vontade popular, como destacou Costa Pinto.

Durante a Primeira República, o Executivo detinha grande poder e influência sobre as eleições, controlando o Congresso através de manipulação eleitoral e apoio de coronéis locais. No entanto, a derrota do candidato do Executivo nas eleições gerais de 1950 marcou uma mudança fundamental na política brasileira, indicando uma transição do poder para os órgãos que refletiam a vontade popular.

Uma grande parte do poder estava no Congresso e em agências populares que surgiram em momentos de crise. Embora o Congresso tivesse um poder considerável, sua eficácia era limitada devido à falta de integração ideológica dos partidos com as massas eleitorais e à estrutura sindical que foi estabelecida pelo Estado, o que propiciou uma burocracia sindical que não representou adequadamente as aspirações do proletariado, como afirmou Guerreiro (1960).

Assim, a representação autêntica das aspirações populares enfrentou desafios devido à estrutura política e sindical existente naquele período, que, muitas vezes, não refletia as verdadeiras necessidades e desejos da população trabalhadora. Para Fortes (2014),

Essa atitude ambivalente em relação ao “trabalhador nacional”, somada à ausência de centrais sindicais ou partidos de base popular, deixava pouco espaço para a emergência de um nacionalismo de massas no país. Ao longo dos anos 1930, as iniciativas nesse sentido ficaram muito mais nas mãos de forças oposicionistas representando os dois extremos do espectro ideológico (comunistas e integralistas), e em ambos os casos as ameaças foram enfrentadas de forma repressiva (não por meio da organização de uma base popular rival) pelo regime. Na ausência de uma articulação mais ampla entre a cúpula varguista e qualquer forma mais dinâmica de mobilização popular, tornava-se difícil quebrar a resistência patronal à generalização da aplicação efetiva da legislação trabalhista. Vale lembrar que o empresariado nacional, com raras e honrosas exceções, sempre se opôs ferozmente à extensão do domínio da lei ao espaço da produção. Os líderes industriais brasileiros, expressando

uma mentalidade forjada pelo legado escravista e realimentada por concepções de naturalização das desigualdades sociais, sempre foram taxativos em manifestar que viam a imposição de qualquer limite ao exercício de um poder arbitrário no processo produtivo como uma ameaça à sua própria condição de proprietários (Fortes, 2014, p.9).

Segundo Ramos (1960), uma situação dramática emergiu da falta de coincidência entre as condições subjetivas dos detentores do poder e o verdadeiro sentido do processo brasileiro. Para o autor, durante o período supracitado, existia uma nova classe dominante que ainda não havia se tornado uma classe dirigente. Embora detivessem o poder, esses novos líderes precisavam adquirir uma compreensão mais profunda das necessidades da sociedade e alinhar sua visão com o sentido objetivo do processo em andamento para se tornarem verdadeiramente dirigentes. Nesse sentido, a chave para a verdadeira liderança é a coincidência entre a compreensão subjetiva da classe dominante e o sentido objetivo do processo social em que estão inseridos. Essa convergência definiria uma classe dirigente capaz de guiar efetivamente a sociedade brasileira em sua evolução, surgindo, assim, uma nova classe dominante no Brasil, mas que ainda não havia se tornado uma classe dirigente devido à falta de consciência das necessidades orgânicas da sociedade brasileira na década de 1960. Isto significa que o poder político e econômico estava nas mãos de indivíduos e entidades jurídicas que, em grande parte, não tinham uma compreensão sistemática do projeto subjacente à sua condição. Essa nova classe dirigente que Ramos supra-elencou, se tratava da classe dos industriais. A professora Maria Hermínia (1978) discutiu em sua tese intitulada *Estado e classe trabalhadora no Brasil (1930 - 1945)* os desdobramentos dessa classe sobretudo por Guerreiro e que viria a se tornar uma problemática para o país, vejamos:

O papel específico do estado brasileiro face a industrialização, nos idos do Estado Novo, a pois o foco da discussão que farei a seguir. Ela implica o estudo da relação do Estado com as frações de classe dominante, agrárias e industriais, para caracterizar o grau e os limites de sua autonomia. Esta relação, vista sob o prisma de um estado que se adianta as classes no in-plementar as "tarefas" da industrialização, servirá de critério ao corte do Estado Novo em dois períodos: o que se estende do golpe de 10 de novembro até a entrada do Brasil na guerra e o que a ele se segue até a deposição de Vargas. No primeiro, a ação industrializante do estado é compatível com o atendimento dos interesses dominantes, ainda que não resulte deles. O regime ditatorial conhece dias daquela estabilidade que só a satisfação classes dominantes podem garantir. No segundo momento, a prática

crescentemente intervencionista do Estado começa a chocar-se com os anelos das frações de classe proprietárias, forçadas a arcar com parte do ônus da política de industrialização. Abre-se a crise do regime. Crise complexa, cujos sinais exteriores serão as crescentes manifestações de personalidades políticas, intelectuais e estudantes, mas cujo verdadeiro foco é a oposição entre interesses agrário-exportadores e interesses industriais e simultânea a predominantemente o enfrentamento das frações burguesas e agro-exportadoras e industriais com o Estado (Almeida, 1978, p.95).

Essa situação não implicou uma imputação de incapacidade às pessoas envolvidas. A consciência de classe se desenvolve na prática e depende de fatores objetivos, muitos dos quais estão além do controle individual. No entanto, a classe dominante aqui referida enfrentou uma insuficiência em sua consciência devido a dois motivos principais.

Primeiro, houve uma rápida transformação material do país nas décadas de 1930 e 1940, que contribuiu para essa insuficiência. O Brasil estava passando de uma economia predominantemente agrícola para uma economia predominantemente industrial, o que impactou profundamente a composição da renda nacional. A classe dominante que surgia ainda não teria tempo para amadurecer ideologicamente diante dessa mudança acelerada como sugeriu Costa Pinto (1980).

Em segundo lugar, a falta de líderes como Roberto Simonsen, capazes de enxergar além dos interesses imediatos de seus negócios particulares, contribuiu para essa debilidade ideológica. Segundo Leão, Pinto e Silva (2015), o reformista e nacionalista Simonsen sempre foi objeto de admiração e respeito por parte de autores de esquerda. Alguns, como Furtado, consideraram sua obra como um ponto de referência crucial para suas formulações teóricas e atividades políticas. Portanto, a falta de compreensão do sentido geral do processo econômico afetou não apenas o setor econômico mas também o governo e os partidos políticos, levando o país a adotar medidas e diretrizes aquém de suas verdadeiras possibilidades.

Em resumo, a classe dominante em voga no Brasil de 1960, enfrentou desafios significativos para se tornar uma classe dirigente verdadeira e eficaz, principalmente devido à rápida transformação econômica do país e à falta de líderes com uma visão mais ampla e ideológica.

Guerreiro (1960), irá destacar duas alternativas para o processo brasileiro daquele período: a manutenção da complementaridade ou a busca por um desempenho histórico independente. A primeira opção implicaria continuar

dependendo das economias dominantes e se manter em uma posição periférica no cenário global. Essa escolha foi criticada pelo autor por sua inércia e falta de iniciativa em modificar as estruturas de poder existentes.

Por outro lado, a busca por um desempenho histórico independente é apresentada como uma alternativa mais desafiadora e significativa. Isso envolveria a construção de uma consciência nacional e a superação das dependências históricas e econômicas. Ramos (1960), argumentou que o Brasil já estava vivenciando uma forma incipiente desse nacionalismo, marcada por uma crescente mobilização popular e uma busca por autonomia econômica.

Ao analisarmos o conceito de nacionalismo para Guerreiro, o professor destacou que o nacionalismo vai além do mero amor à terra e envolve a aspiração de uma comunidade em se apropriar plenamente de sua identidade e destino. A emergência desse nacionalismo é vista como um processo gradual, enraizado na prática e na luta cotidiana do povo brasileiro; vejamos o que diz Guerreiro a respeito:

O nacionalismo é a ideologia dos povos que, na presente época, lutam por libertar-se da condição colonial (...) O nacionalismo é a reivindicação essencial que hoje os povos que não se encontram ainda em pleno gozo da soberania (...) O nacionalismo é o único modo possível de serem hoje universalistas os povos periféricos. Somente organizando-se como personalidades nacionais podem ingressar no nível da universalidade e da civilização. O nacionalismo não é o fim. É o meio. Certamente deixarão de ser nacionalistas no futuro os povos que realizarem com êxito a sua revolução nacional (Ramos, 1960, p. 225-226).

Guerreiro Ramos também disparou críticas à ciência econômica tradicional, argumentando que muitas vezes ela está comprometida com ideologias dominantes e que não levam em conta as especificidades e necessidades dos países periféricos. Destacou ainda a importância de uma abordagem mais crítica e consciente em relação ao desenvolvimento econômico, que leve em consideração não apenas aspectos técnicos, mas também valores e aspirações coletivas.

Em suma, o autor defendeu uma abordagem mais proativa e consciente em relação ao desenvolvimento nacional, que envolvia a construção de uma consciência histórica e nacional forte, capaz de impulsionar o Brasil para uma posição de autonomia e protagonismo no cenário global. A transição relatada sobre o caso do Brasil foi de natureza reativa e dependente de forças externas, o que desafia a noção de um desenvolvimento autônomo e planejado. Para tanto, o autor lembrou o

episódio da queima do café como uma medida econômica emergencial que, embora logicamente embasada, evidenciava a falta de visão estratégica e a tendência ao imprevisto por parte das autoridades. Além disso, a análise sobre a emergência de uma nova classe dominante revelou uma dinâmica de poder que ainda não havia sido plenamente consolidada durante o período analisado, o que gerou uma tensão inédita entre o Estado e a sociedade. Essa tensão refletiu uma crise de legitimidade e representatividade que permeou as estruturas de poder brasileira.

Por mais que criticasse, Guerreiro Ramos também recorria às teorias sociológicas europeias para contextualizar a formação social brasileira. Todavia, o autor teve o cuidado de não as transplantar, mas sim de adaptá-las para a realidade nacional. Ademais, destacou-se a apropriação tardia do termo "sociedade" no Brasil, sugerindo um atraso na construção de uma identidade coletiva e na articulação de demandas sociais em relação ao Estado. Nesse sentido, a reflexão sobre a formação da nação brasileira como um fenômeno recente e a busca por uma identidade histórica e autonomia efetiva insinuavam uma crítica à narrativa nacional oficial, que muitas vezes negligenciava as tensões sociais e as lutas por reconhecimento e representatividade de grupos marginalizados. Ficou em evidência a necessidade de uma análise crítica das estruturas de poder e das narrativas dominantes no Brasil para uma reflexão sobre as dinâmicas sociais e históricas que moldam a sociedade brasileira contemporânea.

4 DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO: Um possível diálogo entre Costa Pinto, Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos

Neste capítulo procuramos resgatar os pensamentos presentes na obra *Sociologia & desenvolvimento* de Luiz de Aguiar Costa Pinto e *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento, Capitalismo dependente na América Latina* de Florestan Fernandes.

Isto posto, como visto no capítulo anterior, a questão do desenvolvimento, para Guerreiro Ramos, é de extrema importância para a compreensão e mudança da realidade brasileira. A nossa escolha para trabalhar esses dois autores se deu pelo fato de que ambos já travaram debates com Guerreiro Ramos. Em relação a Costa Pinto, Guerreiro travou um debate acerca do negro na sociedade brasileira, e, em relação a Florestan, o debate se deu pelo ensino de sociologia, como descrito anteriormente em nosso trabalho. Por serem apontados como algumas das figuras mais relevantes para o pensamento social brasileiro e para a sociologia de forma geral, aproveitamos as contribuições desses autores para construir um diálogo com Guerreiro Ramos sobre o desenvolvimento.

Em artigo relacionando as teorias de Costa Pinto e Florestan, Brasil Jr. (2013) ressaltou que a revisão da sociologia da modernização não se limita a eles nem é um privilégio exclusivo da sociologia brasileira. Virtualmente, todos os sociólogos situados na periferia tiveram que reconsiderar, em certo grau, as premissas da sociologia da modernização diante das particularidades do novo contexto social. Diante da possível desconexão entre a "linearidade" da mudança pressuposta pela teoria da modernização e as trajetórias históricas contingentes dos diferentes contextos nacionais, surgiram deslocamentos teóricos que merecem nossa atenção. Portanto, nossa análise se concentra em Costa Pinto e Fernandes, cujas contribuições teóricas ainda são relevantes nos dias de hoje.

Ainda, para Souza (2015),

A sociologia brasileira – constituída como disciplina específica, gozando de reconhecimento social e praticada em diversos meios intelectuais, acadêmicos ou não – participou de forma ativa desse debate, na expectativa de explicar o processo de desenvolvimento por meio de um viés especificamente sociológico e de contribuir, por meio de análises rigorosas, para a superação da situação de subdesenvolvimento. Buscando opor-se, complementar ou corrigir as

lacunas das concepções econômicas (as quais segundo as avaliações correntes no meio sociológico compreendiam o desenvolvimento de forma unilateral) o pensamento sociológico brasileiro passa a investigar os condicionantes ou os fatores extra econômicos do desenvolvimento. Essa percepção especificamente sociológica do desenvolvimento é expressa por meio de diversas pesquisas que procuravam compreender os fatores que o determinavam (urbanização, industrialização, mobilidade social e estrutura ocupacional) e os que o favoreciam ou dificultavam (educação, padrões comportamentais, organização política, estrutura agrária) (Souza, 2015, p.190).

A autora ainda discorre que as décadas de 1950 e 1960 se estabeleceram como um marco significativo para a sociologia nacional, testemunhando um período de efervescência intelectual no qual a abordagem acerca da mudança social transcendia os estreitos confins da análise econômica. Com agudeza, essa investigação penetrava nas esferas políticas, sociais e culturais. Para os sociólogos imersos nesse debate intelectual, a compreensão e a orientação do desenvolvimento não se circunscriviam meramente a questões de crescimento econômico, mas sim se configuravam como uma complexa empreitada, exigindo uma meticulosa tecelagem das diversas nuances da vida social. *A priori* era necessário desvelar os entraves estruturais que permeavam o panorama nacional, intrincadamente entrelaçados com o sistema capitalista global.

A mudança social emergia, então, como os fios de trama e urdume que confeccionam esse novo tecido intelectual, constituindo-se numa espécie de "roupa da moda" vestidos pelos diversos protagonistas do debate sobre o desenvolvimento. Tal "moda" se vestia com uma rica variedade de obras científicas, fóruns de discussão e instituições de pesquisa, refletindo a pluralidade de perspectivas e interpretações que animava o cenário sociológico da época.

Florestan Fernandes e Luiz Aguiar Costa Pinto, como ícones incontornáveis deste contexto, desempenharam papéis preponderantes na construção do arcabouço teórico da sociologia brasileira. Suas pesquisas, debates e proposições reverberaram significativamente na compreensão da mudança social no país, erigindo-se como faróis orientadores para as gerações subsequentes de cientistas sociais.

Por outro lado, Bariani (2008) descreve que, ao contrário da postura adotada por grande parte dos intelectuais da época, Guerreiro Ramos não concebia o desenvolvimento como um fenômeno genérico ou abstrato. Em vez disso, identificava nesse processo interesses diversos e, até mesmo, em última análise, contraditórios.

Para Guerreiro(1961), a perspectiva desenvolvimentista, ou o próprio desenvolvimento, foi uma tese defendida pelos nacionalistas ou por aqueles que ainda se apegavam a visões mais conservadoras. Contudo, a derradeira lição extraída das variabilidades da realidade brasileira pode ser resumida da seguinte maneira: o desenvolvimento abstrato é, em essência, uma forma de submissão aos interesses externos. Do ponto de vista da soberania nacional e da sustentação do processo de desenvolvimento, não basta meramente que o Produto Interno Bruto do país aumente a uma taxa elevada; é imperativo que as camadas populares participem desse crescimento, de modo que o mercado possa acompanhar o avanço da capacidade produtiva.

4.1 Costa pinto e suas contribuições acerca do desenvolvimento

Luiz de Aguiar Costa Pinto nasceu na capital baiana Salvador, graduou-se em Ciências Sociais pela extinta Faculdade Nacional de Filosofia no Rio de Janeiro onde também foi docente, e era proveniente de uma família da elite soteropolitana que atuava no setor canavieiro. No ano de 1937, desembarcou com sua família no Rio de Janeiro e, aos 17 anos de idade, passou a atuar como militante da Juventude Comunista. Com 19 anos, Costa Pinto ingressou no curso de Ciências Sociais e teve como seu principal foco de estudos a mudança social.

Antes de adentrarmos nas ideias de Costa Pinto, é importante contextualizar o período em que ele desenvolveu sua análise. Nas décadas de 1940 e 1950, o Brasil estava passando por um intenso processo de desenvolvimento econômico e transformações sociais. O país estava se industrializando com o Estado desempenhando um papel central na promoção do desenvolvimento e da modernização. Essas mudanças também tiveram impactos significativos na estrutura social brasileira, especialmente no que se refere à estratificação social e às relações raciais.

Costa Pinto (1980) tinha como objetivo compreender as dinâmicas sociais e as desigualdades presentes na sociedade brasileira. Sua teoria sobre o desenvolvimento e a estratificação social baseava-se na análise das relações entre as classes sociais e desse modo, o processo de desenvolvimento econômico e industrialização no Brasil nas décadas de 1940-1950 contribuiu para o surgimento de uma estratificação social

complexa. Ele argumentava que as mudanças econômicas resultaram em novas oportunidades de mobilidade social para alguns setores da população, enquanto outros grupos foram excluídos ou tiveram acesso limitado a essas oportunidades. É a partir desse ponto que ele cria o conceito de marginalidade estrutural.

Segundo Bôas (2007), nas obras de Costa Pinto, o conceito de marginalidade estrutural emerge em duas fases distintas, delineando uma trajetória de formulação inicial seguida por uma posterior instrumentalização. Na fase inaugural, o autor meticulosamente destila essa noção por meio da análise das dinâmicas sociais e interações de grupos e estratos sociais, cujas condutas oscilam entre as esferas pública e privada, sujeição a autoridades e adesão a normas abstratas. Nesse estágio, Costa Pinto sonda as sutilezas entre contratos formais de trabalho e acordos informais de compensação, bem como entre lealdade comunitária e engajamento em esferas competitivas e individualistas. Em um segundo momento, Costa Pinto transita para uma análise de cunho processual, relegando a observação de grupos e indivíduos específicos em prol da investigação dos grandes processos sociais de industrialização, urbanização e secularização. Essa mudança de foco desvela uma compreensão mais abrangente das transformações sociais, situando a marginalidade estrutural no contexto mais amplo dessas dinâmicas de mudança. A autora ainda complementa que o conceito de marginalidade estrutural, conforme concebido pelo autor, visava não apenas destacar a dimensão conflituosa mas também a adaptativa das transformações em curso. No Brasil, as mudanças não reproduziam o padrão observado em sociedades "desenvolvidas" e "industrializadas", mas sim uma complexa interseção entre elementos tradicionais e modernos em diversas esferas da vida social.

Bila Sorj (1999) buscou compreender a abordagem de Costa Pinto em relação à sociologia e sua relevância na interpretação da sociedade urbano-industrial no Brasil nas décadas de 1950 e início dos anos 1960. O autor adota uma estratégia intelectual centrada em três eixos principais.

Primeiramente, ele criticou a abordagem culturalista predominante nos estudos antropológicos sobre comunidades. Em seguida, destacou a importância da sociologia na compreensão dos processos de desenvolvimento, tradicionalmente estudados pela economia. Por fim, criticou intelectuais cariocas que associavam sua atividade à construção ideológica e política da nação, argumentando que a sociologia, liberada

desses constrangimentos, poderia trilhar um caminho promissor no Brasil e na América Latina.

Costa Pinto (1980) enfatizou a importância de traçar os vínculos fundamentais entre estrutura e estratificação social ao analisar os sistemas de estratificação. Ele ressaltou a interconexão direta desses dois aspectos com a economia e a sociedade. Além disso, destacou a organização das atividades produtivas e reprodutivas, assim como as condições materiais relacionadas a elas, como elementos essenciais para compreender a dinâmica histórica das classes sociais no Brasil. Assim, a compreensão da relação entre hierarquização e comportamento humano torna-se fundamental para entender a estratificação social.

Para o autor, a espinha dorsal da sociedade é exatamente os sistemas de estratificação social.

O estudo da estratificação social emergiu como um elemento fundamental na análise proposta, pois oferece uma lente precisa para compreender as dinâmicas que moldam e influenciam as transformações econômicas. A fim de facilitar a compreensão de seu trabalho, Costa Pinto delineou meticulosamente um roteiro metodológico. Inicialmente, descreveu de forma minuciosa os traços tradicionais da estratificação na sociedade brasileira. Em seguida, procedeu a uma análise dos fatores que catalisaram a desintegração desse paradigma, sinalizando um ponto histórico crucial que deu origem a um novo cenário de estratificação social. Posteriormente, descreveu as principais características desse novo modelo emergente e as nuances de sua integração. Por fim, a partir da premissa de que o desenvolvimento é um fenômeno essencialmente histórico, em que o poder político desempenha um papel preponderante, o autor contextualizou as implicações políticas das transformações no sistema de estratificação social, fornecendo uma perspectiva abrangente e exemplificada.

Para Costa Pinto (1980), não é necessário que o pesquisador se aprofunde na questão sobre a composição das relações entre as classes sociais no Brasil. Neste sentido, é preciso que compreendamos as grandes linhas gerais, ou, mais precisamente, as coordenadas básicas do sistema, pois é a partir delas que vamos compreender todo o processo para traçarmos historicamente o perfil de estratificação da sociedade brasileira.

4.1.1 O germe da estratificação social brasileira e o conceito de marginalidade estrutural para Costa Pinto

Como é sabido, o processo e a formação da sociedade brasileira estão diretamente ligados ao período colonial; logo, todos os problemas relacionados à estratificação social no Brasil advêm do período colonial, ou melhor elucidando, vêm do processo histórico da colonização realizada em nosso país. Nesse sentido, a economia brasileira dos anos iniciais era pautada básica e exclusivamente na questão agrícola, com os seus objetivos voltados à comercialização, ou seja, às práticas latifundiárias, exploração extrativista e agricultura extensiva. Portanto, a ideia de fazenda, segundo Costa Pinto (1980), não está ligada ao camponês ou ao trabalho praticado por sua família que produziria para o seu próprio consumo, mas sim à ideia de comércio, principalmente para a exportação. Uma das primeiras formas de ocupação da terra nos anos iniciais da colonização acontece por intermédio das feitorias na costa brasileira, e, à medida que essas fazendas e feitorias vão se expandindo, vão surgindo mais fazendas, plantações, engenhos, pastos etc., configurando então a essência da sociedade brasileira.

Outro fator crucial, que irá refletir seus fenômenos na sociedade brasileira, é o surgimento da escravidão. Para o autor, com a escravidão, inaugurou-se o modelo ou a pirâmide social que representaria as relações, as escalas e as posições como o *status* social naquele período de formação de nosso país. Isso também interferiu nas questões relacionadas à subjetividade como os valores, os estilos e a mentalidade, os comportamentos das outras classes que constituíam a estrutura social daquele período. Logo, a propriedade de terra, em conjunto com o sistema escravista, tornara-se face da economia e da estratificação social. Assim, os donos de terras e de escravos surgiram como classe dirigente, tendo as rédeas dos meios institucionais e, por sua vez, um certo controle sobre a sociedade.

Liedke Filho (1999), argumenta que:

A análise da obra de Costa Pinto indica que, ao longo dos anos 50, o problema da mudança social veio a ser especificado pela distinção entre o processo de desenvolvimento social e o processo de modernização social. Simultaneamente, a hipótese de marginalidade estrutural passou a ser empregada como "resposta" explicativa aos problemas do desenvolvimento social brasileiro e latino-americano, conforme se evidenciará na análise destes conceitos e na releitura do

tratamento dado por Costa Pinto a três temas selecionados: as classes sociais no Brasil, a questão da educação e as ciências sociais no Brasil (Liedke Filho, 1999, p.95).

Para Costa Pinto (1980), os donos de escravos e os donos de terra seriam o esboço do que viria a ser o conceito de classe média brasileira; entretanto, ele prefere utilizar a denominação camadas intermediárias.

Nesse sentido, Gomes salienta que:

Esta ideia de homogeneidade social entre negros é a principal chave para entender a própria imagem que Costa Pinto projeta sobre as mudanças nas relações de raça. A escravidão é desenhada como um mundo homogêneo. Sem transformações. O suposto atraso técnico e econômico é causa-efeito de um suposto atraso social (Gomes, 1999, p 129).

No núcleo dessas camadas intermediárias havia diferentes grupos com diferentes afazeres. Esses diferentes grupos foram se fundindo ao longo da história e se apresentavam sob perspectivas diferentes, tais como os colonos, soldados, artífices, pequenos comerciantes, funcionários, curas, capatazes, agregados, índios catequizados, escravos, forros e libertos. Ainda, mais duas camadas são identificadas por Costa Pinto dentro das classes intermediárias e essas duas camadas são dependentes em relação às classes dirigentes, e é dessas que são dependentes que futuramente surgirão outras funções, bem como uma nova configuração das classes sociais brasileiras.

Desse modo, a primeira estrutura de classe social foi constituída pelos egressos da escravidão e a segunda seria uma classe num patamar superior em relação à primeira, porém classificada na condição de destituídos de superioridade em relação às camadas dirigentes. Portanto, no topo da pirâmide social estavam os senhores de terras, de rebanhos, de engenhos, de escravos, outrora descritos como uma nobreza rural. Costa Pinto (1980) relatou que pouco antes de o Brasil se tornar independente, a Coroa acabou por conceder a essa nobreza alguns títulos que possibilitou o egresso dessa nobreza as câmaras e conseqüentemente passaram desempenhar um papel soberano na sociedade brasileira.

Ademais, no que se refere à família grande ou patriarcal, a forma como foi se dissipando esse conceito de nobreza característico do Brasil e que foi entrando nas questões das organizações da sociedade, aonde essas famílias acabou por adquiriram um poderio muito grande de dominação e que inevitavelmente acarretariam

consequências históricas nas estruturas sociais. O caráter dominante adjunto do hábito de consumo da família patriarcal fez com que alguns intelectuais atribuísem semelhanças ao feudalismo, como sugeriu Nelson Werneck Sodré (2002).

Entretanto, o que caracteriza um sistema econômico não é o hábito de consumo e dominação e sim a forma de produção que necessariamente está relacionada a produzir para vender e exportar com o objetivo final de obter lucros. Nesse modelo apresentado por Costa Pinto e que hoje é sabido por muitos na comunidade científica, é pertinente a diferenciação entre o branco e o negro, isto é, o branco dono de terras e o negro escravo. Assim, este fato acabou por influenciar ou até mesmo naturalizar esse padrão de estratificação e suas consequências são sentidas até os dias de hoje, manifestada no racismo estrutural como sugeriu Almeida (2018).

Costa Pinto (1980), para descrever o que chamou de novo padrão de estratificação social, observou dois pontos históricos importantes para não perder de vista o fio de sua análise metodológica: a abolição da escravatura e a criação da república e seu andamento.

Com o fim do regime escravista e a inserção do escravo no mercado de trabalho, a interação com o meio rural e urbano, todavia perpetuou o que Costa Pinto chamou de cripto-racismo, ou seja, aqueles valores resultantes da característica da sociedade tradicional que se baseava na cor. No que se refere à república, algumas práticas advindas do sistema antigo acabaram por desembocar no novo modelo de estratificação. Exemplo disso são as classes intermediárias do regime anterior e arcaico que viriam a se fundir dando origem às novas classes médias. Salienta-se que com os regimes liberais em pauta, essas classes passariam a se posicionar diante de seus interesses.

Liedke Filho, complementou que,

a coexistência destes dois padrões não ocorre, evidentemente, no sistema de estratificação social apenas, pois, na verdade, em todos os planos de sua estrutura, desde o sistema econômico até o sistema de valores, todas as sociedades em desenvolvimento são, por definição, sociedades desigualmente desenvolvidas, onde coexistem padrões sociais remanescentes do passado que, embora ainda presentes, já não são dominantes, juntamente com novos padrões sociais que surgem do desenvolvimento e que, embora já estejam formados, ainda não são predominantes (Liedke Filho, 1999, p.101).

Ou seja, para Costa Pinto (1980), essa ambivalência nos padrões de organização social, é intrínseca em toda a estrutura, se manifesta na esfera da estratificação pela coexistência, dentro de uma mesma sociedade em transição, de distintas classes que, verdadeiramente, refletem diferentes estágios de sua evolução estrutural.

Para o autor, outro fator de grande envergadura se encontra na crise agrária, que criou uma barreira em relação a uma possível reforma agrária bem-sucedida no país. Isto é, o pensamento arcaico proveniente do Brasil Império continuou presente, impossibilitando uma instauração da sociedade rural, justamente pela resistência em transformar o sistema arcaico, que eles haviam construído no passado, e que permaneceu quase que inalterado em algumas regiões do Brasil.

Na virada do século XIX para o século XX, o Brasil começou a se industrializar. Inicialmente, a sua produção era dedicada exclusivamente aos bens de consumo para diminuir a necessidade de importar produtos. Com o processo de industrialização, houve também o advento da urbanização, que mobilizou uma parte da população, principalmente, nas regiões sul e sudeste, estabelecendo características diversas e típicas das grandes cidades. Desta forma, foram instituídos propósitos mais atuantes que contribuíram para um plano institucional e para a renovação da estrutura que estava em curso. Contudo, mesmo com a consolidação deste novo sistema de estratificação, o padrão tradicional ou os seus resquícios não desaparecem por inteiro. Um efeito disso foi o surgimento da sociedade marginalizada e dos primeiros cortiços, que serviram de cenário para o romance da literatura brasileira escrito por Aluísio de Azevedo (1997). Essas habitações coletivas logo dão origem às favelas ou às comunidades.

É importante, ainda, compreendermos algumas das etapas do processo de transição do sistema de estratificação que irá ocasionar mudanças significativas na sociedade contemporânea.

A primeira delas é sobre o crescimento demográfico; segundo o autor, de 1850 a 1950 houve um crescimento de 38 milhões de habitantes no Brasil. O crescimento demográfico do Brasil estava atrelado à inserção da tecnologia bem como ao avanço da medicina no país, que auxiliou no crescimento da taxa de natalidade. Outro fator importante em relação a essas etapas é o aumento acelerado da mão de obra industrial. O censo de 1950 registrou um aumento de 61% de trabalhadores no setor

industrial contra 27% de aumento no setor agrícola. Entretanto, esses valores são referentes ao crescimento dessas áreas e não ao efetivo total do Brasil, e vale lembrar que em 1950 a maior parte da população do País era considerada como rural, com 63,8% pertencente a esse setor. Portanto, o autor concluiu que, com o aumento da população e das áreas urbanizadas, ocorreu um intenso processo de urbanização, que contribuiu para a formação de novas classes com novos estilos e relações sociais que contrasta de forma drástica com os padrões tradicionais da sociedade brasileira (Costa Pinto, 1980).

A crescente burocratização das empresas industriais e comerciais naquele período também foi analisada por Costa Pinto, e nesse sentido ele afirma que houve uma racionalização, que se multiplicou no interior desses órgãos. Para ele, as funções foram multiplicadas e também as ocupações intermediárias dentro dessas empresas. À medida que a economia nacional foi se desenvolvendo, as empresas foram ganhando espaço em território nacional, e com esse novo tipo de trabalho também foram surgindo novas ocupações técnicas e auxiliares. Além disso, paralelamente às empresas comerciais e industriais, ocorreu um movimento que se intensificou na burocratização dos setores de serviços públicos. À medida que o país se desenvolvia, novas áreas de atuação foram surgindo e demandavam a criação de mais cargos públicos, principalmente no setor administrativo, ponto esse de grande relevância nas teorias de Guerreiro Ramos acerca da organização do setor público.

A primeira indicação sobre os efeitos do desenvolvimento econômico do país acerca das mudanças na estratificação social pode ser observada nos dados obtidos pelo Serviço Nacional de Recenseamento do Rio de Janeiro entre os anos de 1940 e 1950, como relatou Costa Pinto (1980, p. 240) e que está disponível no Anexo D. No ano 1940, o setor primário detinha aproximadamente 12,1 milhões de pessoas, o que totalizava 71% da população economicamente ativa nesse setor; no setor secundário eram aproximadamente 1,5 milhões de pessoas, totalizando 9%; já no setor terciário eram 3,4 milhões de pessoas, totalizando 20%.

Em 1950, o setor primário somava 13 milhões de pessoas que totalizavam 64% da população, o setor secundário contava com 2,6 milhões de pessoas, somando 13% da população e, por último, o setor terciário com 4,6 milhões de pessoas, totalizando 23% da população (Costa Pinto, 1980). Com base nesses dados é possível percebermos que há um declínio no setor primário e um leve aumento nos setores secundário e terciário, e isso se deve justamente à industrialização e burocratização

das atividades econômicas do País que elevou os números de indústrias e possibilitou a criação de novos cargos públicos. Ainda, o autor constatou que houve uma diminuição em relação às atividades autônomas, reflexo da importância e do aumento nos números relativos a empregadores e empregados nas empresas pré-capitalistas da década de 1950. Esses resultados são referentes ao desempenho no que diz respeito ao desdobramento econômico e das transfigurações de estrutura da sociedade nacional devido ao arcaísmo da estrutura agrária brasileira daquele período, que funcionou como uma barreira a ser superada em relação ao crescimento do mercado interno. Para além disso, foi uma das principais essências para a formação das classes dirigentes desse setor, pois em toda a história da formação do Brasil elas tiveram em suas mãos os instrumentos políticos e ferramentas essenciais na liderança de nosso país. Para tanto, o crescimento das classes industriais e comerciais no Brasil se deu por intermédio da antiga classe agrária, como afirmou o autor. Todavia, o crescimento das novas classes comerciais e industriais seria inevitável, uma vez que a economia do País vinha se desenvolvendo e, obviamente, geraria conflitos de interesses entre as classes industriais/comerciais com as antigas classes agrárias, desfecho presenciado durante boa parte do período republicano. O crescimento das novas classes dirigentes acabou incorporando na economia nacional alguns conflitos de posição entre as classes industriais e agrárias, porém esses conflitos foram ajustados conforme os interesses dentro dos respectivos setores. Costa Pinto, salientou:

Na prática, isso foi facilitado pelo caráter comercial que sempre teve a exploração agrícola extensiva no Brasil, que produzia para exportar; em segundo lugar, no plano político e ideológico, tudo indica que essas acomodações encontraram o terreno objetivo para se estabelecer, na medida em que, mais recentemente, a presença e a atuação política do proletariado industrial e da pequena e média burguesia urbana passaram a se manifestar com maior intensidade, ameaçando as posições estabelecidas e dirigentes, como tais, independentemente do tipo agrário, mercantil ou industrial, das bases econômicas em que se sustentam (Costa Pinto, 1980, p.244).

Diante do quadro exposto, o reflexo do crescimento da industrialização é o aumento da classe de proletário industrial nos centros urbanos. Lembrando que essa classe é heterogênea, e o proletariado industrial brasileiro “[...] tem, como troncos históricos, o trabalho escravo, liberto em 1888, e o trabalho imigrado” (Costa Pinto,

1980, p. 245). Ainda, na década de 1960, a população rural passou a compor a classe de operários industriais. Dessa forma, o processo de construção da classe operária industrial foi um tanto quanto conturbado devido a suas variadas características, e, embora seja multifacetada, ela marcou sua presença no cenário político e social, colocou novos problemas, reivindicou seus direitos. Mattos em um trabalho publicado na ANPUH fez um resgate histórico sobre algumas passagens desse processo de formação da classe trabalhadora em que ele diz o seguinte:

No capitalismo, tal oposição objetiva entre os interesses dos proprietários e os dos despossuídos ganha novos contornos, pois os que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, adquirem, na experiência comum da exploração a que estão submetidos, a consciência da identidade entre seus interesses, que se opõem aos interesses de seus exploradores, e no bojo deste conflito (a luta de classes), constroem sua consciência de classe (Mattos, 2007, p.3).

Entretanto, Costa Pinto admitiu que faltou experiência para apontar soluções para os problemas políticos que os envolviam, justamente por ser uma classe imatura naquele momento histórico.

Também se salienta o surgimento da classe média brasileira na nossa história; nesse sentido, Costa Pinto identificou:

O conglomerado heterogêneo formado pelas chamadas classes “médias”, produto em boa parte da fusão das antigas camadas intermediárias, não tem raízes profundas na história da sociedade brasileira, cuja estrutura, até recentemente, parecia ser intrinsecamente adversa à sua expansão. Elas são, por isto, no Brasil, um fenômeno relativamente recente. Na sociedade brasileira, o funcionário representa o “tipo ideal” do que se poderia tomar como padrão da classe média brasileira. Nesse sentido, nossas classes assemelham-se mais, em sua formação histórica, às classes médias da China e da Rússia antigas e Alemanha, e diferem, pelos mesmos motivos, das classes médias francesa, inglesa, belga e holandesa, cujo desenvolvimento se baseou sobretudo na pequena propriedade. Ligada, como está, à burocratização, a classe média brasileira é uma camada por excelência urbana e cronologicamente recente no sistema de estratificação social. Tudo parece indicar que os problemas fundamentais das classes médias, no Brasil, resultam, hoje, da atuação simultânea e contraditória de duas ordens de fatores: a) fatores estruturais, ligados ao desenvolvimento, que agem no sentido de desenvolvê-la e b) fatores econômicos, de natureza inflacionária, que contribuem para a corrosão de seu status, baseado em rendimentos fixos (Costa Pinto, 1980, p. 245-246).

Dois pontos principais foram citados pelo autor: o primeiro, e que é de mais valia nesta tese, é sobre o desenvolvimento, e o segundo e não menos importante, mas não é o nosso foco central, é sobre os fatores econômicos. O combinado desses dois fatores resulta em uma classe média instável que assinala uma característica dos novos padrões de estratificação como sugeriu Jacques Lambert (1967) em *Os dois Brasis*.

Outro fator interessante é a análise que Costa Pinto faz ao comparar o surgimento da classe média brasileira com as da Rússia, Alemanha e China, que não tinham como base a pequena propriedade, mas sim a burocratização, o desenvolvimento urbano, ou seja, por fenômenos muitos parecidos e que também eram presentes na história do nosso país. Portanto, no Brasil o fenômeno que foi observado nos leva aos seguintes apontamentos: de que a elite não está suspensa no espaço, sempre está vinculada a uma estrutura que defende seus interesses e valores. Ainda mediante as transformações históricas das formações das classes no Brasil, salientamos que é certo que em algum momento a crise também alcançaria as elites. O resultado desse processo foi a disputa pela liderança social entre as elites decadentes com as elites em ascensão, e essa contenda passou a ter importância diante do processo de desenvolvimento que estava por chegar.

Logo, o desenvolvimento brasileiro foi intencional, seguindo sempre o ritmo orquestrado do poder político vigente que tocava a *sinfonia* correta quando lhes era oportuno, ou seja, quando essas elites dominavam, assim, configurando a estrutura social e política que, por sua vez, alterava os sentidos conforme os seus interesses e ideais como organização.

Em síntese, as análises acerca das classes sociais e toda as transformações sociais apresentadas por Costa Pinto (1980) perpassou por algumas proposições, tais quais: 1) O desenvolvimento social mais recente das classes subdesenvolvidas da década de 1960, que foi fruto da especificidade de um processo geral de transformação social; 2) A modificação estrutural encetou novas classes sociais bem como novos padrões de relações entre si; 3) Conflitos sociais surgiram como consequências dessas transformações estruturais por intermédio da relação entre as classes sociais, sendo que, a partir disso, determinadas situações apareceram e se transformaram em atuações e, conseqüentemente, dessas, evoluem as ações políticas. Nas palavras de Costa Pinto:

Nas sociedades que estão sofrendo um processo recente e acelerado de desenvolvimento, quando observamos o seu sistema de classes sociais é fácil perceber que uma das suas características básicas é a coexistência de dois padrões de estratificação social - o tradicional e o novo. Nele encontramos classes *residuais*, típicas da sociedade arcaica do passado, ao lado de classes *emergentes*, resultantes do desenvolvimento e partes integrantes da sociedade que está sendo construída no presente. É sobretudo a coexistência destes dois padrões de estratificação na sociedade nacional de alto a baixo a característica essencial de seu sistema de classes durante a fase de transição (Costa Pinto, 1980, p.248).

Nesse sentido, essa característica não se restringe somente à estratificação social, pois contempla vários setores da sociedade, passando do político ao econômico. Costa Pinto (1980, p.248) explicou que “[...] todas as sociedades em desenvolvimento são, por definição, sociedades desigualmente desenvolvidas [...]”. O desdobramento desse efeito se deve aos padrões sociais do passado, que existem simultaneamente com os novos padrões, ou seja, essas classes sociais já não estavam mais no poder, justamente por perderem as rédeas para os padrões nascidos do desenvolvimento, como sinalizados por Liedke Filho (1999) e Domingues (1999).

O resultado é a marginalidade estrutural, que, podemos afirmar, é resquício de um passado histórico permeado por diferentes dominantes, de diferentes épocas, tal qual afirma Bôas; para ela

[...] a enumeração de características dos processos de industrialização, urbanização, burocratização e migratório toma definitivamente o lugar da descrição e análise da ação e mentalidade dos agentes sociais. Tendências naqueles processos podiam indicar mudanças na estratificação social e na estrutura de poder da sociedade brasileira. Ao final do escrito, o autor evoca o conceito de marginalidade estrutural para dizer que o que estava ocorrendo no país era justamente a coexistência de dois padrões de organização social, um arcaico, outro moderno, que se caracterizavam por uma permanente contradição. Nenhum daqueles padrões tinha força suficiente para superar o outro. O conceito de marginalidade estrutural torna-se uma referência conceitual para avaliação daqueles processos (Bôas, 2005, p. 97).

É de extrema importância não perdermos de vista a possibilidade de existir peculiaridades sobre esse assunto. Embora pareça algo tão simples de compreendermos, muitas vezes essas relações que estão sendo discutidas nem sempre se tornam uma regra nas bibliografias que as abordam, pois, as relações de classes podem ganhar outras características que escapam à rigidez da interpretação.

Nesse cenário, Bôas (2005) sintetiza que, no entanto, se a ideia de uma uniformidade na modernidade não se impõe diretamente na elaboração conceitual, ela permeia sutilmente a expectativa gerada por tal conceito. Apesar das transformações que trouxe à sociologia da transição de uma antiga para uma nova ordem no Brasil, Costa Pinto não conseguiu escapar do conflito intrínseco da ambiguidade. Esta não residia mais no caráter dos brasileiros, com suas características culturais constantes, mas sim no intrincado tecido das relações sociais que configuram a estrutura social. O conceito de marginalidade estrutural ressuscitou o mito da ambiguidade, deslocando os males atribuídos ao brasileiro para a ordem social e imputando os obstáculos ao desenvolvimento do país às condutas sociais que ora se submetiam à dominação da ordem tradicional, ora à dominação da ordem moderna.

Para nós, um dos aprendizados deixados por Costa Pinto é que o sistema de classes, bem como o quadro de funções proveniente do desenvolvimento, faz parte de um processo histórico, e que não é momentâneo, visto que pouco antes da generalização temos como evidência a coexistência de dois arcaboços dentro da estrutura social, um anulando o outro.

Para além da coexistência estrutural, o que nos parece ser a raiz do problema é justamente o reflexo dessa dubiedade que irá manter as características das classes dominantes do passado para as classes dominantes que surgiram em meio ao desenvolvimento da década de 1960 e, com isso, as atitudes políticas, como apontou Costa Pinto:

[...] relações de associações ou relações de conflitos - nas táticas e ideologia que adotam, umas e outras, para aumentarem seu controle sobre o poder político e assim poderem influir ou decidir do ritmo e do sentido geral de desenvolvimento; em tudo o que se refere, em suma, ao comportamento político destas classes, encontramos um campo fundamental de análises sociológicas, para as quais, mais uma vez, a América Latina se apresenta como vasto laboratório, que apenas começa a ser explorado (Costa Pinto, 1980, p.250).

Como assinalado por Souza (2015), Costa Pinto recorreu ao pensamento de Mannheim para explicar essa coexistência que nada mais é que “[...] o mundo social e intelectual moderno produziu uma estrutura própria e particular, possibilitando o surgimento e interação desses movimentos ou tendências nessa mesma estrutura” (Weller; Bassalo, 2020, p.393).

Ao voltarmos os olhos para a América Latina e lembrar a transição histórica do pós-abolição, temos como resultado o padrão de uma classe dominante reduzida em números de pessoas, sobretudo com um grande poder político e econômico, que explorou o setor agrário. Tínhamos do outro lado da balança as classes mais baixas que eram majoritariamente provenientes do campo, nativos e imigrantes. Esse contingente é o que irá se tornar futuramente as classes médias urbanas, o proletário industrial e a burguesia industrial. O resultado desse novo perfil de estratificação social são efeitos da industrialização, da urbanização dos grandes centros, da imigração que ocorreu no início do século XX e da migração em meados do mesmo século, além da burocratização dos serviços públicos e da secularização que o desenvolvimento nacional trouxe. Em consonância e pensando o estágio atual o professor Octávio Ianni acrescentou:

Como o sistema como um todo não se realiza concretamente senão por intermédio de uma série de descontinuidades e desigualdades, tendo em vista diferentes modos de ordenação das esferas da existência (econômica, política, cultural, predomínio da agricultura de exportação ou da indústria nacional, diversos graus de colaboração com o capital externo, etc.) o Estado assumiu encargos crescentes, para preservar o *status quo* e favorecer transformações equilibradas, ou relativamente equilibradas do todo. Mas isso não se deve a uma determinação funcional, como se ele fora um elemento de um organismo. Ao contrário, essa atividade do Estado faz parte da atividade coletiva essencialmente diferenciada, para que se preserve essa natureza do sistema, bem como outros dos seus caracteres. Não se trata de um funcionalismo em que o todo determina necessariamente as partes. Na interpretação que estamos desenvolvendo, a totalidade não é indiferenciada, como se houvesse equivalência entre os seus elementos; é produzida por determinados componentes essenciais do todo. Fundamentalmente, o modo de apropriação define o sistema, constituindo as classes antagônicas (Ianni, 2004, p.50).

Esse efeito citado por Octavio Ianni nada mais é do que a política adotada na fase da expansão industrial do Brasil, que se inicia com a mutação do Brasil agrário em industrial nas décadas de 1950-1960. Além do mais, o surgimento dessas novas classes, bem como suas relações com as classes dominantes do passado, engendra no plano de liderança um certo padrão que reflete o seu comportamento político resultante do desenvolvimento, reafirmando a coexistência citada anteriormente.

Acreditamos que a problemática dessas novas classes, que se formaram no período do desenvolvimento industrial, e que se reflete até os dias atuais, seja a inércia, a falta de atitude para resolver as situações e de encarar os problemas. A grande diferença para as sociedades que realizaram suas revoluções é que as classes dirigentes estabeleceram um acordo com as classes, urbana e industrial, que haviam surgido, e isso não aconteceu na América Latina. Todavia, a união dessas classes principalmente na Europa funcionou até o momento em que a classe de proletários industriais começou a ter liderança própria, como afirmou o Costa Pinto.

Ao analisarmos o que ocorreu no passado com as classes médias urbanas no que se refere à renovação tecnológica e à seqüela produzida pela burocratização das empresas e dos serviços, temos como efeito a crescente dos trabalhadores terciários. A participação política dessa classe é limitada, pois o que era para ter acontecido não se efetivou e seu poder de dosar e ser dinâmico para renovar a estrutura tradicional não vingou. A democratização do sistema levaria à estabilização, equilibrando o jogo nas relações políticas, bem como as oportunidades de ascensão. Nesse sentido, Costa Pinto considerou a inflação como um fator decisivo a essa ascensão econômica que não se efetivou, pois, essas classes médias urbanas permaneceram estáticas ideologicamente e politicamente como forças atuantes no cenário político. A inflação, por sua vez, acabou minando qualquer possibilidade de concretizar seus objetivos de renovação da estrutura, e o que se viu foi a instabilidade econômica e social dessa classe, ainda que:

[...] finalmente, os que anunciavam que nessas camadas sociais se fundiram as soluções democráticas para os problemas políticos do desenvolvimento, hoje são forçados a reconhecer que na instabilidade econômica e social dessas camadas, a sua tradicional miopia política, inconsistência ideológica, incapacidade psicológica de sentir e agir como massa e na sua impossibilidade ideológica de pensar como elite, reside um dos fatores fundamentais da instabilidade política dessas sociedades. Nessas camadas está concentrado o chamado “eleitorado fantasma” o voto flutuante, aquele que, em eleições sucessivas, vota em todas as variantes do espectro político ideológico, reconduzindo ao poder ditadores derrubados, consagrando, vitoriosas, vedetes de picadeiro, elegendo, democraticamente, campeões da desmoralização da democracia, e, por fim, como aconteceu na “cidade que mais cresce no mundo” (São Paulo), consagrando nas urnas um filhote de rinoceronte do zoo local (Costa Pinto, 1980, p. 255-256).

A assertiva do professor é capciosa, o descontentamento dessas camadas se multiplicou com o movimento de desenvolvimento no país e com a problemática da inflação, que se agravou. O resultado foi a eclosão de regimes autoritários pela América Latina entre as décadas de 1960-1980, cujos efeitos, aliás, podemos sentir atualmente, como no ocorrido nas eleições de 2018 no Brasil, quando marionetes elegeram políticos em prol do desmonte da democracia.

O advento do desenvolvimento nos estágios iniciais permitiu o surgimento de novas classes sociais, que, no mais tardar, ganhariam forças políticas e sociais de liderança para decidir o jogo político, porém essas lideranças atuaram sem antes mesmo estarem capacitadas para tal. Dessa forma, podemos comparar com o que Costa Pinto chamou de “falsa liderança”, peça fundamental para o chamado populismo.

Portanto, o problema do desenvolvimento só poderá ser resolvido com mais desenvolvimento. Assim, compreendemos que o objetivo dessas proposições trazidas à luz por Costa Pinto é validar conceitualmente a análise sociológica por ele realizada, bem como servir de guia para suas considerações acerca da estratificação social, abordada a partir das relações humanas com o material.

4.2 Florestan Fernandes, desenvolvimento/subdesenvolvimento e o capitalismo dependente

A obra sociológica de Florestan Fernandes abrange uma ampla gama de tópicos, desde folclore até questões de desenvolvimento, dependência econômica e desigualdade social no Brasil. O professor questionava por que o dinamismo do capitalismo brasileiro coexiste com altas taxas de pobreza e exclusão social. Suas pesquisas exploraram tanto as dimensões econômicas quanto sociais, políticas e culturais do país. Florestan Fernandes faleceu em 1995, deixando um legado duradouro na sociologia brasileira e nos estudos da sociedade do Brasil. Suas obras continuam a ser referências importantes no campo. Além do mais, a abordagem teórico-metodológica de Florestan Fernandes envolve a análise simultânea dos aspectos macro e micro da sociedade, e isso significa considerar tanto as estruturas sociais mais amplas (macro) quanto as ações individuais e interações sociais (micro). Essa abordagem é característica não apenas de Florestan Fernandes, mas também

de uma tradição mais ampla de estudos sociológicos que se desenvolveram a partir de seu trabalho.

No contexto brasileiro, Florestan Fernandes aplicou essa perspectiva de uma maneira única, explorou a relação entre opostos aparentes, como arcaísmo e modernidade, riqueza e pobreza, centro e periferia, mostrando como esses elementos opostos estavam interligados na totalidade do sistema social brasileiro. Essa interconexão servia como uma estratégia de reprodução do sistema como um todo.

Desse modo, debruçaremos nos clássicos “*Sociedade de Classe e Subdesenvolvimento*” e “*Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*”.

Para Brasil Jr (2013), de fato, praticamente todo sociólogo posicionado na periferia teve de revisitar, em algum grau, as premissas da sociologia da modernização diante das peculiaridades do novo contexto social. Defronte da possível discrepância entre a suposta "linearidade" da mudança preconizada pela corrente teórica da sociologia da modernização e as trajetórias históricas contingentes assumidas pelos distintos contextos nacionais, emergiram deslocamentos teóricos que nos instigam pela sua criatividade. Na ótica de Brasil Jr, esse é precisamente o caso de Costa Pinto (trabalhado no subcapítulo anterior) e Florestan Fernandes (neste subtítulo), autores que ainda hoje ostentam relevância teórica, ora em relação à marginalidade estrutural de Costa Pinto, ora em relação ao capitalismo dependente presente nas formulações de Florestan.

Em nota introdutória da primeira obra referida, Florestan Fernandes (2009) destacou a natureza complexa do capitalismo, que não é apenas uma realidade econômica, mas também uma realidade sociocultural. O professor explorou a formação do capitalismo no Brasil como parte da expansão do mundo ocidental, em que os fatores extraeconômicos, como o direito, o Estado, a filosofia, a religião, a ciência e a tecnologia desempenharam papéis importantes.

Como é sabido, o Brasil foi colonizado nas etapas finais da crise do mundo medieval na Europa, e a colonização portuguesa não envolveu a transplantação direta de formas sociais em desenvolvimento na Europa, mas sim a revitalização do regime estamental baseado na grande plantação (plantation), no trabalho escravo e na expropriação colonial. Nesse sentido, Corsi (2022) assinala que,

Para entender o capitalismo dependente, Florestan retoma a discussão do processo histórico de constituição da sociedade brasileira a partir de uma perspectiva sociológica. Entender o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e no conjunto da América Latina implicaria, para o autor, discutir o processo de formação das sociedades latino-americanas no bojo da expansão do capitalismo, da qual fazem parte, e das condições encontradas tanto em Portugal e na Espanha quanto das encontradas no novo mundo (Corsi, 2022, p.233).

Dessa forma, a formação de um Estado nacional independente no Brasil ocorreu sem alterações significativas na organização da economia e da sociedade. Embora tenha ocorrido uma emancipação política, as estruturas sociais e econômicas do mundo colonial permaneceram intactas, resultando em uma economia tropical especializada em atender às necessidades do mercado mundial. Com a independência política, a economia brasileira começou a absorver as instituições econômicas do capitalismo comercial, montado e dirigido por interesses e organizações estrangeiras. A modernização e a transmissão de valores da Europa para o Brasil iniciaram-se naquele contexto; contudo, não se restringiram a uma simples réplica do desenvolvimento capitalista europeu. Ao contrário, foram caracterizadas por uma adaptação intrincada, que não se manifestou de forma direta em uma total e autônoma integração ao capitalismo avançado, conforme assinalou Florestan Fernandes.

Em nota introdutória, Florestan Fernandes (2009) descreveu o passado de algumas nações politicamente independentes, mas economicamente dependentes, que surgiram como produtos da expansão do mundo ocidental moderno e não haviam evoluído para o capitalismo devido às estruturas econômicas ligadas à economia exportadora das plantações. Essas economias mantiveram características extra-capitalistas, especialmente em relação à estrutura agrária, mesmo após a abolição da escravidão.

O professor paulista irá destacar a complexa interação de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais na formação e expansão do capitalismo no Brasil, afirmando ainda que a modernização do país não foi uma simples cópia da evolução capitalista europeia. Em vez disso, foi uma adaptação complexa que refletiu as condições históricas e culturais específicas do Brasil.

Inicialmente, sobre a concepção macrossociológica do subdesenvolvimento econômico, Florestan (2009) sustentou a relevância do estudo sociológico das

sociedades nacionais sob a égide do capitalismo, enfatizando que as abordagens políticas, antropológicas e econômicas não fornecem uma compreensão abrangente dessas sociedades. Desse modo, Brasil Jr. (2013) frisou que,

[...]diante do possível descompasso entre a 'linearidade' da mudança pressuposta pela vertente teórica da sociologia da modernização e as trajetórias históricas contingentes assumidas pelos diferentes contextos nacionais, produziram-se certos deslocamentos teóricos (Brasil Jr., 2013, p. 230).

Para Florestan (2009), as sociedades não apenas adotam modelos institucionais de uma civilização que deu origem ao capitalismo avançado, mas o fazem de maneira defasada e, frequentemente, de forma meramente nominal. Essa dessincronização entre a absorção de modelos institucionais e o avanço das sociedades levantou uma questão fundamental para o autor: se esses modelos fossem suficientes para explicar o desenvolvimento, as diferenças entre sociedades "avançadas" e "atrasadas" da mesma constelação civilizatória seriam substancialmente reduzidas? Para tanto, o autor propõe uma hipótese alternativa, sugerindo que a eficácia desses modelos depende da forma como são assimilados e seus mecanismos de atuação dentro das estruturas das sociedades nacionais que representam o capitalismo subdesenvolvido.

Miriam Limoeiro Cardoso (1996) pontuou que, no cenário sociopolítico da segunda metade da década de 1950, o desenvolvimento emergiu como um tema central, capturando a atenção da sociedade em sua totalidade. Sobretudo, o desenvolvimentismo surgiu como uma poderosa narrativa ideológica, enaltecendo o progresso e a prosperidade material. Anunciou-se uma era de bonança, impulsionada pelo crescimento econômico acelerado, e termos como "o arranco" ou "a arrancada para o desenvolvimento" ganharam proeminência nas discussões, corroborados pela expressão "take-off", cunhada por Rostow. Todos os esforços convergiam para essa meta, com uma mobilização intensa em seu entorno. Por trás desse ímpeto há uma dimensão política latente, mas que se esperava ser solucionada pelo viés econômico, através do crescimento: trata-se da preservação da ordem social, supostamente ameaçada pela miséria, visto que a pobreza é considerada uma potencial fonte de inquietação e até mesmo de subversão ideológica. Nesse contexto, o desenvolvimento econômico acelerado emergia como o antídoto necessário e premente contra a disseminação do comunismo. Assim, a essência da ideologia

desenvolvimentista juscelinista se resume na máxima "mudar, dentro da ordem, para garantir a ordem".

Nesse contexto, Florestan (2009) defendeu que a explicação sociológica do subdesenvolvimento econômico deve ser buscada nos processos de adaptação e dinamização desses modelos pelas próprias estruturas das sociedades nacionais. Em última instância, a explicação do subdesenvolvimento encontra-se na maneira como as classes sociais se organizam, colaboram ou competem para manter, fortalecer ou transformar o regime de produção capitalista. Isso implica que o subdesenvolvimento econômico e o desenvolvimento estão intrinsecamente imbricados nas dinâmicas das classes sociais e na evolução do sistema de produção econômica.

A abordagem interpretativa proposta implica a utilização dos recursos conceituais, metodológicos e teóricos disponíveis na Sociologia para compreender e explicar a dinâmica das sociedades de classes no mundo subdesenvolvido. No entanto, essa abordagem tem sido alvo de controvérsia, com base em dois tipos diferentes de argumentos, segundo o autor.

Tatiana Gomes Martins (2010) em artigo publicado pela revista *Perspectivas*, contribuiu para melhor compreensão dessas diferentes orientações metodológicas frisadas por Florestan, ou seja, correntes de pensamentos tais como o existencialismo, o estrutural-funcionalismo, bem como o Marxismo, que desempenharam papéis importantes na análise do desenvolvimento e do subdesenvolvimento em sociedades subdesenvolvidas, moldando a forma como esses conceitos foram interpretados e compreendidos. Cada abordagem trouxe uma perspectiva única para entender as dinâmicas sociais e econômicas nesses contextos.

No existencialismo, exemplificado pela influência do ISEB nos anos 1950, a análise do desenvolvimento brasileiro estava fortemente ligada à ideia de nação. Nessa perspectiva, o subdesenvolvimento era visto como uma carência de consciência nacional. Conceitos existencialistas, como alienação, eram centrais na definição do subdesenvolvimento brasileiro. Essa abordagem enfatizava a importância da identidade nacional e da conscientização para superar o subdesenvolvimento.

O estrutural-funcionalismo, por sua vez, focava a análise de mudanças sociais e a resistência a essas mudanças. Usava conceitos como sistema social, integração social, sociedade tradicional, sociedade moderna, sociedade industrial e capitalista para abranger a totalidade social. Termos como função social, secularização e racionalização eram empregados para examinar a mudança social. Também

incorporava análises econômicas, refletindo a influência cepalina, que abordava questões econômicas, como o desenvolvimento, conforme descreveu Martins.

Para a autora, o Marxismo desempenhou um papel crucial nas interpretações progressistas do desenvolvimento. O diálogo com o marxismo soviético e a revisão após a crise do Stalinismo permitiram novas abordagens sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Questões como a especificidade histórica dos países com passado colonial, a caracterização desse passado (feudal ou capitalista), os obstáculos ao desenvolvimento capitalista, a questão nacional e a questão agrária tornaram-se proeminentes no debate. O discurso marxista também se relacionou com os movimentos sociais e as reformas de base, fortalecendo-se durante o período de desenvolvimentismo na segunda metade dos anos 1950 e durante crises na virada da década de 1960 até 1964, como sugeriu Tatiana.

Segundo Cardoso,

A questão de fundo para Florestan aí é a unidade entre teoria e prática, tal como supõe que ela esteja formulada em Marx. De uma certa maneira, sua lembrança de que as ciências sociais surgiram "sob o signo da ação" procura resgatar a dimensão da "ação" nestas ciências. Não critica o entendimento desta ação enquanto voltada para o "controle da vida social" e para a "organização racional da sociedade" por meio do planejamento. As reservas que apresenta se restringem ao que julga ser excessiva distância entre teoria e ação e ao fato de ser unicamente teórica a prova a que a teoria é submetida. O que, então, tais reservas encaminham? Primeiro, que teoria e aplicação fiquem mais próximas, sugerindo, assim, que ao ser construída a teoria leve em conta a sua aplicação, ou seja, que o objeto da teorização tenha a ver com as necessidades e as possibilidades de sua aplicação. Segundo, que o processo de prova da teoria não seja só teórico, mas inclua a prática, o que empresta outra importância e outro significado ao planejamento (Cardoso, 1996, p. 94).

Essas diferentes abordagens metodológicas, como frisaram Martins (2010) e Cardoso (1996), ofereceram uma variedade de perspectivas e ferramentas analíticas para entender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento em sociedades subdesenvolvidas, contribuindo para um debate complexo e enriquecedor sobre como abordar os desafios econômicos e sociais enfrentados por essas sociedades. Cada orientação trouxe à tona diferentes dimensões e aspectos do subdesenvolvimento, enriquecendo o campo da sociologia e economia do desenvolvimento.

Para Fernandes (2009), há aqueles que argumentam que os cientistas sociais de países mais desenvolvidos, ao estudarem as sociedades subdesenvolvidas, muitas

vezes não adaptam substancialmente seus métodos de pesquisa ou consideram adequadamente as condições específicas de transformação da realidade. Isso pode resultar na produção de conhecimentos superficiais e irrelevantes. Por outro lado, existem aqueles que acreditam que a natureza dos problemas sociológicos a serem investigados requer recursos conceituais, metodológicos e teóricos específicos e exclusivos.

Nesse sentido, indiscutivelmente ambas as posições apresentam argumentos críticos dignos de consideração, alguns dos quais são verdadeiros e incontestáveis. Ainda, na análise feita por Florestan Fernandes, a argumentação é que essas objeções não invalidam logicamente a orientação interpretativa que ele defendeu. Em essência, ressaltou que qualquer cientista social, ao conduzir pesquisas, corre o risco de gerar conhecimento superficial e irrelevante caso negligencie o contexto histórico e social no qual a pesquisa está inserida. É importante destacar que essa limitação não se aplica exclusivamente ao estudo de sociedades subdesenvolvidas, mas se aplica ao tratamento de questões sociais e dilemas em sociedades mais desenvolvidas. No entanto, em cenários diferentes, os cientistas sociais de nações avançadas conseguiram e tem conseguido produzir obras substanciais e significativas ao pesquisar sociedades subdesenvolvidas, gerando contribuições inegáveis tanto para a teoria sociológica quanto para o enfrentamento de questões sociais nas sociedades estudadas.

Ainda para Cardoso (1996), ao contemplar a produção científica no contexto tanto intrínseco à ciência quanto em sua relação com a sociedade e ao ponderar sobre a evolução da sociologia no Brasil, Florestan dirige o foco sobre a questão da dependência cultural. Inicialmente, essa referência se apresentou de maneira meramente indicativa, ao afirmar que a sociologia foi recebida no Brasil como novidade intelectual, simultaneamente à sua criação na sociedade europeia. Faz parte do processo da vida literária de povos culturalmente muito dependentes manter um intercâmbio entusiasmado com os centros estrangeiros de produção intelectual. As 'novidades' assinaláveis tornavam-se rapidamente conhecidas, ainda que não fossem reelaboradas de uma forma autônoma. O destino do saber, acumulado desse modo, se regulava pelos padrões de vida literária que faziam dele, estritamente, uma forma de ilustração e um meio de alcançar notoriedade em círculos letrados (1956). A maneira pela qual Florestan empregou a noção de dependência cultural revela que esta ideia ainda não é conceituada. No entanto, as ideias, às quais recorreu para

abordar essa situação, contrastam, ainda que de forma simplificada, dependência e autonomia no âmbito cultural.

Posta a questão, mesmo que de maneira incipiente, Florestan a encara como uma parte importante de sua elaboração e questiona as razões dessa condição de dependência cultural. As primeiras respostas que sua formulação encontra se dirigem às relações entre a produção intelectual e as demandas do contexto social imediato da sociedade local. Ele comparou Brasil e Europa como dois universos distintos. Na Europa, os processos de desenvolvimento do pensamento, da economia e da sociedade podem ser interpretados como processos interdependentes. É visível a ligação do pensamento com a solução de problemas que se colocaram no plano da ação política ou da transformação econômica. No Brasil, essa ligação não é perceptível com a mesma clareza devido ao fato do saber racional utilizado não se ter constituído e desenvolvido como produto das exigências da situação histórico-social. Como ele era aceito pré-formado, do mundo cultural europeu, a sua incorporação a sistemas de concepção do mundo vinculados à sociedade brasileira muitas vezes exigiu reelaborações de sentido paradoxal. Isso, porém, não significa que a 'Intelligentsia' fosse desinteressada, em face da solução dos problemas que se levantavam na esfera da ação. Faltaram-lhe elementos que permitissem inserir suas atividades intelectuais em um processo cultural dotado de dinamismo próprio (1956). Nesta análise, ainda essencialmente descritiva, o que emergiu como central ao raciocínio é o desequilíbrio entre pensamento, economia e sociedade, no caso em que o saber utilizado é transplantado de outro universo, no qual sua produção e uso estavam inseridos em um quadro global presumidamente equilibrado, como o sugerido pela autora.

Manifesta-se a nosso ver que, nesse domínio, a trama argumentativa se imbrica profundamente nas exigências formativas dos sociólogos e dicotomias inerentes ao seu compromisso intelectual, mais do que em algum destino implacável associado às suas identidades nacionais. Conseqüentemente, é de amplo consenso que os arcabouços conceituais, metodológicos e teóricos da sociologia foram forjados primariamente a partir da observação e interpretação de realidades europeias e estadunidenses como afirmou Ortiz (2012). Entretanto, o vasto espectro de contextos histórico-sociais existentes no denominado mundo subdesenvolvido delinea-se como um notável contraponto a essas esferas, tornando os referidos recursos inadequados para a investigação sociológica, a menos que submetidos a criteriosa adaptação às

circunstâncias de trabalho do pesquisador e às distintas características histórico-sociais e socioculturais dos objetos de estudo.

Esses argumentos, portanto, parecem ser contingentes e não inerentes à natureza da Sociologia como disciplina. A Sociologia pode ser compreendida, segundo o professor Fernandes (2009), como "correlato espiritual" das revoluções burguesas e como um produto orgânico de uma cultura específica que pode não ser facilmente transferível para outras culturas. No entanto, isso não impede que a sociologia, na qualidade de ciência, busque objetivos mais abrangentes, permitindo a construção e aplicação de conceitos de natureza nomotética, bem como o desenvolvimento de técnicas, processos e métodos de aplicação universal. Além disso, é relevante considerar o argumento de que a realidade social mais complexa e diferenciada oferece a nós, pesquisadores, oportunidades de conhecimento positivo que não são proporcionadas por realidades menos complexas e homogêneas. Portanto, a sociologia deve direcionar sua pesquisa principalmente para contextos mais complexos e diversificados, que têm o potencial de enriquecer seu desenvolvimento teórico.

Nesse sentido, as críticas direcionadas aos recursos conceituais, metodológicos e teóricos da sociologia, bem como às preferências metodológicas pessoais e às diferenças nacionais e geracionais da década de 1960, muitas vezes ignoraram o fato de que a sociologia ainda não tinha alcançado uma organização definitiva e universalmente válida de seus campos teóricos fundamentais. As principais direções do desenvolvimento teórico não são imediatamente claras para os pesquisadores, independentemente de suas preferências ou origens nacionais. Portanto, Florestan (2009) observou que, com as tentativas de particularizar a sociologia, muitas vezes associadas a uma abordagem crítica pragmática, pode-se incorrer no erro comum de dissociar a pesquisa sociológica do crescimento teórico da sociologia como uma ciência.

Por outro lado, para Ortiz (2012), Jean Claude Passeron, em "O raciocínio sociológico", argumenta que a linguagem da sociologia, ao contrário das ciências lógico-matemáticas ou naturais, nunca alcançou um equilíbrio definido, mesmo que instável, para ser considerada uma ciência normal, conforme a teoria de Khun. Sua natureza "caótica" e imprecisa reflete a dificuldade inerente a um conhecimento sempre contextualizado. Isso não implica renunciar a generalizações, mas estas geralmente não atingem o rigor científico ideal de Popper. O conceito de linguagem

sociológica, utilizado por Passeron, é evocativo e nos ajuda a compreender as diferentes interpretações na disciplina. Segundo o autor, Passeron distingue linguagem, associada à universalidade, de língua, sua manifestação histórica. A tentação de pensar na sociologia como uma linguagem universal, alinhada aos clássicos, é contraposta pela realidade da diversidade histórica e contextual da disciplina. Surgem, então, questionamentos sobre a fragmentação das ciências sociais em dialetos, cada um com suas fronteiras distintas. A ideia de uma língua padrão normatizada por gramáticos parece artificial, já que não reflete a diversidade empírica das práticas sociais. No entanto, assim como diferentes sotaques não impedem a comunicação, a sociologia compartilha um idioma comum entre seus praticantes, apesar das variações regionais. Essa diversidade enriquece o debate e a compreensão mútua, exigindo um esforço contínuo de tradução entre os diferentes "sotaques" disciplinares.

No entanto, quando esses problemas essenciais, observados por Florestan, são levados em consideração, os sociólogos de países subdesenvolvidos se veem diante da necessidade de se envolverem mais profundamente em uma estratégia de trabalho intelectual mais alinhada com a natureza, os objetivos e as funções do conhecimento científico. Isso se torna ainda mais crucial para eles por várias razões. Primeiro, a exploração mais aprofundada da pesquisa empírica como fonte de conhecimento descritivo da realidade e como meio de acumulação e controle de teorias sociológicas torna-se essencial. Em segundo lugar, a participação direta na pesquisa, desempenhando papéis tanto de cientistas responsáveis quanto de cidadãos ativos, e isso implica a exigência de direcionar seus interesses científicos em múltiplas direções convergentes. Isso inclui a identificação das principais direções do desenvolvimento teórico da sociologia e como elas se relacionam com a definição de seus campos fundamentais de investigação. Além disso, requer a incorporação dos três principais motivos do conhecimento científico (descritivo, teórico e prático) no delineamento dos propósitos de projetos de pesquisa, integrando organicamente teoria, pesquisa e aplicação. Por fim, envolve a criação e o aprimoramento de recursos conceituais, metodológicos e teóricos adequados à fase de aplicação, incluindo a intervenção intencional na realidade por meio dos processos sociais que estão sendo investigados, como destacados por Florestan.

No geral, essas diretrizes enfatizam que a sociologia não é um elemento secundário, e a sociedade subdesenvolvida não é o único foco das preocupações

científicas dos sociólogos de países em desenvolvimento. Florestan (2009) enfatizou que seguir por esse caminho seria, na verdade, negar a própria Sociologia e deixar de colocá-la a serviço do processo mais amplo de compreensão e superação do subdesenvolvimento. Isso ressalta a importância de abordagens holísticas e da aplicação da sociologia como parte central da caracterização sociológica. Para Florestan o ponto central é:

[...] para a caracterização sociológica das classes sociais em sociedades subdesenvolvidas está, naturalmente, no modo pelo qual os processos de estratificação social se vinculam com a ordem econômica, criada pela existência de uma economia de mercado de bases capitalistas. Em regra, as descrições e as explicações sociológicas pressupõem um modelo ideal, que poderíamos designar como *linear*, do qual o protótipo é fornecido pelo capitalismo competitivo, na forma em que ele se constituiu em conexão com a revolução comercial e industrial na Inglaterra. No entanto, no momento em que uma sociedade subdesenvolvida consegue realizar as condições estruturais, funcionais e históricas, pressupostas em tal modelo, ela deixa de ser *subdesenvolvida*, concretizando em algum grau significativo o padrão de equilíbrio e de crescimento inerente ao capitalismo autossuficiente. Por isso seria conveniente considerar-se as conexões entre os processos de estratificação social e a formação ou a diferenciação do mercado capitalista em diferentes modelos, anteriores a essa passagem do subcapitalismo e do capitalismo dependente para formas de capitalismo integrado (Fernandes, 2009, p. 33).

Em síntese, a análise das estruturas de classe em sociedades subdesenvolvidas está inextricavelmente ligada aos meandros da estratificação social e às dinâmicas econômicas, especialmente num contexto de economia de mercado de cunho capitalista. Tradicionalmente, as abordagens sociológicas adotam um modelo ideal, muitas vezes linear, embasado no capitalismo competitivo, tal como observado no processo evolutivo da revolução comercial e industrial na Inglaterra. Entretanto, torna-se premente reconhecer que, quando uma sociedade subdesenvolvida satisfaz os requisitos estruturais, funcionais e históricos preconizados por esse paradigma ideal, ela transcende a condição de subdesenvolvimento. Nesse trajeto, a sociedade pode alcançar um patamar considerável de estabilidade e progresso, aproximando-se do padrão de desenvolvimento inerente a uma economia capitalista autossustentável, como afirmou o sociólogo paulista.

Florestan (2009) trouxe exemplos de sociedades subdesenvolvidas, como os Estados Unidos e o Brasil, em que as condições favoráveis para a neutralização e superação das estruturas coloniais ocorreram de maneira diferente. Nos Estados Unidos, as estruturas coloniais foram neutralizadas e superadas, resultando em uma ordem social competitiva. No Brasil, essas condições se mostraram insuficientes, levando à formação de uma economia nacional duplamente polarizada, com um setor de exportação de produtos primários sujeito à dependência do exterior e um setor interno de produção, circulação e consumo de bens em processo de consolidação da economia de mercado capitalista.

Para o professor uspiano, a superação do capitalismo dependente em sociedades subdesenvolvidas depende da integração nacional alcançada por meio da absorção dos princípios de organização capitalista da economia. A luta por posições de controle na economia mundial resultou em uma concorrência constante entre os centros hegemônicos, permitindo-lhes direcionar as economias dependentes e captar excedentes econômicos. Uma economia de mercado capitalista em sociedades subdesenvolvidas apresenta características específicas, com dupla polarização do mercado, dependência em relação ao exterior e autonomia limitada. Essas características influenciam a estrutura e o funcionamento do sistema econômico, tornando-o especializado na integração do mercado mundial, dependente nas aplicações do excedente econômico de economias desenvolvidas e tributário no ciclo de apropriação capitalista internacional.

Essa movimentação econômica apontada por Florestan (2009) demonstra que a formação do capitalismo em sociedades subdesenvolvidas pode ser muito distante do modelo original. O excedente econômico transferido de economias coloniais acelerou o crescimento em um extremo, enquanto o risco de dependência econômica crescente ameaça a economia de mercado capitalista em sociedades subdesenvolvidas no outro extremo. Essas características não são distorções, mas sim fenômenos normais resultantes da interação entre o capitalismo moderno e o mercado mundial.

Diante das premissas estabelecidas, torna-se evidente a possibilidade e a necessidade de aplicar recursos conceituais, metodológicos e teóricos da sociologia ao estudo das classes sociais em sociedades subdesenvolvidas que possuam uma economia de mercado capitalista autêntica. A estrutura organizacional dessas sociedades se assemelha à das sociedades desenvolvidas, atendendo aos mesmos

requisitos formais e ideais de coordenação, incentivo e integração das atividades econômicas, sociais e políticas.

No entanto, diferenças específicas surgem entre sociedades subdesenvolvidas e sociedades desenvolvidas que compartilham o mesmo padrão civilizatório do "capitalismo moderno". Essas diferenças estão relacionadas à maneira como essas sociedades estruturam e dinamizam suas atividades econômicas, articulando-se umas com as outras em posições hierárquicas que refletem processos de concentração de poder e monopolização de vantagens econômicas nas relações econômicas internacionais.

Sociedades com autonomia econômica podem ajustar-se ao mercado mundial de acordo com seus próprios interesses, fortalecendo suas posições hegemônicas. Já as sociedades dependentes organizam-se em função das condições impostas pelo mercado mundial e pelas economias nacionais às quais estão subordinadas, refletindo a natureza e as variações dos interesses das economias nacionais hegemônicas.

Essas diferenças substanciais requerem a adaptação de conceitos e teorias sociológicas, originalmente desenvolvidas para sociedades desenvolvidas, à situação crônica de heteronomia das sociedades subdesenvolvidas. Neste ponto, vemos nas entrelinhas do pensamento de Florestan uma certa concordância com o pensamento de Guerreiro Ramos, referente ao transplante de métodos.

Segundo Florestan Fernandes (2009), na análise de classes sociais em sociedades subdesenvolvidas, três modelos de explicação macrossociológica se destacam: os modelos de Max Weber, Karl Marx e Émile Durkheim. Esse ecletismo na obra de Florestan foi muito bem interpretado por Cohn (1987). Portanto, não é nosso objetivo fazermos apontamentos em relação ao ecletismo teórico de Florestan, mas sim deixar assinalado que Florestan costurou muito bem essas três correntes de pensamento num tecido teórico de grande importância para as ciências sociais.

No contexto do capitalismo dependente, que assumiu diversas formas e gradações semelhantes ao capitalismo avançado, segundo Florestan (2009), a América Latina apresenta três situações típicas, cada uma caracterizada por modos variáveis de ordenação das relações sociais e, conseqüentemente, de objetivação do regime de classes. Neste ponto, concentramos nossa atenção para a análise no tipo mais complexo de capitalismo dependente exposto por Florestan, em que as sociedades nacionais parecem estar à beira da transição para o capitalismo avançado. Assim como Florestan (2009), tomamos como caso de referência a

sociedade brasileira, não apenas por familiaridade e competência, mas também por representar um "caso estratégico" na América Latina.

De acordo com os pioneiros da teoria da dependência Marini (2005), Bamberger (2012) e Dos Santos (2018), o capitalismo dependente é um modelo muito específico do modo de produção capitalista que atua nos países da América Latina. A inserção da América Latina no mercado mundial a subordinou ao modo de produção capitalista, que se manifestou com um desenvolvimento desigual nas formações econômico-sociais concretas. Essa relação entre nações capitalistas, integradas ao mercado mundial e sujeitas ao desenvolvimento desigual, configurou-se como uma relação de dominação e dependência entre nações formalmente independentes. Assim como uma árvore cujas raízes estão presas a um solo estéril, a América Latina encontrou-se enredada em relações de dependência que impedem seu pleno florescimento. Essas relações de dependência não são exógenas aos países dependentes; ao contrário, elas se manifestam internamente nas formações econômico-sociais dependentes. Portanto, a dependência condicionou o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, resultando na formação de um capitalismo dependente, tal como um jardim cultivado à sombra de uma grande muralha, onde o crescimento é possível, mas severamente limitado pelas barreiras impostas.

Nesse sentido, o Brasil, ao representar aspectos tanto arcaicos quanto modernos da estratificação social condicionada pelo capitalismo dependente, destaca-se como um caso que evidencia com nitidez a conexão entre o regime de classes e a "exploração de fora para dentro". Isso permitiu ao professor paulista uma análise abrangente das complexidades sociais e econômicas presentes no contexto do capitalismo dependente, contribuindo para a compreensão das dinâmicas internas e externas que moldam a estrutura social do país, tal qual assinalou o autor.

Segundo Brasil Jr. (2013), o próprio Fernandes sugeriu que o conceito de "capitalismo dependente" se aplica não apenas ao Brasil, mas a todos os países subdesenvolvidos na periferia do sistema capitalista. No entanto, ao generalizar, ele emprega características específicas da história brasileira, considerando-a um caso extremo desse modelo. Para Brasil Jr., no contexto brasileiro, a dependência e o subdesenvolvimento são mais profundos e complexos.

Para entender como "interesse de classe", "situação de classe", "classe social", "consciência de classe" e "atuação de classe" se vinculam com as relações de produção e os dinamismos do mercado no contexto do capitalismo dependente, é

essencial considerar algumas características fundamentais do sistema econômico e da ordem econômica nesse cenário.

Brasil Jr. (2013) frisou ainda que uma dimensão primordial da teoria de Florestan residiu na necessidade de articular diversos elementos na compreensão da dinâmica da sociedade sob o rótulo de "capitalismo dependente". Isso implica considerar tanto fatores internos quanto externos à sociedade em questão, e reconhecer a interconexão entre o antigo regime e a sociedade de classes, também conhecida como modernidade. Para Fernandes, as relações estruturais entre o que é interno e externo, ou seja, a internalização da dependência externa nas relações de poder do país, e entre o arcaico e o moderno, são indissociáveis. Ele argumenta que, embora as burguesias periféricas tenham desempenhado um papel na introdução de mudanças significativas na estrutura social, promovendo a expansão e a diferenciação de uma ordem social competitiva, essa posição de sócio menor na burguesia mundial impediu uma redefinição total do sistema social sob os princípios modernos.

Em primeiro lugar, o sistema econômico no capitalismo dependente não se integra da mesma forma que no capitalismo avançado. Em vez disso, ele coordena e equilibra estruturas econômicas, ou subsistemas econômicos, que se encontram em diferentes estágios de evolução econômica.

Em segundo lugar, a ordem econômica não reflete o ponto de equilíbrio dinâmico de um estado dado de articulação do todo, como no capitalismo avançado. Pelo contrário, ela representa o conjunto de tendências que, no momento correspondente, regulam as situações econômicas, ou algumas de suas fases, com base em princípios propriamente capitalistas, conforme exemplificou Florestan (2009).

Essas características destacam a complexidade das relações econômicas no contexto do capitalismo dependente, influenciando a forma como os interesses de classe se manifestam, como as situações de classe são configuradas e como a consciência e atuação de classe se desenvolvem dentro desse sistema específico.

A primeira característica inerente ao capitalismo dependente é inevitável: uma parte significativa do excedente econômico é gerada pela exportação de produtos primários. A organização da produção nesse setor dificilmente evolui para formas especificamente capitalistas, uma vez que isso elevaria os custos a níveis proibitivos. Além disso, a combinação de demanda externa com técnicas de produção extensiva resulta em um padrão de crescimento econômico pouco flexível, baseado na substituição abrupta de produtos básicos e na constante mobilidade dos centros

economicamente prósperos, descrito por alguns como ciclos econômicos. Esgotada a fase de prosperidade, muitas vezes não há alternativa senão manter a produção no setor enquanto for possível. Assim, o emprego eficiente dos fatores econômicos não é determinado pelos requisitos estruturais e dinâmicos do sistema econômico em termos de integração ao mercado mundial, mas sim por uma adaptação flexível às flutuações da demanda externa, às possibilidades regionais de atendê-las e às perspectivas derivadas de atividade econômica lucrativa.

Por outro lado, o uso de técnicas econômicas anacrônicas e a coexistência de formas heterogêneas de produção não afetam a fase de comercialização, que é verdadeiramente a etapa em que o processo de exportação adquire significado e funções econômicas capitalistas. O aspecto arcaico da economia interna impacta os fatores econômicos excluídos desse nível, o que significa que as técnicas de produção desatualizadas daquele período e a coexistência de formas diversas representam, em si mesmas, um meio de defesa do "produtor" (ou seja, do agente econômico que detém a propriedade das unidades produtivas e dos bens exportados). Dependendo das condições, a combinação de modalidades de economia de subsistência com a produção para exportação pode constituir um mecanismo de transferência de pressões para os ombros dos trabalhadores. Nesse esquema, o proprietário-exportador consegue enfrentar processos intensos de descapitalização da "empresa", do setor e até longas depressões da economia interna, em relativa segurança e com riscos limitados.

Para Souza (2015), Florestan Fernandes descobriu que enfrentar o problema do subdesenvolvimento exigia que os sociólogos se envolvessem mais ativamente na luta contra o atraso cultural, além da simples análise científica da mudança social. Ele acreditava que a mudança social era essencialmente um processo sociocultural e que a principal missão da sociologia era continuar sendo o estudo científico. No entanto, Fernandes acreditava que o sociólogo deveria lutar contra o atraso cultural como cidadão e cientista. Ele dissolveu as fronteiras entre ciência e política, ampliando sua perspectiva sobre a vocação pragmática da sociologia. Mais um ponto de concordância com o pensamento guerreiriano.

Nesse contexto, Fernandes revisou suas concepções sobre a mudança social no Brasil. Ele argumentou que o atraso cultural não era simplesmente uma questão de lentidão, mas sim um ciclo perpetuado pelas elites arcaicas, que definiam o padrão de mudança na sociedade brasileira. Fernandes contestou a aplicabilidade da

hipótese de Ogburn, que se referia principalmente às comunidades urbanas da era industrial, as quais não dominavam a sociedade brasileira, exceto em alguns centros urbanos mais desenvolvidos. Portanto, ele argumentava que usar essa hipótese para analisar as mudanças sociais no Brasil resultaria em distorções graves, comprometendo o entendimento da realidade social (Fernandes, 1963, p. 211). Ainda, buscou compreender o significado da articulação de estruturas econômicas heterogêneas no sistema econômico nacional. Apesar da evidente desigualdade das formas de produção coexistentes e de seus efeitos nas populações rurais e no desenvolvimento econômico regional, é necessário enxergar por trás dessa evidência uma forma típica de reagir ao presente, viver dentro dele e unificar atividades econômicas aparentemente incongruentes.

A articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos de acordo com uma linha de rendimento máximo. Isso significa explorar, nos limites extremos, o único fator constantemente abundante: o trabalho. Essas estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento podem ser combinadas organicamente e articuladas no sistema econômico global. O padrão de equilíbrio desse sistema, como um todo, e sua capacidade de crescimento definem-se e são perseguidos por meio dessa combinação, sem a qual o esvaziamento histórico dos ciclos econômicos levaria da estagnação à decadência e desta à regressão econômica sistemática.

Essa abordagem econômica é diferente daquela proposta por Sombart sobre a sobrevivência de "sistemas econômicos pré-capitalistas" em economias capitalistas avançadas. Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas, e sua combinação com outras mais modernas, fazem parte do "cálculo capitalista" do agente econômico privilegiado.

A unificação do sistema econômico não ocorre no nível da produção, mas sim no nível da comercialização e, em seguida, no destino do excedente econômico. O agente econômico "mais arcaico" preenche funções econômicas específicas, servindo de elo entre o mercado interno e externo na captação de excedente econômico, alimentando uma porção do mercado interno com alto poder de consumo e servindo de ligação entre os setores arcaico e moderno do sistema econômico.

O crescimento econômico interno, portanto, está subordinado às flutuações do consumo e das especulações financeiras do mercado mundial. A industrialização,

apesar de modificar o quadro, não alterou profundamente essa dinâmica, sublinhando que o padrão de crescimento articulado de uma economia capitalista dependente persiste mesmo com mudanças na estrutura econômica.

A segunda característica do capitalismo dependente refere-se à sua estrutura e dinâmica, que também se manifestam na forma como as atividades econômicas são reguladas tanto no nível do mercado mundial quanto no mercado interno. Mesmo na fase colonial, as atividades econômicas relacionadas ao mercado mundial eram reguladas em bases capitalistas, ou seja, pelos mecanismos inerentes a esse mercado. Com a emancipação política e a formação de uma economia nacional, várias fases das atividades econômicas foram gradualmente integradas às condições do mercado interno. As principais economias urbanas, especialmente no Rio de Janeiro, e alguns setores econômicos foram incorporados institucionalmente às condições do mercado, orientando-se pelo cálculo capitalista.

No entanto, essa integração não foi homogênea, pois as formas de produção não se conduziram da mesma maneira à mercantilização capitalista do trabalho. Nem todas as situações e processos econômicos foram totalmente controlados a partir do núcleo legal e institucionalizado da economia nacional.

As normas, técnicas e valores instituídos por esse núcleo legal têm vigência e plena eficácia apenas em relação às situações e processos econômicos que atendem aos requisitos especificamente capitalistas desse núcleo institucionalizado. Como resultado, a ordem econômica não é plenamente eficaz para todos os fatores do sistema econômico. O setor moderno comanda o dinamismo do crescimento econômico, mas não consegue impor a transformação ou eliminação do setor arcaico. Isso revelou a complexidade e as limitações da estrutura econômica no contexto do capitalismo dependente.

Para Corsi (2022), desde o final da década de 1950, o desenvolvimentismo foi duramente criticado. Paul Baran (1984), que tem influência na teoria da dependência e em Fernandes, afirma que o subdesenvolvimento é uma consequência intrínseca do desenvolvimento contraditório do capitalismo, caracterizado por desigualdade, combinação e hierarquia. Na fase monopolista do capitalismo, a periferia estaria destinada ao subdesenvolvimento a menos que adotasse a revolução socialista, apesar de suas limitações de desenvolvimento. A corrente marxista da teoria da dependência, liderada por André Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Teotônio dos Santos, sustentou que, durante a fase monopolista do capitalismo, a periferia não

poderia desenvolver-se autonomamente devido à fraqueza das burguesias locais e à perda significativa do excedente. As burguesias latino-americanas superexploraram a força de trabalho, muitas vezes sob regimes autoritários, para compensar essa carência. Marini propôs que, para obter um excedente maior, as nações periféricas mais poderosas estabeleceriam relações imperialistas com as regiões próximas, um fenômeno conhecido como subimperialismo. O "desenvolvimento do subdesenvolvimento" seria promovido pela dinâmica global do capitalismo. Esses pensadores sugeriram que a única maneira de mudar essa realidade seria a revolução socialista segundo Baran, conforme destacou Corsi.

No contexto apresentado por Florestan (2009), é crucial destacar alguns aspectos da complexidade da economia capitalista dependente. Muitos pesquisadores consideram a existência de uma ordem econômica institucionalizada em bases capitalistas como um indicador da vitalidade do setor moderno e um símbolo de transição iminente para o capitalismo avançado. No entanto, duas variáveis fundamentais são frequentemente negligenciadas.

A primeira variável refere-se ao fato de que a transformação do setor arcaico depende de mudanças no mercado mundial e de um crescimento considerável, tanto em quantidade quanto em qualidade, da produção e do consumo internos. Ambas as condições raramente se concretizam, pois o mercado mundial transforma as economias nacionais dependentes em fontes de captação e multiplicação do excedente econômico. Além disso, a expansão da economia interna não impediu, e muitas vezes exigiu, a persistência crônica de formas arcaicas de produção, mesmo depois de sua polarização interna.

A segunda variável está relacionada ao comportamento das economias capitalistas hegemônicas. O desenvolvimento do capitalismo avançado exigiu ajustes contínuos no mercado mundial, resultando na transformação e reorientação das técnicas capitalistas de controle das economias nacionais dependentes. Essas alterações visavam converter os dinamismos de crescimento das economias satélites em fontes de transferência para fora do seu próprio excedente econômico.

À medida que o crescimento dessas economias caminhava para a autonomização, as grandes empresas e organizações das economias nacionais avançadas disputavam as oportunidades de alocação econômica no mundo subdesenvolvido, intensificando a redução das economias nacionais dependentes em verdadeiras economias de consumo. Isso desafiou a ideia de que a autonomização

do desenvolvimento econômico capitalista seja uma função da capacidade das economias dependentes de absorver os modelos econômicos das nações hegemônicas. O controle exercido por certos países no mercado mundial e sobre as sociedades subdesenvolvidas não se baseava apenas nesses modelos, mas na posição econômica a partir da qual eles eram explorados.

Em última análise, a ordem inerente ao sistema econômico de uma sociedade capitalista dependente emerge nas complexas interações estruturais e dinâmicas com as economias mais avançadas, integrando-se nos mecanismos econômicos do mercado mundial em seu nível mais avançado e complexo.

Portanto, a ordem econômica vigente naquela época apresentava duas dimensões em termos de sua vigência e eficiência no plano interno de uma economia capitalista dependente. Por um lado, onde predominavam formas arcaicas de organização da produção, essa ordem orientava e regulava o comportamento dos agentes e fatores envolvidos nos dinamismos do mercado mundial. Isso incluiu elementos ligados às atividades de exportação e à dinamização interna do excedente econômico gerado, como proprietários exportadores, intermediários, agentes de negócios de exportação e importação, e comércio varejista. Por outro lado, onde existem formas modernas de produção, o mercado tende a incorporar progressivamente todos os fatores econômicos à ordem inerente ao sistema econômico global.

Essas formas modernas de produção operam como o centro dinâmico da economia capitalista dependente, promovendo a disseminação e intensificação de modelos capitalistas de comportamento econômico. Elas se estabeleceram como o polo hegemônico da economia interna, controlado por meio dos mecanismos de mercado. A ordem econômica assim estabelecida se adapta estrutural, funcional e evolutivamente ao padrão de equilíbrio dinâmico de uma economia capitalista articulada e dependente.

Entretanto, em vez de conduzir ao surgimento de uma economia capitalista autossuficiente, essa ordem econômica propiciou a monopolização do crescimento pelo setor moderno, aumentando constantemente a distância entre ele e o setor arcaico. Organizou a transferência do excedente econômico desse setor para a esfera urbana da economia, financiando a industrialização e expandindo as tendências de consumo em massa. Isso conferiu ao setor moderno a aparência de um "capitalismo avançado". Para que essa ordem econômica prevalecente tivesse uma vigência

universal e plena eficácia, seria necessário que o sistema econômico global se transformasse a ponto de integrar as diferentes estruturas econômicas segundo um padrão de equilíbrio dinâmico univocamente capitalista. Essa transformação levaria a uma revolução inerente ao desenvolvimento econômico, eventualmente conduzindo à autonomização progressiva ou súbita, e o próprio capitalismo dependente desapareceria da cena histórica.

Para Luiz Pereira (1971), o subdesenvolvimento é uma categoria histórica que exige a adoção do ponto de vista da sociologia diferencial. Isso implica entendermos alguns caminhos, e o primeiro deles é reconhecer a diversidade nas áreas econômica, social, psicológica e política da vida coletiva de forma concisa. Outro caminho é de que as ciências sociais que se concentram nessas dimensões e que, portanto, são predominantemente analíticas e, logo, fundamentais, mas insuficientes por si só para a visão abrangente da sociologia diferencial, que busca compreender essa diversidade como uma realização histórica das estruturas macroscópicas. O último caminho é dar ênfase na diversidade da vida coletiva, o que não significa abandonar a importância do aspecto econômico; pelo contrário, é reconhecer que o modo de produção da vida material tem uma influência predominante no desenvolvimento da vida social, política e intelectual. Além do mais, implica identificar as conexões típicas entre esse aspecto econômico e os outros aspectos da sociedade.

Ao explorar as características econômicas do subdesenvolvimento, Luiz Pereira argumentou que essas características podem ser divididas em três grupos com diferentes níveis de complexidade. Nesse sentido, compreendemos que o objetivo é transcender a mera descrição e se aproximar da interpretação no campo das ciências sociais, mesmo o autor reconhecendo que a compreensão completa seja inatingível.

Desse modo, o primeiro grupo de características gira em torno da renda per capita, tanto como um indicador de consumo de bens e serviços, quanto como um reflexo de fatores subjacentes que contribuem para essa baixa renda, (escolarização, alimentação, condições precárias de trabalho) como uma estrutura econômica pouco diversificada em relação ao setor produtivo (setor primário) que apresentava baixa produtividade com investimentos insuficientes.

Os outros dois grupos de características buscam ir além dos indicadores de renda per capita e concentram-se em fatores que influenciam o subdesenvolvimento, indo além das unidades geopolíticas internas. O autor enfatizou a necessidade de uma

análise mais aprofundada para compreender o processo de formação do objeto de estudo, ou seja, as características do subdesenvolvimento.

Por outro lado, Bresser Pereira (1967) discutiu a ausência de uma Teoria Econômica abrangente para países subdesenvolvidos, observando que a maioria dos economistas que abordaram o tema nas décadas de 1950 e 1960 residiam em nações desenvolvidas, resultando em uma visão distante da realidade dos países subdesenvolvidos. Além disso, argumentou que a abordagem convencional tinha sido a adaptação da teoria econômica existente a esses países, embora o Bresser tenha defendido que, na verdade, uma reformulação completa da teoria econômica seria necessária para atender às necessidades dos países subdesenvolvidos. Destacou a complexidade das diferenças entre os próprios países subdesenvolvidos, tanto em termos de graus de subdesenvolvimento quanto em relação aos tipos de subdesenvolvimento, o que torna a tarefa de desenvolver uma Teoria Econômica dos Países Subdesenvolvidos extremamente desafiadora.

Celso Furtado (1961), salientou que no século XVIII, o surgimento de um núcleo industrial na Europa causou uma revolução na economia global e influenciou o desenvolvimento subsequente em muitas partes do mundo. Esse núcleo industrial exerceu sua influência em três direções distintas. Primeiramente, dentro da Europa Ocidental, houve um desenvolvimento caracterizado pela desorganização da economia artesanal pré-capitalista e pela absorção progressiva de recursos liberados para um nível mais produtivo.

Em segundo lugar, a economia industrial europeia expandiu-se para além de suas fronteiras, especialmente em áreas semelhantes à Europa em termos de características geográficas. O ouro desempenhou um papel importante nesse processo, assim como avanços nos transportes marítimos, que permitiram a competição de cereais em mercados europeus.

A terceira direção de expansão levou a economia industrial europeia para regiões já ocupadas, algumas densamente povoadas e com sistemas econômicos pré-capitalistas. O impacto dessa expansão variou de acordo com as circunstâncias locais e a intensidade da penetração capitalista, resultando frequentemente em estruturas econômicas híbridas, em que parte funcionava de forma capitalista e parte mantinha estruturas pré-existentes. Essa dualidade econômica é o que caracteriza o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo, como apontado por Furtado.

Muitas economias subdesenvolvidas, como a do Brasil, dispõem de três setores: um voltado principalmente para a subsistência, outro, focado na exportação, e um núcleo industrial diversificado ligado ao mercado interno. Este último tende a crescer substituindo manufaturas antes importadas, competindo constantemente com produtos estrangeiros.

Portanto, para Celso Furtado (1961), o desafio daquele período para os industriais locais seria produzir produtos similares aos importados e adotar métodos de produção competitivos com os produtos estrangeiros. Trocando em miúdos, a abordagem de Celso Furtado relacionou o subdesenvolvimento a realizações históricas de natureza macroestrutural, estabelecendo que ele é um resultado da expansão do capitalismo, o que o diferencia do desenvolvimento. Isso destacou a importância de entender o subdesenvolvimento como uma consequência das dinâmicas históricas específicas associadas à expansão do capitalismo.

Entretanto, para Luiz Pereira (1971), a caracterização "estrutural" do subdesenvolvimento apresenta algumas limitações interconectadas. Primeiramente, ela tende a considerar o capitalismo como operando em âmbitos societários, embora historicamente tenha operado em âmbitos intersocietários. Além disso, essa abordagem frequentemente associa o sistema societário a uma unidade geopolítica, geralmente o país, o que leva a uma perspectiva "nacional" em vez de uma perspectiva de mercado, que seria mais adequada para entender o funcionamento do sistema capitalista.

Em consonância com essas limitações, a abordagem "estrutural" tende a conceber o capitalismo somente após estar plenamente estabelecido no "centro" como um modo de produção, a partir do século XVIII. Como resultado, o capitalismo "periférico" é visto como um resultado tardio da expansão do capitalismo "central". Isso implica considerar o capitalismo mercantilista como uma fase de gestação do capitalismo como um modo de produção completamente configurado, o que sugere que o sistema capitalista operava desde o início de sua formação como sistema intersocietário.

Nesse sentido, mas numa ótica atualizada, Francisco de Oliveira (2000) enfatizou que na era da globalização e do tardo-capitalismo, o conceito de subdesenvolvimento estaria em constante evolução. O subdesenvolvimento costumava ser caracterizado por atrasos em relação ao núcleo dinâmico do sistema, mas devido à globalização, as nações subdesenvolvidas estão mais alinhadas com o

centro do sistema. A moeda nacional, que costumava ser uma mediação importante, perdeu seu poder, e as nações subdesenvolvidas agora são mais como províncias em um império global, com pouca autonomia. Para revitalizar o conceito de subdesenvolvimento e usá-lo em prol das classes sociais em busca de autonomia, é importante que leve em consideração as novas complexidades da economia global.

Para tanto, Florestan conclui da seguinte forma: esses desfechos sugerem que a dependência e o subdesenvolvimento apresentam desafios intratáveis sob o sistema do capitalismo dependente e da sociedade de classes subdesenvolvida. A aceleração do desenvolvimento capitalista tem apenas aprofundado a dependência e exacerbado o subdesenvolvimento, resultando em uma maior rigidez na ordem social competitiva. Três vias possíveis para resolver esses problemas são consideradas. A primeira seria fortalecer rapidamente a integração dos países da América Latina ao espaço das nações capitalistas hegemônicas, mobilizando simultaneamente os setores menos privilegiados da sociedade. No entanto, os custos econômicos, socioculturais e políticos tornam essa alternativa inviável na prática, servindo apenas para manter o *status quo*. A segunda via consiste na multiplicação rápida dos pontos de disseminação dos privilégios estratégicos, visando universalizá-los entre as classes médias e torná-los mais comuns nas classes menos favorecidas. Embora essa alternativa abra caminho para uma "revolução dentro da ordem", na qual o capitalismo resolveria seus próprios problemas, ela também é inviável, pressupondo tendências de mudança social improváveis e não se adaptando à realidade da dominação capitalista contemporânea. A terceira via é a "revolução contra a ordem", através da explosão popular e do socialismo. Embora não seja fácil, é possível em uma escala latino-americana, como demonstrado pelo exemplo de Cuba. Essa abordagem tem a vantagem de romper completamente com os fatores e efeitos da dependência e do subdesenvolvimento, sendo a única efetivamente capaz de superá-los e transformá-los em um desafio histórico e uma fonte de solidariedade humana na luta por uma modernização autônoma e uma ordem social igualitária.

4.3 O desenvolvimento em Guerreiro Ramos

Não pretendemos nos alongar neste subcapítulo, pois entendemos que boa parte da questão do desenvolvimento em Guerreiro Ramos já foi trabalhada no

capítulo referente ao ISEB. Destarte, pretendemos apenas pontuar em linhas gerais o que seria o desenvolvimento para Guerreiro Ramos e as aproximações com Costa Pinto e Florestan Fernandes.

Como afirma Bariani (2008), o desenvolvimento para Guerreiro é um processo que abrange toda a sociedade, não apenas a economia. Ele sustentou que o desenvolvimento pleno só pode ocorrer quando a população compartilha as decisões econômicas e os benefícios das mudanças, melhorando as condições de vida. Nesse ponto de vista, o desenvolvimento é avaliado pelos benefícios que traz para a vida das pessoas, com o indivíduo medindo o progresso.

Guerreiro (1996) enfatizou que a programação econômica, a racionalidade e o planejamento, que são influenciados principalmente pelas ideias da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), só podem funcionar se forem combinados com uma forte capacidade política e articulados dentro de um projeto nacional. Ainda, reiterou o fato de que um planejamento nacional é impossível sem uma ideologia nacional fundamental, e assim, acreditando que o desenvolvimento econômico é essencialmente uma questão política e que, para ser alcançado com sucesso, requer uma visão e um projeto nacional claros.

Guerreiro Ramos delineou um cenário em que o Estado figurava como o maestro da orquestra do desenvolvimento, regendo com precisão e coordenação os diversos instrumentos econômicos. Contudo, reservava ao governo socialista a batuta mestra, capaz de conduzir uma sinfonia harmoniosa e integrada da sociedade, mitigando as dissonâncias e as discordâncias que permeavam os negócios públicos.

Entretanto, diante do pano de fundo do capitalismo dependente e das estratificações sociais, Ramos reconhecia que o Estado se via estrangulado em sua atuação. Nessa encenação, os "capitais privados" assumiam um papel "shumpeteriano", desbravando novos territórios e empreendendo em consonância com uma lógica distinta daquela do desenvolvimento "racionalmente organizado".

Destarte, o Estado, embora vital na regulação e na organização da produção nacional, não detinha sozinho o poder de desencadear o desenvolvimento pleno, sendo necessário convocar o povo como co-autor, conferindo-lhe o direito soberano de definir a trajetória do progresso, tornando-o não apenas um espectador, mas um ator ativo no palco do desenvolvimento nacional.

Martins (2006) reitera que Florestan Fernandes adota uma abordagem cultural e comportamental para compreender a mudança social no Brasil, destacando a

transição da Ordem Social Tradicional para a Ordem Social Capitalista e identificando essa transformação pelos padrões de comportamento "racionais", influenciados pelos processos de secularização e racionalização da Europa. Essa perspectiva permite a identificação de obstáculos e tendências de desenvolvimento. Identificamos aqui mais um ponto de proximidade entre os autores.

Por outro lado, Guerreiro Ramos desenvolve o método faseológico para destacar a singularidade do processo de desenvolvimento brasileiro. Ele buscou definir medidas de desenvolvimento adequadas à situação nacional, considerando as leis que regem a organização da sociedade. Enquanto Fernandes baseou sua análise nos parâmetros da civilização ocidental moderna, Ramos enfatizou a particularidade da fase de desenvolvimento do país. Para Ramos, os "problemas sociais" devem ser compreendidos dentro da fase de desenvolvimento do país, rejeitando critérios estrangeiros. Ele propôs que esses problemas só poderiam ser reconhecidos e abordados à medida que o Brasil avançasse para fases mais desenvolvidas. Suas recomendações priorizaram a vinculação prática do conhecimento sociológico e a adequação das pesquisas aos estágios específicos do desenvolvimento nacional, conforme apontou a autora.

Diferentemente de outros autores da época, Guerreiro não concebia o desenvolvimento como algo abstrato; para ele,

O desenvolvimento, se quiserem o desenvolvimentismo, foi uma tese dos nacionalistas ou ainda o é daqueles mais retardatários. Todavia a lição última dos fatos da vida brasileira pode ser assim resumida: o desenvolvimento abstrato é entreguismo. Do ponto-de-vista da emancipação nacional, e da continuidade do desenvolvimento, não importa simplesmente que a renda contabilizada do País cresça a uma taxa alta, mas é necessário que as camadas populares participem desse crescimento, a fim de que o mercado possa acompanhar a expansão da capacidade produtiva (Ramos, 1961, p. 120).

Conforme assinalou Bariani (2008), como fenômeno de natureza social, o desenvolvimento almeja proporcionar um nível aceitável de conforto à população, aprimorando suas circunstâncias de vida e permitindo, através da participação (inclusive na distribuição de recursos), a abertura de oportunidades para influenciar nas decisões pertinentes. O progresso deve atender tanto às necessidades materiais quanto aos anseios políticos do povo. Logo, promover o avanço de uma nação implica

necessariamente democratizá-la, ainda que o Estado persista exercendo um papel de orientador nesse processo.

Ao analisar a situação do país no contexto global e ao estabelecer comparações com outras nações, Guerreiro Ramos conclui que "todo progresso necessariamente decorre da industrialização" e adota essa abordagem (1960, p. 113), considerando a industrialização como o principal impulsionador do desenvolvimento, sendo um processo modernizador por excelência: aumentando a produção, promovendo avanços tecnológicos, concedendo autonomia no consumo e potencializando diversos fatores. Além dos avanços nas forças produtivas, a industrialização também afeta as relações de produção, influenciando a consciência coletiva.

Para Ramos (1960), a industrialização deve ser concebida como uma categoria sociológica. Nesse sentido, trata-se de um processo civilizatório que permeia todos os setores da atividade econômica, não se limitando apenas ao que comumente é denominado de indústrias.

Dessa forma, Bariani (2008) compreende que essa industrialização, por sua vez, teria impactos significativos na existência social dos indivíduos e na vida política do país. Ela atuaria como um agente de modernização da mentalidade coletiva, criando condições sociais e formas de sociabilidade. Além disso, moldaria os limites e a consciência dos grupos sociais, culminando em uma compreensão mais ampla da experiência social. Assim, esse processo industrial engendraria efetivamente um verdadeiro "processo civilizatório". Ao ser reconhecida como uma "categoria sociológica" - uma forma de relação entre sociedade e natureza devido à substituição das forças humanas por mecânicas - ela adquiriria um caráter ontológico tal qual o descrito por Antunes.

A conclusão, sob uma ótica política, revelou uma confiança excessiva na funcionalidade e na escassa irracionalidade do processo econômico capitalista, sem considerar a necessidade de um planejamento superior ou de uma ação política racionalizada, muitas vezes difusa, para atender às demandas das massas. Curiosamente, o papel do Estado, antes considerado como o agente encarregado da racionalidade e do planejamento, parece estar limitado, neste caso, a fornecer condições para a atuação dos interesses legítimos. Ao recorrer às teorias da CEPAL sobre o desenvolvimento possível, a G. Myrdal para explicar o ciclo causal que supostamente beneficiaria o "Sul" do país, a R. Nurske para elucidar o "efeito

demonstração" que afetaria os países subdesenvolvidos e prejudicaria a formação de capital, e a Shumpeter, P. Baran e P. Sweezy para entender o desenvolvimento como uma questão não apenas econômica, mas principalmente política, Guerreiro Ramos, sem perder de vista a "natureza subsidiária" da produção estrangeira - como afirmou em "A redução sociológica" - empregou os argumentos desses autores ao reconsiderar sua aplicabilidade no contexto nacional: "Uma coisa é a teoria geral do desenvolvimento. Outra é a teoria do desenvolvimento nacional de cada país" (Ramos, 1960, p. 193).

O Brasil é considerado um caso singular, e a percepção dessa originalidade deve guiar a prática dos sociólogos. Daí a posterior afirmação de Guerreiro (1983a) sobre a necessidade de preservar o fenômeno nacional.

Ainda, Bariani (2008) destacou que pouco mencionado, mas de grande influência nas ideias do autor, é Ignácio Rangel, com quem Guerreiro compartilhou diversas experiências na Assessoria de Vargas, no IBESP e no ISEB, e com quem compartilhava muitas ideias. Em um prefácio ao livro seminal de Rangel, intitulado "Dualidade básica da economia brasileira", publicado pelo ISEB em 1957, Guerreiro Ramos destacou a importância central da categoria de dualidade elaborada por Rangel. Ele observou que "De há muito a sociologia brasileira procurava explicar a falta de correspondência entre os dois planos de vida do País: o superficial e o profundo, o externo e o interno, o explícito e o implícito" (Ramos, 1957, p. 10). Ramos defendeu, então, a ampliação dessa categoria para compreender o conjunto da vida social nacional.

Para Ramos (1957), a dualidade não se limitava apenas a uma lei econômica, mas permeava toda a sociedade brasileira. A categoria de dualidade, de acordo com o autor, tornou obsoleta a teoria sociológica da transplantação, que era dominante no Brasil daquele período.

Guerreiro chegou à conclusão de que a sociedade brasileira e seus fenômenos não deveriam mais ser interpretados como resultado da importação de ideias e instituições do exterior, pois já havia um conjunto consolidado de condições no Brasil que exerciam suas próprias influências. Isso levou a uma espécie de internalização da situação de transplante, que agora se manifestava como heteronomia.

As interpretações sobre a sociedade brasileira nas décadas de 1950 e 1960 se basearam na ideia de dualidade, o que significa que dois tipos diferentes de sociabilidade coexistiam dentro da mesma estrutura social. Para resumir, o conceito

sugere que a situação brasileira foi marcada por uma contradição ou conflito entre o moderno e o tradicional. O moderno representava o novo, o avanço do capitalismo, enquanto o tradicional era visto como arcaico, atrasado, incorporando formas não capitalistas, como o feudalismo, o escravismo ou modos primários de produção de subsistência. Geralmente, os adeptos dessa perspectiva acreditavam no desenvolvimento capitalista e se baseavam em interpretações evolucionistas, inspiradas nas trajetórias clássicas de evolução observadas nos países desenvolvidos. A maioria dos autores brasileiros tendia a ver a superação desse impasse dualista como resultado do avanço, mais ou menos inevitável, do processo de absorção ou substituição do setor arcaico pelo novo, uma visão que posteriormente se mostrou simplista.

Na perspectiva de Guerreiro Ramos sobre a evolução socioeconômica do país, apesar de sua confiança no progresso civilizatório, as transformações almejadas não eram meros desdobramentos naturais. Ele enfatizava a necessidade de superar obstáculos e agir politicamente para implementar melhorias, destacando que os efeitos benéficos não eram garantidos automaticamente. Era crucial dominar as mudanças para direcioná-las adequadamente, o que claramente constituía um desafio político. Guerreiro Ramos reconhecia que desenvolvimento e industrialização por si só não asseguravam a transição para a modernidade, como evidenciado por suas preocupações anteriores com a necessidade de aumentar a renda e a qualidade de vida, bem como de promover a participação da população em geral.

Em resumo, para Guerreiro Ramos, o desenvolvimento e a industrialização do país não resolveriam todos os seus problemas de forma automática. Ele não acreditava que o desenvolvimento e a melhoria das instituições, o aumento das chances de participação política ou o avanço democrático tivessem uma relação causal direta, como muitos pensavam. No entanto, ele acreditava que eles poderiam aumentar os ganhos econômicos e sociais. Guerreiro Ramos considerava o pleno desenvolvimento como um processo intrinsecamente democrático e não defendia uma via de desenvolvimento não democrática. Mas ele não via a democracia como uma consequência natural do desenvolvimento e era simplista nesse aspecto sobre o processo político. Ele sustentou que a industrialização e o desenvolvimento só poderiam ter um impacto significativo na situação econômica e política do Brasil se estivessem combinados com um processo mais amplo e complexo chamado

revolução. Esse processo seria principalmente político e promoveria mudanças profundas na sociedade brasileira.

4.3.1 Aproximações

Visto o quadro trabalhado neste capítulo acerca do desenvolvimento, o qual incide diretamente sobre o pensamento de três intelectuais de grande envergadura para a sociologia brasileira, entretanto, um deles muitas vezes passa despercebido em relação a assuntos de extrema relevância para se pensar o Brasil atual, e esse intelectual é Guerreiro Ramos. Nosso objetivo aqui é aproximar o produto final de cada um desses pensadores, mesmo que esses façam parte de correntes teórico-metodológicas distintas. Desse modo, tivemos o cuidado de articular as discussões referentes ao desenvolvimento nacional de cada um dos três intelectuais dentro da perspectiva das ciências sociais.

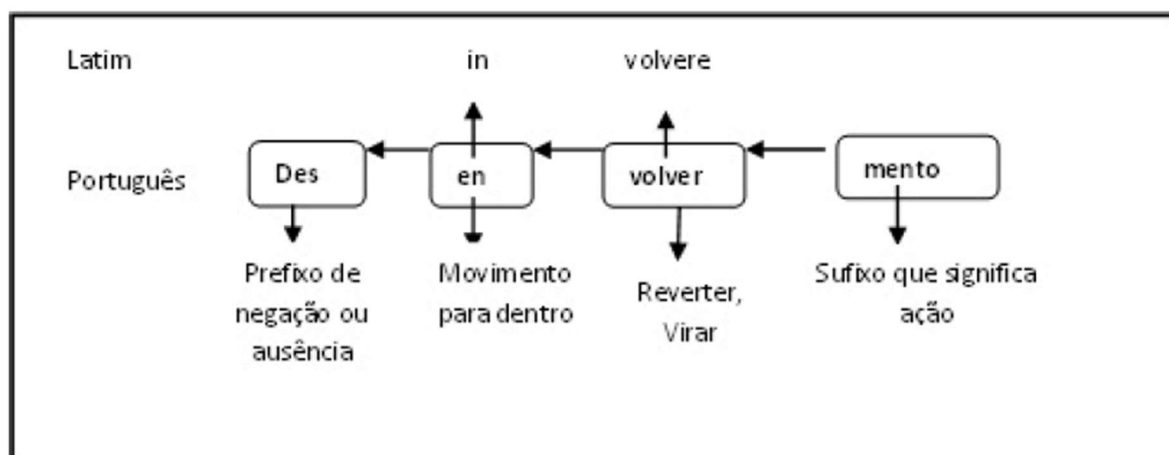
Para Silva, Cavalcante e Nunes (2018),

[...]a memória, que já foi cultuada pelos gregos antigos como a deusa Mnemosine (LE GOFF, 2003), vem sendo ressignificada pelos momentos de fluidez (BAUMAN, 2001) em que vivemos. Enquanto a informação está tão fortemente relacionada ao nosso cotidiano, a memória tem passado por um processo de “esquecimento”, como afirma Pierre Nora (1993) (Silva; Cavalcante; Nunes, 2018, p. 95).

Portanto, para darmos significado ao nosso objetivo cabe-nos aqui reiterar o sentido da palavra desenvolvimento. Para os autores E. Santos, V. Braga, R. Santos & A. Braga (Santos *et al.*, 2012), desenvolvimento significa “o ato ou o efeito de desenvolver. Fazer crescer. Fazer progredir. Estar em uma velocidade”. A primeira ideia que podemos ter é que desenvolvimento pressupõe crescimento a partir de um determinado status quo, e tem subjacente a ideia de progresso” (Santos *et al.*, 2012, p. 45-46).

De acordo com Diniz (2006), que buscou o sentido etimológico da palavra desenvolvimento e ao desmembrá-la teve o seguinte resultado:

Figura 1: Etimologia da Palavra Desenvolvimento



Adaptação de Diniz (2006, p. 33)

Na análise realizada, percebe-se que a palavra "desenvolvimento" denota uma condição de avanço ou progresso, intimamente ligada à ideia de movimento e engajamento. A desagregação dos componentes da palavra sugere a ausência de ação reversa ou de participação. Isso levanta questionamentos sobre os impulsionadores deste movimento e a direção que ele segue, bem como o propósito do envolvimento, como sugerido por Santos *et al.* (2012). No entanto, as respostas a essas indagações variam conforme o contexto de aplicação da palavra. No contexto do desenvolvimento, é imperativo examinar sua trajetória histórica para compreender plenamente suas implicações e direcionamentos. E foi exatamente o que fizemos ao expor as concepções de desenvolvimento para Costa Pinto, Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos.

Conforme, reforçou Santos *et al.* (2012), pensadores como Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx e Thomas Malthus, que são considerados pilares dentro das ciências humanas de forma geral, buscaram compreender o fenômeno do desenvolvimento e sua função na consolidação do sistema capitalista. Porém, é somente nas décadas de 1940 e 1950 que o desenvolvimento passou a ser um tema de grande preocupação para os intelectuais que se debruçaram sobre a temática. E é nesse contexto que os três autores supracitados se voltam para a questão do desenvolvimento nacional, inicialmente Costa Pinto e anos mais tarde Florestan e Guerreiro. Embora com perspectivas distintas, os autores se aproximam em suas conclusões finais e que podemos tomar como base o que seria o produto em relação ao desenvolvimento. Já que etimologicamente a palavra desenvolvimento precisa de

movimento e ação, podemos assinalar que esses intelectuais tinham como preocupação a população menos favorecida, a classe trabalhadora, ou seja, a classe trabalhadora precisaria dar movimento, ter ação. Em análise, Costa Pinto relatou que não poderia concluir nada sobre o movimento do desenvolvimento, entretanto caberia à classe trabalhadora se organizar. Nesse sentido, compreendemos que essa organização deveria ocorrer por intermédio de sindicatos e partidos políticos e ações efetivas no campo da educação, pois só assim poderia ser evitada a problemática da marginalidade estrutural engendrada com as modernizações advindas do capitalismo.

Florestan Fernandes propõe três vias possíveis para barrar as ações do capitalismo dependente, sendo a revolução socialista a mais contundente.

Guerreiro Ramos também compreende que só com a revolução socialista o Brasil poderia organizar-se de forma orquestrada o que garantiria o bem-estar social e o engajamento das classes trabalhadoras, que mais sofrem com a má distribuição de renda.

Nesse sentido, compreendemos que ambos os autores estavam engajados com ideologias voltadas para a política social, e é aí que, para nós, os autores se aproximam. Todavia, tanto Florestan quanto Costa Pinto são enquadrados pela maioria dos intelectuais em uma via marxista, e Guerreiro Ramos quase sempre é colocado numa via duvidosa. A lógica aqui é simples: se o pensamento marxista está fundamentado na exploração da burguesia em relação à classe trabalhadora, por que então a resistência em aceitar Guerreiro Ramos numa perspectiva marxista, sendo ele um autor que sempre se dedicou a versar sobre questões de interesse da classe trabalhadora?

A resposta para essa pergunta também é muito simples: o esquecimento de Guerreiro Ramos por parte dos intelectuais brasileiros é proveniente de uma disputa ideológica que está para além do embate entre a escola paulista de sociologia e a escola carioca.

Desse modo, podemos concluir que os efeitos dessa contenda ideológica refletem no que Halbwachs frisou,

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um

ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios (Halbwachs, 1990, p. 33).

Essa observação ressalta a natureza intrinsecamente coletiva da memória, no caso a de Guerreiro, que, independentemente de ser considerada em sua forma individual ou coletiva, mesmo quando associada a uma experiência pessoal, sempre está entrelaçada com a participação de outros indivíduos. A memória é, por essência, uma experiência compartilhada, pois emerge e se mantém dentro do contexto social e cultural no qual os indivíduos estão inseridos. E quando vemos a anulação de Guerreiro por parte daqueles críticos que expomos no segundo capítulo, identificamos que há um interesse ideológico no apagamento desse intelectual que não mediu esforços para propor soluções para a realidade brasileira. Finalizamos aqui com a seguinte pergunta: qual o motivo ideológico que está por trás do obscurecimento de Guerreiro Ramos? Reservaremos a resposta para essa pergunta em nossa conclusão.

5 Guerreiro: Entre o desenvolvimento (nacionalismo) ou a Revolução (organização)?

Antes de discorrermos brevemente sobre a dicotomia entre desenvolvimento e revolução, presente em Ramos, é necessário expor um trecho da entrevista de Ariston de Azevedo para a coletânea de Cavalcante *et al.* (2014) em que Azevedo diz,

Por um lado, nos anos 1950, a categoria de Guerreiro era o Brasil. A categoria era a nação. O Guerreiro pensava a partir de uma categoria específica, nação, Brasil, nacionalismo. Posteriormente, ele descobre a organização e o anuncia em seu livro *Mito e verdade da revolução brasileira*. Ele nos diz para que olhemos a organização, pois esta é um fenômeno novo da sociedade; ele escreve isso por volta de 1963, mas suas reflexões são bem anteriores a essa data. O grande motivo que o leva a escrever é sua perplexidade sobre o domínio que os partidos políticos, suas ideologias sistematizadas, exerciam sobre os sujeitos. É a vida, é sua atuação no campo da política, que o leva a refletir sobre a organização. Depois, de modo acertado, ele abandona o partido e foca a organização (Cavalcante *et al.*, 2014, p. 37).

Assim, a pergunta que norteia esse este subtítulo é: afinal, seria Guerreiro Ramos um intelectual com ideais revolucionários? Haja vista que essa ideia é rejeitada por muitos no cenário acadêmico.

Nessa perspectiva, percebemos que Guerreiro Ramos, inicialmente focado na categoria de nação e nacionalismo, posteriormente se volta para a organização como um fenômeno crucial da sociedade. Sua perplexidade diante do domínio dos partidos políticos e suas ideologias sistematizadas o leva a abandonar o partido e concentrar-se na organização. Essa mudança de perspectiva revela a importância de considerar não apenas as categorias abstratas, mas também as estruturas concretas que moldam a vida política. Assim, Guerreiro Ramos nos convida a olhar além das ideologias e a compreender a dinâmica real da atuação no campo político.

Também, para Nogueira (2016), Ramos abandonou o partido político e concentrou-se na organização como um espaço de atuação real. Guerreiro reconheceu que as estruturas concretas moldam a vida política de maneira mais significativa do que as categorias abstratas. Sua visão pioneira destacou a importância de considerar não apenas as ideologias, mas também as dinâmicas reais que afetam a inclusão social.

Infelizmente, essa perspectiva transformadora não prevaleceu no Brasil. Ao longo do século XX, o país se tornou uma das nações com maior concentração de

renda no mundo. Os indicadores brutais de desigualdade social persistem no início do século XXI, com a população negra e as mulheres sendo especialmente afetadas. A interseção de exclusão e dominação baseada nos pilares de gênero, raça e classe social continua a desafiar a busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Guerreiro Ramos percorreu um longo caminho e deixou uma vasta obra que abrange a sociologia, a ciência política e, em grande medida, a filosofia. Sua abordagem crítica se faz presente desde a primeira edição da “Cartilha Brasileira de Aprendiz de Sociólogo” (1954), posteriormente reeditada como “Introdução Crítica à Sociologia Brasileira” (1957), até sua última obra, “A Nova Ciência das Organizações”. Essa trajetória revela seu método rigoroso e sua inquietude diante dos desafios enfrentados pelas ciências e pela política.

Clóvis Brigagão, em nota à *Introdução crítica a sociologia brasileira*, destacou que, pela primeira vez, a sociologia no Brasil, inaugurada por Guerreiro Ramos, ocupou seu devido lugar. Isso se deve não apenas à instrumentalidade teórica do autor, mas também à sua inserção no contexto da sociedade brasileira. Os atributos científicos de Guerreiro Ramos continuaram a influenciar comportamentos, atitudes e hábitos até os dias atuais.

A socióloga Lucia Lippi Oliveira (1995) ressaltou que alguns dos cientistas sociais reconhecem a importância do nome de Guerreiro Ramos. Ele é saudado como um dos pais da sociologia brasileira contemporânea e abriu caminho para uma ciência social que, embora aceite a objetividade e a universalidade, recusa a neutralidade. Para Guerreiro Ramos, a essência de toda sociologia autêntica é, direta ou indiretamente, um propósito salvador e de reconstrução nacional.

Nas décadas de 1930, as ciências sociais experimentavam o significativo processo de institucionalização, marcados pela criação da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) em 1933 e da Universidade de São Paulo (USP) em 1934. Durante esse período ainda ressoavam os adventos da abolição da escravatura, Proclamação da República e a forte tradição das Universidade de Pernambuco (Direito) e da Bahia (Medicina).

O debate acerca das relações raciais no Brasil era vigoroso, focando-se nas teorias do branqueamento e da democracia racial. A teoria do branqueamento propunha que o futuro da sociedade brasileira seria caracterizado pela predominância europeia e não pela negritude ou mestiçagem, apesar das influências profundas das heranças indígena e africana. Este conceito foi defendido por intelectuais como Silvio

Romero, que afirmava que o Brasil era mestiço, se não no sangue, ao menos na alma. Tal perspectiva foi apresentada como ciência durante o I Congresso Internacional das Raças, realizado em Londres em 1911, onde João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, asseverou que o Brasil se tornaria majoritariamente branco em um século.

Por outro lado, a teoria da democracia racial, popularizada por Gilberto Freyre em sua obra "Casa Grande & Senzala" de 1933, apresentava uma perspectiva contrastante. Freyre argumentava que o Brasil havia cultivado uma forma singular de convivência racial, alicerçada em uma sociedade agrária, escravocrata e mestiça. Este trabalho foi aclamado por seu enfoque inovador sobre a formação social brasileira, tornando-se uma referência crucial no pensamento sociocultural e político das décadas subsequentes.

Assim, enquanto a teoria do branqueamento vislumbrava um futuro predominantemente branco para o Brasil, a democracia racial de Freyre destacava a mestiçagem como uma característica fundamental da identidade nacional. Esta visão promovia uma narrativa de harmonia racial que, embora amplamente debatida e contestada, moldou profundamente as percepções sobre a formação da sociedade brasileira. Freyre argumentava que a miscigenação não apenas define mas também enriquece a identidade cultural do país, contrastando com a perspectiva de branqueamento que via a mestiçagem como um estágio transitório a ser superado.

Segundo Nogueira (2016), sob a lente de Freyre, o Brasil, anteriormente visto pela ótica da degeneração étnica, transformou-se em um paraíso tropical mestiço, onde as raças e culturas provenientes da Europa, África e América se confraternizavam. Desde os anos 1940, os governos brasileiros promoveram esta perspectiva pacífica dos conflitos históricos na cultura e senso comum. No entanto, o mito da democracia racial emergiu como um obstáculo significativo para a resolução das questões étnico-raciais e sociais, pois relegou negros, povos indígenas e mulheres ao papel de meros membros de uma classe social, desconsiderando-os como participantes ativos nas transformações do país e isolando-os como simples mão de obra no processo de desenvolvimento nacional. Ainda, para o autor,

O Brasil das últimas três décadas do século XIX até os anos de 1960, viveu, sem dúvida, os seus maiores desafios e as suas mais profundas contradições culturais, econômicas, políticas e sociais. As relações fortemente racializadas, as crises econômicas internas (transição da

mão de obra do trabalho escravo, crise da economia cafeeira, deslocamento do centro dinâmico, processos de urbanização etc.) e externas (impacto dos processos da Primeira Revolução Industrial, as consequências da Primeira Guerra Mundial com um novo realinhamento e polarização dos blocos econômicos), forçaram os países em desenvolvimento a enormes dificuldades. É nesse ambiente que o Brasil vai sendo construído como Estado-Nação, no final do século XIX e início do século XX, e quando o projeto de desenvolvimento econômico, com seus contornos e perspectivas nas áreas da educação, do trabalho, saúde, desenvolvimento industrial e urbanização, vai sendo processado, na esteira das concepções nacionalistas, desenvolvimentistas e populistas (Nogueira, 2016, p. 172).

Diante esse cenário, Guerreiro Ramos se tornou uma figura importante nesse período histórico do Brasil, sendo um dos principais intelectuais do ISEB, juntamente com Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe e Ignácio M. A produção intelectual da época foi significativamente influenciada por Ramos, entre outros. Um compromisso com a construção de uma atitude crítica frente à ciência e à cultura estrangeira pode ser visto em suas principais obras escritas durante este período. Ramos enfatizava a importância de capacitar os sujeitos a resistirem à massificação de sua conduta e às pressões sociais organizadas, sugerindo uma reflexão profunda sobre a identidade nacional e a autonomia cultural em relação às influências externas. O objetivo desse ponto de vista crítico era aumentar a capacidade de resistência e autodeterminação do indivíduo.

No livro *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, inicialmente publicado no ano de 1957, Guerreiro Ramos desenvolveu a "árvore genealógica" do pensamento sociológico nacional, delineando as raízes e o fio condutor da sociologia brasileira. Algumas obras destacaram-se nesta análise: *Crítica da Sociologia Brasileira*, *Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo* e *Documento de uma Sociologia Militante*. Nesta última obra, Ramos elaborou uma construção teórica sobre a "patologia social do branco brasileiro," um debate que ressurgiu no final do século XX nas principais universidades brasileiras, especialmente nas áreas da psicologia social. Este enfoque evidenciava a capacidade de Ramos de antecipar e influenciar discussões acadêmicas e sociais que permanecem relevantes décadas após sua obra inicial.

O livro *Redução Sociológica* (1958), escrito pelo sociólogo baiano, é considerado pela maioria dos estudiosos como sua maior obra. É um marco no desenvolvimento do pensamento sociológico brasileiro. Guerreiro Ramos apresentou uma abordagem com o objetivo de democratizar o conhecimento

sociológico, lutando contra a padronização da ciência e promovendo sua utilização como um instrumento essencial para transformações sociais. Na nota introdutória à segunda edição, o autor enfatiza que a redução sociológica visa capacitar o estudioso a realizar transposições de conhecimentos e experiências entre diferentes perspectivas, com base na consciência sistemática da existência de uma identidade brasileira. Ramos destaca ainda que toda cultura nacional é única, e a redução sociológica representa uma abordagem específica dentro de um contexto mais amplo de construção cultural e identitária.

Guerreiro Ramos dedicou-se com determinação e clareza ao tema do desenvolvimento, abordando-o nos "Critérios de Avaliação do Desenvolvimento". Sua preocupação nesse campo era construir instrumentos analíticos para compreender e impulsionar o projeto de desenvolvimento a partir da realidade nacional, desafiando a mentalidade colonial e os eurocentrismos como única fonte de reflexão e conhecimento. Este aspecto filosófico e sociológico impulsionou suas pesquisas e ações políticas. Em 1961, teve a oportunidade de apresentar o Relatório do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social das Nações Unidas sobre a Situação Social do Mundo como delegado do Brasil na *XVI Assembleia Geral das Nações Unidas*. Sua declaração foi firme, especialmente porque o documento abordava superficialmente os "fatores políticos associados à abolição do regime colonial". Ele destacou a necessidade de maior equilíbrio entre os países desenvolvidos e aqueles em processo de desenvolvimento e descolonização nos continentes africano, asiático e americano.

Nogueira destacou também que,

No decorrer dos anos de 1960, Guerreiro Ramos produziu três obras importantes no campo da ciência política e da sociologia política. São textos que marcaram o debate público sobre os destinos do país, mas também estavam marcados pela conjuntura política dos anos de 1960 no Brasil. Na primeira obra, o Problema nacional do Brasil, de 1960, o autor produziu uma reflexão inovadora sobre vários temas da realidade nacional, abrangendo ideologia e segurança nacional; relações sociais e poder, os grandes temas que estavam diretamente interligados com a vida da população e os destinos do país. A segunda importante obra, *A crise do poder no Brasil*, de 1961, é considerada um clássico na área de análise da política e dos elementos que formam as contradições, as conjunturas e as lutas do poder social e de Estado. É uma das mais importantes contribuições para compreendermos as determinações da ordem política conservadora e a ordem reformista e popular no Brasil. Neste livro, o sociólogo analisa com precisão o clima político que ia se formando na antessala do golpe de 1964 (Nogueira, 2016, p. 174-175).

É irônico constatar que Guerreiro Ramos, enquanto parlamentar (deputado federal representando o estado do Rio de Janeiro) entre agosto de 1963 e abril de 1964, proferiu aproximadamente 30 discursos sobre questões políticas nacionais e internacionais. Sua última declaração foi feita em 16 de abril de 1964, quando o governo militar retirou seus direitos políticos. "Mito e Verdade da Revolução Brasileira", sua obra mais polêmica no campo da ciência política, foi publicada em julho de 1963. Na obra, ele comentou sobre os graves "erros" cometidos por setores e organizações sociais, sindicais e partidárias que buscavam justamente garantir a institucionalidade, a legalidade, a democracia e as transformações necessárias para o desenvolvimento do Brasil.

Nesta obra, Guerreiro Ramos retoma questões teóricas e analíticas fundamentais, que já haviam sido abordadas em obras anteriores como "Redução Sociológica" (1958) e "Cartilha Brasileira de Aprendiz de Sociólogo" (1954). Ele explora o conceito de "redução sociológica", entendido como um método para assimilar criticamente a produção sociológica estrangeira; trata-se de uma atitude que busca transcender, na medida do possível, os condicionamentos circunstanciais que limitam a expressão livre e autônoma do pensamento.

Além disso, Guerreiro Ramos abordou a sociologia como uma ciência do fazer, destacando a interseção entre ciência e política, e enfatiza a importância da sociologia da ação militante. Essa combinação entre teoria e prática o transformou em um homem público engajado em grandes causas nacionais, mas, sobretudo, em um cientista social que acreditava em uma perspectiva de revolução brasileira, conforme assinalou Nogueira.

No prefácio do livro "Mito e Verdade da Revolução Brasileira", Guerreiro Ramos elaborou uma síntese abrangente de sua reflexão e crítica ao processo que se desdobrava na perspectiva da "necessária" revolução brasileira, principalmente a partir da década de 1960. Este debate e construção, protagonizados pelos atores sociais da época, ocorreram poucos meses antes do golpe militar. Guerreiro (2016) afirmava que o ímpeto emancipatório do Brasil se encontrava em perigo iminente de ser profundamente deturpado por duas fraquezas que o assolavam: uma de ordem cultural e outra de natureza organizacional. Aqueles que aspiram liderar esse movimento frequentemente se embrenham em teorias adotadas de forma acrítica e

em abstrações literárias e conceituais que, lamentavelmente, carecem da mínima precisão exigida para capturar as tendências concretas do atual estágio do processo brasileiro.

Para Guerreiro Ramos (2016), compreender e aprimorar o conceito de revolução em curso no país era imperativo. Embora reconhecesse em figuras como Blanqui, Marx e Lênin importantes referências para o que denominou de "abordagem da tarefa revolucionária", ele enfatizava a urgência de analisar minuciosamente os elementos objetivos e subjetivos das classes ou coalizões de classes nos processos de transformação e luta pelo poder. Em seu entendimento, alguns princípios fundamentais da revolução incluíam a práxis, os limites, a classe social e a totalidade. Para o sociólogo baiano, o princípio da práxis envolvia a interação dos elementos objetivos e subjetivos, que não eram meras abstrações no processo revolucionário: "A prática é a criação simultânea do homem e de seu mundo externo. O homem se constitui na medida em que participa da elaboração de sua circunstância externa, que, assim, se equipara à materialização de seu trabalho" (Guerreiro Ramos, 2016, p. 63).

O sociólogo baiano (2016) entendia que o princípio dos limites se referia às circunstâncias objetivas que se empunhavam e demandavam uma análise detalhada. Neste momento de contradição, portanto dialética, é que a teoria revolucionária e sua compreensão adquirem uma validade real. Guerreiro Ramos explanou essas variáveis da seguinte maneira: uma posição que parece viável ou oportuna em determinado momento da luta de classes pode se tornar o oposto em outro momento. Não existem regras fixas ou receitas uniformes neste domínio. Em toda situação revolucionária, há um número limitado de possibilidades. A revolução é uma transformação consciente da sociedade e, portanto, em certo sentido, uma questão de consciência. No entanto, essa consciência deve ser portadora de qualificações específicas que a diferenciam da consciência ingênua, vulgar ou falsa, referindo-se à teoria objetiva da consciência de classe e à teoria de sua possibilidade objetiva. Guerreiro Ramos (2016), parafraseando Marx, resumiu essa ideia ao afirmar que os seres humanos fazem sua própria história, mas não a fazem como desejam, e sim sob as circunstâncias com as quais se defrontam diretamente, conectadas e transmitidas pelo passado (Guerreiro Ramos, 2016, p. 65-66).

Fizemos esse panorama para elucidar com veemência o caminho percorrido por Guerreiro Ramos. Dadas as leituras disponíveis sobre o autor em questão, ora nos deparamos com o Guerreiro nacionalista, ora o revolucionário, ora o anticientífico,

ora o autor de teorias confusas e duvidosas. Enfim, nossos esforços são tentativas de esclarecer ou desobscurecer a figura de Guerreiro Ramos dentro das ciências sociais.

Braulio Matos (1997), chegou a sugerir que há uma ruptura epistemológica na literatura de Guerreiro, assim como Barbara Freitag (2005) propôs sobre Florestan Fernandes político ou revolucionário. Em seu esquema analítico, Matos elucidou um diagrama em que ele concordou com a tese de Freitag e ainda ressaltou que os caminhos entre o professor paulista e o professor baiano eram próximos, porém inversos. Atestando que existe um corte epistemológico em Guerreiro Ramos, vejamos sua observação,

Também a obra de Guerreiro Ramos, e aqui a nossa hipótese comparativa, sofreu um corte epistemológico similar (porém, em sentido inverso) ao ocorrido com Florestan Fernandes. O ponto de inflexão que marca esse corte constitui a cassação em 1964 do mandato de deputado federal pelo PTB carioca que Guerreiro vinha exercendo. Em 1966, ele buscou exílio voluntário nos EUA, tendo sido acolhido pela Universidade do Sul da Califórnia, onde iniciou um ciclo de atividades exclusivamente acadêmico. A repressão advinda do Golpe de 1964, além de render um profundo desencanto com o destino político do Brasil, fomentou uma guinada epistemológica importante na obra de Guerreiro. Não vem ao caso aqui nos determos numa amostra de textos demonstrativos dessa ruptura, pois não é preciso muito esforço para identificar um Guerreiro entusiasta do historicismo de Mannheim nos anos 50 e um Guerreiro que busca fundar uma teoria social com base numa racionalidade substantiva no começo dos anos 80 (em bases "ecológicas" e anti-historicistas). Apenas a título de exemplo, confira-se o lugar superior ocupado pela categoria nação na obra do autor na década de 1950-59 (Matos, 1997, p.160-161).

Para Matos (1997), naquela ocasião Guerreiro Ramos enfatizou a importância da sociologia para os responsáveis pela segurança nacional. Guerreiro afirmou que o trabalho do sociólogo é determinar o conteúdo ideológico necessário para que a segurança nacional atinja o máximo de funcionalidade histórica possível ao longo da história. Isso requer a identificação e análise das circunstâncias sociais e políticas que impactam a segurança e a estabilidade do país, fornecendo uma compreensão completa das dinâmicas sociais que podem impactar esses aspectos. Assim, a sociologia não apenas explica a realidade social, mas também fornece uma base fundamental para a formulação de políticas que atendam às necessidades e os desafios de um determinado contexto histórico. Matos (1997) assinalou que a

ruptura⁷ ocorre quando Guerreiro relativizou a categoria nação em seus escritos datados entre as décadas de 1970 e 1980; de acordo com os escritos de Guerreiro,

A administração pública, particularmente a administração do desenvolvimento, tem sido historicamente associada com o conceito de Estado-Nação. Enfrenta agora um dilema: embora o Estado-Nação ainda possa ter um papel a desempenhar, torna-se muitas vezes um percalço ao desenvolvimento do mundo. É preciso fazer uma escolha. O mundo não é somente uma categoria de análise científica, mas também, conforme assinalamos, um objeto de cathesis ética. O tradicional conceito que associa administração pública com Estado-Nação expõe os administradores a ambiguidades. A ambigüidade é um característico constante da condição humana, mas a maneira pela qual o homem dela se liberta poderá, ocasionalmente, prejudicar o etos da ciência e da erudição (Ramos, 1983b, p.39).

Desse modo, Matos concluiu da seguinte maneira,

Estamos convencidos, pois, que a repressão sinaliza na obra de Guerreiro um movimento em sentido inverso ao de Florestan: do Guerreiro revolucionário de *A crise do poder no Brasil* (1961) para o Guerreiro acadêmico de *A nova ciência das organizações* (1981). E note-se que também no caso de Guerreiro (i) não cabe conceber esses momentos como estanques, (ii) nem confiar o sentido de sua obra tão-somente à autoimagem do autor (Matos, 1997, p.162).

Sob outra perspectiva de leitura sobre Ramos, a da decolonialidade⁸, Maia (2011) sustentou que um vasto e diversificado campo intelectual transnacional emergiu entre as décadas de 1950 e 1970. Este campo incluía economistas, sociólogos e cientistas sociais dedicados a desafiar o eurocentrismo predominante nas ciências sociais do Atlântico Norte. A literatura de Guerreiro Ramos pode ser comparada à de pensadores como o malaio Syed Hussein Alatas e o argelino Anouar Abdel-Malek nesse contexto. Esses pensadores não apenas criticavam a posição eurocêntrica, mas também defendiam uma sociologia que partia das circunstâncias periféricas como ponto de enunciação, criando um discurso crítico e inventivo.

Segundo Maia,

⁷ Althusser foi o pioneiro nessa questão do corte epistemológico, e para maior entendimento sugerimos a leitura do artigo de Armando Boito Jr., intitulado *Indicações para o estudo do marxismo de Althusser*.

⁸ Sobre esse tema, sugerimos o artigo da Luciana Ballestrin “America Latina e o giro decolonial”.

A ideia defendida é razoavelmente simples: sustento que o processo de descentramento teórico que vem ocorrendo ao longo das últimas décadas na sociologia fornece aos estudos de pensamento social brasileiro um instigante enquadramento analítico. Esse descentramento refere-se ao conjunto de textos e trabalhos que questionam o fundamento eurocêntrica da sociologia e afirmam a necessidade de se levar em conta lugares de discurso intelectual tidos como alternativos e/ou “periféricos”². Esse debate contribuiu para dois procedimentos que encontram ressonância com o que é feito atualmente no campo do pensamento brasileiro: a) a crítica de conceitos sociológicos a partir de outros lugares de discurso; e b) a refutação ou retificação de teorias de médio alcance, levando-se em conta a falsa universalidade das mesmas. Argumento também que esse trabalho teórico deve ser complementado por uma abordagem que articule a história do pensamento social brasileiro e a história da sociologia global, evitando a separação desses campos em dois universos distintos (Maia, 2011, 72-73).

Entretanto, Motta (2010) nos oferece uma leitura de um Guerreiro Ramos revolucionário; vejamos:

Guerreiro Ramos, com efeito, foi no Brasil uma das principais expressões intelectuais que participaram ativamente na defesa do nacionalismo revolucionário e na articulação desse nacionalismo com um projeto socialista similar aos que estavam sendo implementados nos países do Terceiro Mundo. A sua apaixonada inserção nesse debate não passou despercebida: ao contrário, devido à sua independência institucional (estava fora do ISEB desde dezembro de 1958), e por nunca ter se identificado com as diretrizes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), tornou-se, certamente, o intelectual de esquerda mais “odiado” e polêmico no campo progressista brasileiro, devido às suas intensas críticas ao ISEB e ao PCB (Motta, 2010, p.86).

Enfim, essas são algumas das interpretações que temos sobre o sociólogo baiano; ainda, não pretendemos fazer julgamentos sobre as variadas perspectivas teóricas que relacionam o autor supracitado. Todavia, cabe a nós reconhecermos que Guerreiro Ramos revelava uma via revolucionária, principalmente nos escritos de “Mito e Verdade da Revolução Brasileira”, nos quais sua perspectiva teórica é sintetizada com base nos escritos marxistas. Nesse sentido, coadunamos com a conclusão de Mota (2010), que afirma que, embora Guerreiro Ramos tenha deixado de lado os temas do nacionalismo e do socialismo anti-imperialista, suas análises sobre as revoluções e o socialismo nos países periféricos continuaram a ressoar. Sua influência é notável na corrente terceiro-mundista da Teoria da Dependência, representada por intelectuais como Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Ambos, oriundos da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-

POLOP), organização inspirada nas teses de Trotski e Rosa Luxemburgo, mantiveram uma relação pessoal com Guerreiro Ramos e admiravam sua obra. Essa vertente da Teoria da Dependência explorou profundamente a problemática do nacional-popular e os conflitos entre países capitalistas desenvolvidos e dependentes, além de enfatizar a questão do Terceiro Mundo. Nessa continuidade teórica, a herança da fase nacionalista revolucionária de Guerreiro Ramos permaneceu viva e relevante.

Outrossim, Adolfo Sánchez Vázquez lembrando Marx sobre a práxis revolucionária como mudança do Homem e das circunstâncias, reforçou o que Marx escreveu em *Teses sobre Feuerbach*; vejamos:

A teoria materialista da mudança das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias fazem os homens mudarem e que o educador necessita, por sua vez, ser educado. Tem, pois, que distinguir na sociedade de duas partes, uma das quais se encontra colocada por cima dela. A coincidência da mudança das circunstâncias com o da atividade humana ou a mudança dos próprios homens, só pode ser concebida e entendida racionalmente como prática revolucionária (Marx *apud* Vázquez, 2011, p.150).

Dessa forma, compreendemos que, de fato, há uma reorientação nas obras de Guerreiro, todavia Guerreiro nunca deixou de ser o Guerreiro; em nossa ótica, o que ocorre é um amadurecimento intelectual que vai ao encontro da práxis revolucionária, principalmente quando o autor reafirma o compromisso com o conhecimento sociológico e que esse é capaz de mudar o pensamento de uma sociedade sobretudo a da classe trabalhadora, evidenciando que todos os esforços de Guerreiro Ramos foram em prol da classe trabalhadora brasileira de forma geral.

Sanchez (2011) conclui que a práxis, para Marx, se converte em uma categoria sociológica essencial que, ao se contrapor tanto ao utopismo quanto ao determinismo mecanicista, estabelece as condições para uma verdadeira transformação social. Essa transformação implica não apenas a mudança das circunstâncias externas, mas também a mudança do próprio homem. A unidade entre ambas as mudanças define, portanto, a práxis revolucionária.

Portanto, o que temos é um Guerreiro Ramos maduro em relação às circunstâncias e compenetrado na transformação da sociedade como um todo, ou seja, uma ótica revolucionária tal qual o restabelecido por Marx.

E para não deixar dúvida alguma sobre a nossa perspectiva diante o posicionamento de Guerreiro Ramos, deixaremos aqui o emocionante discurso de

janeiro de 1964, proferido pelo próprio sociólogo baiano na Câmara dos Deputados do Estado da Guanabara, que, segundo Matos, foi o “prenúncio da tragédia que viria assumir com o preço do silêncio e do exílio” (1997, p.165).

Sr. Presidente, quase todos nós, nesta Câmara, sabemos mais do que podemos: quase todos nós nesta Câmara estamos sem as condições de garantias necessárias para dizer tudo o que sabemos. (...) Porque na vida política estamos compelidos a filtrar sempre aquilo que sabemos, pois o público em geral não pode tomar conhecimento dos bastidores da política tal como realmente as coisas são. (...)Sr. Presidente, há uma logística do golpe. Do ponto de vista material, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o golpe é uma operação singela, é uma operação cujas regras estão compreendidas em opúsculos, em obras que qualquer adolescente pode assimilar. (...), Mas o golpe, Sr. Presidente e Senhores Deputados, não consiste apenas na operação da logística e sem está sujeito a leis sociais, a leis sociológicas, sim a convivência das quais esta operação de logística é vã e fortuita.... não sou nenhum romântico. Devo declarar aqui, com a maior clareza, que não tenho nenhum romantismo jurídico em relação ao golpe. Se houvesse, Sr. Presidente, as condições sociais maduras para que um golpe fosse dado, mas um golpe de que fosse titular o operariado brasileiro, a Nação brasileira, contra aqueles que querem escravizá-la, eu seria adepto deste golpe. Mas falo, aqui, menos como um parlamentar, falo mais como sociólogo: hoje não vejo condições para que vingue em nosso País, um golpe que seja favorável aos interesses da Nação brasileira. E por isso digo que as classes avançadas, progressistas, do Brasil não podem senão repelir aqueles que pensam em um regime de exceção para este País. Rasgarei o meu diploma de sociólogo, empenho a minha palavra de profissional da Sociologia na convicção de que é impossível vingar uma operação que, neste momento da vida nacional, tente levar este País a um regime de ruptura da legalidade. Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nas condições atuais do Brasil, o golpe, seja ele que for, seria a internacionalização do Brasil (Ramos *apud* Matos, 1997, 165).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho foi resgatar as principais ideias de Guerreiro Ramos acerca da sociologia, do desenvolvimento nacional, bem como da revolução brasileira. O foco do segundo capítulo diz respeito ao significado da sociologia para Guerreiro Ramos, focalizando dentro dessa temática a famosa contenda entre Florestan Fernandes e o sociólogo baiano. No capítulo três, foi essencial retomar o ISEB, justamente por ter sido palco de críticas oriundas dos intelectuais da chamada escola paulista. Também resgatamos as concepções por trás do problema nacional segundo a ótica de Guerreiro Ramos. No quarto capítulo, nos detivemos ao tema desenvolvimento, procurando apresentar e articular as concepções de desenvolvimento e subdesenvolvimento segundo as contribuições de Costa Pinto e Florestan Fernandes, na tentativa de compreender o distanciamento desses das concepções de Guerreiro. No quinto capítulo, trouxemos dois pontos de grande envergadura para Guerreiro, que dizem respeito ao percurso dentro do nacionalismo e a virada para a questão da revolução brasileira.

Para concluirmos o que levantamos como problema, que é o obscurecimento de Guerreiro Ramos nas ciências sociais, levamos em consideração a criação da USP. Esta teve um forte impacto na construção do padrão científico adotado em nosso país, como afirmou Silva (2015). Para a autora, as primeiras universidades brasileiras surgiram a partir da integração de Faculdades e Escolas Superiores já existentes, o que significa que, inicialmente, não eram instituições completas como as entendemos hoje. Esse modelo prevaleceu, mesmo sob críticas, até a fundação da USP, que apresentou um novo paradigma de universidade, tornando-se referência desde então. Desse modo, o ensino superior no Brasil foi constituído em meio a uma disputa de poder no campo político e ideológico, particularmente entre uma elite que se considerava responsável pela construção de um projeto de modernização. Este projeto era pautado na racionalização científica, que incorporava ideologias políticas e raciais. A elite dirigente buscava, assim, não apenas promover o desenvolvimento científico e tecnológico mas também perpetuar suas visões e interesses, moldando a educação superior de acordo com seus valores e objetivos estratégicos. Vejamos o esboço político e ideológico em meados da década de 1910, que culminou na criação da USP,

O jornalista Paulo Pestana, de 'O Estado de São Paulo', interpretando as aspirações de frações da burguesia paulista, em 1913, traduziu-as da seguinte maneira: '... nós queremos uma universidade eficiente, real, digna, com todos os elementos científicos e financeiros, como já a pode possuir o prospero Estado de São Paulo. Queremol-a mesmo como antidoto dos malefícios dessa liberrima palhaçada universitária, que inconscientes pretenciosos estão espalhando pelo paiz, para illudir os parvos e degradar a cultura nacional. Queremol-a, em summa, nas condições de contrariar a vergonhosa indústria de falsificar doutores e bachareis por algumas dezenas de mil réis, para satisfazer a vaidade de imbecis, que mais prezam um diploma do que o saber (...) Cumpre reagirmos, enquanto é tempo, em benefício do nosso prestígio no mundo civilizado. E reagiremos, fundando esses focos de luzes que são as universidades verdadeiras' (PESTANA, *apud* NADAI, 1982, p. 152)

Para Silva (2015), o excerto traduz o contexto político que envolveu o surgimento da Universidade de São Paulo, em 1934. A criação da USP foi um projeto da elite política e intelectual paulistana, congregada no Grupo do Estado. Essa iniciativa refletia as intenções de modernização e de desenvolvimento científico e tecnológico do país, ao mesmo tempo em que promovia e consolidava os valores e interesses dessa elite.

A citação acima nos permite inferir as teorias e conceitos subjacentes à construção desses discursos. O objetivo dos idealizadores da USP era racionalizar a educação superior, implementando modelos científicos modernos e, ao mesmo tempo, preservando ideologias raciais e políticas que favoreciam seus objetivos estratégicos. Portanto, este projeto de modernização estava intrinsecamente ligado a um processo de institucionalização do conhecimento. Esse movimento também fortaleceu o poder e a influência da classe dominante, moldando a educação superior de acordo com suas perspectivas de progresso e desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, a contenda entre Florestan e Guerreiro ganha destaque mais uma vez com nosso trabalho, mas agora com o caráter de atestar que essa disputa entre o padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros (Florestan Fernandes) *versus* redução sociológica (Guerreiro Ramos), o vencedor é Florestan, ou melhor, o projeto idealizado pelos criadores da USP. Ainda, é importante ressaltar que dentre os principais idealizadores do projeto de criação da USP, temos Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo; o primeiro é conhecido por apoiar suas ideias na higienização, no sanitarismo e, sobretudo, no eugenismo, e o segundo foi designado

pelo primeiro para elaborar o documento que culminou na criação da USP. Segundo Silva (2015),

[...]entendemos, ainda que Fernando de Azevedo tivesse maior autonomia de pensamento em relação ao "núcleo duro" de OESP, ele deve ser considerado como uma importante figura no projeto do Grupo do Estado, pois, se, por um lado, sua ação na articulação política deste não foi tão marcante, por outro, desempenhou significativo papel nas questões relacionadas à educação e, particularmente, na concretização da Universidade de São Paulo. Arriscamos dizer que Fernando de Azevedo desempenhou papel central na obra de legitimação da ideia de universidade tal qual pensada pelo que Cardoso chamou de "Comunhão Paulista Ilustrada", isto é, o Grupo do Estado. Essa afirmação é feita com base na constante presença de Fernando de Azevedo nas principais ações realizadas pelo Grupo do Estado, por meio do jornal O Estado de S. Paulo como, por exemplo, no Inquérito de 1926, na "Campanha pela Universidade", na comissão que elaborou o Projeto USP e na direção da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Dito de outra maneira, ao contribuir para a institucionalização da USP, Fernando de Azevedo validava o projeto de nação desenvolvido pelo Grupo do Estado, isto é, pela "Comunhão Paulista Ilustrada". E nesse sentido é preciso destacar que, como apontado no quarto capítulo desse texto, Fernando de Azevedo esteve em diálogo com um dos principais eugenistas brasileiros, Renato F. Kehl (Silva, 2015, p. 253-254).

A autora explica que o Grupo do Estado se considerava a própria "Comunhão Paulista Ilustrada", uma entidade que, durante as crises das oligarquias, se via como o guardião da visão política nacional e da continuidade histórica na vida política brasileira, papel que desempenhava através do jornal O Estado de S. Paulo (Cardoso, 1982, p.41). Portanto, "pode-se dizer que a Comunhão Paulista Ilustrada é a representação ideológica que o 'Grupo do Estado' faz de si mesmo, quando assume a postura do partido ideológico" (Cardoso, 1982, p.46). Isso implicou que este grupo se via não apenas como participantes políticos, mas como os detentores e perpetuadores de uma identidade política e cultural específica, que eles acreditavam ser essencial para o desenvolvimento e modernização do Brasil.

Em 1934, a USP se consolidou e, anos mais tarde, Fernando de Azevedo tornou-se professor catedrático do departamento de Sociologia e Antropologia, responsável pela cadeira de Sociologia II da USP. É importante ressaltar que Azevedo foi orientador de Florestan Fernandes.

Destarte, os pontos vão se ligando na defesa de nossa conclusão: a USP foi idealizada pela elite paulista que não queria perder as rédeas do poder. Assim, eles

articularam a inclusão de Fernando de Azevedo para a elaboração do principal documento que deu o aval para a criação da USP. Azevedo teve Florestan Fernandes como um dos seus principais auxiliares, que chegou a substituí-lo na cadeira de Sociologia II, até que Florestan assumisse definitivamente a cadeira de Sociologia I. Na década de 1950, Florestan teve como seu principal debatedor sobre o ensino de sociologia Guerreiro Ramos. Para alguns, como Gabriel Cohn, o debate foi um diálogo de surdos, em que ambos falavam a mesma coisa, mas não se faziam entender. Pontos importantíssimos foram elencados de ambas as partes, pontos que até o presente momento são fundamentais na construção/movimentação da sociologia, do pensamento social brasileiro, das ciências sociais de forma geral.

Portanto, defendemos aqui que o motivo de tal obscurecimento de Guerreiro Ramos nas ciências sociais se deve ao movimento que ocorreu durante o II Congresso Latino-americano de sociologia, movimento esse que definiu se as ideias de Guerreiro Ramos seriam úteis para as ciências sociais ou não. O movimento a que nos referimos aqui se trata exatamente da votação das propostas apresentadas por Ramos. Nessa votação, as propostas de Guerreiro Ramos foram derrotadas com 22 votos contra 9 a favor. Até o presente momento não podemos afirmar com exatidão se esses 22 congressistas que votaram contra as propostas de Guerreiro Ramos são pessoas que estavam diretamente ligadas à escola de sociologia paulista, pois um dos principais documentos, que era para atestar, não contém todos os dados referentes ao que se passou no interior do II congresso latino-americano de sociologia; portanto, nos resta apenas supor que esses 22 congressistas votaram estrategicamente contra as propostas trazidas por Guerreiro Ramos, justamente por ele fazer parte do grupo que era a oposição aos paulistas. Concluímos que o nosso trabalho suscita uma série de questões importantes acerca do autor, da sociologia brasileira e do próprio debate Guerreiro *versus* Florestan, pois ainda há tantas pendências no século XXI, e isso faz de nossa discussão algo de maior relevância para a sociologia atual. Entretanto, compreendemos que vários dos pontos trabalhados aqui ficaram abertos, o que possibilita a nós e outros pesquisadores debruçar mais sobre os temas aqui abordados, ou seja, temos muito a estudar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Estado e classes trabalhadoras no Brasil: (1930 - 1945)**. 1978. 301 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AMORIM, Maria Stella. Costa Pinto e a missão sociológica. *In*: MAIO, Marcos Chor; VILLAS BÔAS, Glaucia (orgs.). **Ideais de modernidade e sociologia no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.
- ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955.
- ANTUNES, Ricardo. A ontologia singularmente humana do trabalho. **Motrivivência**, [S.L.], v. 22, n. 35, p. 202-233, 1 jul. 2011. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2010v22n35p202>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2010v22n35p202>. Acesso em: 5 jan. 2024.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. *In*: MICELE, Sérgio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**, v. 2. São Paulo: Sumaré, 1995. p. 107-233. (Ciências sociais no Brasil, v. 2).
- AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular, [1972] 2012.
- BARIANI JUNIOR, Edison. Padrão e salvação: o debate florestan fernandes x guerreiro ramos. **Cronos**, Natal, v. 7, n. 1, p. 151-160, 2006.
- BARIANI JUNIOR, Edison. **Guerreiro Ramos e a Redenção sociológica: capitalismo e sociologia no brasil**. 2008. 329 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.
- BARIANI JUNIOR, Edison. A perspectiva da revolução: guerreiro ramos e o nacionalismo. **Crítica e Sociedade**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 65-74, 2011.
- BASTOS, Elide Rugai. **Floresta Fernandes**. Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/florestan-fernandes/>. Acesso em: 5 fev. 2023.
- BÔAS, Glaucia Villas. Passado arcaico, futuro moderno: a contribuição de L.A. Costa Pinto à sociologia das mudanças sociais. *In*: MAIO, Marcos Chor; VILLAS BÔAS,

Glaucia (orgs.). **Ideais de modernidade e sociologia no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

BÔAS, Glaucia Villas. Por que rever mais uma vez o conceito de marginalidade estrutural de L. de A. Costa Pinto? **Perspectivas**, São Paulo, v. 28, p. 69-103, 06 fev. 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/12>. Acesso em: 22 fev. 2024.

BOITO JR., A. Indicações para o estudo do marxismo de Althusser. *In*: PINHEIRO, J. (org.) **Ler Althusser**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 151-182.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRASIL JR., Antonio. A reinvenção da sociologia da modernização: Luiz Costa Pinto e Florestan Fernandes (1950-1970). **Trabalho, Educação e Saúde**, [S. l.], v. 11, n. 1, 2022. DOI: 10.1590/S1981-77462013000100013. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1464>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do rio grande do sul**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. de. **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes**. 1995. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglcfindmkaj/http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/limoeirocardosoflorestan1.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 10, n. 26, p. 89-128, abr. 1996. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141996000100014>.

CAVALCANTI, Bianor; DUZERT, Yann; MARQUES, Eduardo (org.). **Guerreiro Ramos**: coletânea de depoimentos. Rio de Janeiro: Fgv, 2014. 240 p.

CELEDONIO DA SILVA, Ana Pricila; CAVALCANTE, Lidia Eugenia; VERAS NUNES, Jefferson. Informação e memória: aproximações teóricas e conceituais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S. l.], v. 23, n. 52, p. 95–106, 2018. DOI: 10.5007/1518-2924.2017v23n52p95. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v23n52p95>. Acesso em: 7 março. 2024.

COHN, Gabriel. Ecletismo bem temperado. **O Saber Militante: Ensaio sobre Florestan Fernandes**. Tradução. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COHN, Gabriel. Florestan Fernandes, história e histórias. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 42, jul. 1995.

COHN, Gabriel. **A sociologia como interlocução**. Blog da biblioteca virtual do pensamento social, 2023. Disponível em: <https://blogbvps.com/2023/03/29/a-sociologia-como-interlocucao-por-gabriel-cohn/>. Acesso em 28 dez. 2023.

CORSI, Francisco Luiz. O capitalismo dependente na visão de Florestan Fernandes. *In*: TOTTI, Marcelo Augusto (org.). **100 anos de Florestan Fernandes: legado de ciência e militância**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 229-246. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p229-246>

COSTA PINTO, L. A. **Sociologia e desenvolvimento: Temas e problemas de nosso tempo**. 8ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DOMINGUES, José Maurício. Desenvolvimento, modernidade e subjetividade. *In*: MAIO, Marcos Chor; BÔAS, Gláucia Villas. **Ideias de modernidade e sociologia no Brasil: ensaio sobre luiz aguiar costa pinto**. Porto Alegre: Universidade/Ufrgs, 1999. p. 71-85.

DINIZ, Francisco. **Crescimento e desenvolvimento económico: modelos e agentes do processo**. Lisboa, PT: Editora Sílabo, 2006.

DOS SANTOS, Theotônio. **Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano**. Tradução de Diógenes Moura Breda. Florianópolis: Insular, [1978] 2018.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FERNANDES, Florestan. Ciência e sociedade na evolução social do Brasil. São Paulo, **Revista Brasileira**, n. 6, jul./ago. 1956.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia numa era de revolução social**. São Paulo: Ed. Nacional, 1963

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. 157 p.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERNANDES, Florestan. Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 8, n. 22, p. 123-138, dez. 1994. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141994000300011>.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 6. ed. São Paulo: Global, 2009.

FORTES, Alexandre. **Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil**. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, 27 jan. 2014.

FREITAG, Barbara. Florestan Fernandes: revisitado. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 19, n. 55, p. 229-243, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142005000300016>.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt, 1933.

GOMES, Flávio dos Santos. Em torno da herança: do escravo-coisa ao negro-massa (a escravidão nos estudos de relações raciais no Brasil). *In*: MAIO, Marcos Chor; VILLAS BÔAS, Glaucia (orgs.). **Ideais de modernidade e sociologia no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa**. 2ª.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

IANNI, Octavio. A Idéia de Brasil Moderno. **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 19–38, 2006. DOI: 10.20396/resgate.v1i1.8645452.

Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645452>. Acesso em: 10 out. 2023.

JACKSON, Luiz Carlos. A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965). **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 16, n. 1, p. 263–283, 2004. DOI: [10.1590/S0103-20702004000100013](https://doi.org/10.1590/S0103-20702004000100013). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12425>. Acesso em: 16 jan. 2024.

JACKSON, Luiz Carlos. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). **Tempo Social**, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 1, p. 115–130, 2007. DOI: [10.1590/S0103-20702007000100007](https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100007). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12537>. Acesso em: 22 jun. 2024.

JACKSON, Luiz Carlos; BARBOSA, Darlan Praxedes. História das ciências sociais brasileiras. *In*: MICELI, Sergio; MARTINS, Carlos Benedito (org.). **Sociologia brasileira hoje**. São Paulo: Atelie, 2017. Cap. 5. p. 217-275.

JAGUARIBE, Hélio. O ISEB e o desenvolvimento nacional. *In*: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 31-2.

JORNAL DA USP: 15 universidades públicas produzem 60% da ciência brasileira. São Paulo, 5 set. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/15-universidades-publicas-produzem-60-da-ciencia-brasileira/>. Acesso em: 21 mar. 2024.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto. 2006. 368 p.

LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

LAMOUNIER, Bolívar. O ISEB: notas à margem de um debate. **Discurso**, São Paulo, n. 9, p. 153-8, nov. 1978.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 5ª. ed., São Paulo :Alfa-Omega, 1986.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro; PINTO, Thiago Luis de Quadros Ramos; SILVA, Newton Gracia da. Roberto Simonsen na origem do moderno pensamento social brasileiro. **Economia e Sociedade**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 177-199, abr. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2015v24n1art7>.

LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. Luiz de Aguiar Costa Pinto: A sociologia do desenvolvimento e a marginalidade estrutural. *In*: MAIO, Marcos Chor; VILLAS BÔAS, Glaucia (orgs.). **Ideais de modernidade e sociologia no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

MAIA, João Marcelo e. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 26, n. 2, p. 71-94, ago. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922011000200005>.

MARIÁTEGUI, José Carlos. El problema de las razas en la América Latina. *In*: QUIJANO, A. (selección, prólogo y notas introductorias) **José Carlos Mariátegui: textos básicos**. Lima, Fondo de Cultura Económica, 1991.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, R. e STEDILE, J. P. (orgs.), **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. Tradução de Marcelo Carcanholo. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2005

MARTINS, Tatiana. Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos na construção de uma idéia de Brasil moderno. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 14, n. 27, p. 157–185, 2006. DOI: 10.20396/temáticas.v14i27/28.13637. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/13637>. Acesso em: 3 maio. 2024.

MARTINS, Tatiana. **Perspectivas**, São Paulo, v. 37, p. 211-224, jan./jun. 2010.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**: Livro I: o processo de produção do capital / Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOS, Bráulio Tarcísio Pôrto de. Diálogo de surdos: academia e política na trajetória de Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos. **Linhas Críticas**, [S.L.], v. 3, n. 3-4, p. 149-172, 31 dez. 1997. Biblioteca Central da UNB. <http://dx.doi.org/10.26512/lc.v3i3-4.2655>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/2655>. Acesso em: 4 jan. 2024.

MATTOS, Marcelo Badaró. Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007, São Leopoldo. **Anais [...]**. [S.L.]: Anpuh, 2007. p. 1-10.

MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima; VALLATE, Leticia Severino. SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: bncc e currículo paulista em foco. *In*: IX ENALIC ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS, 9., 2023, Lajeado. **Anais [...]**. Lajeado - Rs: Realize, 2023. p. 1-9. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/103731>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MÉSZAROS, I. **A Educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MIGLIOLI, Jorge. O ISEB e a encruzilhada nacional. *In*: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 59-76.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1980.

MOTTA, Luiz Eduardo. Iseb no banco dos réus. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, p. 119-145, ago. 2000.

MOTTA, Luiz Eduardo. A política do guerreiro: nacionalismo, revolução e socialismo no debate brasileiro dos anos 1960. **Organizações & Sociedade**, [S.L.], v. 17, n. 52, p. 85-101, mar. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1984-92302010000100005>.

NADAI, Elza. O Projeto Republicano de Educação Superior e a Universidade de São Paulo. **Revista Faculdade de Educação**, São Paulo, n.8, p. 143-156, jul./dez. 1982.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

NOGUEIRA, João Carlos. O mito da revolução, Guerreiro Ramos e o golpe de 1964. **Ilha Revista de Antropologia**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 159, 19 out. 2016. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8034.2016v18n1p159>.

OLIVEIRA, Francisco de. Subdesenvolvimento: fênix ou extinção? *In*: TAVARES, Maria da Conceição; OLIVEIRA, Francisco de; FIORI, José Luís; GUIMARÃES, Juarez; NABUCO, Maria Regina; BACELAR, Tânia; CANO, Wilson (org.). **CELSO**

FURTADO E O BRASIL. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 180.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. **A sociologia do Guerreiro.** Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1995.

ORTIZ, Renato. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 27, p. 163-175, jul.1990.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ORTIZ, Renato. As Ciências Sociais e a diversidade dos sotaques. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 7-25, fev. 2012.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, Luiz. **Estudos sobre o Brasil contemporâneo.** São Paulo: Pioneira, 1970

PEREIRA, L. C. B. A teoria econômica e os países subdesenvolvidos. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 7, n. 24, p. 15–40, 1967. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/40781>. Acesso em: 26 nov. 2023.

RAGO, Elizabeth Juliska. **O nacionalismo no pensamento de Guerreiro Ramos.** 1992. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Puc - São Paulo, São Paulo, 1992.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Apresentação. *In*: RANGEL, Ignácio. **Dualidade básica da economia brasileira.** Rio de Janeiro: ISEB, 1957. (Textos brasileiros de economia, 2). p. 7-14.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **O Problema nacional do Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A crise do poder no Brasil:** problemas da revolução nacional brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. *In*: **A REVOLUÇÃO DE 30:** seminário internacional. Rio de Janeiro: FGV; Brasília: Editora da UnB, 1983a. p. 527-48. (Temas brasileiros).

RAMOS, Alberto Guerreiro. A nova ignorância e o futuro da administração pública na América Latina. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 32 a 65, 1983b. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/11293>. Acesso em: 28 maio. 2024.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A redução sociológica**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Florianópolis: Insular, 2016.

REZENDE, Maria José. Organização, coordenação e mudança social em Alberto Torres. **Estudos de Sociologia**, n.8, p.35-58, 2000.

ROMERO, Sílvio. "Introdução à história da literatura brasileira". *In: Revista Brasileira*, tomo 9, set. 1881.

SANTOS, Eder Fernando dos. **Do debate entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos acerca da sociologia no Brasil**: uma análise dos compêndios de sociologia na década de 1930. 2017. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. S. Desenvolvimento: um conceito em construção. DRd - **Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 44–61, 2012. DOI: 10.24302/drd.v2i1.215. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/215>. Acesso em: 7 maio. 2024.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira. In: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978. p. 15-63.

SILVA, Priscila Elisabete da. **Um projeto civilizatório e regenerador**: análise sobre raça no projeto da universidade de são paulo (1900-1940). 2015. 367 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SINGER, Paul. Desenvolvimento: significado e estratégia. **Significado e estratégia**. 2023. Disponível em: <https://paulsinger.com.br/desenvolvimento-significado-e-estrategia-paul-singer-2008/>. Acesso em: 26 dez. 2023.

SHIOTA, Ricardo Ramos. **Os pressupostos do debate intelectual entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos**: duas versões de teoria crítica da sociedade brasileira?. 2010. 259 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. 4.ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. 14.ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

SORJ, Bila. Demarcando o campo da sociologia: a contribuição de Costa Pinto. *In*: MAIO, Marcos Chor; VILLAS BÔAS, Glaucia (orgs.). **Ideais de modernidade e sociologia no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

SOUZA, Patrícia Olsen de. FAZER CIÊNCIA, FAZER HISTÓRIA: Florestan Fernandes, L. A. Costa Pinto e a sociologia da mudança social no Brasil. **Perspectivas**, São Paulo, v. 46, p. 189-215, jul. 2015.

STAHL, M. **Louis Couty e o império do Brasil**: o problema da mão de obra e a constituição do povo no final do século XIX (1871-1891) [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2016, 310 p. ISBN 978-85-68576-85-4. <https://doi.org/10.7476/9788568576854>.

TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS. São Paulo: Grijalbo, v. 1, 1977.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1982.

TOTTI, Marcelo Augusto. Entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes: aspectos da formação de uma sociologia no Brasil. *In* : TOTTI, Marcelo Augusto (org.). **100 anos de Florestan Fernandes** : legado de ciência e militância. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 107-124. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p107-124>

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 448 p. Tradução: Maria Encarnación Moya.

VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 586p.

WELLER, Wivian; BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. A insurgência de uma geração de jovens conservadores: reflexões a partir de Karl Mannheim. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 391-408, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.023>.

WILLEMS, Emílio. **Cunha. Tradição e transição em uma cultura rural do Brasil**. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Diretoria de Publicidade Agrícola, 1947.

ANEXO A – Propostas de Guerreiro Ramos

1ª – as soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos;

2ª – a organização do ensino da sociologia nos países latino-americanos deve obedecer ao propósito fundamental de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, equipando-os de ins-

trumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam;

3ª – no exercício de atividades de aconselhamento, os sociólogos latino-americanos não devem perder de vista as disponibilidades da renda nacional de seus países, necessárias para suportar os encargos decorrentes das medidas propostas;

4ª – no estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimentos em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais;

5ª – o trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais;

6ª – é francamente desaconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter pré-letrado. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, o sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos;

7ª – na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, dos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico e com o nível cultural genérico de suas populações.

ANEXO B – Planos de aula

PROGRAMA DAS DISCIPLINAS

UNIDADE UNIVERSITÁRIA: Faculdade de Ciências e Letras
CURSO: Ciências Sociais
MODALIDADE: Bacharelado e Licenciatura Plena
DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: Sociologia
IDENTIFICAÇÃO: Formação e Desenvolvimento da Sociedade Brasileira

CÓDIGO	DISCIPLINA OU ESTÁGIO	SEQUÊNCIA ACONSELHADA
SOC1244	Disciplina	3º ano / 1º Semestre
OBRIG./OPT./EST./PCC	PRÉ/CO/REQUISITOS	ANUAL/SEM.
OBRIGATÓRIA	Sociologias das Contradições Sociais	Semestral

CRÉDITO	CARGA HORÁRIA TOTAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA			
05	75	TEÓRICA	PRÁTICA	TEO./PRAT.	OUTRAS
				75	

NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS POR TURMA			
AULAS TEÓRICAS	AULAS PRÁTICAS	AULAS TEO./PRÁTICAS	OUTRAS
60			

OBJETIVOS: (ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de:)
Iniciar os alunos no estudo da realidade sócio-histórica do país, desde o século XVI até o XXI, envolvendo a análise dos múltiplos aspectos e das particularidades que envolvem as relações sociais nos diferentes momentos do processo histórico brasileiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Título e discriminação das Unidades)
I. Formação Social Escravista II. Escravidão e Racismo: Problemas Étnico-Raciais III. Processo da Revolução Burguesa IV. Organização do Estado Nacional V. Industrialização e Desenvolvimento do Capitalismo VI. Formação Histórica da Burguesia VII. Constituição do Proletariado, Formas de Organização e Reivindicações VIII. Formação da Estrutura Agrária e Relações Sociais no Campo IX. Cultura e Sociedade X. Sociedade Civil, Estado e Cidadania XI. Projetos de Transformação Social

METODOLOGIA DO ENSINO

Aulas expositivas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NOVAIS, F. A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo, Hucitec, 1979, cap. II, p. 57-116.
--

COSTA, E. V. da. "O mito da democracia racial no Brasil". In: _____. Da Monarquia à República, 8ª ed., São Paulo: Edunesp, 1998, p. 367-386.
--

VIANNA, L. W. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. In: _____. A revolução passiva. Rio de Janeiro: Revan, 1997, p. 12 a 27.
--

CARVALHO, J. M. Brasil: nações imaginadas. In: _____. Pontos e bordados. Belo Horizonte:
--

Atualizado em: 2013
Seção Técnica de Graduação

UFMG, 1999, p. 233-268.

IANNI, O. Capitalismo e democracia. In: _____. Estado e capitalismo. 2ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 247-264.
--

CARDOSO, F. H. Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. 2ª ed., São Paulo: Difel, 1972, p. 169-191.

SEGATTO, J.A. Organizações sindicais, Estado e sociedade civil no Brasil. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão. Araraquara, FCL/UNESP, v. 3, n. 1, jul-dez 2010.
--

IANNI, O. O Estado e o trabalhador rural. In: _____. Origens agrárias do Estado Brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 221-240.

COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990, p. 13-68.

FERNANDES, F. "Nem federação nem democracia". In: _____. Brasil em artigos. São Paulo: Fundação SEADE, 1995, p. 29-36.
--

VIANNA, L. W. "Questão Nacional e Democracia: o ocidente incompleto do PCB". IN: _____. A transição. Rio de Janeiro: Revan, 1989, p. 121-174.

Bibliografia Complementar

- ALENCASTRO, L. F. de. O trato dos viventes. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- CARDOSO, F. H. ; FALLETO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- CARONE, E. O movimento operário no Brasil: 1877-1944. São Paulo: Difel, 1979.
- CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: um longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARVALHO, J. M. de. Pontos e bordados. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- COSTA, E. V. da. Da senzala à colônia. 2.ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- CUNHA, E. da. À margem da história. 6.ed. Porto: Lello e Irmão, 1946.
- DULLES, J. W. F. Anarquistas e comunistas no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.
- FAORO, R. Os donos do poder. 2.ed. São Paulo: EDUSC: Globo, 1975. 2v.
- FAUSTO, B. Trabalho urbano e conflito social. São Paulo: Difel, 1976.
- FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. 3.ed. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FLORENTINO, M. Em costas negras. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- FRANCO, M. S. de C. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- FREIRE, G. Casa-grande e senzala. 7.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1952. 2v.
- FREYRE, G. Interpretação do Brasil. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1947.
- FREYRE, G. Sobrados e mucambos. 2.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1951. 3v.

Atualizado em: 2013
Seção Técnica de Graduação

- FURTADO, C. (Coord.). Brasil: tempos modernos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 12.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1974.
- GNACCARINI, J. C. Latifúndio e proletariado. São Paulo: Polis, 1980.
- GORENDER, J. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1978.
- GRAHAM, R. Clientelismo e política no Brasil no século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1977.
- HIRANO, S. Pré-capitalismo e capitalismo. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. 12.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

2 (duas) provas por semestre.

Atividade de Recuperação: prova escrita, trabalho de aproveitamento ou prova oral.

EMENTA (tópicos que caracterizam as unidade do programa de ensino)

Abordagem do processo histórico da formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, envolvendo as diversas configurações das relações sociais: formação social escravista, os problemas étnico-raciais, organização do Estado nacional, o desenvolvimento, o desenvolvimento do capitalismo, formação das classes e camadas sociais, as relações sociais no campo, cultura e sociedade, cidadania, Estado e sociedade civil, os projetos de transformação social, além de outros temas e questões.

PROGRAMA DAS DISCIPLINAS

UNIDADE UNIVERSITÁRIA: faculdade de Ciências e Letras/UNESP/Campus de Araraquara
CURSO: Ciências Sociais
MODALIDADE: Bacharelao/Licenciatura
DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: Antropologia, Política e Filosofia
IDENTIFICAÇÃO: Pensamento político no Brasil

CÓDIGO	DISCIPLINA OU ESTÁGIO	SEQUÊNCIA ACONSELHADA
APF9055	Disciplina	3º ano / 2º semestre
OBRIG./OPT./EST./PCC	PRÉ/CO/REQUISITOS	ANUAL/SEM.
Obrigatória	APF9894-Teoria do Estado Moderno	Semestral

CRÉDITO	CARGA HORÁRIA TOTAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA			
		TEÓRICA	PRÁTICA	TEO./PRAT.	OUTRAS
05	75 hs/a	60	15		

NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS POR TURMA			
AULAS TEÓRICAS	AULAS PRÁTICAS	AULAS TEO./PRÁTICAS	OUTRAS

OBJETIVOS: (ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de:)
O curso procurará revisar algumas das matrizes básicas que organizaram o pensamento político no Brasil. Retomando as vicissitudes do liberalismo em nossa sociedade desde sua gênese colonial, será dada uma ênfase na contraposição entre autoritarismo e liberalismo. Outro eixo organizador do curso está centrado na contraposição americanismo e iberismo. Especial destaque será dado ao debate do pós-30, em que dois paradigmas concorrentes de organização da cultura situados em São Paulo e Rio de Janeiro foram construídos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Título e discriminação das Unidades)
<p>I. Os pressupostos</p> <p>1. Introdução ao curso</p> <p>2. Pensamento político brasileiro?</p> <p>3. Um marco fundamental: as reformas pombalinas e seu impacto no pensamento político português e no Brasil.</p> <p>II. O difícil liberalismo</p> <p>4. Liberalismo e ordem política</p> <p>5. Obstáculos à democracia liberal</p> <p>6. Os dilemas do liberalismo na trajetória de dois liberais: Joaquim Nabuco e Tavares Bastos.</p> <p>III. A cultura política autoritária</p> <p>7. Autoritarismo e cultura política</p> <p>8. A tese do autoritarismo instrumental.</p> <p>9. Azevedo Amaral X Oliveira Vianna</p> <p>IV. Interpretações políticas sobre o Brasil</p> <p>10. Iberismo X Americanismo</p> <p>11. São Paulo e o Estado Nacional</p> <p>12. Desenvolvimentismo, modernização e teoria social. Rio de Janeiro X São Paulo: dois paradigmas para explicar o Brasil.</p> <p>V. Ciências Sociais e interpretação do Brasil</p> <p>13. O projeto de criação da USP e a perspectiva de uma ciência social "moderna"</p>

14. Florestan Fernandes: um uspiano exemplar
 15. O Iseb e o nacional desenvolvimentismo
 16. Guerreiro Ramos: um iseibiano exemplar.

VI. Encerramento

17. Elites e intelectuais: entre a ordem política e a institucionalização profissional.

METODOLOGIA DO ENSINO

Aulas expositivas, aulas dialogadas, seminários e trabalhos em pequenos e grandes grupos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARAL, Azevedo – *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília, Editora da UNB, 1989.

ARANTES, Paulo – *Um departamento francês de ultramar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

BEIGUELMAN, Paula – “A reflexão sobre a problemática fundamental brasileira” in *Formação política do Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1976.

CARDOSO, Irene – *A Universidade da comunhão paulista*. São Paulo, Editora Hucitec, 1987.

CARVALHO, José Murilo – *A construção da ordem – A Elite política imperial*. Brasília, Editora da UNB, 1976.

FAORO, Raimundo – *Existe um pensamento político brasileiro*. São Paulo, Ática, 1987.

FERNANDES, Florestan – “O padrão do trabalho científico dos sociólogos brasileiros” in *A sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977.

HOLANDA, Sérgio – *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

LAHUERTA, Milton – “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização”. In De Lorenzo, Helena Carvalho e Costa, Wilma Peres – *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo, São Paulo, Editora UNESP, 1997.

LAHUERTA, Milton – *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política da FFLCH, USP, 1999.

LAMOUNIER, Bolívar – “Formação de um pensamento autoritário na primeira república” in *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III – O Brasil Republicano, 2º vol, Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro, 1977.

MARTINS, Luciano – “A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil 1920-1940” in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 4, vol.2, 1987.

MICELLI, Sergio – “Carne e osso da elite política brasileira pós-30”, in *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Vol. III. São Paulo, Difel, 1987.

MORSE, Richard – *O espelho de Próspero*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

NABUCO, Joaquim - *O Abolicionismo*. Petrópolis, Vozes, 1988.

NOGUEIRA, M. A. *As desventuras do liberalismo. Joaquim Nabuco, a monarquia e a república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

RAMOS, Guerreiro – *A redução sociológica*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965.

SANTOS, Wanderley Guilherme – “Paradigma e história: A ordem burguesa na Imaginação social brasileira”. In *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo, Duas Cidades, 1978.

SCHWARZTMAN, Simon – *As bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1986.

VIANNA, Oliveira – *Instituições políticas brasileiras*. São Paulo, Editora da USP, 1987

VIANNA, Luiz Werneck – “Americanistas e Iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos” in *A revolução passiva. Iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1997.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação será contínua e concretizada através do resumo e fichamento de textos básicos, e de prova escrita. Estará, também, sendo levado em consideração o envolvimento e a participação do aluno nos trabalhos de grupos e nas aulas.

Atividade de Recuperação: Prova substitutiva.

Atividade de Prática como Componente Curricular

A atividade de Prática como Componente Curricular (PCC) está ligada a um trabalho junto a escolas de ensino médio nas quais serão apresentados DVD's produzidos pela CPFL em parceria com a TV Cultura, cuidadosamente selecionados para fornecer material de conteúdo para contribuir com a atividade de formação e de reflexão entre os alunos da rede pública. A partir da seleção do tema e do material de apoio, a dinâmica desta atividade se divide em dois momentos:

1- Constituição de grupos com 4 ou 6 alunos cada um, que deverão se preparar previamente, assistindo o DVD, formulando questões, comentários, solicitando esclarecimentos aos professores/orientadores, de forma a explorar todas as potencialidades da temática em foco.

2. O grupo de alunos apresenta o DVD na escola, atuando como uma espécie de grupo moderador, suscitando questões e ampliando a percepção dos estudantes da rede pública.

EMENTA (tópicos que caracterizam as unidade do programa de ensino)

Estudo e análise da produção intelectual de autores que buscaram explicações para a constituição política da sociedade brasileira.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília

Ano
2023

PROGRAMA DE DISCIPLINA História do Pensamento Social Brasileiro

UNIDADE UNIVERSITÁRIA: Faculdade de Filosofia e Ciências

CURSO: Ciências Sociais

HABILITAÇÃO:

OPÇÃO: Bacharelado

DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: Departamento de Sociologia e Antropologia

IDENTIFICAÇÃO:

CÓDIGO	DISCIPLINA OU ESTÁGIO		SERIAÇÃO IDEAL		
	História do Pensamento Social Brasileiro		4º ano		
OBRIG./OPT./EST.	PRÉ/CO/REQUISITOS		ANUAL/SEM.		
Eletiva			Semestral		
CRÉDITO	CARGA HORÁRIA TOTAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA			
		TEÓRICA	PRÁTICA	TEOR/PR.	OUTRAS
4 créditos	60 horas	60			

EMENTA (Tópicos que caracterizam as unidades dos programas de ensino)

Análise das reflexões dominantes no pensamento social brasileiro no processo de formação e consolidação do capitalismo no Brasil, destacando as dicotomias presentes no desenvolvimento da mentalidade burguesa e na construção da identidade nacional e cultural.

OBJETIVOS (Ao término da disciplina, o aluno deverá ser capaz de):	
O curso tem objetivo de considerar a contribuição de diferentes autores relacionados à formação e constituição do moderno pensamento social brasileiro, com ênfase na produção do período que vai da colônia até 1970. Isso corresponde a delimitar as representações da <i>experiência intelectual brasileira</i> no período citado. Primeiramente, tomaremos como ponto de partida as possibilidades de uma “sociologia dos intelectuais” e colocar em discussão os conceitos de <i>pensamento social</i> e <i>função intelectual</i> . De certo modo, tentar compreender o modo pelo qual se construíram modelos explicativos de diferentes aspectos da vida sócio-cultural brasileira. Em seguida, a partir das leituras e discussões construir uma visão panorâmica do pensamento social brasileiro, enfatizando o debate em torno da nação, do desenvolvimento e da cultura nacional.	

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Título e Discriminação das Unidades)	
08/03	..Apresentação do programa.
15/03	Ciência e pensamento social – Texto Antônio Candido- A Sociologia no Brasil.
22/03	Sentidos da Colonização: Caio Prado – Formação do Brasil contemporâneo – cap. 1
29/03	Homens livres na ordem escravocrata – cap. 1
05/04	Os parceiros do Rio Bonito – Antônio Candido
12/04	A República e a cidadania no Brasil – Os bestializados – José Murilo de Carvalho
19/04	Os intelectuais nos anos 1920 a 1940 –.Martins – A gênese de uma intelligentsia.
26/04	Os anos 1930 – a perspectiva do homem cordial. – Raízes do Brasil
03/05	Intelectuais e classe dirigente- Sérgio Miceli – Intelectuais e Estado
31/05	Ciência versus engajamento: a disputa entre o Iseb e a Usp.
07/06	Ciências versus engajamento: Padrão científico dos sociólogos brasileiros.
14/06	Desenvolvimento e dependência na América Latina. – Fernando Henrique Cardoso
21/06	O processo de revolução burguesa no Brasil - Florestan Fernandes
28/06	Jessé Souza – A tolice da inteligência brasileira
05/07	Seminários

BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
CÂNDIDO, Antônio. A sociologia no Brasil. <i>Tempo social</i> . Revista de Sociologia da Usp. Vol.18, n.1, junho de 2006.	
CÂNDIDO, Antônio. <i>Os parceiros do rio bonito</i> . São Paulo: Ouro sobre azul, 2010.	
CARDOSO, Fernando Henrique; FALETO, Enzo. <i>Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica</i> . 7ª edição, Rio de Janeiro: LTC, 1970.	
CARVALHO, José Murilo de. <i>Os bestializados</i> . O Rio de Janeiro e a república que não foi. 3ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1987.	
FERNANDES, Florestan. <i>A etnologia e a sociologia no Brasil</i> . São Paulo: Anhembi, 1958.	
FERNANDES, Florestan. <i>A revolução burguesa no Brasil</i> . Ensaios de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.	
HOLANDA, Sérgio Buarque. <i>Raízes do Brasil</i> . SP: Cia das Letras, 2006.	
IANNI, Octavio. <i>O colapso do populismo no Brasil</i> . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.	
MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia. Os intelectuais e a política no Brasil 1920 a 1940. <i>Revista Brasileira de Ciências Sociais</i> , n.4,vol.2, junho de 1987.	
MICELI, Sérgio. <i>Intelectuais à brasileira</i> . SP: Cia das Letras, 2001.	

- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: companhia das Letras, 2012.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. 3ª edição, Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira ou como se deixa manipular pela elite*. São Paulo: Leya, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AGUIAR, Ronaldo Conde. *Pequena bibliografia crítica do pensamento social brasileiro*. Brasília: paralelo 15; São Paulo: Marco Zero, 2000.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: Edusc, 2001.
- AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira*. Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4ª edição, Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.
- AZEVEDO, Fernando de. *Princípios de Sociologia: pequena introdução ao estudo de sociologia geral*. 11ª edição. São Paulo: Duas Cidades, 1973.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- CARDOSO, Irene de Arruda. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.
- BASTOS, Élide Rugai. *Gilberto Freyre e o pensamento hispânico*. Bauru: Edusc, 2003.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. SP: Duas Cidades, 2001.
- CHACON, Vamerich. *Formação das ciências sociais no Brasil*. Da escola do Recife ao código civil. 2ª edição, Brasília; LGE, Paralelo 15; São Paulo: Editora da Unesp., 2008.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil ensaios sobre idéias e formas*. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp; Imprensa oficial, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 2ª edição, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. Aspecto do desenvolvimento da sociedade brasileira. 4ª edição, São Paulo: Global, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Global, 2006.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino ímpar*. Sobre a formação de Florestan Fernandes. São Paulo: USP, Editora 34, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. SP: Brasiliense, 1992.
- IANNI, Octavio. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2004.> tipos e mitos
- IANNI, Octávio. A sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, São Paulo: n.10, volume 26, 1996.

LAHUERTA, Milton. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1999. Apresentado originalmente como tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1999.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. 7ª edição, São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *A terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MAIO, Marcos Chor; BÔAS, Gláucia Villas. *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil*. Ensaio sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *Florestan Fernandes ou o sentido das coisas*. SP: Boitempo, 1998.

MARTINS, José de Souza. A sociologia que examina as margens, os sonhos e a esperança. *PESQUISA FAPESP*, São Paulo, n.147, p.8-15, maio, 2008.

MARTINS, José de Souza. *Florestan*. Sociologia e consciência social no Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.

MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras 1930-1960. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil/volume 1*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais; Idesp, 1989.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1980.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A sociologia do Guerreiro*. RJ: EdUFRJ, 2005.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORTIZ, Renato. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. *Novos Estudos*, n.27, p.163-175, julho, 1990.

PAIVA, Vanilda; SENTO-Sé, João Trajano. *Pensamento social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2005.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.

PERSPECTIVA: *Revista de Ciências Sociais*. São Paulo, n.28, p.1-192, jun/dez., 2005.

PERSPECTIVA. *Revista de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 37, p.1-278, jan./jun., 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária*. 3ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.

RIZEK, Cibele Saliba; ROMÃO, Wagner de Melo (org.) *Francisco de Oliveira: A tarefa da crítica*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2002.

- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. SP: Cia das Letras, 1998.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. SP: Editora 34, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: tensões e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes: O militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. *Pensamento social brasileiro: de Raul Pompéia a Caio Prado Júnior*. Uberlândia: Edufu, 2011.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.
- WEFFORT, Francisco Correa. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação ocorrerá através de seminários e trabalhos escritos.
--

PROGRAMA DAS DISCIPLINAS

UNIDADE UNIVERSITÁRIA: Faculdade de Ciências e Letras
CURSO: Ciências Sociais
MODALIDADE: Bacharelado e Licenciatura Plena
DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: Sociologia
IDENTIFICAÇÃO: Sociologia Brasileira

CÓDIGO	DISCIPLINA OU ESTÁGIO	SEQUÊNCIA ACONSELHADA
SOC1236	Disciplina	3º ano / 2º Semestre
OBRIG./OPT./EST./PCC	PRÉ/CO/REQUISITOS	ANUAL/SEM.
Obrigatória	Sociologias das Contradições Sociais	Semestral

CRÉDITO	CARGA HORÁRIA TOTAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA			
		TEÓRICA	PRÁTICA	TEO./PRAT.	OUTRAS
05	75			75	

NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS POR TURMA			
AULAS TEÓRICAS	AULAS PRÁTICAS	AULAS TEO./PRÁTICAS	OUTRAS
60			

OBJETIVOS: (ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de:)
Analisar as principais vertentes teóricas e analíticas da Sociologia no Brasil, abarcando desde os intelectuais fundadores de uma ensaística, até a institucionalização da disciplina na universidade ou em órgãos de pesquisa, passando pela produção histórico-social e a elaboração dos variados paradigmas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Título e discriminação das Unidades)
I. Sociologia: formação e desenvolvimento II. Capitalismo e escravidão III. Problemas étnico-sociais IV. Revolução burguesa V. Estado e sociedade VI. Relações sociais e cidadania VII. Capitalismo, agricultura e relações sociais VIII. Industrialização e desenvolvimento capitalista IX. Imperialismo e dependência X. Relações e conflitos de trabalho XI. Cultura e ideologia XII. Movimentos sócio-políticos

METODOLOGIA DO ENSINO
Aulas expositivas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
Antonio Candido. A Sociologia no Brasil. <i>Tempo Social</i> , USP, vol. 18, n. 1, junho 2006, p. 171-301.
Sedi Hirano. <i>Pré-Capitalismo e Capitalismo</i> . São Paulo: Hucitec, 1988, pp. 13-74.
Renato Ortiz. Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional. In: <i>Cultura brasileira e identidade nacional</i> . São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 36-44.
Octávio Ianni. <i>Pensamento social no Brasil</i> . Bauru: Edusc/ANPOCS, 2004, pp. 228-243.

Octávio Ianni. Brasil-nação. In: _____. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2004, p. 187-210.

José Murilo Carvalho. *Cidadania no Brasil* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 7-13 e 219-229.

José Flávio Bertero. "Dualismo, estagnação e dependência". *Estudos de Sociologia*. Araraquara, Departamento de Sociologia/FCL/UNESP, ano 3, n° 6, 1999, pp. 187-202.

José de Souza Martins. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, pp. 97-115.

Lídia Goldenstein. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, pp. 23-55.

Luiz Werneck Vianna. *A classe operária e a abertura*. São Paulo: Cerifa, 1983, pp. 93-105.

Alfredo Bosi. "Um testemunho do presente". In: Carlos Guilherme Mota. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 1977, pp. I-XVII.

Raimundo Santos. *Modernização e política*. Rio de Janeiro: Forense, 1996, pp. 28-42.

Bibliografia Complementar

BASTOS, E. R. et. Al. (org.). *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: 34, 2006.

BOTELHO, R. e SCHWARCZ, L. M. (org.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

CANDIDO, A. A Sociologia no Brasil. *Tempo Social*, USP, v. 18, n. 1, junho 2006, pp. 271-301.

COSTA, J.C. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

FERNANDES, F. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

IANNI, O. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc/ANPOCS, 2004.

LEITE, D.M. *O caráter nacional brasileiro*. 2ª ed., São Paulo: Pioneira, 1969.

MARTINS, L. A gênese de uma intelligentsia – os intelectuais e a política no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, vol. 2, n. 4, julho de 1987, pp. 65-87.

MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1995, 2 vols.

MORAES, R. et al. (orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOTA, L. D. *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. São Paulo: Senac, 2000, 2 vols.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil*. São Paulo: Ática, 1990.

RICUPERO, B. *Sete lições sobre interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2006.

SANTOS, W. G. dos. *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

VIANNA, L. V. A institucionalização das Ciências Sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: _____. *A revolução passiva*, Rio de Janeiro: Revan, 1997, p. 173-222.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
--

2 (duas) provas por semestre.

Atividade de Recuperação: prova escrita, trabalho de aproveitamento ou prova oral.
--

Atualizado em: 2013
Seção Técnica de Graduação

EMENTA (tópicos que caracterizam as unidade do programa de ensino)
--

Estrutura e dinâmica da sociedade brasileira contemporânea: interpretações clássicas do Brasil; sujeitos da ação sócio-política (sociedade civil e Estado); organização social da cultura; a questão da transformação social.



Júpiter - Sistema de Gestão Acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Ciência Política

Disciplina: FLP0467 - Pensamento e Política no Brasil: o Seminário Marx (1958-1964)
Thought and Politics in Brazil: the Marx Seminar (1958-1964)

Créditos Aula: 4
Créditos Trabalho: 0
Carga Horária Total: 60 h
Tipo: Semestral
Ativação: 15/07/2016 **Desativação:**

Objetivos

O curso apresentará aos alunos alguns dos principais elementos das obras produzidas no âmbito do Seminário Marx. Para tanto, destacar-se-á, por meio da leitura das obras selecionadas, um conjunto de problemas : i) os impasses da utilização de uma teoria exógena para interpretar uma realidade que, a princípio, lhe parece alheia; ii) a unidade metodológica dos trabalhos; iii) a sua unidade temática e iv) a “interpretação do Brasil” resultante deste conjunto.

Docente(s) Responsável(eis)

63432 - Andre Vitor Singer
 498969 - Bernardo Ricupero

Programa Resumido

O curso será constituído pelas leituras e análises de algumas das principais produções acadêmicas do chamado Seminário Marx (1958-1964), grupo de estudos que reuniu alguns docentes e discentes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo entre os anos de 1958 e 1964. O grupo visava “interpretar o Brasil” a partir de uma leitura não-dogmática de Marx e de outros intelectuais. Como consequência deste esforço coletivo, os trabalhos produzidos no grupo, a despeito da variedade dos campos acadêmicos nos quais foram produzidos, carregam, ao menos, três unidades entre si: temática, metodológica e interpretativa. Por meio da leitura de algumas das obras produzidas, o curso visará destacá-las.

Programa

O curso será estruturado em três módulos, abaixo descritos, que organizam os trabalhos selecionados de um ponto de vista temático. Cada obra contará, via de regra, será lida e debatida em duas aulas. Poderão, a critério dos professores, ser feitos seminários, debates e/ou exercícios no decorrer das aulas.

Os três módulos do curso são:

1. O Brasil no Sistema Colonial: Caio Prado Jr e Fernando Novais
2. Capitalismo e sociedade escravocrata: Fernando Henrique Cardoso, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Roberto Schwarz
3. Anos 1960: Dependência, desenvolvimento e populismo

Avaliação

Método

O curso será estruturado em três módulos, que organizam os trabalhos selecionados de um ponto de vista temático. Cada obra contará, via de regra, será lida e debatida em duas aulas. Poderão, a critério dos professores, ser feitos seminários, debates e/ou exercícios no decorrer das aulas.

Critério

Prova(s) e/ou trabalho(s).

Norma de Recuperação

A recuperação é destinada aos alunos que alcançaram a frequência (70%) e a nota (3,0) mínimas obrigatórias. A nota de recuperação será somada à nota final do período regular e dividida por 2 para a obtenção da média final.

Bibliografia

Aula 1 – Marx na periferia do capitalismo: o caso do Seminário d'O Capital

Bibliografia básica:

SCHWARZ, Roberto (1999). “Um seminário de Marx” In: SCHWARZ, Roberto (1999). Sequências brasileiras. São Paulo, Companhia das Letras.

RICUPERO, Bernardo (2000). Caio Prado e a nacionalização do marxismo no Brasil. São Paulo, Editora 34. [Capítulo 3 – Existe um pensamento marxista latino-americano?]

Aulas 2 e 3 – Caio Prado Júnior

Bibliografia básica:

PRADO JÚNIOR, Caio Prado (2011). Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo, Companhia das Letras.

Aulas 4 e 5: Fernando Novais

Bibliografia básica:

NOVAIS, Fernando (1983). Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo, Hucitec.

Aulas 6 e 7: Fernando Henrique Cardoso (I)

Bibliografia básica:

CARDOSO, Fernando Henrique (1977). Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Aulas 8 e 9: Maria Sylvania de Carvalho Franco

Bibliografia básica:

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho (1997). Homens livres na ordem escravocrata. Editora UNESP, São Paulo.

Aulas 10 e 11: Roberto Schwarz

Bibliografia básica:

SCHWARZ, Roberto (2012). Ao vencedor as batatas. São Paulo, Editora 34/Duas Cidades.

Aulas 12 e 13: Fernando Henrique Cardoso (II)

Bibliografia básica:

CARDOSO, Fernando Henrique (1972). Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. São Paulo, DIFEL.

Aulas 14: Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto

Bibliografia básica:

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo (1973). Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Aula 15 e 16: Francisco Weffort

WEFFORT, Francisco (1978). O populismo na política brasileira. São Paulo, Paz e Terra.

Bibliografia complementar:

ARANTES, Paulo (1992). Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira – Dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz. São Paulo, Editora Paz e Terra.

ARANTES, Paulo Eduardo (1994). Um departamento francês de ultramar – estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60). São Paulo, Editora Paz e Terra.

ARANTES, Paulo Eduardo (2007). “As origens do marxismo filosófico no Brasil: José Arthur Giannotti nos anos 60”. In: MORAES, João Quartim (orgs). História do marxismo no Brasil – Os influxos teóricos (Vol.2). Campinas, Editora Unicamp.

ARICÓ, José (1978). Introducción. In ARICO, José (org). Mariátegui y Los Orígenes del Marxismo Latino-Americano. México D.F., Pasado y Presente.

ARICÓ, José (1982). Marx e a América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

ARICÓ, José (1989). O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In HOBBSBAWN, Eric (org). História do marxismo – volume VIII. 2ª d. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BOTELHO, André (2013). Teoria e História na Sociologia Brasileira: a crítica de Maria Sylvania de Carvalho Franco. Lua Nova, nº90. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n90/a12n90.pdf>

CARDOSO, Fernando Henrique (1969). Mudanças sociais na América Latina. São Paulo, DIFEL.

CARDOSO, Fernando Henrique (1978). Política e desenvolvimento em sociedades dependentes. Rio de Janeiro, Zahar Editores.

CARDOSO, Fernando Henrique (1980). As ideias e seu lugar – ensaios sobre as Teorias do Desenvolvimento. Cadernos CEBRAP, nº33. Petrópolis, Editora Vozes em co-edição com CEBRAP.

CEVASCO, Maria Elisa e OHATA, Milton (org). Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo, Companhia das Letras.

CEVASCO, Maria Elisa (2007). “O avesso do atraso: notas sobre Roberto Schwarz”. Terceira Margem, Rio de Janeiro, Número 16. Janeiro-Junho de 2007.

GOLDENSTEIN, Lúcia (1994). Repensando a dependência. São Paulo, Paz e Terra.

COUTINHO, Carlos Nelson (2007). O marxismo no Brasil. In JINKINGS, Ivana e PESCHANSKI, João Alexandre (org). As utopias de Michael Lowy – reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo, Boitempo Editorial.

D'INCAO, Maria Ângela (org). História e ideal – ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo, Editora Unesp/Editora Brasiliense.

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho (1970). O moderno e suas diferenças. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GIANNOTTI, José Arthur (1998). Recepções de Marx. Novos Estudos Cebrap, nº50.

GLEDSON, John (2001). “Introduction by John Gledson” In. SCHWARZ, Roberto (2001). A master on the periphery of capitalism – Machado de Assis. Durham – Londres. Duke University Press.

LAHUERTA, Milton (2008). “Marxismo e vida acadêmica: os pressupostos intelectuais da crítica uspiana ao nacional-

- desenvolvimentismo". In BOTELHO, André; BASTOS, Élide Rugai e VILLAS BOAS, Gláucia (org). O moderno em questão - a década de 1950 no Brasil. Editora Topbooks, Rio de Janeiro.
- LOVE, Joseph (1998). A construção do Terceiro Mundo - teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil. São Paulo, Paz e Terra.
- LOWY, Michael (2012). "Introdução - Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina. In: LOWY, Michael (org). O marxismo na América Latina - uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- MANTEGA, Guido (2007). "Marxismo na Economia Brasileira". In: MORAES, João Quartim (orgs). História do marxismo no Brasil - Os influxos teóricos (Vol.2). Campinas, Editora Unicamp.
- NOVAIS, Fernando (1986). Caio Prado Jr na historiografia brasileira. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo e FERRANTE, Vera B (org). Inteligência brasileira. São Paulo, Editora Brasiliense.
- NOVAIS, Fernando (2005). Sobre Caio Prado Jr. In NOVAIS, Fernando. Aproximações - estudo de História e Historiografia. Cosac & Naify, São Paulo.
- NOVAIS, Fernando (2011). Entrevista. In PRADO JÚNIOR, Caio Prado (2011). Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo, Companhia das Letras.
- RICUPERO, Bernardo (2000). Caio Prado e a nacionalização do marxismo no Brasil. São Paulo, Editora 34.
- RICUPERO, Bernardo (2007). Caio Prado Jr. In RICUPERO, Bernardo (2007). Sete lições sobre as interpretações do Brasil. São Paulo, Alameda Editorial.
- RICUPERO, Bernardo (2008). Da formação à forma. Ainda as ideias fora do lugar. Lua Nova, 73.
- RICUPERO, Bernardo (2009). Caio Prado Júnior e o lugar do Brasil no mundo. In BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lilia (orgs). Um enigma chamado Brasil. São Paulo, Companhia das Letras.
- RICUPERO, Bernardo (2011). Posfácio. In PRADO JÚNIOR, Caio Prado (2011). Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo, Companhia das Letras.
- RICUPERO, Bernardo (2011b). O lugar do centro e da periferia. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs). Agenda brasileira - temas de uma sociedade em mudança. São Paulo, Companhia das Letras.
- RICUPERO, Bernardo (2013). O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. Revista Sociologia & Antropologia. Rio de Janeiro. V.03,06, 525-556.
- RODRIGUES, Lidiane Soares (2011). A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e "um seminário" (1958-1978). Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- RODRIGUES, Leôncio Martins (2009). "Fernando Henrique Cardoso: a ciência e a política como vocação." In BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lillian Moritz (org). Um enigma chamado Brasil. São Paulo, Companhia das Letras.
- SALLUM JÚNIOR, Brasília (2002). Notas sobre o surgimento da Sociologia Política em São Paulo. Política & Sociedade, número 1, novembro de 2002.
- SCHWARZ, Roberto (2012). Por que "ideias fora do lugar"? In: SCHWARZ, Roberto (2012). Martinha versus Lucrecia. São Paulo, Companhia das Letras.
- SCHWARCZ, Lilia E BOTELHO, André (2008). Ao vencedor as batatas - 30 anos: crítica da cultura e processo social: entrevista com Roberto Schwarz. Rev. bras. Ci. Soc., Jun 2008, vol.23, no.67, p.147-160. ISSN 0102-6909
- WAIZBORT, Leopoldo (2007). Passagem do três ao um. São Paulo, Cosac Naify.
- WAIZBORT, Leopoldo (2009). Roberto Schwarz: entre forma literária e processo social. In: BOTELHO, André e SCHWARCZ, Lillian Moritz (org). Um enigma chamado Brasil. São Paulo, Companhia das Letras.



Júpiter - Sistema de Gestão Acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Ciência Política

Disciplina: FLP0203 - Política III - Instituições Políticas Brasileiras em Perspectiva Comparada
Politics III - Brazilian Political Institutions in Comparative Perspective

Créditos Aula: 4

Créditos Trabalho: 1

Carga Horária Total: 90 h (Práticas como Componentes Curriculares = 20 h)

Tipo: Semestral

Ativação: 01/01/2021

Desativação:

Objetivos

A disciplina tem por objetivo introduzir os alunos no estudo das instituições políticas brasileiras em perspectiva comparada. Serão examinadas as principais dimensões dos sistemas políticos e de que modo elas afetam a escolha de representantes, a formação de governos, a dinâmica dos partidos, a organização do Estado, o processo decisório, a participação política e o controle constitucional. Antes, a introdução do curso trata da questão da democratização e dos modelos de democracia. Em cada tópico, ênfase será dada ao caso brasileiro e aos períodos históricos mais relevantes, sem perder de vista a perspectiva comparada com outros países. O programa contemplará assim aulas teóricas sobre dimensões institucionais da democracia, sobre o método comparativo e sobre a experiência institucional brasileira. Para que o aluno, futuro professor, possa debater com seus alunos do ensino médio a presença de tais questões em seu cotidiano, o curso promove atividades que estimulam o engajamento dos estudantes no processo de ensino dos conteúdos pertinentes, como a formação de grupos para discussão e exposição das ideias centrais contidas em cada texto por meio de seminários.

Docente(s) Responsável(eis)

5097936 - Bruno Wilhelm Speck

3240810 - Paolo Ricci

2027125 - Rogério Bastos Arantes

Programa Resumido

A disciplina tem por objetivo introduzir os alunos no estudo das instituições políticas brasileiras em perspectiva comparada. Serão examinadas as principais dimensões dos sistemas políticos e de que modo elas afetam a escolha de representantes, a formação de governos, a dinâmica dos partidos, a organização do Estado, o processo decisório, a participação política e o controle constitucional. Antes, a introdução do curso trata da questão da democratização e dos modelos de democracia. Em cada tópico, ênfase será dada ao caso brasileiro e aos períodos históricos mais relevantes, sem perder de vista a perspectiva comparada com outros países. O programa contemplará assim aulas teóricas sobre dimensões institucionais da democracia, sobre o método comparativo e sobre a experiência institucional brasileira.

Programa

1. Democratização e modelos de democracia em perspectiva comparada.
2. Representação, Partidos e sistemas eleitorais.
3. Sistemas de governo e relações entre poderes.
4. Organização do Estado e Federalismo.
5. Poder judiciário e controle constitucional.
6. Relações Internacionais e Governança Global
7. Regimes e Organizações Internacionais

Avaliação

Método

Aulas expositivas, seminários de leitura e discussão, atividades especiais, levantamentos de dados empíricos, exercícios de expressão oral e escrita, estudos dirigidos e interação virtual via plataformas eletrônicas.

Critério

Os alunos serão avaliados por meio da realização de provas escritas (individuais e sem consulta), da realização de trabalhos e da elaboração de atividades dirigidas, com base em textos selecionados do programa ou em levantamento de dados.

Norma de Recuperação

A recuperação é destinada aos alunos que alcançaram a frequência (70%) e a nota (3,0) mínimas, além de terem realizado as atividades obrigatórias.

Bibliografia

- ABRUCIO, Fernando L. Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec/USP, 1998.
- AMORIM NETO, Octavio (2006). Presidencialismo e governabilidade nas Américas. FGV Editora.
- ARRETCHE, Marta. Democracia, federalismo e centralização no Brasil. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2012.
- AVELAR, Lucia & CINTRA, Antonio O. (orgs). Sistema Político Brasileiro: uma Introdução. (2ª. Ed) Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- CARVALHO, José Murilo (2001). A Cidadania no Brasil. São Paulo, Civilização Brasileira.
- CASTRO GOMES, Angela (2015). A invenção do trabalhismo. Editora FGV.
- DAHL, Robert (1997). Poliarquia. Participação e oposição. São Paulo, Edusp, cap 1.
- DUVERGER, Maurice (1980). Partidos políticos. Rio de Janeiro: Zahar.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. (1993). Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra.
- Freidenberg, Flávia, and María Esperanza Casullo. "Con líder y con programa: Partidos populistas y partidos programáticos en América Latina." *Latin American Review of Comparative Politics/Revista Latinoamericana de Política Comparada* 14 (2018).
- GALLIGAN, Brian. "Comparative Federalism." In RHODES, R.A.W & BINDER, Sarah A. & ROCKMAN, Bert A. (eds). *The Oxford Handbook of Political Institutions*. Oxford University Press. 2006 (pp 261-280)
- GUARNIERI, Fernando Henrique. (2011). "A força dos partidos 'fracos'", *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 1, pp. 235-258.
- HERZ, Monica and Ribeiro-Hoffmann, Andrea (2004) *Organizações internacionais: história e práticas*. Campus/Elsevier, Rio De Janeiro, Brazil.
- KINZO, Maria D'Alva. (1988). Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do PMDB.
- KRASNER, Stephen D. (2012). "Causas Estruturais e Consequências dos Regimes Internacionais: Regimes como Variáveis Intervenientes", *Revista de Sociologia e Política*, Vol.20 (42), pp. 93-110.
- LAKE, David (2008) "The State and International Relations" in Christian Reus-Smit e Duncan Snidal *The Oxford Handbook of International Relations*, Oxford University Press, UK, pp. 41-62.
- LA PALOMBARA, Joseph.(1982) *A Política no interior das nações*. Brasília, Editora UNB, 1982.
- LAMOUNIER, Bolívar. (1992) "Estrutura institucional e governabilidade na década de 90". In Reis Velloso, João Paulo dos (org.). *O Brasil e as reformas políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- LAVAREDA, Antônio. (1991). *A Democracia nas Urnas - O Processo Partidário-eleitoral Brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Rio Fundo Editora
- LEAL, Victor Nunes (1978) *Coronelismo, enxada e voto*. [1949] São Paulo, Ed. Alfa-Omega. 4ª edição.
- LIJPHART, Arend. *Modelos de Democracia. Desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Cap 2 e 3
- LINZ, Juan (1991). "Presidencialismo ou parlamentarismo: faz alguma diferença?" in LAMOUNIER, B. *A opção parlamentarista*. São Paulo: Sumaré (pp.61-121).
- LINZ, Juan e STEPAN, Alfred.(1999) *A transição e a consolidação da democracia. A experiência do sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo, Paz e Terra.

- MAINWARING, Scott. (2001). *Sistemas Partidários em Novas Democracias – o Caso do Brasil*. Rio de Janeiro. Editora da FGV. 2001.
- MANIN, Bernard (1995). “Metamorfoses do governo representativo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 29: 5-34.
- MARTINS, Carlos Estevão e CRUZ, Sebastião Velasco (1983) “De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura” in: Almeida, Maria Herminia T. e SORJ, Bernardo. *Sociedade e Política no Brasil pós 64*. São Paulo: Brasiliense. Págs 13 a 61.
- MELO, Marcus (2007) “Hiperconstitucionalização e qualidade da democracia: mito e realidade” In MELO, Carlos Ranulfo & SÁEZ, Manuel Alcántara (orgs.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: UFMG, Humanitas. Págs. 237-265.
- MENEZES Naercio e Paulo Portela (orgs). *A Carta. Para entender a constituição brasileira*. Todavia, 2019.
- NICOLAU, Jairo. (2004). “Partidos na República de 1946: Velhas teses, Novos Dados” in *DADOS*, Vol 47, No. 1. Págs. 85-128.
- NICOLAU, Jairo. *Sistemas eleitorais*. Editora FGV, 2015.
- NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Zahar, 2012.
- NICOLAU, Jairo. *Representantes de quem?: Os (des) caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados*. Zahar, 2017.
- PANEBIANCO, ANGELO. *Modelos de partido*. São Paulo: Martins Fontes.
- Pappas, Takis S. “Tres desafios para la democracia en Europa: Anti-democratas, nativistas, populistas.” *Latin American Review of Comparative Politics/Revista Latinoamericana de Política Comparada* 14 (2018).
- PASQUINO, Gianfranco (2005). *Curso de Ciência Política*. Principia.
- PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Michael; CHEIBUB, José Antonio e LIMONGI, Fernando. (1997) “O que mantém as democracias?” in *Revista Lua Nova* No. 40/41
- Przeworski, Adam, Juan Manuel Ortega, and Sara Gordon Rapoport. “Una defensa de la concepción minimalista de la democracia.” *Revista mexicana de Sociología* (1997): 3-36.
- RIBEIRO, Leandro M. & ARGUELHES, Diego W. “Preferências, Estratégias e Motivações: Pressupostos institucionais de teorias sobre comportamento judicial e sua transposição para o caso brasileiro.” *Revista Direito e Práxis* Vol. 4, n. 7, 2013, pp. 85-121.
- RIBEIRO, Pedro Floriano. “El modelo de partido cartel y el sistema de partidos de Brasil.” *Revista de ciencia política* (Santiago) 33.3 (2013): 607-629.
- RODDEN, Jonathan, (2005), *Federalismo e descentralização em perspectiva comparada: sobre significados e medidas*. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2005, n.24, pp. 9-27
- ROTHSTEIN, Bo. (1996) “Political institutions: an overview” in Goodin, Robert y Klingemann, Hans-Dieter (eds.) *A new handbook of Political Science*. Oxford University Press.
- SARTORI, Giovanni (1997) “Método Comparativo e Política Comparada” in *A política: lógica e método nas ciências sociais*. Brasília, Ed UNB, capítulo 9, pp 203-246

<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=FLP0203&codcur=8040&codhab=103&print=true>

2/3

14/03/2024, 13:10

uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=FLP0203&codcur=8040&codhab=103&print=true

- SARTORI, Giovanni. (1982) *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília, Ed UNB.
- SARTORI, Giovanni. *A Teoria da Democracia revisitada*. Vol. 2: As questões clássicas. São Paulo: Ática. 1994
- SARTORI, Giovanni. (1996). *Engenharia Constitucional. Como mudam as constituições*. Brasília, Ed. UNB
- SILVA, Virgílio Afonso. “O STF e o controle de constitucionalidade: deliberação, diálogo e razão pública.” In *Revista de Direito Administrativo* 250 (2009): 197-227.
- SOUZA, Celina. (2008) “Regras e contexto: as reformas da Constituição de 1988” in *Dados*, *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol 51, n. 4. Págs. 791-823.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. (1976) “Os Mecanismos da centralização” in *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega
- STEPAN, Alfred (1999). “Para uma Nova Análise Comparativa do Federalismo e da Democracia: Federações que Restringem ou Ampliam o Poder do Demos.” *Dados*, vol 42, n.2, Rio de Janeiro.
- STEPAN, Alfred. (1975), *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova. Págs. 46-100.
- STEPAN, Alfred. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Págs 83-134.
- TAYLOR, Matthew (2008) *Judging policy. Courts and Policy Reform in Democratic Brazil*. Stanford, Stanford University Press.
- TSEBELIS, George (2009). *Atores com poder de veto: como funcionam as instituições políticas*. FGV Editora.
- WEISS, Thomas (2011). *Thinking About Global Governance – Why People and Ideas Matter*, Routledge, New York.



Júpiter - Sistema de Gestão Acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Sociologia

Disciplina: FSL0622 - Sociedade e Cidadania no Pensamento Brasileiro
Society and Citizenship in Brazilian Thought

Créditos Aula: 4
Créditos Trabalho: 0
Carga Horária Total: 60 h
Tipo: Semestral
Ativação: 01/01/1994 **Desativação:**

Objetivos

O curso tem como objetivo apresentar aos alunos autores e obras do período moderno brasileiro, refazendo sua leitura à luz das questões atuais trazidas pela pesquisa historiográfica e sociológica sobre participação política, cidadania e formação da sociedade civil.

Docente(s) Responsável(eis)

27747 - Maria Celia Pinheiro Machado Paoli

Programa Resumido

Encenações do Brasil: sociedade e poder nas obras fundadoras das ciências sociais brasileiras. A construção da noção de "república": os historiadores. A cidadania, justiça social e o mundo do trabalho: a discussão atual. Cultura política e tradições imaginárias: as heranças do pensamento brasileiro e suas reformulações.

Programa

(I) ENCENAÇÕES DO BRASIL: SOCIEDADE E PODER NAS OBRAS FUNDADORAS

1. Gilberto Freire
2. Sérgio Buarque de Holanda
3. Caio Prado Júnior
4. Florestan Fernandes

(II) A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE REPÚBLICA: os historiadores

1. A herança do passado: ordens e desordens
 - a polêmica "escravo-coisa"/ "escravo-sujeito"
 - homens e mulheres livres no século XIX: a noção de trabalho, pobreza e violência
 - as elites: o sentido da urbanidade

2. A sociedade republicana e o liberalismo
 - cidadania, favor e hierarquia: ainda as idéias fora do lugar?
 - a cidade e suas culturas: os retratos da diversidade

(III) A CIDADANIA, JUSTIÇA SOCIAL E O MUNDO DO TRABALHO: a discussão atual

- A "questão social" e Estado nacional: cultura e ação da classe operária e direitos trabalhistas
- A "democracia social brasileira": intervencionismo estatal, corporativismo e lei no Estado Novo
- A ordem social, conflitos de classe e o significado do domínio público

(IV) CULTURA POLÍTICA E TRADIÇÕES IMAGINÁRIAS: as heranças do pensamento brasileiro e suas reformulações

Avaliação**Método**

Aulas expositivas, seminários e orientação de leituras.

Critério

Participação em seminários, trabalhos programados e provas escritas.

Norma de Recuperação

Constará de trabalhos escritos e/ou provas individuais que deverão ser entregues no mês de julho de 2001, com data a ser estipulada pelo professor.

Bibliografia

Item 1:

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regimento da Economia Patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 17ª ed. cap. IV

HOLLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, 7ª ed. (Prefácio de Antonio Cândido) caps. V, VII, VIII.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. S. Paulo: Brasiliense, 1963, 7ª ed. caps 1 e 3.

CÂNDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. R. Janeiro: Zahar, 1975. caps. 2 e 3

ARANTES, Paulo. Sentimento da dialética na experiência intelectual Brasileira, Paz e Terra, cap. I.

Item 2:

CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, caps. "Visões da Liberdade" e "Epílogo".

FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. Homens Livres na Ordem Escravocrata. São Paulo, Ática, 1974, 2ª ed.

SILVIA DIAS, Maria Odila. Quotidiano e Poder em São Paulo no Século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREIRE COSTA, Jurandir. Ordem Médica e Norma Familiar.

SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

SCHWARTZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. São Paulo: Duas Cidades, 1977, Ensaio "As idéias fora do lugar".

CHAUÍ, Marilena. "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira". In: Chauí e Franco. Ideologia e Mobilização Popular. São Paulo, CEDEC/Paz e Terra, 1978.

Item 3:

FOOT HARDMAN, Francisco. Nem pátria nem padrão: Vida operária e cultura anarquista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, Lúcia L. et alii. Estado Novo, Ideologia e Poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro, Campus, 1979, cap. "Do laissez-faire repressivo a cidadania em recesso".

GOMES, Angela de Castro. Burguesia e Trabalho. Rio de Janeiro: 1979, cap. "O redescobrimto do Brasil".

Item 4: aula de fechamento do curso.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS

1º período letivo de 2022



Disciplina:

HZ555 A - PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

Prof. Ricardo Antunes

1º/SEMESTRE/2022 (DIURNO)

3as. Feiras – 14 às 18hs

Ementa:

O objetivo do Curso é oferecer elementos para uma melhor compreensão da importante linhagem presente no pensamento social brasileiro, que estamos denominando como *pensamento social radical*, aqui utilizado no preciso sentido em que ofereceram em suas análises, elementos centrais para uma melhor compreensão de nossas raízes, ajudando a descortinar e elucidar nossa história. História que, desde sua gênese e desenvolvimento, vem tolhendo e obstando as possibilidades de um *vir-a-ser* capaz de superar sua conformação capitalista periférica, cuja processualidade se encontra emaranhada em tantas contradições e impasses que parecem se perpetuar.

Através desse percurso intelectual, pretendemos oferecer uma intelecção dos contornos basilares presentes no *pensamento social radical brasileiro*, não sem indicar também suas dificuldades, polêmicas, contradições e limitações. Para tanto, dada a ampla gama de autores/as que foram cruciais para a formação do *pensamento radical*, fomos obrigados a fazer várias delimitações, *começando por estudar aqueles/as autores/as já falecidos/as e que foram responsáveis por obras seminais*. Dada a limitação de tempo de duração do curso, tivemos também que restringir o seu universo temático e autoral.

Fizemos somente duas exceções: no primeiro caso, optamos por apresentar *três excursos críticos temáticos*; neste caso, incluímos autores/as que nos são contemporâneos e que continuam produzindo seus trabalhos. Na segunda exceção optamos, em um único caso, incluir na bibliografia básica do núcleo central do Programa, somente um autor vivo, dada a obliteração e o apagamento que as comunidades originárias sofreram ao longo de nossa história, desde o domínio colonial até o presente.

Programa:

I- A MONTAGEM DO SISTEMA COLONIAL, A ESCRAVIZAÇÃO DOS POVOS AFRICANOS E A DESTRUIÇÃO DAS COMUNIDADES ORIGINÁRIAS.

- Os modos de produção na formação social brasileira: Nelson Werneck Sodré.
- O modo de produção escravista colonial: Jacob Gorender.
- O sentido da colonização: Caio Prado Jr.

<p>- <i>Excursão crítica I: a destruição do modo de vida das comunidades indígenas.</i></p> <p>II – CAPITALISMO E REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL.</p> <p>- <i>A via colonial e a constituição do capitalismo brasileiro:</i> J. Chasin. - Dependência e superexploração do trabalho: Ruy Mauro Marini. - <i>A Dependência e classes sociais na América Latina:</i> Florestan Fernandes. - <i>A Crítica da razão dualista:</i> Francisco de Oliveira. - <i>A Concretização da revolução burguesa:</i> Florestan Fernandes.</p>
<p>III- NEGRAS E NEGROS NA SOCIEDADE DE CLASSES</p> <p>- O feminismo negro: Lélia Gonzalez. - <i>A integração do negro na sociedade de classes:</i> Florestan Fernandes. - <i>As rebeliões da senzala e o mito da democracia racial:</i> Clóvis Moura.</p>
<p>IV- A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES</p> <p>- <i>Mulheres e capitalismo no Brasil:</i> Heleieth Saffioti - <i>A classe operária tem dois sexos:</i> Elizabeth Souza-Lobo</p>
<p>V- DITADURA, CONTRARREVOLUÇÃO E AUTOCRACIA BURGUESA.</p> <p>- O colapso da conciliação de classes: Octávio Ianni. - <i>Contrarrevolução preventiva:</i> Florestan Fernandes - <i>Ditadura e autocracia burguesa:</i> Florestan Fernandes - <i>Excursão crítica II: os equívocos da teoria do populismo.</i></p> <p>VI- SOCIALISMO E REVOLUÇÃO</p> <p>- <i>A revolução brasileira:</i> Caio Prado Jr. - <i>Socialismo e revolução:</i> Florestan Fernandes. - <i>Subdesenvolvimento e Revolução:</i> Ruy Mauro Marini - <i>Socialismo e autogestão:</i> Maurício Tragtenberg. - <i>A democracia como valor universal:</i> Carlos Nelson Coutinho - <i>A persistência do ornitorrinco:</i> Francisco de Oliveira. - <i>Excursão crítica III: neoliberalismo, socialdemocracia, fascismo ou socialismo?</i></p>

Bibliografia:

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*, Ed. Brasiliense, 23ª edição, 1994.

- _____, A Revolução Brasileira, Ed. Brasiliense, 1ª edição, 1987.
- Sodré, Nelson Werneck, História da Burguesia Brasileira, Vozes, 1964.
- Gorender, J. O Escravismo Colonial, Ed. Ática, 1985.
- _____, Formação Histórica do Brasil, Ed. Brasiliense, 1968.
- Fernandes, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil, Zahar, 1975.
- _____, A Integração do negro na sociedade de classes, Ed. Contracorrente, 6ª edição, 2021.
- _____, Circuito Fechado, Ed. Hucitec, 1977.
- _____, Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina, Global, 2021.
- _____, A Ditadura em Questão, TAC Queiroz, SP, 1982.
- _____, O que é Revolução, Brasiliense, 1981.
- Oliveira, Francisco. O Ornitórrinco/A Crítica da Razão Dualista, Boitempo, 2005.
- Chasin, J. O Integralismo de Plínio Salgado, Ed. Ciências Humanas, 1978.
- Ianni, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil, Civilização Brasileira, 1968.
- _____, A Ditadura do Grande Capital, Expressão Popular, 2019.
- Saffioti, Heleith. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- Souza-Lobo, Elizabeth, A Classe operária tem dois sexos, Ed. Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 3ª edição, 2021. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/03/Classe-operaria-web.pdf>.
- Gonzales, Lélia. Por um feminismo afro-latinoamericano. ISIS, 1988.
- Moura, Clóvis, Sociologia do Negro Brasileiro, Ed. Perspectiva, 2ª edição, 2019.
- _____, Rebeliões da Senzala, Ed. Anita Garibaldi, 2020.
- Marini, Ruy M., Dialética da dependência, Ed. Expressão Popular, 2005.
- _____, Subdesenvolvimento e Revolução, Prefácio, *in* Subdesenvolvimento e Revolução. Siglo XXI Editores, México, (quinta edição) 1974, pp. VII-XXIII. Páginas iniciais
- Tragtenberg, Maurício, Reflexões sobre o Socialismo, Ed. Unesp, 2008.
- Coutinho, Carlos Nelson, Democracia como valor universal e Outros Ensaio, Salamandra, 1984.

Excursão crítica I:

- Kopenawa, D. e Bruce, A., A queda do céu, Cia das Letras.

Excursão crítica II:

- Ianni, Octávio. O Colapso do Populismo no Brasil, Civilização Brasileira, 1968.
- Weffort, F., “Origens do sindicalismo populista no Brasil, Estudos Cebrap 4, ab/mai/jun/1973.
- Almeida, M. H. T; MARTINS, C. E. Modus in rebus: partidos e classes na queda do Estado Novo, Cebrap, mimeo.
- Vianna, Luiz W. Liberalismo e Sindicato no Brasil, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.
- Barbosa F., Rubem, Teoria do Populismo: uma revisão, Tese de Doutorado, IUPERJ, 1980.

Excursão III:

- Fernandes, Florestan, O que é Revolução, Brasiliense, 1981.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS
1º período letivo de 2022



- Ianni, Octávio. A Ditadura do Grande Capital, op. cit.
Konder, Leandro. Introdução ao fascismo, Ed. Expressão Popular.
(Os demais textos deste último item serão indicados durante o curso).

BIBLIOGRAFIA DE APOIO

(indicada como complemento às leituras dos textos originais)

- Moraes, R., Antunes, R., Ferrante, V. (org.) Inteligência Brasileira, Ed. Brasiliense, 1986.
- Soares, Eliane V.; Costa, Diogo A. (orgs). Florestan Fernandes: trajetória, memória e dilemas do Brasil. Marxismo21, Chapecó, 2021.
- Revista IDÉIAS, Dossiê Florestan Fernandes, Ano 4, n. 1/ 2, jan/dez/1997, IFCH, pp. 4/134.
- Oliveira, Francisco, A Economia da Dependência Imperfeita, Graal, 1977.
- Novais, F. Caio Prado Jr. Na historiografia brasileira, em Inteligência Brasileira, op. cit, 1986.
- Novais, F. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial, Brasil em Perspectiva, Mota, Carlos G. (organizador), Difel, 1969.

Observações:

As aulas serão expositivas, mas também serão organizados seminários. A avaliação será discutida em aula e o curso terá monitores.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS
1º período letivo de 2024



Disciplina:

HZ 555B – Pensamento Social do Brasil (noturno)
Prof. Dr. Mário Augusto Medeiros da Silva

Ementa:

Debates de diferentes abordagens analíticas para a sistematização e institucionalização da Sociologia no Brasil. As articulações entre intelectuais, ideias, política e vida cultural para investigação dos processos sociais e históricos de constituição da sociedade e do Estado no país, em particular entre o século XIX e meados do século XX.

Programa:

Este curso de Pensamento Social do Brasil tematizará “**As mudanças sociais no Brasil: alcances e limites no pensamento social brasileiro**”. Debaterá diferentes trabalhos clássicos e formadores das interpretações sobre a sociedade brasileira, ao longo do século XX, buscando chegar ao início do século XXI. Embora de recorte difícil, pretende-se cobrir um panorama acerca da reflexão social de problemas recorrentes enfrentados por autoras e autores sobre as históricas estruturas de poder, a força da escravidão no mundo da liberdade, a dificuldade de efetivação dos direitos, os problemas da mudança social e a convivência democrática, os sistemáticos golpes de estado na República, conservadorismo e sufocamento da diversidade. Em suma, uma espécie de *passado que não passa*.

• *Bibliografia:*

- Brandão, Gildo Marçal. Ideias e intelectuais: modos de usar. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- Martins, Carlos Benedito e Martins, Heloísa Helena T. de Souza (orgs.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia*. São Paulo: Anpocs, 2010.
- Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 18ª ed., São Paulo: José Olympio, 1986[1936].
- Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, [1942] 2011.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS

1º período letivo de 2024



- Freyre, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 43ª. ed., 2001[1933].
- Bastide, Roger; Fernandes, Florestan. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. São Paulo: Global, 4ª. ed., 2008 [1955].
- Bicudo, Virginia Leone. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. *Sociologia: revista didática e científica*. São Paulo, vol. 09, n. 3, pp. 195-219, 1947.
- Ribeiro, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª.ed. 1996 [1970].
- Munduruku, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). São Paulo: Paulinas, 2012.
- Botelho, André & Schwarcz, Lilia (orgs.). *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Guerreiro Ramos, Alberto. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira* [1955]. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- Fernandes, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca*. 5ª ed. São Paulo: Ática, vol. I, 3ª.ed. 1978
- Fernandes, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. 4ª. ed rev. e ampl. São Paulo: Global, [1960], 2008.
- Cardoso, Fernando Henrique; Falleto, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica*. São Paulo: Jorge Zahar Editores. [1970]1981.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 5ª. ed. 2005 [1975].
- FURTADO, Celso. *Brasil: tempos modernos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras. [1948]2012.
- Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, [1948]2012.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- Nascimento, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 2ª. ed., [1978]2017.
- González, Lélia & Hasenbalg, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- González, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, 1984, 2.1: 223- 244
- Pierucci, Flávio. *Ciladas da Diferença* [1987]. São Paulo: Ed. 34, 1999.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS

1º período letivo de 2024



- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Souza, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à lava-jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017
- Krenak, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- Krenak, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020

Observações:

O programa completo da disciplina e a forma de avaliação será entregue no primeiro dia de aula, sujeito a alterações



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA ACADÊMICA

PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS



1º período letivo de 2024

Disciplina: código e nome

HZ555A - Pensamento Social do Brasil

Docente:

Marcelo S. Ridenti

Ementa:

Debates de diferentes abordagens analíticas para a sistematização e institucionalização da Sociologia no Brasil. As articulações entre intelectuais, ideias, política e vida cultural para investigação dos processos sociais e históricos de constituição da sociedade e do Estado no país, em particular entre o século XIX e meados do século XX.

Programa:

O programa apresenta as principais vertentes do pensamento social brasileiro, partindo dos autores que constituem suas matrizes clássicas, estabelecidas nos anos 1930 e começos dos 1940: Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Hollanda e Caio Prado Jr. O termo “pensamento social brasileiro” remete ao problema dos intelectuais que elaboraram interpretações sobre o povo e a nação, tratando de temas como as relações entre Estado e sociedade, a democracia, o (sub)desenvolvimento, as lutas sociais, as desigualdades, em resposta ao acelerado processo de urbanização e industrialização. Serão apresentadas vertentes dualistas, comunistas, dependentistas e outras elaboradas ao longo do tempo para decifrar o enigma Brasil, o que envolve também a produção artística, desde autores como Machado de Assis no fim do século XIX até a construção de uma tradição nacional popular, depois desafiada pelo tropicalismo. Questões como a nacionalidade, as relações de classe, gênero e raça perpassam as discussões da disciplina.

Plano de Desenvolvimento:

Introdução, Intelectuais e organização do Pensamento Social Brasileiro

Unidade I. Matrizes clássicas do pensamento social no Brasil,

. Gilberto Freyre, entre a casa grande e a senzala

. Sergio Buarque de Hollanda, raízes do Brasil

. Caio Prado Jr., marxismo brasileiro

Unidade II. Pensar o “Brasil moderno”

. Vertentes dualistas do pensamento social no Brasil

. Vertentes comunistas do pensamento social no Brasil

. A institucionalização do pensamento social, Florestan Fernandes e a escola sociológica paulista

. As análises dependentistas no pensamento social

Unidade III. Pensar a sociedade brasileira pelas artes

. Machado de Assis, intérprete do Brasil

. nacional popular

. tropicalismo

OBSERVAÇÃO, O PROGRAMA COMPLETO COM O CRONOGRAMA DAS AULAS E SEMINÁRIOS SERÁ ENTREGUE NO PRIMEIRO DIA DE AULA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA ACADÊMICA

PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS



1º período letivo de 2024

Bibliografia:

- BASTOS, Elide Rugai. As Criaturas de Prometeu. São Paulo, Global, 2006.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro, O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo. 5ª edição. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. São Paulo, Hucitec, 2007, pp. 137-159.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O capitalismo tardio. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- CARDOSO, Fernando H. e FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador. São Paulo, ed. Companhia das Letras, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura e Sociedade no Brasil. Ensaios sobre Ideias e Formas (2ª ed.). Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2000.
- DOWBOR, Ladislau. A formação do capitalismo dependente no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- FAORO, Raimundo. Os donos do poder, formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro, Globo, 7a.ed., vol. 2 1987 Vols 1 e 2. São Paulo, Globo/Publifolha, 2000.
- FAUSTO, Boris (org). História Geral da Civilização Brasileira. III. O Brasil republicano, vols 8, 9, 10, 11. São Paulo, DIFEL. 1981.
- FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 5ª ed. São Paulo, Ática, vol. I, 3a.ed. 1978[1964].
- FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil, ensaio de interpretação sociológica. São Paulo, Globo, 5a. ed. 2005.
- FERNANDES, Florestan. Circuito fechado. São Paulo, Hucitec, 1976.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil republicano, vols. 1, 2, 3 e 4. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 4ª ed. São Paulo, Editora Unesp, 1997.
- FREYRE, Gilberto. Casa-grande & Senzala, introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1. 46ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2002.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 34ª edição. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 7ª. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
- LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto – o município e o regime representativo no Brasil. 5ª. Ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1986.
- MAIA, João Marcelo E. “Pensamento brasileiro e teoria social, notas para uma agenda de pesquisa”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 24, n. 71, 2009.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. Petrópolis, Vozes; Buenos Aires, CLACSO, 2000.
- MARTINS, Luciano. “A gênese de uma intelligentsia, os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 2, n. 4, 1987.
- MEDEIROS, Mário. A descoberta do insólito – literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2020). 2ª. ed. revista e ampliada. São Paulo, Sesc, 2023.
- MICELI, Sérgio. (2001a), Intelectuais à Brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 2001a.
- MICELI, Sérgio. (org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo, Editora Sumaré, vol. 1 e 2, 2001b



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA ACADÊMICA

PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS



1º período letivo de 2024

OLIVEIRA, Francisco de. Economia brasileira, crítica à razão dualista/ O ornitorrinco. São Paulo, Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. O adeus do futuro ao país do futuro. Brasil, uma biografia não autorizada. São Paulo, Boitempo, 2018, pp. 27-78.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo, Brasiliense, 5ª. ed., 1994.

PÉCAUT Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação. São Paulo, Editora Ática, 1990.

PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (orgs.) Intérpretes do Brasil, clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo, Boitempo, 2014.

PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 4ª. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1953.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

QUERIDO, Fabio M. “Colapso da modernização. Roberto Schwarz e a atualização da dialética à brasileira”. Novos Estudos CEBRAP, n.97, 2013, pp.227-233.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro, a formação e o sentido do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

RIDENTI, Marcelo. Brasilidade revolucionária. São Paulo, ed. Unesp, 2010.

RIDENTI, Marcelo. Em busca do povo brasileiro – artistas da revolução, do CPC à era da tv. 2ª. ed. São Paulo, ed. Unesp, 2014.

SAES, Décio. Classe média e política no Brasil 1930-1964. In, Fausto, Bóris (org.) História Geral da Civilização Brasileira, o Brasil Republicano, vol. III, São Paulo, Difel, 1981, pp. 447-506.

SANTOS, Daniela Vieira dos. As representações de nação nas canções de Chico Buarque e Caetano Veloso: do nacional-popular à mundialização. Doutorado em Sociologia. IFCH, UNICAMP, 2014.

SANTOS, Theotonio dos. A Teoria da Dependência, Balanço e Perspectivas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e BOTELHO, André. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. Lua Nova. 2011, n.82, pp.11-16.

SCHWARZ, Roberto. Um Mestre na Periferia do Capitalismo. São Paulo, Duas Cidades, 1990.

SCHWARZ, Roberto. O pai de família e outros estudos. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, pp.70-111.

SCHWARZ, Roberto. Que horas são? São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. Quem é o povo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.

VIANNA, Luiz. J. Werneck. A revolução passiva, iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro, Revan/luperj, 1997.

Observações:

FORMAS DE AVALIAÇÃO:

Prova e seminário

HORÁRIO DE ATENDIMENTO A ALUNOS:

Terças-feiras, 18-20 hs ou horário a combinar.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**SOCIOLOGIA BRASILEIRA
1º Semestre de 2023**

Prof. Fábio Sanchez

Email: fabio.sanchez@ufscar.br

Horário: **Quintas e sextas-feiras – 14:00h**

Objetivos:

O curso objetiva colocar aos alunos em contato com obras de renomados autores da Sociologia Brasileira, permitindo a compreensão do processo de modernização brasileira através de diferentes leituras sociológicas que abordem escalas e fases distintas do fenômeno. Busca possibilitar a(o) aluno interpretar o contexto sócio-político e cultural brasileiro a partir de olhares micro e macrosociológicos de importantes autores da Sociologia Brasileira, além de comparar, ao longo da disciplina, diferentes métodos de investigação e conclusões das análises empreendidas

Avaliação:

O(a) aluno(a) será avaliado(a) através dos seguintes processos:

- 1) apresentação de seminário em grupo (4/10 da nota final),
- 2) redação de um trabalho individual a partir de tema definido pelo docente (5/10 da nota final) e
- 3) Arguição e debate dos trabalhos (1/10 da nota final).

Os(as) alunos(as) que obtiverem nota final entre 5,0 e 5,9 terão direito a fazer o Programa de Avaliação Complementar, no próximo semestre. As atividades do Programa serão definidas posteriormente pelo professor.

Programação das aulas: 1º Semestre de 2023

Data	Atividade	Bibliografia
1º Semana 18/19 de maio	Apresentação do curso	Arantes, Ortilia B. F. e Arantes, Paulo E. O Sentido da Formação. São Paulo. Paz e Terra, 1997. Cap 1 (“Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo”) e cap 4 (“Entrevista: O Sentido da Formação hoje”)
2º Semana 25/26 de maio	Descrição do campo da sociologia brasileira. História e instituições.	CANDIDO, Antônio. A sociologia no Brasil. <i>Tempo Social: Revista de sociologia da USP</i> , vol.18, n.01, 2006, p.271-301. MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, Sérgio (org) <i>História das ciências sociais no Brasil</i> (vol.1). São Paulo: Ed. Sumaré, 2001, p.91-133.
3º Semana 01/02 de junho	Congresso de IC	
08/09 de Junho	FERIADO DE CORPUS CHRISTI	
4º Semana 15/16 de junho	Gilberto Freyre: hidridismo, iberismo e sadismo.	Freyre, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal. 10ª ed, Rio de Janeiro, José Olympio, 1961, capítulos I Texto Seminário 1: Bastos, Elide Rugai. “Gilberto Freyre. Casa Grande e Senzala”. In: Um Banquete no Trópico. Lourenço Dantas Mota (org.), São Paulo, Edit. Senac, 1999.
5º Semana 22/23 de junho	Sergio Buarque: Plasticidade, cordialidade e democracia	HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Ler Capítulos 5 e 7 Texto Seminário 2: Sallum Jr., Brasília. “Sérgio Buarque de Holanda. Raízes do Brasil”. In Um Banquete no Trópico, Lourenço Dantas Mota (org.), São Paulo, Edit. Senac, 1999.
6º Semana 29/30 de junho	relações raciais e sociedade de classes	Fernandes, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. vol I, São Paulo, Edit. Dominus, 1965, cap. III. Texto Seminário 3: BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo (Edição organizada por Marcos Chor Maio). São Paulo, Editora Sociologia e Política, 2010 [1945] Texto Seminário 4: Arruda, Maria Arminda do Nascimento. “A Aventura Sociológica de Florestan Fernandes”. Estudos Avançados, vol.34, nº 100, Setembro / dezembro 2020.
7º Semana 06/07 de julho	Desenvolvimento, subdesenvolvimento e Projetos de Brasil e sua sociologia.	RAMOS, Guerreiro. “Nacionalismo e Xenofobia”. “Sociologia enlatada versus Sociologia dinâmica”. “A Sociologia como instrumento de autodeterminação”. “Para uma Sociologia “em mangas de camisa”. Introdução Crítica à Sociologia Brasileira. Rio de Janeiro, Edit.UFRJ, 1995. Seminário 5 MARTINS, Tatiana Gomes. Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: para além de um debate. Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS. 2009.
8º Semana 13/14 de julho	A revolução Burguesa no Brasil	FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro, Edit. Zaliar, 1975, cap. VI. Seminário 6

		COHN, Gabriel. "Florestan Fernandes. A Revolução Burguesa no Brasil". In Um Banquete no Trópico. Lourenço Dantas Mota (org.), São Paulo, Edit Senac, 1999.
9º Semana 20/21 de julho	Dominação pessoal, patrimonialismo e sociabilidade violenta	FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 4ªed. São Paulo: Ed. Unesp, 1997, p.65-166. Texto Seminário 7: BOTELHO, André. Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvania de Carvalho Franco. Lua Nova (90) • Dez 2013.
10º Semana 27/28 de julho	Teorias da Dependência	CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. <i>Dependência e desenvolvimento na América Latina</i> : ensaio de interpretação sociológica. 7ª. ed – Rio de Janeiro: Ed. LCT, 1970. Seminário 8 MARINI, R. M. Dialética da dependência. São Paulo. Expressão Popular. 2005.
11º Semana 03/04 de agosto	Crítica ao dualismo	OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo, Boitempo, 2003. Ler Cap I e Ensaio do ornitorrinco Seminário 9 OLIVEIRA, Francisco de. Elegia Para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
12º Semana 10/11 de agosto	Novos personagens, novas perspectivas	SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80. . Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988. Seminário 10 PAOLI, Maria Célia. Os Trabalhadores Urbanos na Fala Dos Outros: Tempo, Espaço e Classe na história operária Brasileira (1987).
13º Semana 17/18 de agosto	O desmanche e o Totalitarismo neoliberal	PAOLI, M. C. "O Mundo do Indistinto" in: Oliveira, F e Rizek, C. S . A Era da Indeterminação. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006. Seminário 11 OLIVEIRA, F. "Política na era da Indeterminação" in: Oliveira, F e Rizek, C. S . A Era da Indeterminação. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
14º Semana 24/25 de agosto	E agora?	RIZEK, C. S. Um balanço de pesquisa: 10 anos na zona leste e um social reconfigurado. Cidades. v.13, p.94-140, 2017.
15º Semana 31 de agosto/ 01 de setembro	Encerramento da disciplina. Discussões dos trabalhos.	



UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

SIGA - UFSCar <https://sistemas.ufscar.br/siga/paginas/planoensino/impressao.xhtml?cid=2>

Plano de Ensino

Disciplina: 162116/História Social do Brasil (Turma A e B)

2024/1 - Regular - Semestral - Presencial - Por Atividade Curricular - Campus São Carlos

Ministrante(s): Professor Dr. Ronaldo Tadeu de Souza

Curso(s): CSo - Ciências Sociais, Fil – Filosofia

Objetivos Gerais:

1-Fazer com os alunos e alunas conheçam em traços gerais, a formação da sociedade brasileira, nos seus aspectos culturais, sociais e políticos. 2-Discutir a questão da importância das ideias para pensar e entender a sociedade brasileira. 3-Estudar o Brasil em seus momentos constitutivos mais importantes.

Objetivos Específicos:

1) Discutir os processos culturais, sociais e políticos nacionais a partir de autores e autoras, escolas particulares de pensamento sociais e político e os momentos decisivos de formação do país.

2) Analisar os processos de formação brasileira (cultura, sociedade, política) nos períodos das décadas de 1920, 1930, 1950, 1970, 1980.

3) Compreender e pensar na chave da crítica a sociedade brasileira contemporânea, em especial, a partir da ruptura de junho de 2013 a 2024.

Tópicos

Módulo-I: Pensar o Brasil

a) Por que importa pensar o Brasil? B) Conceito de formação social brasileira. c) Linhagens do pensamento social brasileiro.

Módulo-II: Modernidade Brasileira

a) Modernistas pensam o Brasil (Mario de Andrade, Oswald de Andrade, Patrícia Galvão). b) Os interpretes que inventaram o Brasil (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior). c) A sociologia racial dos 1950 (Florestan Fernandes, Guerreiros Ramos, Clóvis Moura). d) Desenvolvimentismo: breve história e conceito.

Módulo-III: O golpe de 1964 (SEMINÁRIO COLETIVO)

a) As causas do golpe de 1964. b) Cultura e política no Brasil. c) A formação do partido dos trabalhadores. d) A transição para a democracia.

Módulo-IV: Brasil Contemporânea

a) O fim da nova República. b) A ruptura de junho de 2013. c) As lutas dos grupos minoritários (debate sobre o “identitarismo”). d) Pensar o bolsonarismo.

Cronograma das Aulas

Módulo-I Pensar o Brasil

(01/04, 02/04) Aula 1: Apresentação do curso. Discussão do plano de ensino. Avaliações. Questões burocráticas.

(08/04, 09/04) Aula 2: Por que pensar o Brasil? A formação como conceito explicativo. Algumas linhagens do pensamento social e político brasileiro.

Texto: Boaventura Souza Santos, Gildo Marçal Brandão, Luiz Werneck Vianna. *Por que pensar o Brasil?* Revista Lua Nova/Cedec, nº 54, 2001

Texto: Maria Arminda do Nascimento Arruda. *El concepto de formación en tiempos críticos: esbozo de reflexión.* Sociológica (México), v. 90, 2016.

Texto: Gildo Marçal Brandão. *Linhagens do pensamento social e político brasileiro.* DADOS-Revista de Ciências Sociais, v.48, nº 2, 2005

Módulo-II O Brasil Moderno

(15/04, 16/04) Aula 3: Os modernistas de 1922 (Mário de Andrade e Oswald de Andrade e Patrícia Galvão, a Pagu)

Texto: Mário de Andrade. *O movimento modernista.* [Livro] Aspectos da Literatura Brasileira. Editora Itatiaia, 2002.

Texto: Oswald de Andrade. *Informe sobre o modernismo. O modernismo. O antropófago.* [Livro] Estética e Política. Editora Globo, 1992.

Texto: (Patrícia Galvão). Samara Akemi Saraiva. *O fim da revolução é resolver a questão sexual: o romance “Parque Industrial” (1933) e o projeto de Patrícia Galvão.* Revista Hydra. Unifesp, v. 6, nº 11, 2022.

(22/04, 23/04) Aula 4: A formação do pensamento social brasileiro: livros que inventaram o Brasil.

Texto: Fernando Henrique Cardoso. *Livros que inventaram o Brasil.* Novos Estudos Cebrap, nº 37, 1993.

Texto: Antonio Candido. *O Significado de “Raízes do Brasil”.* [Livro] Raízes do Brasil. Editora companhia das Letras, 1999.

(29/04, 30/04) Aula 5: O sentido do Brasil em Caio Prado Jr.

Texto: Caio Prado Jr. *Formação do Brasil Contemporânea.* [CAPÍTULO A DEFINIR].

(06/05, 07/05) Aula 6: As raízes de nosso personalismo efetivo: *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda.

Texto: Sérgio Buarque de Holanda. *Prefácio à 2ª edição. Fronteiras da Europa. O homem cordial*. [Livro] Raízes do Brasil. Editora Companhia das Letras, 1999.

(13/05, 14/05) Aula 7: *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre: ou o Brasil miscigenado e nosso racismo adocicado.

Texto: Gilberto Freyre. *Prefácio à 1ª edição. O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro-I. O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro-II*. [Livro] Casa Grande e Senzala. Editora, Global, 2006.

(20/05, 21/05) Aula 8: Sociologia das raças-I. A construção da sociologia paulista em Florestan Fernandes (Negros e Brancos em São Paulo).

Texto: Florestan Fernandes. *Prefácio da segunda edição. Negro: do escravo ao cidadão*. Negros e Brancos em São Paulo. Editora Companhia Nacional. 1959.

(27/05, 28/05) Aula 9: Sociologia das raças-II. A sociologia inventiva de Guerreiro Ramos e a crítica a Gilberto Freyre e Florestan Fernandes.

Texto: Guerreiro Ramos. *O problema do negro na sociologia brasileira*. Cadernos do Nosso, Jan./Fev., 1954.

Texto: Guerreiro Ramos. *Gilberto Freyre e a insolência*. [Livro] Negro Sou. Editora Zahar, 2023.

Texto: Guerreiro Ramos. *Patologia social do branco brasileiro*. Jornal do Comércio, jan., 1954. [Livro] Introdução Crítica a Sociologia Brasileira, UFRJ, 1995.

Tempo, 2,

(03/06, 04/06) Aula 10: Sociologia das raças-III. A sociologia marxista de Clóvis Moura na explicação do racismo.

Texto: Clóvis Moura. [TEXTO A DEFINIR.]

(10/06, 11/06) Aula 11: Desenvolvimentismo: economia política para a sociedade brasileiro.

Texto: Pedro Cezar Dutra Fonseca e Ivan Colangelo Salomão. *O sentido histórico do desenvolvimentismo e sua atualidade*. Revista de Economia Política nº especial, 2017.

Módulo-III O Golpe de 1964

(17/06, 18/06) Aula 11: Seminário Coletivo (causas do golpe, grupo militares, cultura e política, a formação do PT, a transição para a democracia, democracia entre o PSDB e o PT).

Texto: [Os textos serão definidos ao longo do curso]

(24/06, 25/06) Aula 12: O fim da nova República

Textos: Vladimir Safatle e Jones Manoel. Artigos, entrevistas, intervenções públicas, debates.

(01/07, 02/07) Aula 13: Junho de 2013, a ascensão dos grupos minoritários e o debate identitário

Texto: Vários Autores. *A Rebelião Fantasma*. [Livro] Editora Boitempo.

(08/07, 08/07) Aula 15: Pensar o bolsonarismo e nova direita brasileira

Texto: Rodrigo Nunes. *Do Transe a Vertigem: ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição*. Ubu, 2022.

Texto: Pedro Arantes, Fernando Frias, Maria Luisa Meneses. *8/1: A Rebelião dos Manés: ou esquerda e direita nos espelhos de Brasília*. São Paulo, Hedra, 2024.

(15/07, 16/07) Fim!

Bibliografia

ANDERSON, Perry. *Brasil à Parte*. São Paulo. Boitempo, 2020.

ANDRADE, Mário. *Macunaíma*. Várias Edições.

_____. *Aspectos da Literatura Brasileira*. Itatiaia, 2002.

ANDRADE, Oswald. *Memórias Sentimentais de João Miramar*. São Paulo. Globo, 1990

_____. *Estética e Política*. São Paulo. Globo, 1992.

_____. *Rei da Vela*. São Paulo. Globo, 2003.

ARANTES, Paulo. *Sentimento de Dialética na Experiência Intelectual Brasileira: Antonio Candido e roberto Schwarz*. São Paulo. Paz e Terra, 1992.

ARANTES, Otilia e ARANTES, Paulo. *Sentido da Formação: Três Estudos sobre Antônio Cândido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. São Paulo. Paz e Terra, 1997.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo. Hucitec, 2007.

BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo: antecedentes as Semana de Arte Moderna de 1922*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1971.

CANDIDO, Antonio. *Brigada Ligeira*. Rio de Janeiro, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O Modelo Político Brasileiro*. São Paulo. Difusão Europeia do Livro, 1972.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. Selo Negro, 2011.

CEPÉDA, Vera. *Tensiones entre el proyecto Alianza para el Progreso y el desarrollismo nacional en Brasil*. *Revista de História (Concepción)*, v. 1, 2020.

DREYFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. São Paulo. Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. História e Historiografia*. São Paulo. Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, Florestan. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo. Ática, 1987.

- FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise brasileira: 1961-1964*. São Paulo. Paz e Terra, 1993.
- FURTADO, Celso. *Obstáculos Políticos para el Desarrollo Económico del Brasil*. *Desarrollo Económico*, v. 4, n. 16, Apr.-Jun., 1965.
- GONZALEZ, Lélia. *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984.
- IANNI, Octávio. *Ciclos de Revolução Burguesa no Brasil*. *Revista Temas de Ciências Humanas*, nº 10, 1981.
- LIMA, Luiz Costa. *A Versão solar do Patriarcalismo: Casa-Grande e Senzala*. In: *A Aguarrás do Tempo*. Rio de Janeiro. Rocco, 1989.
- NASCIMENTO, Beatriz. *O Negro Visto por ele Mesmo: Ensaio, entrevistas e prosa*. São Paulo. Ubu Editora, 2022.
- NUNES, Rodrigo. *Nem Vertical, Nem Horizontal*. São Paulo. Ubu Editora, 2023.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à Razão Dualista*. São Paulo. Boitempo, 2005.
- RICUPERO, Bernado. *Seis Lições sobre as Interpretações do Brasil*. São Paulo. Alameda, 2008.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo: 1970-1980*. São Paulo. Paz e Terra, 1995.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Quem Dará o Golpe no Brasil? Cadernos do Povo Brasileiro*, Fevereiro, 1962.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo. Editora 34, 2000.
- _____. *Um Mestre na Periferia do Capitalismo*. São Paulo. Editora 34, 2000.
- _____. *Cultura e Política*. In: *As Ideias Fora do Lugar*. São Paulo. Companhia das Letras, 2014.
- SINGER, André. *Os Sentidos do Lulismo*. São Paulo. Companhia das Letras, 2012.
- WEFFORT, Francisco. *Populismo na Política Brasileira*. São Paulo. Paz e Terra, 1978.
- Obs. Alguns textos sobre a história do PT, bem como sobre a Constituição de 1988, serão fornecidos ao longo do curso para o seminário coletivo de junho.**



**ESCOLA DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

EFLCH – Campus Guarulhos

Departamento de Ciências Sociais

PLANO DE ENSINO
Atividades Domiciliares Especiais (ADE)

UNIDADE CURRICULAR:

Pensamento político e social brasileiro. Código: 2914 (CSO)

Carga Horária Total da UC: 60 horas

- Horas a serem ministradas em ADE (de 18/11 a 02/03/2021):

Professoras Responsáveis:

Gabriela Nunes Ferreira

Maria Fernanda Lombardi Fernandes

Contato:

gabinf@uol.com.br; gabriela.ferreira@unifesp.br

mfl.fernandes@unifesp.br;

felombardi@uol.com.br

Ano Letivo: 2020	Semestre: 2º
Departamentos/ Disciplinas participantes: Departamento de Ciências Sociais	
<p>Objetivos gerais:</p> <p>Promover o contato dos alunos com autores que pensaram e pensam o Brasil em seus múltiplos aspectos, sociais, econômicos, políticos, culturais etc. e que constituem o campo de estudos interdisciplinares do chamado pensamento político e social brasileiro.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <p>Dentro do objeto mais amplo deste curso – o pensamento político e social brasileiro – optou-se por um recorte: o pensamento político autoritário brasileiro. Sendo assim, o curso busca promover a leitura e a compreensão de textos de autores que podem ser classificados como defensores de um regime autoritário, bem como de intelectuais que estudaram esses autores e ideias.</p>	

EMENTA

O curso visa promover a leitura e análise de textos de autores brasileiros que refletiram sobre nossa realidade, compondo o campo de estudo do pensamento político-social brasileiro, privilegiando o período que vai da Revolução de 30 até os anos 60 do século XX. Temas como a relação público/privado, o desenvolvimento, o nacionalismo e a democracia perpassam a discussão das obras dos autores analisados. Neste semestre, especificamente, trabalharemos com textos e autores representativos do pensamento autoritário brasileiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- História, caracterização e elementos de um pensamento autoritário no Brasil
- Análise de autores: Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos, Plínio Salgado e Golbery do Couto e Silva (Doutrina de Segurança Nacional)
- Pensamento autoritário no Brasil do século XXI

METODOLOGIA DE ENSINO

- **Atividades Síncronas:**

Encontros às terças-feiras – google meet.

Vespertino: das 15h30 às 17h30

Noturno: das 19h30 às 21h30

Atividades: exposição das docentes e discussão dos textos indicados previamente aos alunos.

- **Atividades Assíncronas:**

Leitura de textos indicados para cada aula; vídeo – documentário – a ser assistido pelos alunos e trazido para a discussão nas aulas; elaboração de fichamentos e textos analíticos a partir das leituras feitas na disciplina; atividades específicas com documentos (entrevistas).

Exposições das docentes disponibilizadas, junto com o restante do material no moodle.

AVALIAÇÃO:**Conceito final da unidade curricular: “cumprido/não cumprido”**

Os alunos devem entregar 3 atividades a serem indicadas pelas docentes, como por exemplo: resumo de textos; resposta a questões sobre os textos e vídeos; resumo e comentários de vídeos; análise de documentos; textos conclusivos etc. As atividades serão indicadas previamente.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Luciano Aronne de. “O sentido democrático e corporativo da não-constituição de 1937” in: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, no 58, p. 461-480, maio-agosto 2016

- ALCÂNTARA, Aspásia B. “A teoria política de Azevedo Amaral” in: DADOS, n. 2-3, Rio de Janeiro, 1967.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução: o Integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1988.
- AZEVEDO AMARAL, Antônio José de. *A aventura política do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1935.
- AZEVEDO AMARAL, Antônio José de. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Ed. da UNB, 1981 (1938)
- CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Brasília: Senado Federal, 2001.
- CARVALHO, José Murilo de. “A Utopia de Oliveira Vianna” in: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991
- CASSIMIRO, Paulo H. “A Revolução Conservadora no Brasil. Nacionalismo, Autoritarismo e Fascismo no pensamento político brasileiro dos anos 30” in: *Revista Política Hoje*, vol. 27 – Edição especial. Recife, 2018.
- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 2001.
- LAMOUNIER, Bolívar. “A Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República: uma interpretação.” Em: FAUSTO, Boris. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III: O Brasil Republicano - Volume 2: Sociedade e Instituições*. 5ª ed. São Paulo: Difel, 1985
- MARTINS, Roberto R. *Segurança Nacional*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986. (Coleção Tudo é História, v. 112)
- MIGUEL, Luís Felipe. “A reemergência da direita brasileira” in: GALLEGOS, Esther Solano (org). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil. (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- (<https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotBNM&pagfis=5887>)
- OLIVEIRA VIANNA, F. J. de. *O idealismo da constituição*. São Paulo, Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional 1939 – 2ª edição aumentada.
- OLIVEIRA VIANNA, F. J. de. *Instituições Políticas Brasileiras*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Ed. UFF, 1987. Volumes I e II.
- SALGADO, Plínio. *Manifesto de 7 de outubro de 1932*. (site: www.integralismo.org.br)
- SALGADO, Plínio. *O que é Integralismo*. Editora das Américas, 1933.

SANTOS, Wanderley G. dos. “A práxis liberal no Brasil” in: *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

(<https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotBNM&pagfis=6377>)

TRINDADE, Hélgio. “Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30” in: FAUSTO, Boris (). *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III: o Brasil Republicano – volume 10: Sociedade e Política (1930-1964)*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

TRINDADE, Hélgio. *A tentação fascista no Brasil. Imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016;

VÁRIOS AUTORES. “Por que assistimos uma volta do fascismo à brasileira”. *Ilustríssima*. Folha de São Paulo, 09 de junho de 2020.

Livros e documentos online:

DOCVIRT – acervos da Biblioteca Nacional, CPDOC, PUC, entre outros.

No nosso caso, usamos o *Armazém da Memória – biblioteca Brasil Nunca Mais*. – [para](#) o texto indicado de Golbery.

Cronograma das ATIVIDADES DOMICILIARES ESPECIAIS

De 18 de novembro de 2020 a 02 de março de 2021

Semanas	Atividades e carga horária
24/11	– <i>Encontro síncrono pelo Google Meet: apresentação do curso, orientações sobre os encontros, plataformas, materiais e avaliação</i>
01/12	– <i>Encontro síncrono pelo Google Meet:</i> <i>Texto: FAUSTO, Boris. O pensamento nacionalista autoritário.</i> <i>(pgs. 3 a 25)</i>
08/12	– <i>Encontro síncrono pelo Google Meet:</i> <i>Texto: FAUSTO, Boris. O pensamento nacionalista autoritário.</i> <i>(pgs. 26 a 43)</i> <i>Primeira avaliação:</i> Assistir ao vídeo <i>Guerras do Brasil.Doc, episódio 4.</i> (link no moodle) e responder questões indicadas na aula. Entrega: até 18/12

15/12	<ul style="list-style-type: none"> – Encontro síncrono pelo Google Meet: – <i>Texto:</i> OLIVEIRA VIANNA, F. J. de. <i>O idealismo da constituição</i> (capítulo III, parte I, pgs. 121 a 157)
21/12 a 03/01	RECESSO NATAL E FIM DE ANO
05/01	<ul style="list-style-type: none"> – Encontro síncrono pelo Google Meet: – <i>Texto:</i> AZEVEDO AMARAL, Antônio José de. <i>O Estado autoritário e a realidade nacional.</i> (cap. IV – O estilo do regime)
12/01	<ul style="list-style-type: none"> – Encontro síncrono pelo Google Meet: – <i>Texto:</i> CAMPOS, Francisco. <i>O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico.</i> (cap.2, Diretrizes do Estado Nacional, pgs. 39 a 70)
19/01 – não haverá atividade síncrona	<p><u>Segunda avaliação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – <i>Elaboração de um quadro sintético/comparativo dos três autores trabalhados até agora (orientação na aula anterior). Entrega: até a aula de 26/01</i>
26/01	<ul style="list-style-type: none"> – Encontro síncrono pelo Google Meet: – <i>Texto:</i> SALGADO, Plínio. <i>O que é Integralismo.</i> (principalmente I e II – pgs. 10 a 38)
02/02 – não haverá atividade síncrona	<p><u>Terceira avaliação:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> – <i>Elaboração de um texto sobre Integralismo e análise de documentos (selecionados e indicados na aula anterior)</i> <p>Entrega até 12/02</p>
09/02	<ul style="list-style-type: none"> – Encontro síncrono pelo Google Meet: – <i>Texto:</i> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. <i>Totalitarismo e revolução: o Integralismo de Plínio Salgado.</i> (cap.V. – Totalitarismo, liberdade e igualdade – pgs.77 a 104)
15 a 17/02	RECESSO CARNAVAL
23/02	<ul style="list-style-type: none"> – Encontro síncrono pelo Google Meet: – <i>Texto:</i> MARTINS, Roberto R. <i>Segurança Nacional.</i> (pgs. 7 a 40)
02/03	<ul style="list-style-type: none"> – Encontro síncrono pelo Google Meet: – <i>Textos:</i> VÁRIOS AUTORES. “<i>Por que assistimos uma volta do fascismo à brasileira</i>” e MIGUEL, Luis Felipe. “<i>A reemergência da direita brasileira</i>” – <i>Encerramento do curso</i>

ANEXO C - 7 acusações apontadas por Luiz Eduardo Motta

1ª acusação

O ISEB apóia-se numa “razão instrumental” que objetiva, em última instância, o fortalecimento da consciência burguesa e, conseqüentemente, dissimula a luta de classes:

(...) esse estratagema preenche uma exigência ideológica, isto é, eliminar as contradições sociais, lançando uma idéia de sociedade civil pacificada, congênita à nação, unida pelos interesses gerais que anulam os de classe, associando-os numa aliança “progressista”. Desse modo, eliminar uma sociedade civil dividida e em luta é necessário para sustentar a imagem de uma nação coesa. (Carvalho Franco, 1985:184)

(...) a despeito das diferenças observáveis nas várias correntes do pensamento visíveis no interior do ISEB, se reconhece claramente o fio condutor de uma ideologia de classe, que propõe uma teoria da estrutura social colada aos interesses dos grupos dominantes dos quais esses intelectuais foram os porta-vozes. (Carvalho Franco, 1982:13)

2ª acusação

O projeto e o discurso nacionalista seria a “pedra-de-toque” para encobrir os conflitos de classes. Verifica-se, então, a ausência de uma rigorosa análise do processo de formação de classes sociais e de suas diferenças encobertas pelo jargão nacionalista e antiimperialista. O resultado é a volatilização da contradição determinante entre as relações de produção e as forças produtivas, como também a dissolução da relação entre o trabalho e a práxis transformadora:

(...) os isebianos, ao proclamarem a ideologia nacional-desenvolvimentista como a ideologia de toda a nação e endossarem (...) os padrões de desenvolvimento que se realizavam no país não deixavam de se mover dentro dos quadros de pensamento da classe hegemônica (burguesia industrial ainda que sob o controle do capital estrangeiro). (C. N. Toledo, 1982:170)

A liquidação da luta de classes e a afirmação da unidade nacional são, ao mesmo tempo, a defesa da classe produtora autenticamente brasileira, portadora do progresso. (...) suas crenças sobre a estrutura e a história da sociedade brasileira só poderiam brotar de uma visão do imperialismo como sede da irracionalidade e da violência; a nacionalização do capital seria, pelo contrário, a fonte da abundância e da felicidade. (Carvalho Franco, 1985:178-179)

(...) (durante os anos 50) se estruturou um poderoso sistema ideológico, onde as idéias de “consciência nacional”, “aspirações nacionais”, “cultura brasileira” e “cultura nacional” constituíram os fulcros de linhas de pensamento suficientemente fortes para mascarar quase todos os diagnósticos sobre a realidade brasileira. (Mota, 1985:156-157)

3ª acusação

O pensamento isebiano empobrece a teoria marxista, pois faz uma leitura heterodoxa, “indigenista”, na qual distorce os conceitos marxistas. O conceito de alienação é deturpado, na medida em que não reproduz uma leitura “correta” de Marx, já que o conceito de alienação deveria estar articulado ao processo de trabalho e não associado à categoria de nação. A leitura isebiana dos conceitos de Marx é limitada porque ao invés de operar com os conceitos da fase “madura” de Marx (modos-de-produção), relações de produção e forças produtivas, por exemplo) opta em recorrer às categorias da fase do “jovem” Marx, marcada pela influência hegeliana. Desse modo, tem-se uma opção pelo Marx filológico, “ideológico” e humanista, e não pelo Marx “científico”:

Mesmo o marxismo não escapou de arranjos indigenistas como o existencialismo e a fenomenologia, no rumo de fornecer argumentos para consolidar o ideário conservador.

O conceito de alienação é distorcido, separado das suas determinações de classe e referido à Humanidade, sendo daí deslocada para a nação. Esse discurso geral e abstrato cumpre a tarefa ideológica de inverter a realidade, fazendo que o projeto de um grupo particular apareça como o projeto de todos. (Carvalho Franco, 1985:165,174)

Trata-se de “hegelianizar” ou ressaltar o caráter existencial, ético e humanista do pensamento de Marx. Ocupa lugar central, em toda esta estratégia interpretativa, o conceito de “alienação do trabalho” pelas dimensões antropológicas de que se pode revestir.

Prefere-se, assim, ficar na “companhia” não do Marx da Ciência em elaboração, mas do Marx da juventude em que para este a filosofia ainda não teria sido de todo “liquidada”. (C. N. Toledo, 1982:108-109)

4ª acusação

O conceito de ideologia não é entendido corretamente pelos isebianos, pois a leitura “ortodoxa” do marxismo afirma que esse conceito tem uma acepção negativa, isto é, a ideologia significa uma distorção do mundo real, ocasionando uma inversão das determinações sociais, principalmente no que diz respeito às relações materiais de produção. Assim sendo, a ideologia é a antítese, a negação do conhecimento real. Logo, tratar a ideologia como forma de conhecimento - ou projeto de transformação - seria um equívoco de ordem epistêmica com efeitos na prática política:

Impossibilitados que estiveram os isebianos de constituir uma teoria crítica das ideologias - em virtude do conceitual teórico que operava - foram vítimas do processo de ideologização do pensamento; em outras palavras, foram incapazes de se livrarem da ideologização da própria ideologia que buscavam produzir como verdade do momento histórico. (C. N. Toledo, 1982:49)

5ª acusação

A limitação do ISEB em relação à teoria marxista tem seu ponto máximo na ausência (ou má compreensão) do conceito de modo de produção - como recurso instrumental-científico explicativo do desenvolvimento histórico-cultural das formações sociais - nos trabalhos publicados pela instituição:

Há, evidentemente, um abismo insuperável entre estas afirmações (de Vieira Pinto) e Marx, jovem ou velho, em cuja obra o trabalho só tem existência passando pelas outras mediações do modo de produção. (Carvalho Franco, 1985:166)

(...) o horizonte teórico da maioria dos autores isebianos não lhe permitia, por exemplo, indagar das relações de determinação existentes entre a infra e a superestrutura da sociedade. (C. N. Toledo, 1982:49)

Não se fala em modos de produção em particular, permanecendo-se ao nível de generalidades a-históricas. (C. N. Toledo, 1982:75)

6ª acusação

Os isebianos são criticados por terem esquecido (ou omitido) um conjunto de questões que seriam fundamentais (do ponto de vista dos acusadores) para a compreensão da estrutura social brasileira:

Questões várias são formuladas. Ao nível dos grupos dominantes: qual seriam as frações burguesas que o compõem? Poder-se-ia verificar a presença de burguesia industrial, agrária, comercial e financeira no interior da formação social brasileira? Como se coloca a questão da hegemonia política e da dominação econômica dentro das classes dominantes? Posto de outra forma, qual a fração hegemônica (politicamente) no interior das classes dominantes? Haveria fração das classes dominantes com características nacionais? Não comportaria a própria burguesia industrial, enquanto fração dominante, outras divisões: pequeno, médio e grande capital? Ao nível das classes dominadas: os conceitos de massas e de classes são intercambiáveis? As classes proletárias ou “massas naci-

onais” constituíram uma “comunidade de interesses”, tal como aparece em alguns trabalhos isebianos? Quais as frações de classe que o compõem?

(...) a não elucidação ou o escamoteamento desta problemática (a das classes sociais) será responsável, a nosso ver, pela impossibilidade de se constituir rigorosamente uma ciência social. (C. N. Toledo, 1982:121)

7ª acusação

As imprecisões e distorções teóricas por parte dos intelectuais isebianos resultaram em um falso diagnóstico dos problemas relacionados à sociedade brasileira e este foi, certamente, um dos fatores que resultou na derrota da esquerda brasileira no ano de 1964:

Esse esquematismo (teórico), de grande consumo e fácil absorção foi um dos fatos da derrocada da esquerda em 1964. (C. G. Mota, 1985:207)

(...) uma vez que não se enfrenta o problema teórico, nem se procede a uma rigorosa pesquisa de caráter empírico, permanece-se num elevado nível de generalização, e, por conseguinte, de imprecisões e lacunas que repercutirão ao nível da prática política que se pretendia transformadora. (C. N. Toledo, 1982:121)

ANEXO D – População economicamente ativa do Brasil segundo o setor de atividade

QUADRO I

*População economicamente ativa do Brasil
segundo o setor de atividade.*

SETOR	1940		1950	
	Milhões de pessoas	%	Milhões de pessoas	%
Primário	12,1	71	13,0	64
Secundário	1,5	9	2,6	13
Terciário	3,4	20	4,6	23
TOTAL	17,0	100	20,0	100

Fonte — Serviço Nacional de Recenseamento, Rio de Janeiro